

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

nova cartografia social



POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

nova cartografia social

ORGANIZADORES

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Emmanuel de Almeida Farias Júnior

Manaus, 2013

Projeto Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia – PNCAA

Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – CESTU/UEA

Projeto Instituto Nova Cartografia Social – INCS

Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – CESTU/UEA
Fundação Ford

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM
Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – CESTU/UEA
Fundação Ford

Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: Processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais

Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – CESTU/UEA
Fundo Amazônia/BNDES

Projeto Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia – PNCAA

Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – CESTU/UEA
CNPq

Projeto Referência Cultural e Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais

Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – CESTU/UEA
Fundação Ford

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM
Fundação Ford

Processos de Territorialização, Conflito e Movimentos Sociais na Amazônia

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM
FAPEAM
CNPq

Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – PNCSPTB

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM

Projeto Transformações Sócio-Econômicas no Rio Madeira

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
PARCERIA EM 2008/2009

Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais na Pan-Amazônia: Uma rede social em consolidação

Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ
Fundação Ford

Instituto Nova Cartografia Social: Referência cultural e mapeamento social de povos e comunidades tradicionais

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM
Fundação Ford

GRUPOS DE PESQUISA EM REDE

Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de territorialização, identidades coletivas e movimentos sociais

Universidade do Estado do Amazonas – UEA
CNPq

Diversità

Universidade de Pernambuco – UPE
CNPq

Estudos de Fronteiras Latino-americanas

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
CNPq

Grupo de Estudos Sócio-Econômicos da Amazônia

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
CNPq

Grupo de Pesquisa sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos Tradicionais e Processos de Territorialização

Universidade Federal de Roraima – UFRR
CNPq

Grupo de Pesquisa e Extensão Territorialidades do Madeira – GPETM

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Laboratório de Antropologia e Florestas – AFLORA

Universidade Federal do Acre – UFAC
CNPq

Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Afro-amazônicos – GEPIAA

Universidade Federal de Rondônia – UNIR
CNPq

Núcleo de Estudos em Comunidades e Povos Tradicionais e Ações Socioambientais – NECTAS

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
CNPq

Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas – NUER

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
CNPq

Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia – NEPTA

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
CNPq

APOIO



PNCAA



GESEA



AFLORA



PPGSCA
PNCSA



DEAB



GEPIAA
GPETM



I	11	apresentação
	12	Soberania, democracia e cidadania JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA
	15	Participantes de atividades e de diferentes etapas dos projetos Nova Cartografia Social da Amazônia e Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil
	24	A Nova Cartografia e os movimentos sociais JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES
II	25	oficinas de mapas e fascículos
	27	Palabras introductorias CHARLES R. HALE
	28	Mapas situacionais e categorias de identidade na Amazônia ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA
III	93	mapas situacionais
	95	Mais que um catálogo AURÉLIO VIANNA JR.
IV	101	boletins informativos
	103	“A cartografia social consiste num recurso de descrição etnográfica. O fascículo é nossa etnografia” ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN
V	107	livros
	109	Mapeamentos e tramas territoriais HENRI ACSELRAD
VI	131	repercussão
VII	139	exposições
VIII	143	eventos
IX	149	filmes e documentários
X	155	Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA

I

apresentação



O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA vem sendo executado a partir de uma atividade combinada entre o Projeto Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia – PNCAA, do Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido da Universidade do Estado do Amazonas e dois Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, quais sejam: PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) e PPGSCA (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazonia). As ações derivadas da execução da atividade mencionada convergiram para a aprovação, no segundo semestre de 2012, do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) numa parceria entre a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Universidade Federal de Minas Gerais.

A equipe de pesquisadores do PNCSA trabalha também junto à Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, através do “Projeto Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais da Pan-Amazônia – uma rede social em consolidação”, e vem sendo coordenada desde 2005 pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida e pela historiadora Rosa Acevedo Marin tendo sua expressão nacional através do Projeto Nova Cartografia Social do Brasil, que abrange tanto regiões amazônicas, quanto do cerrado e da floresta atlântica, agrupando pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior (Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Federal do Acre – UFAC, Universidade Federal do Amapá – UFAP, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Universidade do Estado do Bahia – UNEB, Universidade Federal da Bahia – UFBA) e de distintas formações acadêmicas. Na consecução destas atividades o PNCSA usufrui de financiamentos da Fundação Ford e do CNPq, bem como da FAPEAM, entre 2005 e 2008, através do projeto intitulado “Processos de Territorialização, Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia”.

Desde outubro de 2011 vem sendo executado pela rede de pesquisadores e movimentos sociais da Amazônia vinculados ao PNCSA o “Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: Processo de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais”, financiado pelo Fundo Amazônia – BNDES.

O Grupo de Trabalho sobre Conhecimentos Tradicionais foi criado, em 2007, por sociólogos, advogados, biólogos, agrônomos, geógrafos e antropólogos, e também funciona informalmente no âmbito do próprio PNCSA.

Uma outra frente de trabalho do PNCSA, vem se dando através da articulação entre pesquisadores de instituições de ensino superior e participantes de movimentos sociais na Pan-Amazônia, com o objetivo de reforçar direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Um dos resultados desta articulação concerne

à implementação, desde 2009, das atividades do “Projeto Territórios, Identidades Coletivas e Direitos dos Povos Tradicionais face às Intervenções Desenvolvimentistas na Pan-Amazônia” coordenado juntamente pelos professores Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA) e Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA).

Até dezembro de 2012 os produtos deste conjunto de projetos perfaziam 40 livros, 129 fascículos (116 publicados, incluindo 4 em inglês e 1 em espanhol, e 13 no prelo), 5 mapas-sínteses, 5 Boletins Informativos, 3 Cadernos de Debates Nova Cartografia Social e 16 vídeos exibidos pela TV Futura e pelos programas “Globo Ecologia” e “Globo Ciência” e pelo próprio PNCSA, totalizando entre livros e fascículos mais de 200 mil exemplares. Os fascículos estão organizados em onze coleções, assim distribuídas: “Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Conflitos” (39), “Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia” (30), “Crianças e Adolescentes em Comunidades Tradicionais da Amazônia” (3), “Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil” (19), “Faxinalenses do Sul do Brasil” (4), “Quilombolas do Sul” (3), “Pescadores e Pescadoras Artesanais do Rio São Francisco” (4), “Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil Central” (1), “Povos Indígenas do Nordeste” (8), “Direitos e Identidades” (1) e “Nueva Cartografía Social de Pueblos y Comunidades Tradicionales” (1).

Em resumo pode-se asseverar que a rede de pesquisadores e de representantes de movimentos sociais referida à produção ora apresentada neste Catálogo corresponde a 255 pesquisadores e 212 formas organizativas com 142 entidades apoiadoras na produção de fascículos, mapas e boletins informativos. Além destes pesquisadores importa mencionar mais de uma dezena de pesquisadores consagrados por diferentes instancias de legitimação universitária (PPGAS – Museu Nacional/UFRJ, MAST, Universidade Livre de Berlin, Universidade da Florida, Universidade do Texas-Austin, Universidade de Milão-Bicocca, Universidade General Sarmiento-Buenos Aires, Universidade de Antioquia-Medelin, EHESS – Paris, Universidade Nacional da Colômbia, Universidade Central da Venezuela) que foram convidados pela coordenação do PNCSA para participar como observadores externos dos seminários, colóquios e encontros realizados entre 2006 e 2012. Dentre eles cabe citar: Moacir Palmeira (MN), Sérgio Costa (FU – Berlin), Heloísa Bertol (MAST), Maria Rosilene Alvin (IFCS), Carlos Vainer (IPPUR), Oswaldo Sevá (UNICAMP), Dina Picotti (UGS), Antônio Carlos de Souza Lima (MN), Eliane O’Dwyer (UFF), Roberto Malighetti (UM – Bicocca) e Bjorn Sletto (UT – Austin); e uma menção especial concerne à Lygia Sigaud, Bruna D’Almeida, Francisco Ferreira Rodrigues, Ivan Costa e Magno Cruz, todos *in memoriam*. Além destes pesquisadores importa mencionar aqueles que se pronunciaram pública e explicitamente quanto ao PNCSA, cujos depoimentos e artigos aqui estão publicados, bem como mais de uma dezena de pesquisadores

O PPGCSPA foi criado a partir de discussões iniciadas em 2009 entre as coordenações do Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia (PNCSA) e do Projeto Democracia Participativa (PRODEP) e do Observatório da Justiça Brasileira (OJB) do Departamento de Ciência Política da UFMG.

Soberania, democracia e cidadania

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA ANTROPÓLOGO; PROFESSOR TITULAR DO MN-PPGAS-UFRJ

Elaborar mapas nunca foi uma atividade menor ou livre na história do ocidente. Traçar os limites da nação assim como organizar os seus espaços interiores era uma tarefa que cabia exclusivamente ao rei enquanto vontade unificadora e expressão legítima do corpo vivo da nação. Os conhecimentos sobre o território eram assim um estrito privilégio dos monarcas e das suas estruturas de governo.

Desde a Escola de Sagres até o século XVII, por quase dois séculos, Portugal contou com várias gerações de cartógrafos que produziram mapas detalhados de suas colônias. Os minuciosos levantamentos do litoral do Brasil destinavam-se a servir como cartas de navegação, contendo também informações de interesse militar e administrativo. Os cartógrafos eram destacados funcionários do rei e a sua produção era sigilosa e reservada, só circulando em esferas oficiais e restritas.

Muitos outros mapas sobre as terras do futuro Brasil foram desenhados por espanhóis, ingleses, franceses e italianos, por cartógrafos e navegadores à serviço das potências marítimas rivais de Portugal. Os mapas refletiam, é claro, os interesses naquelas terras e o conhecimento direto que os navegadores daquela bandeira tinham atingido concretamente. Deste material se destaca a coleção de mapas elaborados por J. Vingboons para a Companhia das Índias Ocidentais em consequência da ocupação holandesa no nordeste (1630-1654). Nestas cartas se buscava explorar não apenas os aspectos geográficos, mas também descrever a dimensão econômica e política da colônia que ali os holandeses tentaram implantar.

Em relação as suas duas colônias na América – Brasil, com sede em Salvador, e Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém – Portugal adotou a política das “cortinas fechadas”, não permitindo a entrada de expedições científicas estrangeiras. A famosa viagem de Humboldt, que inspirou naturalistas viajantes, etnógrafos, arqueólogos e americanistas em geral, se realizou além de nossas fronteiras. Sobre a Amazônia mais especialmente os grandes estudos e inventários do século XVIII, como os do Pe. João Daniel e a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, foram realizados por súditos da Coroa portuguesa e em atividades diretamente a ela ligadas.

Com a vinda da família real para o Brasil, a abertura dos portos e depois a Independência, o cenário se modificou bastante. As alianças matrimoniais da Casa de Bragança com outras dinastias européias permitiram a vinda de missões estrangeiras e expedições científicas (franceses, bávaros, russos). No século XIX floresceram ainda os relatos de outros naturalistas viajantes estrangeiros (ingleses, italianos, americanos) sobre muitas partes do território brasileiro, contendo informações sobre a flora, a fauna e a etnografia.

Tudo isso gerou uma extraordinária e inédita possibilidade de acúmulo de conhecimentos sobre o país, que no entanto repercutiu muito pouco em avanços efetivos e em transformações mais profundos. Longe de serem partilhados no próprio país, tais conhecimentos eram divulgados a um público letrado europeu em produtos aos quais só a elite imperial – latifundiária e escravagista – tinha acesso.

Em alguns momentos esta própria elite tentou assumir o controle das explorações científicas, como ocorreu com a Comissão Científica do Império e com as comissões geológicas. Em outras ocasiões criou instituições (associações, academias e museus) que puderam, em parcerias mais equilibradas com os pesquisadores estrangeiros, conduzir e/ou divulgar a pesquisa científica (foi o que ocorreu com o IHGB na capital e nas províncias, com o Museu Nacional, o Museu Goeldi, etc.).

A República trouxe uma maior preocupação com o controle do território. Muitos militares, como Gomes Carneiro e destacadamente Candido Mariano da Silva Rondon, patrono da engenharia do exército e de cujo nome deriva a denominação atual do antigo estado do Guaporé, tiveram um lugar importante no desbravamento dos sertões e fizeram importantes trabalhos cartográficos e em termos de comunicações. A chamada “marcha para o oeste”, descrita por Claudio e Orlando Villas Boas através da epopéia da Expedição Roncador Xingu, não abriu somente estradas e construiu pontes e campos de pouso no Brasil Central, também permitiu segurança nas comunicações aéreas com a Amazônia e com a América central e do norte.

Em 1964, com a interrupção do processo democrático por mais de duas décadas, o atrelamento do Brasil aos interesses externos sintomaticamente se iniciou com uma autorização para que a aviação norte-americana realizasse o levantamento aerofotogramétrico de todo o território nacional, produzindo e retendo informações inéditas e de valor estratégico relativas ao espaço físico e ao mapeamento de recurso. As tecnologias e os produtos cognitivos se alteraram bastante entre os séculos XIX e XX, aperfeiçoando-se muitíssimo, enquanto os novos senhores do mundo se tornavam um grupo ainda menor e mais controlador.

Mas há alguma outra história a contar sobre mapas que não seja a da disputa entre os poderes sobre o monopólio do conhecimento dos territórios e das populações? Algo que não envolva apenas a monopolização de saberes e as suas tentativas de roubo, favorecimentos, segredos, subornos? Acho, apostei e continuo a apostar firmemente que sim!

Nesta estrada as lutas indígenas tiveram um papel pioneiro, pois foi ali que foram primeiro valorizados os conhecimentos dos agentes históricos sobre as suas terras enquanto prova de direitos (ancestrais e contemporâneos). Os mapas construídos por antropólogos e agrimensores (mais tarde contando também com ambientalistas), compunham parte essencial dos relatórios de identificação e se transformavam em peças comprobatórias da tradicionalidade da ocupação sobre uma terra. Serviam assim para garantir direitos que estavam sendo negados na economia de mercado e nas práticas administrativas, ao contrário de legitimar que as populações fossem separadas de seus recursos básicos de reprodução econômica e social.

O que o indigenismo tutelar nunca entendeu é que as plantas de delimitação não eram mudos pedaços de papéis inseridos em processos administrativos, nelas pulsavam muitas falas, memórias, mitos, confidências, ritos proferidos pelos nativos, ouvidos e transcritos pelos antropólogos nos longos relatórios de identificação. Nada disto ficava restrito e aferrolhado ao mundo dos funcionários e dos documentos escritos. Eram mapas vivos, capazes de serem atualizados por seus próprios sujeitos-narradores, no desafio das práticas sociais e muito longe das estantes da burocracia.

Em 1986 um projeto intitulado Projeto Estudo das Terras Indígenas, que coordenamos no Museu Nacional (UFRJ), adotou como meta resgatar para o universo das aldeias e o cotidiano indígena a documentação adormecida nas prateleiras da FUNAI e de outros órgãos públicos. A construção de tais mapas por si só já criara nos nativos a consciência quanto a direitos coletivos e o comprometimento em buscar a sua concretização. Agora tratava-se de reunir aquilo que a burocracia estatal, rigorosamente presa a uma perspectiva tutelar, desmobilizadora e concentracionista, houvera por bem separar.

Uma vitória importante foi obtida no Alto Solimões, onde os mapas de delimitação de cada uma das terras indígenas se transformaram em arma importante nas mãos dos indígenas. Foi assim que as lideranças do Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT, imbuídas de decisão e coragem, faziam respeitar tais plantas por madeireiros, pescadores, prefeitos e até pelo então chamado Projeto Calha Norte. O enorme mapa que ocupava toda uma parede do Museu Maguta, fruto de anos de conversas entre os líderes do CGTT, virou um Atlas da Terras Ticunas e ganhou até formato digital. Iniciativa semelhante ocorreu no nordeste, onde 300 exemplares do Atlas das Terras Indígenas do Nordeste foram no início da década de 90 entregues ao líder Xicão, ajudando a consolidar a rede de mobilização política da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME.

O que posso contar, é claro, limita-se àquele esforço em que estive diretamente envolvido. Mas nas últimas três décadas foram muitas as experiências neste sentido realizadas no Brasil (com os seringueiros e outros extratores, como o fez Chico Mendes; com indígenas e quilombolas; com camponeses ameaçados por grandes projetos e nas ações do MST) e em outros países da América, abrindo

caminho para o momento atual. O projeto Nova Cartografia é uma contribuição importantíssima nessa direção, ocupando agora uma posição ímpar, de grande destaque e visibilidade (e não só na Amazônia, como diz o seu nome, mas em muitas outras partes do Brasil e mesmo em iniciativas circunscritas no exterior).

O PNCSA está mostrando hoje em dia como fazer mapas pode ser uma atividade essencial na luta por direitos, permitindo às populações locais (indígenas, quilombolas, populações tradicionais) lavrarem por escrito, e com apoio da mais moderna e sofisticada tecnologia (GPS, etc), os seus direitos sobre as terras que ocupam. São as próprias comunidades que se mobilizam para construir seus mapas, para elaborar os seus fascículos, para distribuir as publicações e celebrar seus avanços.

Através dos mapas, o que o projeto permite é que as comunidades locais construam suas memórias e estabeleçam suas identidades. São as discussões livres dentro das comunidades - e não o inquérito conduzido por funcionários governamentais apoiados em classificações arbitrárias e exteriores – que levam ao delineamento de estratégias políticas e identitárias bem como a definição de políticas de memória. É a própria comunidade local que se constitui como sujeito de conhecimento e ação política, funcionando também como comunidade argumentativa.

Que tenha vida longa este projeto, que se estenda a comunidades cada vez mais numerosas, sem esquecer-se daquelas menores em tamanho (mas não em diversidade e riqueza). Ou seja, que possa contribuir em muito para limpar e semear os campos para uma nova colheita, onde a virtude da cidadania seja uma atitude geral e constante, onde o conhecimento não se faça pela anulação dos saberes locais, onde a definição de direitos para alguns não seja um meio de subjugar e explorar a outras pessoas e coletividades.



Da esquerda para a direita: II, III e IV encontros entre pesquisadores e movimentos sociais, respectivamente em janeiro 2008, novembro 2008 e novembro 2009.

Participantes de atividades e de diferentes etapas dos projetos Nova Cartografia Social da Amazônia e Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia e Nova Cartografia Social da Amazônia

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

EQUIPES DE PESQUISA

ACRE

Mariana Ciavatta Pantoja Franco – UFAC

Terri Valle de Aquino – FUNAI

Amilton Pellegrino de Mattos – UFAC

Billy Shelby Fequis dos Santos – CPI-AC

José Frankneile de Melo Silva – CPI-AC

José Carlos Meirelles Júnior – FUNAI

AMAPÁ

Maria de Lourdes Sanchez Vulcão – UFAP

AMAZONAS

UEA – Manaus

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEA

Erika Matsuno Nakazono

Joaquim Shiraishi Neto

Ana Paulina Aguiar Soares – ENS-UEA

Emmanuel de Almeida Farias Júnior – UEA-PPGAS/UFAM

Luís Augusto Pereira Lima – UEA

Claudina Azevedo Maximiano – UEA-PPGAS/UFAM

Gláucia Maria Quintino Baraúna – UEA-PPGAS/UFAM

Elieyd Sousa de Menezes – UEA-PPGAS/UFAM

Glademir Sales dos Santos – UEA-PPGSCA/UFAM

Altaci Correa Rubim – UEA

Sheilla Borges Dourado – UEA/PPGD-UFPA

Romy Guimarães Cabral – UEA

Clayton de Souza Rodrigues – UEA

Gabriel Locke – UEA

Carolina Pinto da Silva – UEA

Maria Flávia Helena Besera Brito – UEA

Andresa Lima Pinheiro – UEA

Carlos Jean Gomes – UEA

Sabrina Araújo de Almeida

Suziany Costa de Freitas

UEA – Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

Reginaldo Conceição da Silva – CESTB/UEA

José Francisco da Silva Neves – CESTB/UEA

Francisco de Assis Nogueira de Matos – CEST/UEA

Suzana Carvalho Lima – CESTB/UEA

Antonio Caldas da Luz – CESTB/UEA

Marcleiser Oliveira Bentes – CESTB/UEA

UEA-Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP

Reginaldo Luiz Fernandes de Souza – CESP-UEA

Mônica Xavier de Medeiros – CESP-UEA

UFAM – Manaus

Ana Carla dos Santos Bruno – INPA-PPGAS/UFAM

Thereza Cristina Cardoso Menezes – PPGAS/UFAM

Maria Helena Ortolan Matos – PPGAS/UFAM

Cloves Farias Pereira – PPGAS/UFAM

Rancejanio Silva Guimarães – PPGAS/UFAM

Willas Dias da Costa – PPGAS/UFAM

Raiana Mendes Ferrugem – PPGAS/UFAM

Mislene Metchacuna Martins Mendes – PPGAS/UFAM

Neon Solimões Paiva Pinheiro – PPGAS/UFAM

Inara do Nascimento Tavares – PPGAS/UFAM

Katiane Silva – PPGAS/MN/UFRJ

Luana Mesquita Rodrigues – PPGAS/UFAM

UFAM – Campus Vale do Rio Madeira

Jordeanes do Nascimento Araújo – IEAA/UFAM

Ednilda Santos – IEAA/UFAM

UFAM – Campus do Pólo Alto Solimões

Rodrigo Oliveira Braga Reis – INC/UFAM

BAHIA

Núcleo de Salvador – UFBA

Franklin Plessmann de Carvalho – PPGA/UFBA

Genny Magna Mota Ayres – Estudos Afro-orientais/UFBA

Greice Bezerra Viana – Educação Ambiental/UEFS

Helen Catalina Ubinger – PPGA/ UFBA

Hugo Prudente – Ciências Sociais/ UFBA

Rosana Paiva – PPGA/UFBA

Tatiana Pereira Muniz – PPGA/ UFBA

Umeru Bahia Azevedo – PPGA/ UFBA

Equipe NECTAS-UNEB

Alzení de Freitas Tomáz – NECTAS/ UNEB

Aline Franco Sampaio Brito – NECTAS/ UNEB

Ana Paula Arruda – NECTAS/ UNEB

Paulo Wataru Morimitsu – NECTAS/ UNEB

Glaide Pereira da Silva – NECTAS/UNEB

Silvia Janaina de Oliveira Veriato – NECTAS/UNEB

Danilo Cardoso da Silva – NECTAS/UNEB

Robson Marques dos Santos – NECTAS/UNEB

Juracy Marques dos Santos – NECTAS/UNEB

Leonardo da Silva Carneiro Souza – NECTAS/UNEB

Salomão David Vergne Cardoso – NECTAS/UNEB

Charliton Fernandes Tony – Terreiro de Candomblé de Paulo Afonso

Sandro Emanuel Cruz dos Santos – TUXA

Patrícia Pankararé – PANKARARÉ

Maria José Gomes Marinheiro – TUMBALALÁ

MARANHÃO

Pesquisadores

Cynthia Carvalho Martins – UEMA

Davi Pereira Júnior – PPGAS/UFBA

Aniceto Cantanhêde Filho – UEMA

Arydimar Vasconcelos Gaioso – UEMA

Helciane de Fátima Abreu Araujo – UEMA

Benjamim Alvino de Mesquita – UFMA

Adaildo Pereira dos Santos – UEMA

Gyordanna Patrícia Pereira da Silva – UEMA

Polyana Souza Nascimento – UEMA

Jhuliane Mendes de Abreu – UEMA

Dorival dos Santos – UEMA

Gardênia Mota Aires – UEMA

Horácio Antunes Sant'Ana – UFMA

Luis Fernando Linhares

Raimundo Mauricio Paixão – UEMA

Luciana Railza Cunha Alves – UFMA

Jéssica Cristina Aguiar Ribeiro – UEMA

Edjane Viera Silva – UEMA

Mariana Leal Santos

Ana Carolina Mendes – MIQCB

Agentes sociais/ pesquisadores

Centro de Cultura Negra – CCN

Ivo Fonseca

Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MABE

Leonardo dos Anjos

Danilo da Conceição Serejo

Dorinete Serejo Morais

Inácio Silva Diniz

Sebastião Cosme Almeida Ramos

José Werberth Ramos Ribeiro

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB

Maria de Jesus Bringelo (Dona Dije)

Maria Nice Machado Aires

Maria Querubina Silva Neta

Alaídes Alves

Cledeneuza Maria Bezerra Oliveira

Eunice da Conceição Costa

Sindicato dos Trabalhadores Rurais – ALCÂNTARA

Aniceto Araújo

Samuel Araújo

Gregório Xavier

Associação de Camaputiua

Ednaldo Padilha Cabeça

Associação de Moradores de Bairro Novo

Maria Nice Machado Aires

Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU

Denise Leal

Manuel da Conceição Santos

Ilê Axé Olodumare

Venina Carneiro Barbosa

Milson Santo

Katiana Silva

Célia Sampaio

Apoiadores

Luiz Alves Ferreira – UFMA-CCN

José Antônio Ribeiro Carvalho – UEMA

Núbia Bergê Cutrim

Manuel Moura – ACONERUQ

Pesquisadores colaboradores

Camila do Valle – UFRRJ

Patrícia Portela Nunes

Assistentes de pesquisa – São Luís

Tacilvan Silva Alves – UEMA

Jhullieny Silva Santos – UEMA

Cliciane Costa França – UEMA

Assistentes de pesquisa – Santa Inês

Francisco Mota Paiva – UEMA

Aldy Mary Ilário da Silva – UEMA

Valdean da Silva Rodrigues – UEMA

Mário Pereira de Araújo Júnior – UEMA

Josiléia da Conceição Vieira – UEMA

Assistente de pesquisa – Codó

Claudiana Duarte – UFMA

MATO GROSSO

Antonio João Castrillon Fernández – PNCSA

João Ivo Puhl – UNEMAT/ Cáceres

Solange Ikeda – UNEMAT/ Cáceres

Laudemir Zart – UNEMAT/ Cáceres

Vera Hiroko Vieira – UNEMAT/ Cáceres

José Ricardo Castrillon Fernández – IFMT/ Cáceres

Ronei Mendes de Arruda – IFMT/ Cáceres

Mateus de Mesquita e Pontes – IFMT/Cáceres

Admilson Costa da Cunha – IFMT/ Cáceres

Esvanei Matucari – Professor da Rede Pública Municipal – Vila Bela da Santíssima Trindade

Fernando Jesus da Silva – Professor da Rede Pública Estadual

Zenildo da Silva – Professor da Rede Pública Municipal – Vila Bela da Santíssima Trindade

Esteban Tabanashe – Professor da Rede Pública Municipal – Vila Bela da Santíssima Trindade

Claudia de Pinho – PNCSA

Associação dos Kanelas do Araguaia – Núcleo do Rio Preto

Antonio Silva Santos Kanela

Joana Silva Santos Kanela

João Silva Santos kanela

Albertina Santos Cardoso Kanela

Ribamar Silva Santos kanela

PARÁ

Eliana Teles Rodrigues – PPGA/UFPA-SEDUC –Pará

Rita de Cássia Pereira da Costa – UFPA – Campus de Marabá

Mayka Danielle Brito Amaral – PPGGH/USP-SEDUC Pará

Irislane Pereira de Moraes – PPGA/UFPA-SEDUC Marabá

Bruno Cesar Pereira Malheiro – UFPA – Campus de Marabá

Maria Betanha Barbosa – UFOPA

Joseline Simone Barreto Trindade – PPGA/UFPA-UFPA – Campus de Marabá

Maria Luisa Fernandes Alves – CPT

Camila do Valle – UFRRJ

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/ PPGA/ UFPA

Lucio Flávio de Farias Pinto

Maria do Socorro da Conceição Cardoso – ICSA-UFPA

Beatriz Ribeiro – UFPA – Campus de Marabá

Thamirys Di Paula Cassiano de Matos – UFPA

Jurandir Santos de Novaes – PPGGH/USP

Solange Maria Gayoso da Costa – UFPA

Marcos Vinicius Costa Lima – PPGEU/UFPA – Faculdade Ipiranga

Raimunda Negrão – SEDUC

Ulisses Silva Guimarães – SIPAM

Rodrigo Macedo Lopes – IAGUA

Judith Costa Vieira – UFOPA

Bruno Alberto Paracampo Miléo – UFOPA

Jefferson Costa Vieira – FIT

Marcos Vinicius da Costa Lima – UFPA

Jefferson Costa Vieira

Colaboradores

Neusa Santana Pressler – UNAMA

Galvanda Queiroz Galvão

Luis Tayandô – Associação Cultural Afro Brasileira de Oxaguiã – ACAAÕ

Mam'etu Nangetu Uá Nzambi – Instituto Nangetu de Tradição Afro-religiosa e Desenvolvimento Social

Maria Backhouse – LAI FU-BERLIN

Loyde Deize Melo – UFPA

PARANÁ

José Carlos Vandresen – PÓS-GEOGRAFIA/ Unicentro

Roberto Martins de Souza – Docente IFPR Telêmaco Borba

Mayra Lafoz Bertussi

Taisa Lewitski – UNILA

Hamilton José da Silva

Rômulo Barroso Miranda – FPRMA/ Rede Puxirão

Dimas Gusso – Faxinalense/ Discente Campo Real

Jorge Ramon Montenegro Gómez – UFPR

Douglas Antunes Ladik – UDESC

Thiago Vinicius de Almeida da Silva – UFPR

Eloah Caroline Pereira Vargas – UFPR

Emilio Romanini Netto – UFPR

Suyan Roberta Isaka – UFPR

Danielle Willemann Sutil de Oliveira – UFPR

Ralph Medeiros de Albuquerque – UFPR

Laura dos Santos Rougemont – UFPR

Juliana Rodrigues Cordeiro – UFPR

Gustavo Felipe Olesko – UFPR

Maria Armstrong de Oliveira – UFPR

Mercedes Solá Pérez – UFPR

Mara Edilara Batista de Oliveira – UFPR

Sandra Andréa Engelmann – UFPR

Jorge Luiz Fávaro – UFPR

William Simões – UFPR

Otávio Gomes Rocha – UFPR

Renato Alves Ribeiro Junior – UFPR

Leonardo Silva Alves – UDESC

Tiago Marques Pinto – UDESC

Erwin Becker Marques

João Luis Dreminski – IFPR Telêmaco Borba

Wilian Simões – UFPR

Marquiana Freitas Vilas Boas Gomes – UNICENTRO

Ismael Kloster

Acir Túlio

Antonio Michel Kuller Meira

PERNAMBUCO

Vânia Fialho – PPGA-UFPE/UPE

Hosana Celi dos Santos – DIVERSITÀ-UPE / NEPE-UFPE

Maria Jaidene Pires – UPE

Mariana Carneiro Leão Figueiroa – TJPE/ Faculdade de Direito de Olinda

Rita de Cássia Maria Neves – UFRN

Nádia Patria Novena – UPE

Paulo Leonardo Fialho de Paiva e Souza – DIVERSITÀ-UPE

RONDÔNIA

Núcleo GEPIAA

Marco Antonio Domingues Teixeira – UNIR

Gustavo Gurgel do Amaral, geógrafo – UNIR

Almeida Andrade Correa – UNIR

Kare Jean Falcão Gonçalves – FINCA/ ULBRA

Elvira Mauriene Velasco França – UNIR

Adonai Krauze de França – UNIR

Laura Jane Correa Marques

Ederson Lauri – UNIR

Rafael Jorge Prado – UFRR

Cris Bianca Armínio da Silva – UNIR

Jéssica Caroline Gomes Souza – UNIR

Rosalino Pereira – UNIR

Manuel João Madeira Coelho – UNIR

Andréia Silva Andrade Ravani – UNIR

Núcleo GPETM

Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR

Paula Stolerman – UNIR

Estefânia Monteiro – UNIR

Inaê Nogueira Level – UNIR

Eliaquim Timóteo da Cunha – UNIR

Walisson Rodrigues – Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Márcio Santana – Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Miquéias Amore – Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

RORAIMA

Carmen Lúcia Silva Lima – UFRR

Arlene Oliveira Souza – UFRR

Nelita Frank

SANTA CATARINA

Ilka Boaventura Leite – NUER/UFSC

Raquel Mombelli – NUER/PPGAS/UFSC

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – UNAMAZ/UFPA

Erika M. Nakazono – PNCSA/UFAM

Nazareno José de Campos – LABRural/UFSC

Douglas Antunes – UDESC

Marcos Farias de Almeida – NUER/PPGAS/UFSC

Formas Organizativas e diferentes Movimentos Sociais que realizaram oficinas de mapas

Articulação Estadual de Fundos de Pastos

Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais – APF

Articulação Sindical Rural da Região do Lago de Sobradinho – ASS

Assoc. Amazonense de Gays, Lésbicas e Travesti – AAGLT

Assoc. Comunitária do Mainã

Assoc. Cultural Capoeira Quilombola

Assoc. Cultural de Capoeira Ajagunã de Palmares

Assoc. Cultural Ilha de Palmares

Assoc. das Mulheres do Buriti – AMB

Assoc. das Mulheres Indígenas Sateré Mawé – AMISM

Assoc. das Mulheres Quebradeiras de Coco de Capinzal do Norte

Assoc. das Mulheres Quebradeiras de Coco e Trabalhadoras Rurais

da Micro Região do Baixo Parnaíba Piauiense

Assoc. das Mulheres Trabalhadoras do Bico do Papagaio – ASMUBIP

Assoc. das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Mearim – AMTR

Assoc. das Trabalhadoras Rurais, Pescadoras da Ilha de Itacoãzinho, Igarapé Caixão e Igarapé Genipaúba – ASMAMI

Assoc. das Travestis do Amazonas – ATRAAM

Assoc. de Agricultores e Agricultoras Familiares Quilombolas do Município de Coelho Neto

Assoc. de Aprendizizes da Sabedoria de Mediciniais e Agroecologia

Assoc. de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUQ.

Assoc. de Cultura e Lazer Banda de Congo Panela de Barro

Assoc. de Desenvolvimento Comunitário dos Produtores Rurais do Lago do Antônio

Assoc. de Desenvolvimento Rural da Comunidade São João dos Cordeiros

Assoc. de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São Francisco do Cururu

Assoc. de Moradores da Área do Agrisal

Assoc. de Moradores da Comunidade Parque Residencial São Pedro

Assoc. de Moradores do Bairro Novo – Penalva Maranhão

Assoc. de Moradores Francisco Coelho
 Assoc. de Moradores Remanescentes de Quilombo da Comunidade do Tambor
 Assoc. de Moradores, Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Urucurêa
 Assoc. de Mulheres de São Domingos do Araguaia – ASMUDA
 Assoc. de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro – AMARN
 Assoc. de Mulheres Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos – AMIRB
 Assoc. de Mulheres Pescadoras Trabalhadoras Rurais da Ilha de Itacoãzinho, Igarapé Caixão e Igarapé Genipaúba
 Assoc. de Pequenos Produtores Pró-Desenvolvimento de Linharinho
 Assoc. de Pescadores de Rede de Arrastro Boeira
 Assoc. de Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz
 Assoc. de Quebradeiras de Coco de Bairro Novo
 Assoc. de Quebradeiras de Coco de Peritoró
 Assoc. de Quebradeiras de Coco de Petrolina
 Assoc. de Quebradeiras de Coco do Amarante
 Assoc. de Remanescentes de Quilombos de Nova Esperança de Concórdia – ARQUINEC
 Assoc. de Remanescentes de Quilombos Oxalá Bujaru – ARQUIOB
 Assoc. do Povo Indígena Kanela do Araguaia
 Assoc. dos Apicultores do Bico do Papagaio – ABIPA
 Assoc. dos Artesãos de Novo Airão – AANA
 Assoc. dos Artesãos do Rio Jauaperi – AARJ.
 Assoc. dos Carvoeiros de Rondon do Pará
 Assoc. dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande
 Assoc. dos Indígenas da Área Metropolitana de Belém
 Assoc. dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira – AMOCREQ-CPT
 Assoc. dos Moradores da Costa da Lagoa – AMOCOSTA
 Assoc. dos Moradores de Frechal
 Assoc. dos Moradores de São Pedro de Joselândia
 Assoc. dos Moradores do Bairro Novo
 Assoc. dos Moradores do Parque Riachuelo II
 Assoc. dos Moradores do Povoado Arenhengaua
 Assoc. dos Moradores e Amigos da Comunidade Rural de Jatuarana
 Assoc. dos Moradores e Amigos de Campo Sales
 Assoc. dos Oradores da Pimenteira
 Assoc. dos Pequenos Produtores Agrícolas do Tocantins – APA-TO
 Assoc. dos Pescadores e Extrativistas das Ilhas ao Sul de Belém: Maracujá, Papagaio e Combu
 Assoc. dos Produtores Agroextrativistas da Assembléia de Deus do Rio Ituxi
 Assoc. dos Produtores Rurais Extrativistas do Quilombo Lagoa Mirim
 Assoc. dos Remanescentes de Quilombo do Bairro João Surá
 Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva da Mata Grande – ATRAMAG
 Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva do Extremo Norte – ARENT
 Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Ciriaco – ATARECO
 Assoc. em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA
 Assoc. Etno-ambiental Beija-flor
 Assoc. GLBT Orquídea

Assoc. Indígena Karapanã – ASSIKA
 Assoc. Intermunicipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agroextrativistas do Município de Imperatriz – ASSINTI
 Assoc. Katiró – Núcleo de Estudos e Pesquisas Relacionado à Orientação Sexual e Identidade de Gênero
 Assoc. Poterika'ra Numiã – APN
 Assoc. Pró Reintegração Invernada Paiol de Telha
 Assoc. Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista
 Assoc. Quilombola Castorina Maria da Conceição
 Assoc. Quilombola da Conceição das Crioulas – AQCC
 Assoc. Quilombola de Santa Fé
 Assoc. Quilombola do Morro do Boi
 Assoc. Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão
 Assoc. Quilombola Tobias Ferreira
 Assoc. Quilombolas Unidos do Rio Capim
 Central Catarinense de Capoeira Angola
 Central das Associações Agroextrativistas de Democracia, Manicoré
 Central de Cooperativas dos Pequenos Agroextrativistas do Sul e Oeste do Maranhão – CCAMA
 Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU
 Centro de Educação Popular de Esperantina – CEPES
 Clube Agrícola de Sete Barracas – CASB
 Clube de Mães de Morada Nova
 Comissão Pastoral da Terra-Ar – TOC
 Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora dos Remédios
 Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Luis Gonzaga
 Comissão dos Ex-moradores do Parque Nacional do Jaú
 Comissão Pastoral da Terra – Região do Zé Açú – AM
 Comissão Pastoral da Terra – AM
 Comitê Ambiental do Tucunduba
 Comunidade Baixa Verde
 Comunidade Bararuá
 Comunidade Boa Esperança
 Comunidade Bom Jardim
 Comunidade de Artesãos do Cipó Imbé de Garuva
 Comunidade de Caité
 Comunidade do Beco dos Pretos – Morro da Liberdade
 Comunidade Indígena l'apyrehyt
 Comunidade Indígena Mawé
 Comunidade Indígena Sahu-pe,
 Comunidade Indígena Waikiru
 Comunidade Indígena Waraná
 Comunidade Jacapari Santo Antônio
 Comunidade Jacaperi Perpétua
 Comunidade Negra de São Benedito da Praça 14 de Janeiro
 Comunidade Prosperidade
 Comunidade São Pedro do Copeçu
 Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo de Mojú

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS **nova cartografia social**

Conselho dos Assentados da Gleba Vila Amazônica
Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Amarante – COOPRAMA
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Balsas
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis – COOPAESP
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Imperatriz – COOPAI
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de João Lisboa – COOPAJOL
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Loreto
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Montes Altos – COOPEME
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de São Raimundo das Mangabeiras – COOPEVIDA
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Viana – COOPPAV
Cooperativista Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro – COMAGEPT
Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará – Malungu
Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro – DJIRN/FOIRN
Eco Recicla
Equipe Itinerante
Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro – FOIRN
Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS
Fundo de Arraieira de Caravelas – APESCA
Grupo Centro
Grupo de Capoeira Angola Palmares
Grupo de Donas de Casas de Viana
Grupo de Estudo das Quebradeiras de Coco
Grupo de Mães de Presidente Sarney
Grupo de Mulheres a Vila Santana
Grupo de Mulheres da Vila Metade
Grupo de Mulheres da Vila São José
Grupo de Mulheres de Cantinho
Grupo de Mulheres de Itacoaritia
Grupo de Mulheres de Joca Marques
Grupo de Mulheres de Olho D'Água dos Pires
Grupo de Mulheres de Santana
Grupo de Mulheres de Tenda do Coco
Grupo de Mulheres do P.A. Fortaleza
Grupo de Mulheres Guerreiras Ribeirinha
Grupo de Quebradeiras de Coco da Palestina
Grupo de Quebradeiras de Coco de Goiabal
Grupo de Quebradeiras de Coco de Retiro
Grupo de Quebradeiras de Coco de Santa Rita
Grupo de Quebradeiras de Coco de Santo Antônio
Grupo do Jorge Teixeira
Grupo do Rio Piorini
Grupo dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Submédio
e Baixo São Francisco
Grupo Glória e São Raimundo
Grupo Mauazinho I
Grupo Mauazinho II
Grupo Mulheres Guerreiras Ribeirinhas – CMGR
Grupo Terra Nova III
Grupo Vapet
I Fórum da Juventude do Baixo Tocantins
liê Axé Alagbedê Olodumare
Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental – IAGUA
Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos – IACOREQ
Instituto Equipe de Educadores Populares IEEP
Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira
Irmandade de São Pedro
Kuntanawa do Alto Rio Tejo – Aldeias Sete Estrelas
Movimento das Pessoas com Deficiência de Belém
Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MABE
Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
Movimento dos Catadores de Belém
Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná
Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná
Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba – MORIVA
Movimento em Defesa dos Portos Públicos de Belém
Movimento GLTB do Pará
Mov. Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB
Mov. Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB – Coord. Baixada Ocidental
Mov. Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB – Coord. Bico do Papagaio
Mov. Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB – Coord. Esperantina
Mov. Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB – Coord. Imperatriz
Mov. Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB – Coord. Mearim
Mov. Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB – Coord. Pará
Movimento Lésbicas Manaus – MLM
Movimento dos Atingidos Pela Base Espacial de Alcântara
Mulheres Unidas do Artesanato – MUA
Paróquia São Pedro Apóstolo
Pescadoras Artesanais do Submédio e Baixo São Francisco
Pescadores e Pescadoras Artesanais da Comunidade de Resina
Pescadores e Pescadoras Artesanais da Comunidade de Saramém
Pescadores e Pescadoras Artesanais do Açude Público Cocorobó
Pescadores e Pescadoras Artesanais do Cânion do São Francisco
Povo de Tuxá de Rodelas
Povo Kambiwá
Povo Kariri-Xocó
Povo Pankararu
Povo Pipipã
Povo Truká

Povo Tumbalalá
 Povo Xocó
 Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais
 Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social – SARES
 Setorial de Negras e Negras do Estado do Pará
 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão
 Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos – SMDH
 União de Associações de Fundo de Pasto de Casa Nova – UNASFP

Organizações apoiadoras das atividades dos movimentos sociais realizadores dos fascículos

Actionaid
 Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
 Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME
 Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses
 Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia – AGENDHA
 Associação Bujarense de Agricultores e Agricultoras – ABAA
 Assoc. Comunitária da Bairro da Mangueira – ASCOBAM
 Assoc. da Agricultura Familiar-Regional Baixada Maranhense
 Assoc. das Quebradeiras de Coco do Bairro Novo
 Assoc. de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER
 Assoc. de Bares e Restaurantes da Costa da Lagoa
 Assoc. de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUQ
 Assoc. de Mulheres de São Domingos do Araguaia – AMUSDA
 Assoc. de Mulheres do Bico do Papagaio – ASMUBIP
 Assoc. de Mulheres Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos – AMIRB
 Assoc. de Universidades Amazônicas – UNAMAZ
 Assoc. do Grupo de Jovens do Bairro Novo
 Assoc. dos Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia
 Assoc. dos Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR
 Assoc. dos Moradores de Bairro Novo
 Assoc. dos Pesquisadores da Amazônia – ASPA
 Assoc. em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA
 Assoc. Quilombola do Forte – ASQFORTE
 ASW
 Brot fur die welt
 Cáritas Brasileira
 Cáritas de Manaus
 CCNP
 CEAPS
 CEMPO
 Centre de Recherche et de Documentation sur l'Amérique Latine – CREDAL
 Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN.
 Centro de Defesa dos Direitos Humanos-CDDH-ES

Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU
 Centro de Educação Popular Esperantinense – CEPES
 Centro de Estudos do Trópico Úmido – CESTU-UEA
 Centro de Referência de Combate a Homofobia Adamor Guedes
 Centro de Valorização na Arte do Social e Cultural – CEVASC
 Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos – COHRE
 Colônia Z-26 – Delmiro Gouveia
 Comissão dos Assentados da Gleba Vila Amazônia
 Comissão dos Ex-Moradores do Parque Nacional do Jaú.
 Comissão Pastoral da Pesca – CPP
 Comissão Pastoral da Terra – CPT- PR
 Comissão Pastoral da Terra – Região Guajará
 Comissão Pastoral da Terra – Lábrea
 Comissão Pastoral da Terra – AM
 Comissão Pró-Índio – Acre
 Comunidade do Tiririca
 Comunidade Europeia
 Comunidade São Francisco do Tabocal
 Comunidade São Raimundo
 Conselho Indigenista Missionário – CIMI
 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
 Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS
 Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Viana
 Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ
 Coordenadoria Ecológica de Serviço – CESE
 CSE/UFPA
 Diocese de Humaitá- Pastoral Ribeirinha
 Duramaz
 EDUCAAMAZÔNIA
 E-Jovem
 ELIMU
 EPAGRE
 Equipe de Educadores Populares – IEEP
 Escola Desdobrada e N.E.I. Costa da Lagoa
 Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus Polo de Democracia – Manicoré-AM
 Escola Normal Superior – ENS-UEA
 Federação das Associações Comunitárias e quilombolas do Vale do Guaporé – FACQVALE
 Fiocruz – Amazônia
 Fórum Permanente Afro-descendente do Amazonas-FOPAAM
 Fundação Alfredo da Mata
 Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA
 Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado do Amazonas – FAPEAM
 Fundação Ford
 Fundo de Gênero Brasil/ Canadá
 Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA
 Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares Afro-Amazônicas – GEPIAA

Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia-GESEA/UEMA
Grupo de Pesquisa e Extensão "Territorialidades do Madeira" – GPETM/UNIR
Grupo GeografAR – UFBA
Grupo Inter Ação
HEIFER Internacional
Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental – IAGUA
Instituto Baleia Jubarte
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITGC
Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP
Instituto Internacional de Educação no Brasil – IEB
Instituto Livre Universidade Rios do Amanhã – IARA
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-RO
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Liga de Desporto de Costa Marques – LDCM
Ministério do Meio Ambiente – MMA
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara – MONTRA
Mov. Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB
Mov. Nacional de Luta pela Moradia – MNLM
Museu Amazônico
NPFT
Núcleo de Estudos em Comunidades e Povos Tradicionais e Ações
Núcleo de Estudos em Economia Solidária – CSE-UFSC
Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos
Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas-NUER
Núcleo de Pesquisa em Povos e Comunidades Tradicionais e Ações Socioambientais – NECTAS/UNEB
Paróquia de Santa Fé, Costa Marques, Rondônia
Paróquia de Sobradinho
Paróquia São João Batista
Pastoral da Juventude
Pastoral da Terra Guarapuava
Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus – PIAM
Prefeitura Municipal de Coelho Neto
Prelazia de Cametá
Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU-UFPA
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS-UFAM
Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental – PPGDA-UEA
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS-UFAM
Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Varzea – PYRÁ-UFAM
Projeto GeografAR – UFBA
Projeto Saúde e Alegria
Projeto Territórios Quilombolas no Espírito Santo – UFES
Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Representação de Ensino – SEDUC-COSTA MARQUES
Secretaria do Desenvolvimento Ambiental-SEDAM/RO
Secretaria do Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI
SIMA – UEMA

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão
Sind. dos Trabalhadores Rurais de Santarém
Sind. dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar – SINTRAF
Sind. de Trabalhadores Rurais de Pílão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes
Unicef
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Universidade do Estado do Amazonas – UEA
Universidade do Estado do Maranhão – UEMA
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Universidade Federal do Paraná – UFPR Litoral
Universidade Federal do Pará – UFPA
Universidade Federal do Rondônia – UNIR
Universidade Sem fronteiras
War on Want

Dorival dos Santos
Elder Marinho
Eliana Teles
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Erika Matsuno Nakazono
Erwin Becker Marques
Fabiano Saraiva
Franklin Plessmann de Carvalho
Gabriel Marcila
Gleidy Marianelli
Grupo GeograFAR
Isaias Araújo Cunha
José Frankneile de Melo Silva
Juracy Marques
Laura Adriana Chamo
Leonardo Wedekin
Lucas Martins dos Santos
Luis Augusto Pereira Lima
Marcelo Paustein Moreira
Marcos Vinicius da Costa Lima
Maria Betanha Cardoso Barbosa
Mayka Danielle Brito Amaral
Milson Santos
Patrícia Miranda Mendes
Paulo Leonardo Fialho
Ricardo Folhes
Rita de Cássia Pereira da Costa
Rodrigo Macedo Lopes
Romano Ramos
Rosa E. Acevedo Marin
Stephanie Nasuti
Tadeu Miquiles da Paz
Ticiano Rodrigo
Ulisses Guimarães
Uriel Pinheiro
Vânia Fialho

CARTOGRAFIA E MAPAS

pesquisadores que participaram da elaboração dos mapas situacionais publicados nos fascículos e mapas sínteses publicados nos livros e boletins informativos

Adaildo Pereira dos Santos
Adaíse Lopes Gouvêa
Adriano Elisei
Aldemir Moraes Gonçalves
Álvaro Ribas
Alzení Tomáz
Bruno Bezerra de Andrade
Bruno Henrique Costa Toledo
Carolina Pinto da Silva
Carlos Alberto Castro
Carlos Hagge
Cátia Magalhães
Claudia I. S. dos Santos
Cristiane da Silva Nogueira
Cristiane Julião Pankararu
Cynthia Carvalho Martins
Davi Pereira Júnior
Delmo Roncarati Vilela

FOTOGRAFIAS PUBLICADAS NOS FASCÍCULOS, LIVROS E BOLETINS INFORMATIVOS

Adaildo Pereira dos Santos
Adalmir José
Alan Boccato
Aldevan Brazão Elias
Aldo Luciano Lima
Alduvar Hurtado Guerrero

Alenilza de Nazaré Brazão
 Alessandra Queiroz
 Alexandre Baxter
 Alexandro Santana de Souza
 Alfredo Wagner Berno de Almeida
 Alzení Tomáz
 Ana Felisa Hurtado Guerrero
 Ana Paulina Aguiar Soares
 Anderson Lima Marinho
 Anelise Rondon de Campos
 Antônio Barbosa de Melo
 Antônio Fonseca
 Antônio João Castrillón Fernandez
 Aroldo Chellei Brito Amaral
 Arquivo Alemão
 Arquivo do Centro de Referência em
 Direitos Humanos de Prevenção e Combate
 à Homofobia “Adamor Guedes”
 Arquivo IEEP/MASA
 Arquivo Projeto Cipó Imbé
 Arquivos fotográficos da comunidade
 Arquivos Ilhéus
 Arthur Lima da Silva
 Arydimar Vasconcelos Gaioso
 Bambaê do Grupo de Jovens de Bairro Novo
 Bárbara de O. Miranda
 Bruna Graziela Cordeiro dos Santos
 Bruno Henrique Costa Toledo
 Carlos Alberto Castro
 Carlos Eduardo Miranda
 Cícero Mendes
 Claudina Azevedo Maximiano
 Cleonice Meireles de Macedo
 Clécio Márcio do N. Gonçalves
 Coordenação Nacional de Articulação das
 Comunidades Negras Rurais Quilombolas
 – CONAQ
 Cristiane Martins
 Cynthia Carvalho Martins
 Davi Pereira Junior
 Delmo Roncarati
 Diana Antonaz
 Dulcilene Gomes Batista
 Edeneý Barroso
 Elieyd Sousa de Menezes
 Elizanilde Alves
 Emmanuel de Almeida Farias Júnior
 Erika Matsuno Nakazono

Esmael de Oliveira
 Fábio Eduardo
 Fernando de Andrade Pereira
 Francicléia dos Santos Azevedo
 Francinete Pereira da Cruz
 Francisca das Chagas Fonseca
 Francisco Flores Ferreira
 Franklin Plessmann de Carvalho
 Glademir Sales dos Santos
 Gláucia Maria Quintino Baraúna
 Gustavo Falsetti
 Gyordanna Patrícia P. da Silva
 Índios Online
 Irislane Pereira de Moraes
 Itaciara Prestes da Silva
 Itamara dos Anjos Oliveira
 Jefferson de Oliveira Salles
 João Carlos Barrozo
 João Zinclar
 Joaquim Shiraiishi Neto
 José Carlos Vandresen
 José Elias Torres Ferreira
 José Flávio Haru Xinã
 José Inácio Aiala
 Joseline S. Barreto Trindade
 Judith C. Vieira
 Juliana Barros
 Júlio Cavalheiro
 Juracy Marques dos Santos
 Jurandir Santos de Novaes
 Leonardo Wedekin
 Lillian Carolina de Araújo Santana
 Lourival Fidelis
 Luciana Railza Cunha Alves
 Luciane da Silva Costa Marinho
 Luciene de Menezes Simão
 Luís Augusto Pereira Lima
 M. Cristina Guimarães Ferreira
 Marcelo Messias Franco
 Marcos N. Pereira
 Marcos Rossi Santos
 Marcos Vinicius da Costa Lima
 Maria Betenha Cardoso Barbosa
 Maria de Jesus Tolosa Galvão
 Mariana Ciavatta Pantoja
 Mason Mathews
 Mayara Pereira da Silva

Mayka Danielle Brito Amaral
 Mila Petrilla
 Milene Padilha
 Nadja Christine de Castro Souza
 Nivaldo Rodrigues e Silva
 Otto Mendes
 Patrícia Miranda Mendes
 Pedro de Deus
 Pedro Maciel D’Albuquerque
 Poliana de Souza Nascimento
 Queops Silva
 Raimundo Lúcio Ferreira da Silva
 Richelma Carvalho
 Rita Auxiliadora G. Ferreira
 Rita de Cássia Pereira da Costa
 Roberto Filizola
 Roberto Martins de Souza
 Rodrigo Macedo Lopes
 Rodrigo Rodrigues Colares
 Rosa Elizabeth Acevedo Marín
 Rosiane Martins
 Sandro José da Silva
 Sandro Juliati
 Sebastião Cosme Almeida Ramos
 Sérvulo de Jesus Morais Borges
 Sheilla Borges Dourado
 Silvana Compton Barroso
 Simone Gayoso
 Solange Maria Gayoso da Costa
 Taisa Lewitzki
 Thaís Brianezi
 Thais Fernanda Silva
 Tiago Kramer Oliveira
 Ticiano Rodrigues
 Txai Terri Aquino
 Vabderlúcia da Silva Ponte
 Valdelanda de Paula Alves
 Vanderléia Gadelha
 Vânia Fialho
 Vilma Costa Rodrigues
 Vilson Araújo Serejo
 Willas Dias da Costa

TRADUÇÃO

Português-Inglês

LIVRO

Mason Clay Mathews

Sheilla Borges Dourado

Português-Alemão

LIVRO

Jörg J. Ohly

Português-Japonês

APRESENTAÇÃO SITE

William Shiguero Farias Tashiro

Português-Alemão

APRESENTAÇÃO SITE

Eva Bochkor

Português-Inglês

APRESENTAÇÃO SITE

Gabriel Locke Suchodolski

Mason Clay Mathews

Português-Inglês

FASCÍCULOS

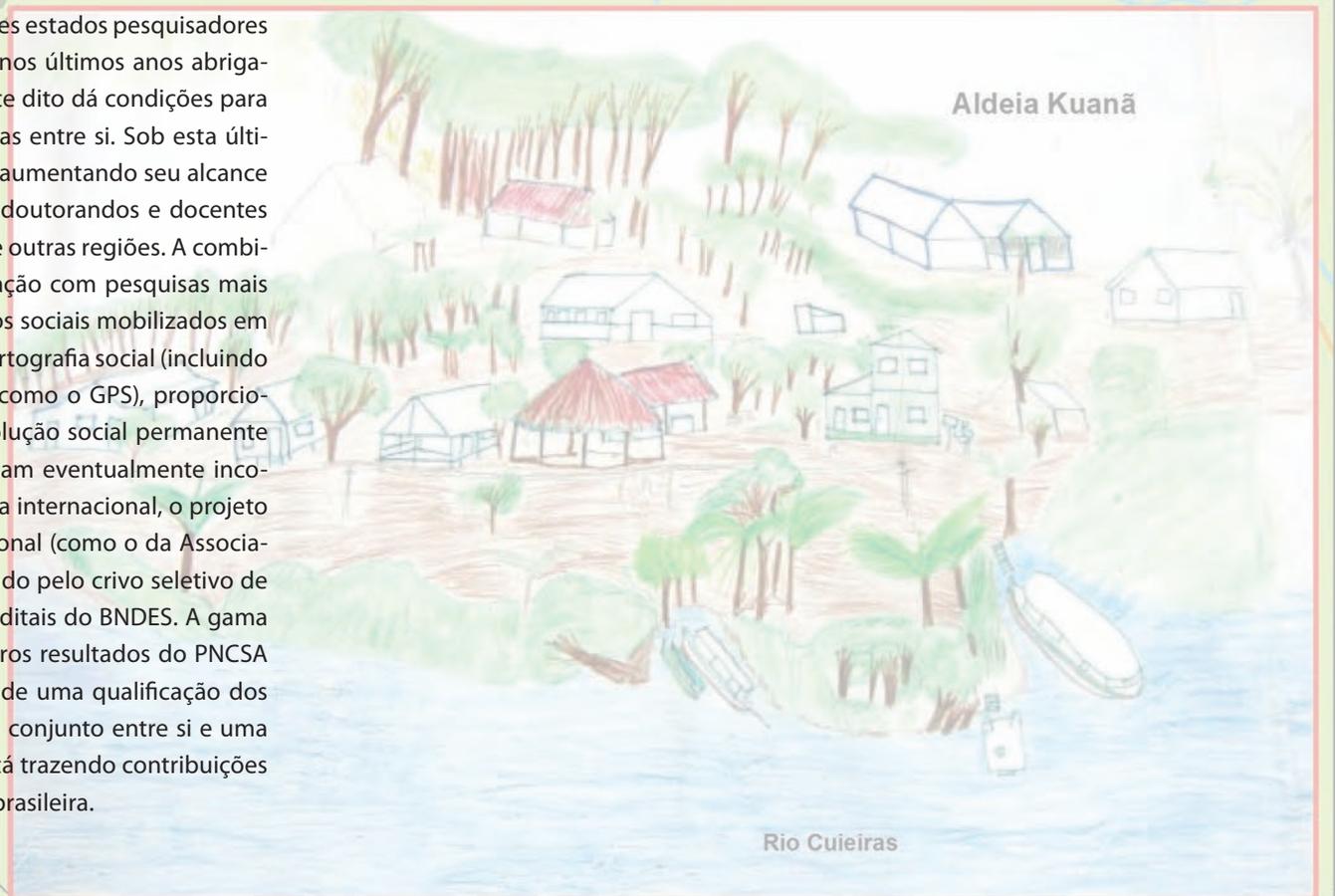
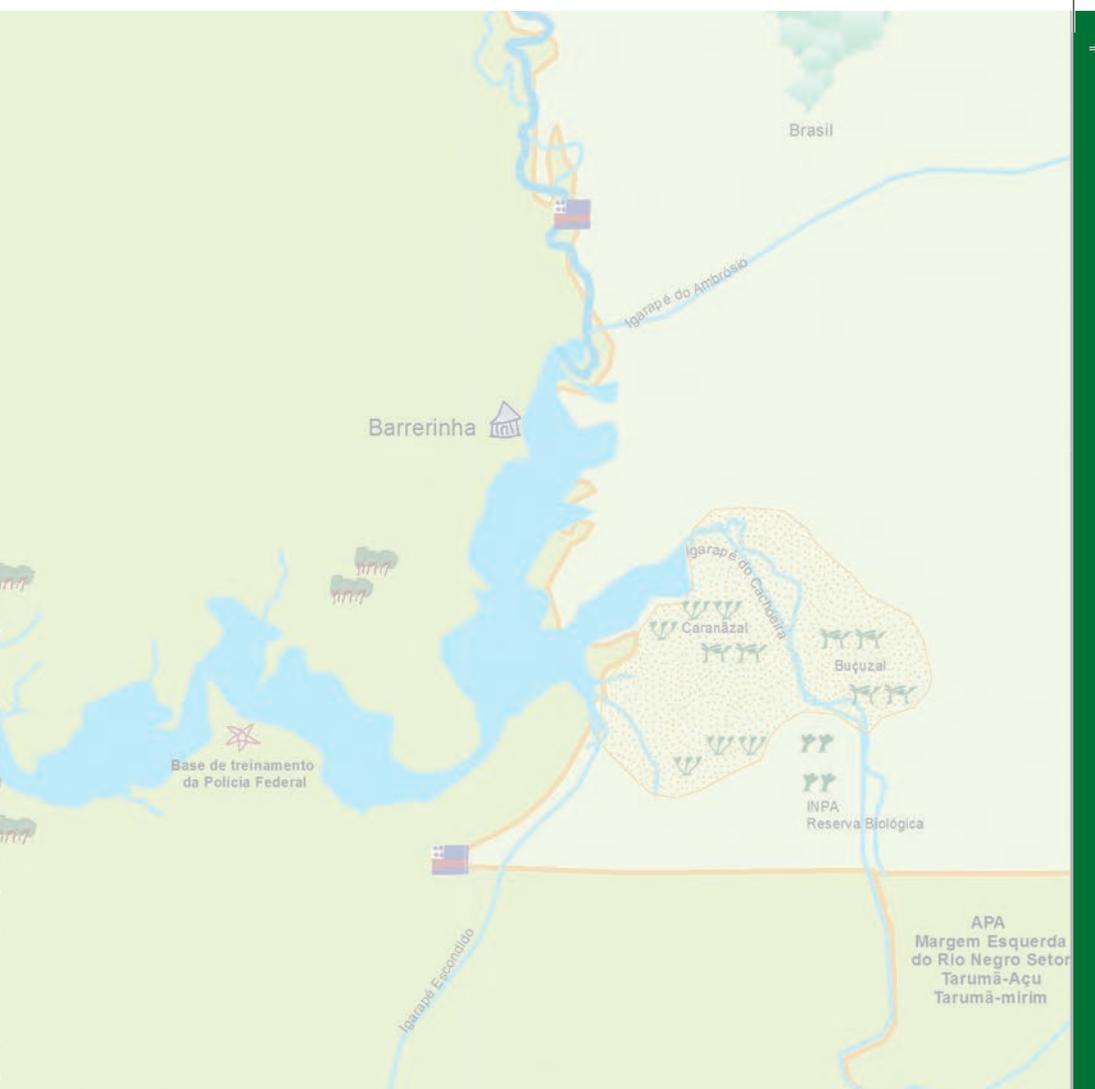
Gabriel Locke Suchodolski

Helen Catalina Ubinger

A nova cartografia e os movimentos sociais

JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES ANTROPÓLOGO
PROFESSOR ASSOCIADO PPGAS-MN-UFRJ, PESQUISADOR DO CNPQ

Sou testemunha da importância do PNCSA como formulador e produtor de pesquisas originais sobre a identidade social e a territorialidade de grupos sociais na Amazônia e em diversas áreas do país; como formador de pesquisadores e de uma relação permanente com diferentes movimentos sociais. A eficácia na consecução simultânea dessas tarefas faz desta experiência de pesquisa uma experiência única, ao meu conhecimento, em termos nacionais e internacionais. O PNCSA é fruto da reunião de pesquisadores cuja origem se produz em decorrência de diferentes projetos de pesquisa e da militância antropológica de Alfredo Wagner no Maranhão desde a segunda metade dos anos 1970 (onde são reconhecidos seus projetos com o território quilombola de Alcântara, bem como a parte regional do movimento de mulheres quebradeiras de coco babaçu), no Pará (onde entre outras pesquisas como a famosa da “Guerra dos Mapas” no Carajás, assessorou projetos de secretarias municipais dinâmicas de Belém entre 1997 e 2005) e no estado do Amazonas. Nestes diferentes estados pesquisadores foram sendo formados e se uniram de forma estável nos últimos anos abrigados na UFAM e na UEA, quando o PNCSA propriamente dito dá condições para que haja uma multiplicação de pesquisas coordenadas entre si. Sob esta última forma mais estável esta rede de pesquisadores vai aumentando seu alcance com a adesão de jovens pesquisadores, mestrandos, doutorandos e docentes não somente nestes estados do Norte, mas também de outras regiões. A combinação de pesquisas de uma etnografia de longa duração com pesquisas mais pontuais segundo a demanda de grupos e movimentos sociais mobilizados em oficinas de auto-pesquisa e de instrumentos de uma cartografia social (incluindo os meios tecnológicos atuais de localização espacial como o GPS), proporciona a produção de resultados de pesquisa com a devolução social permanente aos grupos pesquisados. Embora tais resultados possam eventualmente incomodar forças dominantes locais, nacionais ou de escala internacional, o projeto tem tido reconhecimento acadêmico não menos nacional (como o da Associação Brasileira de Antropologia) e internacional, passando pelo crivo seletivo de financiamentos tais como os da Fundação Ford e de editais do BNDES. A gama de publicações do projeto é impressionante, e de outros resultados do PNCSA se ouvirá falar mais no futuro. A produção conjunta de uma qualificação dos movimentos sociais de grande diversidade postos em conjunto entre si e uma qualificação dos pesquisadores é um resultado que está trazendo contribuições inestimáveis ao panorama da pesquisa antropológica brasileira.



II

oficinas de mapas e fascículos

orda
etor
n



Palabras introductorias

CHARLES R. HALE DIRETOR DO TERESA LOZANO LONG INSTITUTE OF LATIN AMERICAN STUDIES AND BENSON LATIN AMERICAN COLLECTION – UNIVERSITY OF TEXAS, AUSTIN

Es un honor haber sido invitado a ofrecer estas breves palabras introductorias para la presente compilación de trabajos realizados por el equipo “Nova Cartografía Social” desde su fundación hasta el presente. Es para mí especialmente significativa porque tuve la oportunidad de conocer a Alfredo Wagner Berno de Almeida en el año 1990 en Austin, Texas, cuando el proyecto fue todavía incipiente. Me acuerdo bien de su energía, carisma, y enfoque intenso en aquel entonces – igual que tiene hoy en día – pero con menos experiencia de haber puesto las ideas en práctica. Ahora, unos dos décadas después, hay una trayectoria variada, profunda, y prodigiosa para apreciar. Desde los “fascículos” hasta los libros, mapas y películas, es un acervo sumamente rico, y cada pieza cuenta su propia historia de un proceso colaborativo entre un grupo organizado para reclamar derechos, y un equipo de especialistas que ofrece las técnicas y los métodos de mapeo participativo como respaldo para esa lucha. La segunda razón por la cual esta colección es significativa para mí es justamente esta combinación creativa entre empeño académico y compromiso social. Hecha bien, esta combinación es, en mi juicio, es el logro más noble de las ciencias sociales; y no puedo pensar en mejor ejemplo de su ejecución consistente y consecuente a través de tanto tiempo, que la producción de la Nova Cartografía Social. Por último, es significativo para mí porque tuve la oportunidad de visitar el equipo en diciembre en Manaus, de acompañar algunas visitas de campo, y apreciar en persona el trabajo que hacen. Aunque supe algo ya por interacciones en conferencias y lecturas, no hay sustituto para interacción directa, la cual me dejó sumamente impresionado.

En lo sustantivo, además de su metodología participativa, lo que me impresiona más del equipo Nova Cartografía es su capacidad constante y profunda de innovación. Una cosa es desarrollar una especialidad técnica, y aplicarla de manera consecuente a través de los años. Pero el resultado es muy diferente cuando el equipo aplica la técnica, y a la vez sujeta la práctica a escrutinio y reflexión crítica, para mejorar las rutinas, expandir su aplicación a ámbitos nuevos, y adaptar la metodología a los emergentes desafíos económico-políticos del entorno. Sea una revisión de los títulos de los fascículos, o una apreciación más profunda del análisis ofrecido en los libros, uno rápidamente se da cuenta que el adjetivo “nova” es bien puesto: es una práctica de mapeo en plena evolución, cuyo curso arroja múltiples aprendizajes tanto técnicos como teóricos que han sido, en cada etapa, sustantivamente nuevos.

En nuestro propio núcleo de estudio y práctica del mapeo participativo en Austin, Texas hemos propuesto la existencia de tres fases de experiencia con la materia. La primera asociamos con apertura y oportunidad: cuando la tecnología satelital se desclasifica y democratiza de tal manera que comienza a ser apropiado por conjuntos de investigadores y protagonistas; y simultáneamente, un momento cuando el contexto político-económico ofrece modestas posibilidades para la demarcación y hasta titulación de territorios reclamados desde abajo. La segunda fase asociamos con la reflexión crítica, cuando acumula una serie de complejidades, tensiones, consecuencias inesperadas que obligan pausa y análisis detenido. Los temas son variados, desde la tensión entre “experto” y “protagonista” hasta las premisas identitarias subyacentes en los procesos de mapeo, y muchos más. En su conjunto, no sirvieron tanto para cuestionar el valor del trabajo de mapeo en sí, sino un ánimo de proseguir de manera más consciente y reflexiva, incorporando los aprendizajes críticos en nuevas formas de práctica. La tercera fase, que recién comienza, asociamos mayormente con la amenaza. Transformaciones en los marcos legales y legislativos; nuevos patrones de acumulación y explotación capitalista; nuevos predadores que tienen los territorios – tenga o no sus títulos formales – en la mira. Es un momento que exige nuevos usos la cartografía social, como son el mapeo de conflictos y amenazas, o el uso del mapeo para ordenar y afianzar un territorio ya concedido.

Lo impresionante de la Nova Cartografía Social, en relación a este análisis de las tres fases, es la manera en que anticipa e incorpora las tendencias nuevas, antes de que sean visibles en general al nivel de la región. No tengo explicación cabal para esta audacia y previsión. Me imagino que tiene que ver con la estrecha relación para ellos entre teoría y práctica, la insistencia de que cada experiencia sea sujeta a reflexión crítica, cuyas conclusiones se incorpora en la siguiente ronda de práctica. Sea lo que sea la explicación, lo importante es que el equipo de Nova Cartografía Social se ubica sin lugar de duda en la avanzada al nivel del hemisferio en este campo profesional. Con esa compilación tenemos amplia evidencia para probar esta aseveración y más importante aun, el material que nos permite aprender del rico acervo de su praxis, y participar junto con ellos en los siguientes ciclos de elaboración teórica e innovación técnica.

Austin, Texas – agosto 2012

Nova Cartografia Social da Amazônia

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA ANTROPÓLOGO; PROFESSOR-VISITANTE CESTU – UEA, PPGSCA E PPGAS – UFAM;
COORDENADOR DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA; PESQUISADOR CNPQ

A partir de técnicas de mapeamento social, os trabalhos de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) visam analisar os processos diferenciados de territorialização, hoje em pauta na Amazônia, e sua relação com a emergência de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Tais identidades são múltiplas e configuram uma diversidade sociocultural amazônica. Elas são expressas por diferentes identidades coletivas, aglutinadas consoante denominações locais, tais como: ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, indígenas, piaçabeiros, pescadores artesanais, castanheiros, artesãos e artesãs (do arumã, do tucum, do cipó ambé e das palhas e sementes), indígenas que residem em cidades, quebradeiras de côco babaçu e peconheiros (coletores de açáí) dentre outras. Cada uma destas categorias de identidade acha-se agrupada segundo uma forma organizativa própria, construindo, mediante mobilizações sucessivas, suas territorialidades específicas. Através de uma crescente autoconsciência cultural elas tem mobilizado forças para defender suas territorialidades daqueles interesses predatórios, responsáveis maiores pela devastação ambiental e, sobretudo, pelos desmatamentos e pela contaminação dos recursos hídricos. Para tanto elas desencadeiam campanhas contra madeireiras, projetos agropecuários, usinas de ferro-gusa e mineradoras que devastam os recursos naturais.

O objetivo do PNCSA consiste justamente em mapear estes esforços mobilizatórios, descrevendo-os e georeferenciando-os, com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades estudadas. O trabalho de mapeamento pressupõe, além disto, o treinamento e a capacitação de membros destas comunidades, que são os sujeitos na seleção do que deverá constar dos mapas produzidos e no registro de pontos a eles referidos. O aprendizado de dispositivos constitucionais, da legislação ambiental pertinente e de técnicas elementares de uso do GPS consiste numa etapa inicial do trabalho do PNCSA. Tal capacitação é consolidada pelas oficinas de mapas realizadas nas próprias comunidades. De acordo com uma composição definida pelos seus próprios membros tais oficinas resultam em atividades que delimitam perímetros e consolidam as informações obtidas por meio de observação direta e de diferentes tipos de relatos, contribuindo para uma descrição etnográfica suficientemente precisa. Para fins de divulgação ampla e difusa, os resultados dos trabalhos relativos a cada situação social são publicados em forma de fascículos, contendo um mapa, excertos de depoimentos de

membros das comunidades pesquisadas e as demandas do grupo. Este fascículo, coligido pelas respectivas equipes de pesquisadores, são distribuídos principalmente pelos próprios membros das comunidades mapeadas.

DIREITOS TERRITORIAIS

Verificamos, no decorrer das atividades de campo, uma recorrência da expressão “terras tradicionalmente ocupadas”¹ nas pautas reivindicatórias dos movimentos sociais. Trata-se de uma referência constante, reveladora de como cada unidade social tem consciência das suas fronteiras. Isto pode indicar não apenas um aumento da percepção que os agentes sociais tem de seus direitos territoriais, mas também elementos de uma autoconsciência cultural. Mencione-se a propósito o uso difuso do Art. 231 da CF, que rompe com o sentido historicista das “terras imemorais”. Mencione-se também as constituições estaduais e as leis municipais que tem assegurado o livre acesso aos recursos básicos² e que foram sancionadas a partir de reivindicações dos movimentos sociais. Completam este quadro jurídico-formal o Decreto presidencial nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de junho de 1989, que foi ratificada pelo Brasil em junho de 2003, e que corrobora o critério de autodefinição e da consciência que um grupo social ou povo tem de sua própria situação objetiva.

O Decreto 6.040 define, no seu Art. 2, a competência da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, da qual participam trinta movimentos sociais diretamente referidos a campanhas contra os desmatamentos e à luta contra a expansão das terras dos grandes empreendimentos vinculados ao mercado de *commodities*. Partem do princípio de que as terras indígenas e de quilombos, bem como aquelas sob controle efetivo de povos e comunidades tradicionais, encontram-se ameaçadas por esta expansão justamente por serem as áreas mais preservadas ambientalmente e com uma cobertura botânica mais expressiva. O mapeamento social traduz esta consciência ambiental aguçada e seus efeitos sobre a representação cartográfica que as comunidades produzem acerca de suas próprias territorialidades específicas.

¹ Cf. Almeida, 2008.

² Cf. Shiraishi, 2006.

CENSO E MAPA

Benedict Anderson³, em “Comunidades Imaginadas”, sublinha que três instituições moldaram profundamente a maneira como o Estado nacional projetou seu poder: a classificação das categorias de identidade dos agentes sociais por ele governados, a geografia delimitadora de seus domínios e a legitimidade de sua linhagem. O *recenseamento*, o *mapa* e os *museus* constituem os instrumentos efetivos desta dominação. Aqui irei me deter justamente em questões que concernem aos dois primeiros, mesmo sabendo que tais instrumentos historicamente tem passado por transformações, que redefinem seu sentido e importância.

Foi a partir de categorias de identidade e da produção de mapas que discutimos preliminarmente, em 2004-05, o PNCSA e suas iniciativas de mapeamento social, analisando a devastação nos babaçuais. As quebradeiras de coco babaçu participaram do trabalho de campo e contribuíram decisivamente na elaboração dos seis primeiros fascículos e do livro que trata da Guerra Ecológica nos Babaçuais. As quebradeiras de coco babaçu participaram das oficinas, marcaram os pontos com GPS e auxiliaram os pesquisadores na seleção dos trechos dos depoimentos que deveriam constar dos fascículos. Igual procedimento ocorreu com as comunidades quilombolas, que se aproximaram do PNCSA a partir de conflitos que ameaçavam seus territórios. Procedemos de uma maneira aberta, livres da rigidez burocrática de qualquer metodologia de “mapeamento participativo”, realizada por agências multilaterais, por organismos da cooperação internacional ou por órgãos governamentais que necessitam do aval ou dos termos de anuência das comunidades para implantar seus empreendimentos. Cabe destacar que tais iniciativas se dispõem num intrincado campo de disputas. Este campo parece ir se estruturando num momento em que o Estado vai perdendo o monopólio de classificar pessoas, grupos e objetos e quando as categorias de identidade, adotadas pelo recenseamento oficial e apoiadas em “critérios de cor” (brancos, pretos, amarelos, pardos...), já não tem mais a força explicativa que usufruíam no primeiro censo demográfico do Brasil, de 1872. O mito de origem do povo brasileiro, apoiado na interpretação positiva da miscigenação das três raças – população autóctone, escravos africanos e colonos portugueses⁴ – e na apologia da “mistura”, negando as diferenças, está sendo deslocado pela valorização da diversidade cultural (Oliveira, 1999). Emergem concomitantemente territorialidades específicas, em todo o Brasil, que redesenham mapas, ao mesmo tempo são criados pequenos museus, por associações voluntárias e outras formas associativas encetadas pelos movimentos sociais, que traduzem as expressões culturais intrínsecas e demandam o reconhecimento daquela diversidade.

O PNCSA inicia suas atividades consoante estas condições de possibilidade. Surge no início da primeira década do século XXI, sucedendo às transformações profundas do final do século XX, quando ocorreu o advento de novos movimentos sociais (Hobsbawm, 1995) e de formas organizativas, que denotam antago-

nismos em torno das classificações, das categorias de identidade, dos mapas e demais instrumentos históricos de dominação.

Como se estrutura esta competição? Ela teria como base as ações de agências multilaterais (BIRD, BID, OMC), de grandes ONGs e de empresas de consultoria e de sensoriamento remoto, com tecnologias em SIG, GPS, pesquisa eletromagnética e mapeamento. Numa quadra em que as empresas estariam se apropriando do repertório de práticas do “terceiro setor” – usualmente referido às ONGs –, ao incorporarem princípios de gestão, que compreendem fins ambientais e objetivos sociais, verifica-se não apenas uma retórica difusa de “ambientalização”, como se o respeito ao meio ambiente fosse um princípio universal, mas também uma ênfase em atividades designadas como “comunitárias”, “participativas” e/ou de “parceria”. Concomitantemente verifica-se que as agências multilaterais reeditam uma noção de etnia, de fundamento primordialista. Melhor explicando: elas preconizam o que chamam de “multiculturalismo”, considerando como cultura os “traços” étnicos de grupos cuja identidade é definida pela comunidade de sangue, pela “raça”, pelos “costumes” e pela língua. Assim, tem-se que são vários e bem disseminados, pelas agências multilaterais e pelas grandes ONGs, os projetos ditos de “mapeamento participativo” ou de “mapeamento comunitário”. Eles propalam idealmente o que chamam de “inclusão”, isto é, incluir nas atividades de elaboração de mapas a “população local”. Estas práticas ganharam corpo a partir do final dos anos 1980-90, sobretudo com as políticas de zoneamento ecológico-econômico financiadas pelo BIRD. Foram disseminados softwares e incentivados cursos de capacitação, privilegiando as tecnologias de mapeamento e informação geográfica⁵.

O “mapeamento participativo” tornou-se, concomitantemente, um quesito dos manuais das agências multilaterais do mesmo modo que a “participação comunitária”. A implementação de projetos, programas e planos não mais prescinde deste instrumento que idealmente permite à “população local” se manifestar através de audiências e consultas públicas, quanto aos trabalhos de intervenção.. A adoção dos mecanismos chamados de “participativos” confere legitimidade a estes projetos e programas. Embora sejam chamadas de “comunitárias” tais experiências consideram, entretanto, os agentes sociais mais como “indivíduos”, cujo somatório resultaria na “comunidade”. Para fins de ilustração consulte-se o “Manual de orientações do Subprograma de urbanização de assentamentos subnormais”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que está sendo adotado em Belém nas obras de saneamento no Tucunduva e em Manaus no projeto de urbanização das áreas palafitadas. Consulte-se também os trabalhos do zoneamento ecológico-econômico realizados no âmbito do PPG-7. As mencionadas experiências, deste modo, afirmam uma existência serial, não havendo propriamente um “coletivo” ou uma existência coletiva, senão uma soma de agentes individualizados, cristalizada numa associação ou forma similar. As consultas e os termos de anuência são, em decorrência, produzidos em termos individuais. Prepondera uma visão idealizada de comunidade, a qual

³ Cf. Anderson, 1983.

⁴ Consulte-se a propósito Oliveira, 1999.

⁵ Para maiores detalhes consulte-se Acsegrad, 2008.

aparece, em verdade, como resultante de uma ação oficial engendrada de cima para baixo. Para Bourdieu esta imposição de “comunidade”, para que o grupo possa se beneficiar de programas governamentais, trata-se de um trabalho político⁶, que cria condições para uma “destruição sistemática dos coletivos” (Bourdieu, 1998:137).

Nesta ordem pode-se asseverar que o PNCSA se distingue dos chamados “mapeamentos participativos” e da serialidade que propõem. Evita confundir audiência pública com consulta, mostrando que são fases distintas do processo de participação. Para efeito de contraste verifica-se, em primeiro lugar, que não define ou propõe como devem participar e nem tão pouco possui uma “metodologia” que discipline a ação dos membros da “comunidade” nas atividades do projeto⁷. Exerce também uma análise crítica tanto com respeito à abordagem primordialista, apontando-a como estática e “naturalizadora”, quanto com respeito à abordagem instrumentalista, que reduz a etnicidade a uma fonte de vantagens materiais atendendo a interesses de diferentes grupos sociais. O PNCSA critica o arbitrário das classificações externas e, ao contrário destas abordagens, ao atender às demandas de povos e comunidades tradicionais, propicia condições de possibilidade para que cada comunidade possa ter acesso a instrumentos que lhes permitam uma representação cartográfica intrínseca. Efetiva isto ao ministrar noções elementares de GPS ou propiciar meios para que alguns membros destas comunidades, por elas mesmas selecionados, tenham noções de ArcGis e de outras ferramentas tecnológicas para se auto-cartografarem. Para tanto é que o PNCSA promove “oficinas de mapas”, que estimulam uma discussão aberta, e condições de possibilidades para uma autodefinição⁸ coletiva. Quem define a elaboração do mapa, quem participa de sua construção, quando e como, selecionando o que é relevante para ser nele inserido, são os participantes da própria oficina realizada na comunidade escolhida e aqueles que com eles se agruparam. O mapa consiste, nesta ordem, num produto desta atividade coletiva que é autônoma e independente do próprio PNCSA. A ação do PNCSA se restringe às relações de pesquisa construídas com os grupos estudados, baseadas na confiança mútua, e aos critérios de competência e saber acadêmicos ora inspirados na antropologia e na sociologia, ora na geografia e na própria cartografia social que aparece articulada com a pesquisa etnográfica. As relações de pesquisa já consolidadas asseguram a fidedignidade das informações levantadas e evidenciam os critérios seletivos, sobre quais dados são relevantes para integrar o mapa, adotados pelos membros das comunidades.

6 Cf. Bourdieu, 1998.

7 Cf. Almeida, 2003.

8 Cf. Barth, 1969.

MONOPÓLIO DA ARTE DE MAPEAR

Cabe lembrar que historicamente o monopólio de produzir mapas consistia num atributo das formações militares e dos famosos “colégios de cartógrafos” de que tanto nos fala o literato argentino Borges:

“En aquel Imperio, el arte de la Cartografía logro tal perfección que el mapa de una sola provincia ocupaba toda una ciudad, y el mapa del Imperio, toda una provincia. Con el tiempo, esos mapas desmesurados no satisficieron y los colegios de cartógrafos levantaron uno mapa del Imperio, que tenía el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos adictas al estudio de la Cartografía, las generaciones siguientes entendieron que ese dilatado mapa era inútil...” (Suarez Miranda: Viajes de varones prudentes, libro cuarto, cap. XLV. Lérida, 1658)⁹

Foucault¹⁰, Bourdieu¹¹ e Rancière¹², não obstante as diferenças entre eles, foram leitores atentos de Borges e refletiram sobre as relações entre classificação e território, cartografia e identidade regional e étnica. Em suas interpretações discutem como a produção destes mapas imperiais estava ligada aos Estados Dinásticos e aos seus interesses de conquista militar e de apropriação de recursos naturais estratégicos. A incorporação de novos territórios aos Estados Nacionais articulava-se com esta capacidade cartográfica militar. Rancière toma-a como instrumento analítico para discutir o quão absurdos foram os critérios instituídos pelas cabeças pensantes das grandes potências para criar identidades étnicas na guerra da Bósnia e no bombardeio de Sarajevo em 1991.

COMPETIÇÃO E MERCADO: QUEBRA DO MONOPÓLIO?

Mais recentemente o monopólio das formações militares e geográficas em produzir mapas começou a ser quebrado. As agências multilaterais, acompanhando o desenvolvimento das forças produtivas, que instituíram o mercado dos equipamentos para cartografia – visando sua circulação em massa para um público amplo e difuso – estabeleceram as bases de cooperação com ONGs. A primeira iniciativa desta ordem concerne às atividades referidas ao zonea-

9 Cf. Jorge Luis Borges, El hacedor. Buenos Aires. Alianza Editorial, 2006, p.119.

10 Cf. Foucault, 1966.

11 Cf. Bourdieu, 2005.

12 “Apparemment la raison occidentale a fait des progrès depuis lors. Et les têtes politiques pensantes des grandes puissances ont récemment parrainé un accord de paix pour l'ex-Yougoslavie reconnaissant de facto le partage de la Bosnie-Herzégovine entre trois ethnies: l'ethnie serbe, l'ethnie croate et l'ethnie musulmane. La liste est certes moins riche en imagination que celle inventée par Borges mais pas moins aberrante. Dans quelle genre commun un philosophe pourrait-il nous apprendre à distinguer l'espèce croate de l'espèce musulmane? Nous pourrions imaginer bien des variations sur un tel modèle. Par exemple une nation américaine découpée en ethnie chrétienne, ethnie féminine, ethnie athée et ethnie immigrée. On dira qu'il n'y a pas là matière à plaisanterie. J'en suis bien convaincu.” (Rancière, 2005:15)

mento ecológico-econômico (ZEE), coordenado por órgãos governamentais, que passaram a contratar serviços de consultoria diversos. Mesmo no caso do SIVAM/SIPAM¹³ as empresas produtoras de software, com suas patentes e direitos de propriedade intelectual, se pronunciaram resolutas exigindo o cumprimento de contratos de uso. Estas iniciativas convergem para uma nova forma de monopólio, manifesta através da propriedade intelectual de programas e equipamentos, não atrelada aos Estados burocrático-rationais, mas às empresas privadas. As agências multilaterais dinamizaram, inclusive, a ação de uma instituição específica: a Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI vinculada diretamente à OMC. Tem-se um capítulo de novas tensões, sobretudo quando instituições acadêmicas e universidades públicas começam a se colocar neste campo de conhecimentos com suas técnicas e programas de mapeamento de acesso gratuito.

Ao mesmo tempo, como já foi assinalado, tem-se iniciativas de atualização de projetos de cartografia militar em áreas consideradas estratégicas do ponto de vista ambiental e dos recursos naturais. No caso da região amazônica brasileira, especificamente, o governo brasileiro instituiu, a partir de 2008, o “Projeto Cartografia da Amazônia”¹⁴, mobilizando as forças armadas e indústria de aerolevantamento. Trata-se de uma tentativa oficial de retomar e atualizar levantamentos cartográficos que haviam sido paralisados décadas antes¹⁵.

Constata-se que tensões com as novas estratégias empresariais de sensoriamento remoto marcam os aparatos de estado, que buscam não perder as suas prerrogativas institucionais. As tentativas de redefinição do Estado explicitam ademais uma tendência na ação dos planejadores, que sacrifica as funções sociais do próprio Estado. Neste sentido, os povos e comunidades tradicionais ainda estão ausentes dos trabalhos oficiais de mapeamento. De igual modo os censos demográficos persistem com categorias censitárias que reproduzem os critérios cromáticos de 1872, dificultando a publicização da diversidade cultural

13 O SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) executa o projeto de cartografias terrestres, geológicas e náuticas para tentar acabar com “vazios cartográficos” existentes na região amazônica. O serviço de sensoriamento foi iniciado pelo Município de São Gabriel da Cachoeira (AM) no final de 2008, na região conhecida como Cabeça do Cachorro, fronteira com a Colômbia e a Venezuela. O Projeto Cartografia da Amazônia é coordenado pelo SIPAM e vinculado à Casa Civil da Presidência da República e sua execução envolve as Forças Armadas e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM).

14 O “Subprojeto cartografia terrestre”, sob responsabilidade técnica do Serviço Geográfico do Exército é assim apresentado em folder oficial: “A área da Amazônia Legal é superior a 5 milhões de km². Ela possui 1/3 das florestas tropicais da Terra. Acolhe a maior diversidade biológica do planeta e abriga o maior rio e a maior bacia de água doce do mundo. Todas essas características evidenciam esta região como área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se a necessidade de continuar sua integração ao ambiente nacional. Para isso, o governo federal oficializou em 2008, o Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia, com intuito de mapear a área de 1,8 milhões de km² que não possui informações cartográficas terrestres adequadas: o chamado “Vazio cartográfico” (...)”

15 Importa sublinhar que desde 1988 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE vem produzindo estimativas anuais das taxas de desflorestamento da Amazônia Legal. Trata-se de um dos dispositivos mais significativos de monitoramento da Amazônia.

na região amazônica. Não se relativiza, em decorrência a persistência dos “vazios demográficos” nos planos oficiais. Tal ausência consiste numa constante nas ações governamentais relativas à Amazônia. As tentativas dos representantes dos movimentos sociais na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de instituir uma pesquisa nacional acerca de quais e quantos são estes povos e comunidades, objetivando chegar a um novo elenco de categorias de identidade, não tem logrado êxito.

As tensões e antagonismos tornam-se, em decorrência, freqüentes nos gabinetes governamentais, refletindo os conflitos sociais que abalam a estrutura agrária. Aumentam as incertezas sobre o destino do INCRA e o IBAMA tem suas competências rediscutidas, sem dizer das pressões conservadoras no legislativo, visando alterar o Código Florestal e reduzir a área de reserva legal nos imóveis rurais. Juntamente com este anteprojeto de lei (APL) cabe citar a Ação de Inconstitucionalidade (ADIN) do ex-PFL contra o Decreto 4887, que define os procedimentos de demarcação das terras de quilombos. Os interesses ligados ao mercado de *commodities* insistem numa reestruturação formal do mercado de terras, forçando uma elevação do preço da terra seja na Amazônia, seja no cerrado.

O Estado parece estar se tornando o lugar dos conflitos, constituindo-se numa realidade ambígua (Bourdieu, 1998:48). E. Hobsbawm analisando este mesmo processo, do prisma das formas de ação coletiva que se contrapõem à mencionada redefinição do Estado, chama a atenção para a emergência de “novos movimentos sociais”, caracterizados por uma política de identidade¹⁶ (Hobsbawm, 1995:407). Ambos os autores enfatizam que os laços de solidariedade, que fundamentam a formação de grupos na sua relação com o Estado acham-se ameaçados e que o próprio Estado estaria passando por uma “involução”, quase que reduzido à condição de um “Estado penal” (Bourdieu, 1998). Nas palavras de Bourdieu:

“O que vemos nos Estados Unidos, e que se esboça na Europa, é um processo de involução. (...) A burocracia de Estado começa a ser capaz de distorcer vontades dos dominantes, de interpretá-las e, às vezes, de inspirar políticas.

O processo de regressão do Estado mostra que a resistência à crença e à política neoliberais é tanto mais forte nos diferentes países, quanto mais fortes eram neles as tradições estatais. (...) Para resistir à involução do Estado, isto é, contra a regressão a um Estado penal, encarregado da repressão, sacrificando pouco a pouco as funções sociais, educação, saúde, assistência etc. o movimento social pode encontrar apoio nos responsáveis pelas pastas sociais, encarregados da ajuda aos desempregados crônicos (...)” (Bourdieu, 1998:48).

Foi exatamente o fator identitário e todos os outros fatores que levam as pessoas a se mobilizarem, agrupando-se sob uma mesma expressão coletiva, e a proce-

16 Cf. Hobsbawm, 1994.

derem a ações conjuntas face ao Estado, que nos motivaram a refletir sobre as transformações nas relações políticas empiricamente observadas na Amazônia nas últimas décadas. Numa primeira aproximação pode-se dizer que os conflitos localizados, envolvendo aparatos de poder, cujas instituições de caráter econômico implantam seus programas e projetos como uma ordem a ser acatada a todo custo, tem se agravado até um ponto de extrema tensão. Barragens nos rios Xingu e Madeira, base espacial de Alcântara, gasodutos no Amazonas, mineração em Juruti, no Baixo Amazonas, portos, rodovias (BR-163, BR-319), ferrovias, hidrovias e outros projetos chamados de “infra-estrutura” tem gerado conflitos sociais no decorrer de sua implantação. No bojo destes antagonismos aguçados tem se manifestado, desde meados de 1988, condições favoráveis à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais diferenciados. Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais de existência são momentaneamente aproximados e assemelhados baixo o poder nivelador da ação do Estado. Em outras palavras, pode-se adiantar que as políticas governamentais tem propiciado elementos básicos à formação de composições e de vínculos solidários que passam a nomear os novos agrupamentos, tais como: “atingidos por barragens”, “atingidos pela base de foguetes”, “remanejados”, “deslocados”, “reassentados” e “transferidos”. O que parece importar é que categorias de circunstância (“atingidos”) surgem combinadas com outras de sentido permanente, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores e quebradeiras de coco babaçu. Termos e denominações de uso local, através de critérios ecológicos, étnicos, de gênero e de região adquirem uma expressão político-organizativa e são objetivados em movimentos sociais. Vínculos locais profundos, consciência ambiental aguda e laços solidários em torno de formas organizativas peculiares completam um quadro de relativa autonomia de decisão face às estruturas político-partidárias.

MAPEAMENTO SITUACIONAL

Com as experiências de pesquisa do PNCSA focalizamos diversas situações em que os agentes sociais utilizam identidades étnicas para categorizarem-se a si mesmos e a outros com fins de interação, formando unidades políticas no sentido da organização. A etnicidade seria um modo de ação e de representação, num plano coletivo. Centramos o trabalho de campo e as análises nos limites étnicos que definem os grupos e não propriamente nos conteúdos culturais que expressam. Eles refletem uma nova realidade ou mais diretamente a tendência dos grupos se investirem, num sentido profundo, de uma identidade coletiva com propósito de reivindicar direitos essenciais à sua reprodução física e cultural. Esta nova realidade aparece associada à autodefinição dos agentes sociais e à sua condição de sujeitos.

O trabalho de mapeamento social tem assim dois aspectos: um etnográfico, que requer trabalho de campo prolongado com orientação acadêmica, técnicas de observação direta, descrições pormenorizadas e critérios de seleção de informações, e outro, realizado pelos próprios agentes sociais, definindo o uso dos

instrumentos, sua escolha, a seleção do que entra no mapa e, enfim, o resultado final de cada mapa situacional. O PNCSA tanto contribui para a formação dos agentes sociais, quanto respeita a autonomia que praticam. As decisões cabem, portanto, às comunidades locais a partir do aprendizado de técnicas de amarração de pontos e de outros recursos técnicos elementares. Tanto podem decidir por incluir, quanto por evitar incluir o que não lhes pareça intrínseco e “confidencial”. Não se trata de um mapeamento por mancha ou por incidência de certas espécies vegetais, por bioma ou por ecossistema. Trata-se de um mapeamento social, que produz materiais contingenciais, denominados mapas situacionais¹⁷. Distingue-se, pois, dos mapeamentos participativos, enquanto instrumentos de planejamento, definidos por planejadores para incorporar as comunidades em decisões que foram tomadas para elas ou que lhes irão afetar. Em razão disto é que privilegiamos movimentos sociais e as identidades coletivas, bem como as formas organizativas intrínsecas, que os próprios grupos adotam, incluindo-se aí suas formas de mobilização e de solidariedade.

O “trabalho manual” não se separa aqui do “trabalho intelectual”, uma vez que ambos são considerados intelectuais, havendo índios, quilombolas e ribeirinhos que se tornaram capacitados para utilizar GPS ou programas como ArcGIS e o fazem com competência técnica e em consonância com os interesses de seu povo ou comunidade de referência. A competência técnica aparece aqui associada ao capital militante, ampliando consideravelmente o espectro da produção de mapas e redefinindo profundamente o uso corrente de “participação”, que não qualifica o tipo de comunidade em jogo nem tão pouco o tipo de conhecimento que pode vir a produzir. Tem-se um aprimoramento do conhecimento das realidades localizadas possibilitado pela combinação entre a produção científica e as disciplinas militantes.

As comunidades tradicionais tornam-se, neste sentido, uma fonte de produção de informação cartográfica e poderão em futuro próximo estar habilitadas a um monitoramento em tempo real de seus próprios territórios, ou melhor dizendo, das terras indígenas, das terras de quilombos, das áreas de babaçuais e das terras de ribeirinhos, bem como das terras de faxinais ou áreas de moradia e criatório comum, no Paraná, ou de comunidades de fundos de pasto, na Bahia, entre outras. Poderão fazê-lo em tempo real, mesmo considerando o aprendizado de interpretação das imagens de satélite e das dificuldades na região amazônica de se ter boas imagens, no período chuvoso, em virtude da presença constante de nuvens.

¹⁷ Para efeitos das técnicas do PNCSA, pode-se dizer que os mapas situacionais remetem a ocorrências concretas de conflito em regiões já delimitadas com relativa precisão e objetivariam delimitar territorialidades específicas, propiciando condições para uma descrição mais pormenorizada dos elementos considerados relevantes pelos membros das comunidades estudadas para figurar na base cartográfica. Eles diferem, neste sentido, dos mapas temáticos e consideram os croquis como parte das escolhas feitas pelos agentes sociais para compor os mapas que deverão integrar os fascículos. Um dos exemplos mais acabados da aplicação deste instrumento intitulado mapa situacional refere-se ao trabalho denominado Guerra Ecológica nos Babaçuais – o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia, de autoria de Alfredo Wagner, Joaquim Shiraishi e Cynthia Carvalho Martins, publicado no âmbito do PNCSA em 2005.

LOCALIZAÇÃO E POSIÇÃO

O significado de lugar adotado nos mapas situacionais, remete à noção de “efeitos de lugar” trabalhada por Bourdieu. Tanto se refere a um ponto tomado a partir do uso de GPS, quanto a uma extensão ou área capaz de configurar um território. Na interpretação de Bourdieu inclui a “localização” e a “posição” ou o ponto e a área, como se pode verificar:

“O lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como localização, seja, sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem. O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento (como às vezes se diz de um veículo ou de um imóvel)”. (Bourdieu, P. – “Efeitos de lugar” in *Miséria do Mundo*. Petropolis. Ed. Vozes, 2003. pp.159-175).

Com apoio neste princípio e levando em consideração a percepção dos próprios agentes sociais foram escolhidos diferentes unidades sociais para serem objeto da amarração de pontos por GPS. No caso das associações indígenas nas cidades de Belém e Manaus foram selecionadas as unidades residenciais dos indígenas que integram as referidas associações ou a sede física destas associações. No caso dos afroreligiosos em Belém, São Luís e Manaus foram escolhidos os respectivos “terreiros” e os locais onde se realizam rituais: encruzilhadas, quedas d’água, árvores sagradas e campos santos. No caso das quebradeiras de coco babaçu foram assinalados os palmeirais, as sedes físicas das cooperativas e as situações de conflitos sociais. No caso dos indígenas da Comunidade Beija-Flor, no Município de Rio Preto da Eva (AM), foi delimitada a área dita oficialmente de expansão urbana, mas efetivamente ocupada pelos indígenas como correspondendo a seu território. Os procedimentos na produção dos mapas obedecem, portanto, aos critérios de seleção dos próprios agentes sociais que indicam o que é mais relevante para constar das cartas que representam sua situação social.

CONFLITOS SOCIAIS E OS MAPAS

Em situações de conflito social, como no caso dos quilombolas de Jambuaçu (PA), que tiveram sérios danos a partir da explosão de um mineroduto dentro dos povoados, ou no caso dos indígenas da Comunidade Beija-Flor, do município de Rio Preto da Eva (AM), que após décadas de conflito dentro do perímetro urbano pressionaram a Prefeitura para desapropriar a área e destinar-lhes a terra, tivemos exemplos de vitórias. Nestas situações sociais os mapas produzidos via fascículos funcionaram como artifício de pressão, demonstrando a fragilidade das decisões oficiais e evidenciando as brechas nas quais o executivo municipal poderia intervir. O recurso etnográfico, neste sentido, propicia autoridade cien-

tífica aos pleitos indígenas. No Jambuaçu o fascículo foi utilizado no processo jurídico que requeria reparos dos danos ambientais. Nas Câmaras Municipais de Rio Preto da Eva ou de Novo Airão (AM) foi possível constatar que todos, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, erguiam as mãos exibindo os fascículos, como a dizer que já possuíam um “documento” evidenciador do território. Em Novo Airão existe uma sobreposição entre terras de comunidades remanescentes de quilombos do Tambor e áreas reservadas do Parque Nacional do Jaú. Os quilombolas saudaram a experiência de produzir um mapa, tornando-o documento de consulta obrigatória para quem quisesse entender a dinâmica do conflito. Lançaram o fascículo na Câmara Municipal de Novo Airão e tornaram públicas suas reivindicações territoriais.

Os mapas mediante este uso em mobilizações políticas, tem se transformado num instrumento de luta e de publicização de direitos territoriais e étnicos. No conflito entre as comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara (MA) e a Agencia Espacial Brasileira – AEB, o intrusamento do território quilombola foi etnograficamente documentado por historiador e técnicos agrícolas, membros de famílias quilombolas que haviam sido deslocadas em 1986. Estes profissionais frequentaram cursos de formação técnica propiciados pelo PNCSA e realizaram todo o trabalho de mapeamento. Está-se diante de uma dimensão política inegável, que organiza demandas na própria construção dos mapas produzidos, tornando este trabalho um fator de mobilização e de reforço da identidade étnica. Os sujeitos sociais avançam em sua capacidade de cartografar.

Mediante este processo de politização e crítica dos geografismos e da antiga visão de “sujeitos biologizados”, é que os trabalhos do PNCSA vem sendo executados desde 2005. A posição do mediador é recolocada e a participação acadêmica ocorre notadamente através dos critérios de competência e saber científicos. Tem-se uma divisão do trabalho intelectual, que exige uma acuidade na elaboração dos mapas e fascículos. Até meados de 2012 não conseguimos produzir um mapeamento num prazo inferior a 10 meses. Neste tempo são construídas ou reatualizadas relações de confiabilidade mútua e amadurece a percepção dos conflitos por parte dos membros das comunidades. No caso dos fascículos produzidos na Ilha de Marajó e no Rio Jauaperi, na fronteira do Amazonas com Roraima, as oficinas de mapas constituíram-se em instrumento de resistência às tentativas de expropriação das terras por interesses contrários àqueles das comunidades tradicionais. As relações de pesquisa tem sido pacientemente construídas, principalmente num tempo em que novas regras de tutela tentam ser instituídas, mediante a redefinição das estratégias de muitas ONGs¹⁸, e em que está ocorrendo uma enorme renovação entre os dirigentes dos movimentos sociais¹⁹.

¹⁸ Cf. Almeida, 2008.

¹⁹ Entre junho e julho de 2009 ocorreram congressos, com eleições das novas direções, das seguintes entidades de representação: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, da Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira e do Conselho Nacional dos Seringueiros. Os índices de renovação em todas as situações são superiores a 50%. O destaque maior correspondeu às quebradeiras de coco babaçu, cuja renovação na região do Mearim (MA) foi de 100%, enquanto nas seis outras regionais (Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí) correspondeu a 75%.

Em todas as situações pesquisadas ressalta-se também uma crítica à “personificação dos coletivos”²⁰, que se evidencia através de frases como: ‘os indígenas pensam que...’, “ os quilombolas acham...” ou “os camponeses não aceitam que...”. Evitamos reproduzir estes lugares-comuns e decidimos por sempre publicar nos fascículos a lista dos presentes nas oficinas de mapas e a autoria das respectivas falas. Os fascículos teriam assim uma autoria múltipla devidamente explicitada, refutando a noção corrente de “ação sem sujeito”, que tanto marcou o esquematismo de abordagens estruturalistas em décadas passadas. Outra dificuldade concerne às tentativas de usurpação da representação política dos povos e comunidades tradicionais, que colocam permanentemente em questão a ação dos mediadores. São muitas as ONGs e associações voluntárias que se colocam como porta-vozes dos povos tradicionais ou tentam instituir novas regras de tutela. Colocando as próprias comunidades e suas formas organizativas específicas como realizadores de oficinas de mapa e como artífices dos próprios resultados que levam aos mapas evitamos o portavozismo, estabelecendo uma interlocução com os atos²¹ e as falas dos membros das próprias comunidades.

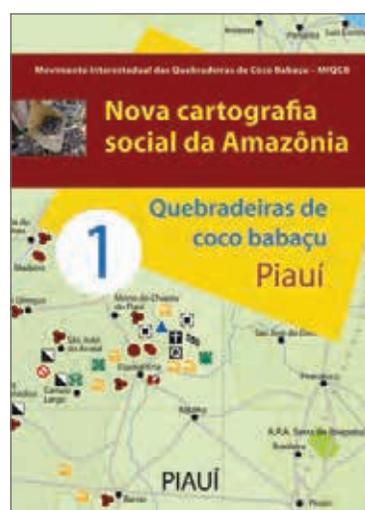
O mapeamento social, neste sentido, consiste num instrumento que fortalece a emergência de identidades coletivas e relativiza a ênfase na biodiversidade, no caso da Amazônia, colocando-a como atrelada à diversidade cultural e à mobilização destes povos e comunidades tradicionais em torno de seus direitos territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Alfredo W. B. de – *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas*. 2008, Manaus. PPGSCA/UFAM. 2ª edição
- Shiraishi, Joaquim – *Leis do Babaçu Livre: Práticas Jurídicas das Quebradeiras de Coco Babaçu e Normas Correlatas*. 2006, Manaus. PNSCA/UFAM
- Anderson, Benedict – *Imagined Communities*. 1983, New York. Verso.
- Oliveira, João Pacheco – “Entrando e saindo da mistura: os índios nos censos nacionais” in *Ensaio em Antropologia Histórica*. 1999, Rio de Janeiro. UFRJ. pp 124-151
- Acsehrad, Henri (org.) – *Cartografias Sociais e Território*. 2008, Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ
- Bourdieu, Pierre – *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. 1998, Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. pp 135-149
- Almeida, Alfredo W. B. de, – “Distinguir e Mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais”. *Revista Tipiti*. 2003. ABONG. pp 6-7.
- Barth, F. – *Ethnic groups and boundaries*. 1969, Boston. Little:Brown and Co.
- Foucault, Michel – *Les mots et les choses*. 1966, Paris. Gallimard
- Bourdieu, Pierre – *A economia das trocas simbólicas*. 2005, São Paulo. Perspectiva p.184
- Rancière, Jacques – *Chroniques des temps consensuels*. 2005, Paris. Editions du Seuil. p.15
- Hobsbawm, Eric – *A era dos extremos - o breve século XX (1914-1991)*. 1994, São Paulo. Cia. das Letras.
- Guerra Ecológica nos Babaçuais – o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*
- Bourdieu, P. – “Efeitos de lugar” in *Miséria do Mundo*. ed. Vozes. 2003, Petrópolis. pp.159-175
- Almeida, A.W.B. de – *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. 2008, Rio de Janeiro. Casa 8
- Micelli, Sergio – “Introdução: a força do sentido” in Bourdieu, P.; *A economia das trocas simbólicas*. 2007, São Paulo. Perspectiva.
- Txai Terri Aquino – *Papo de índio*. UEA Edições. Manaus, 2011.

²⁰ Consulte-se: Micelli, 2007.

²¹ Para um aprofundamento da análise crítica da chamada “antropologia da ação” consulte-se: Aquino, 2011.



Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

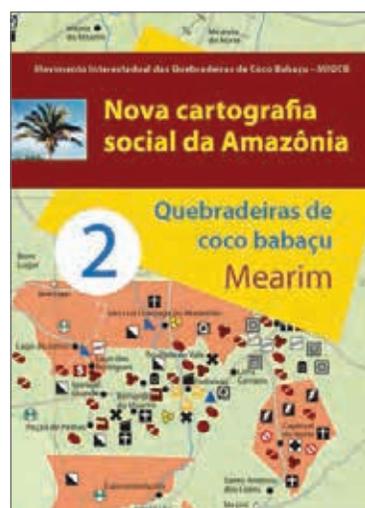
Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Joaquim Shiraishi Neto
Cynthia Carvalho Martins

ISBN 85-7401-343-9

Participantes das oficinas de mapas

REGIONAL MEARIM: Helena Gomes da Silva, Maria Adelina de Sousa Chagas, Antonia Gomes de Sousa, Sebastiana Ferreira Costa e Silva, Maria Geralcina Costa Sousa; REGIONAL IMPERATRIZ: Maria Querubina da Silva Neta, Eunice da Conceição Costa, Ely Querubina da Silva Santos, Maria da Consolação do Nascimento Oliveira; REGIONAL PARÁ: Cledeneuza Maria Bezerra Oliveira, Luzia Domingas dos Santos, Maria Martins de Sousa, Maria Clarinda Maximiano de Oliveira; REGIONAL BAIXADA: Domingas Célia Machado Aires, Maria do Rosário Soares Costa Ferreira, REGIONAL TOCANTINS: Zulmira de Jesus Santos Mendonça, Maria Eulália Mendes Nunes; REGIONAL PIAUÍ: Francisca Pereira Vieira, Beliza Costa Sousa, Claudisdean de Melo Silva de Oliveira, Emília Alves da Silva Rodrigues; Diana Maria Sousa, Francisca Rodrigues dos Santos, Helena Gomes da Silva, Domingas de Fátima Freitas



Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Equipe de pesquisa

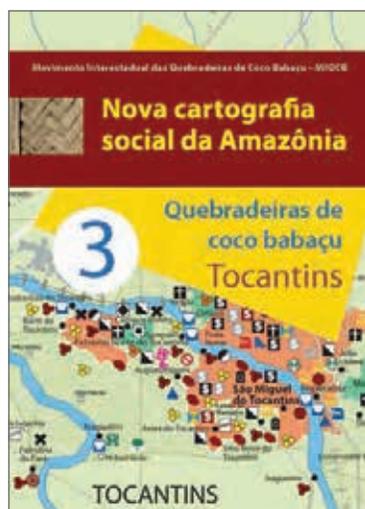
Alfredo Wagner Berno de Almeida
Joaquim Shiraishi Neto
Cynthia Carvalho Martins

ISBN 85-7401-344-7



***Lutamos pelo babaçu livre: é nossa arma contra a devastação e as explorações.
Nosso movimento é como um pé de planta.***





Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Joaquim Shiraishi Neto
Cynthia Carvalho Martins

ISBN 85-7401-345-5



Esse fascículo vai ajudar a divulgar e denunciar esses problemas que estão ocorrendo aqui, como as derrubadas, as queimadas, a queima do coco inteiro, o veneno nas pindovas.



Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Equipe de pesquisa

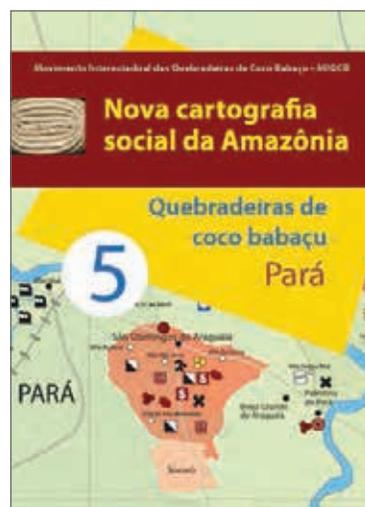
Alfredo Wagner Berno de Almeida
Joaquim Shiraishi Neto
Cynthia Carvalho Martins

ISBN 978-85-7401-346-6



Será que é esse o novo rumo da economia extrativista?





Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Joaquim Shiraishi Neto

Cynthia Carvalho Martins

ISBN 85-7401-347-1



Hoje nós estamos vendo o carvão ir embora junto com a amêndoa e depois temos que trazer ele de volta, comprando, ninguém vive sem carvão.



Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Joaquim Shiraishi Neto

Cynthia Carvalho Martins

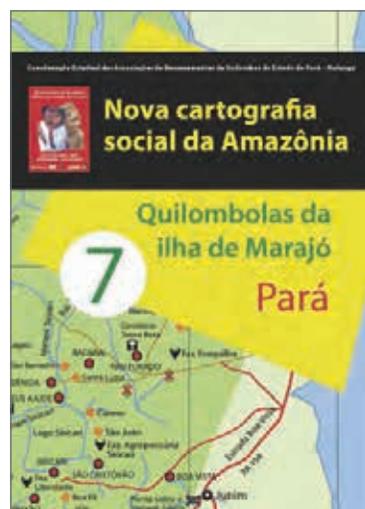
ISBN 85-7401-348-X



A nossa luta é para preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida pela organização, cidadania e reprodução do nosso trabalho e da nossa cultura.

Maria Adelina de Sousa Chagas





Coordenação Estadual das Associações dos Remanescentes de Quilombo do Estado do Pará

Equipe de pesquisa

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Cristiane da Silva Nogueira
Rita de Cássia Pereira da Costa

ISBN 85-7401-349-8

Participantes das Oficinas de mapas

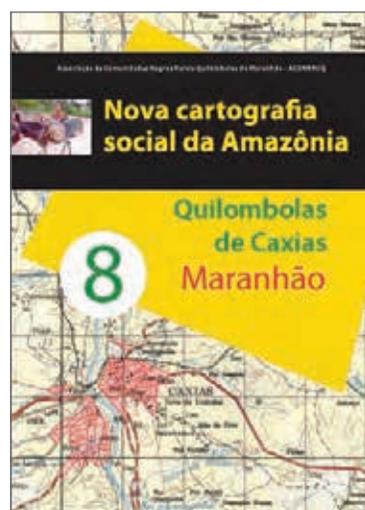
COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS ASSOCIAÇÕES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO ESTADO DO PARÁ / MALUNGU – Coordenação Executiva: Maria Ediléia Carvalho Teixeira; Coordenação de Projeto: José Carlos Galiza; Coordenação Financeira: Gersino Vilhena da Costa; Coordenação de Articulação: Daniel Souza; Coordenação de Gênero: Luzia Betânia Alcântara; Conselho Diretor: Lina do Socorro Freire Leal, Páscoa Alves de Macedo, Deonata Ramalho, Juvêncio Cardoso de Moraes; GRUPO DE MULHERES E ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS DE SALVATERRA; ASSOCIAÇÃO REMANESCENTES DE QUILOMBO DE DEUS AJUDE; GRUPO DE MULHERES QUILOMBOLAS DE DEUS AJUDE; ASSOCIAÇÃO DE QUILOMBOLAS DE

PAU FURADO Presidente: Maria José Alcântara; ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DE BACABAL – Presidente: Lina do Socorro Freire Leal; Vice-presidente: Joelma do Socorro Gonçalves Nascimento; 1ª Secretária: Rita de Cássia Santos do Nascimento; GRUPO MULHERES NEGRAS QUILOMBOLA FALA NEGRA; ASSOCIAÇÃO REMANESCENTES DO QUILOMBO PAIXÃO; ASSOCIAÇÃO REMANESCENTES DO QUILOMBO DE SALVÁ – Presidente: Kildari César de Souza Leal; ASSOCIAÇÃO REMANESCENTES DE QUILOMBO DE BARRO ALTO – Presidente: Aurino José Dias da Conceição; Vice-presidente: Adria de Jesus Dias Nascimento; 1ª Secretária: Maria da Conceição Sarmiento dos Santos

**Queremos uma cartografia social.
Isto é, constar nesta carta como surgiram
estas comunidades, este povo.**

**Qual o direito do povo,
onde deve chegar e quando?**

Maria da Conceição Sarmiento dos Santos



Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

Equipe de pesquisa

Arydimar Vaconcelos Gaioso
Davi Pereira Júnior
Maria do Amparo Moura Alencar
Miguel Jorge Moreira Barros Júnior
Samuel Tiago Viana Gomes da Silva
Gyordanna Patrícia Pereira Silva
Adaildo Pereira dos Santos
Ana Raquel Gomes de Abreu

ISBN 85-7401-350-1

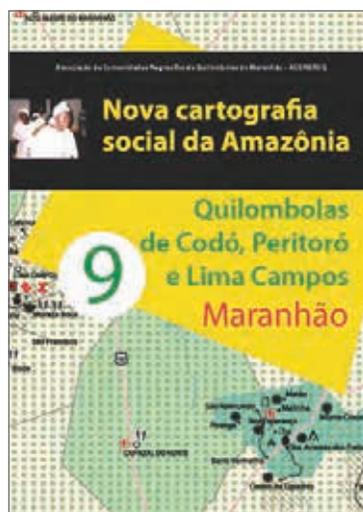
Participantes das Oficinas de mapas

Coordenador Geral: Francisco da Conceição (Quilombo Santa Maria dos Pretos, Itapecuru-Mirim); Coordenação de Finanças: Francisco Carlos da Silva (Quilombo Centro do Expedito, Codó); Secretária Geral: Elivaldo Ribeiro (Quilombo Jamarly dos Pretos, Turiaçu); Secretária de Formação e Articulação: Margarida Mota Ayres (Quilombo Santo Antônio, Penalva); Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias: Ivo Fonseca Silva (Quilombo Frechal, Mirinzal); Secretária de Mulheres Quilombolas: Ana Emília Moreira dos Santos (Quilombo Matões dos Moreira, Codó); Secretária de Jovens, Adolescentes e Crianças: Jociene Silva Gomes (Quilombo Frechal, Mirinzal); Suplente: Claro Ferreira da Costa (Quilombo Saco das Almas, Brejo); Conselho Fiscal – Titulares: Manoel Moura da Silva (Quilombo Jenipapo, Caxias), Geusa Maria Sá Torres (Quilombo Soassim, Alcântara), Maria Helena Ribeiro Santos (Quilombo Entre Rios, Cururupu); Suplentes: Eraldo Reis (Quilombo São Sebastião dos Pretos, Bacabal), Libâneo Pires (Quilombo Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-Mirim), Maria Geralcina Costa Sousa (Quilombo Santarém, Sao Luís Gonzaga)

**Meu pai quilombo / Eu também sou quilombola /
A nossa luta é todo dia / Toda hora / A vida de negro
é difícil / Na favela vida de negro é toda hora /
Quem vem chegando saiba que sou quilombola.**

Paulinho Akomabu

música cantada pelos participantes na Oficina de Mapas das Comunidades
Quilombolas de Caxias, março 2006



Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

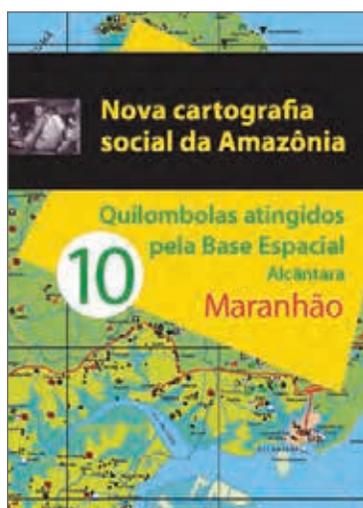
Equipe de pesquisa

Aniceto Cantanhede Filho
Davi Pereira Júnior
Lindimberge da Luz Silva
Cláudia Nunes
Ana Raquel Gomes de Abreu

ISBN 978-85-7401-351-0

Participantes das Oficinas de mapas

ASSOCIAÇÃO DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO / ACONERUQ
Coordenação Geral: Francisco da Conceição (Quilombo Santa Maria dos Pretos, Itaperucum-Mirim);
Coordenação de Finanças: Francisco Carlos da Silva (Quilombo Centro do Expedito, Codó); Secretaria
Geral: Elivaldo Ribeiro (Quilombo Jamarly dos Pretos, Turiaçu); Secretaria de Formação e Articulação:
Margarida Mota Ayres (Quilombo Santo Antônio, Penalva); Secretaria de Políticas Agrícolas e Agrárias: Ivo
Fonseca Silva (Quilombo Frechal, Mirinzal); Secretaria de Mulheres Quilombolas: Ana Emília Moreira dos
Santos (Quilombo Matoes dos Moreira, Codó); Secretaria de Jovens, Adolescentes e Crianças: Jociene
Silva Gomes (Quilombo Frechal, Mirinzal); Suplente: Claro Ferreira da Costa (Quilombo Saco das Almas,
Brejo); Conselho Fiscal – Titulares: Manoel Moura da Silva (Quilombo Jenipapo, Caxias), Geusa Maria Sá
Torres (Quilombo Soassim, Alcântara), Maria Helena Ribeiro Santos (Quilombo Entre Rios, Cururupu);
Suplentes: Eraldo Reis (Quilombo São Sebastião dos Pretos, Bacabal), Libâneo Pires (Quilombo Santa
Rosa dos Pretos, Itaperucu-Mirim), Maria Geralcina Costa Sousa (Quilombo Santarém, São Luís Gonzaga)



Movimentos dos Atingidos Pela Base Espacial de Alcântara

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara

Equipe de pesquisa

Sean Mitchell
Patrícia Portela
Cynthia de Carvalho Martins
Aniceto Cantanhede Filho
Alfredo Wagner Berno de Almeida

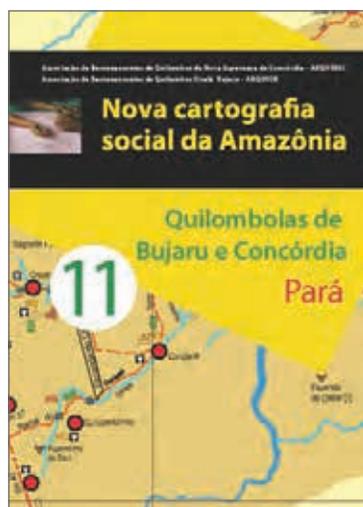
ISBN 978-85-7401-352-7

Participantes das Oficinas de mapas

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BASE ESPACIAL DE ALCÂNTARA – MABE
Inaldo Faustino Diniz Silva (Quilombo de Espera), Dorinete Serejo Morais (Quilombo de Canelatiua),
Antonio Marco Pinho Diniz (Quilombo Peru), Leonardo dos Anjos (Quilombo do Brito), Leandra de
Jesus Cerveira (Quilombo do Peptal), Vicente Amaral Rodrigues (Quilombo de Peroba), José Ribamar
(Quilombo de Só Assim), Maria Luzia (Quilombo de Marudá), Catarina Silva (Quilombo de Samucangaua),
Maria da Anunciação (Quilombo de Itapuaua)

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE ALCÂNTARA – STTR

Aniceto Araújo Pereira (Quilombo de Oitiua), Samuel Araújo Moraes (Quilombo de Baixa Grande),
Francisco Fernandes Nunes Iojosa (Quilombo Oitiua), Antonio Marco Pinho Diniz (Quilombo Peru), Xavier
Costa (Quilombo de Arenhengaua), Eliana da Conceição Ferreira Lima (Quilombo Engenho), Vicente
Amaral Rodrigues (Quilombo de Peroba), Valdirene Ferreira Mendonça (Quilombo de São Maurício),
Eliotério Gonçalves Ferreira (Quilombo de Terra Mole)



Associação de Remanescentes de Quilombos de Nova Esperança de Concórdia – ARQUINEC

Associação de Remanescentes de Quilombos Oxalá Bujaru – ARQUIOB

Equipe de pesquisa

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Rita de Cássia Pereira da Costa
Patrícia Miranda Mendes

ISBN 85-7401-353-6

Participantes das Oficinas de mapas

ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE NOVA ESPERANÇA DE CONCÓRDIA – ARQUINEC (Diretoria eleita em 18 de março de 2006)

Presidente: Antonina Santana Borges; Vice-presidente: José Francisco Maciel; Secretária: Enelda Marcos Pinheiro; Tesoureiro: Gilberto Maria Santana Albuquerque

GRUPO DE MULHERES FÉ E ESPERANÇA (COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO)

Fundado em agosto de 1985 – Presidente: Cátia Cilene do Carmo Loubé; Vice-presidente e Secretária: Sebastiana Belém da Silva; Tesoureira: Norma Sueli Cordeiro da Costa

ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS OXALÁ BUJARU – ARQUIOB

(Diretoria eleita em 29 de dezembro de 2001)

Presidente: Felix Belém Albernás; Vice-presidente: Nicolau de Souza Londres; Secretário: Rosinete do Carmo Loubé; Tesoureiro: José Nelci Santiago Cordeiro; Conselho Fiscal: Maximiliano das Neves Albernás, Junivaldo do Carmo Loubé, Lúcio Cordeiro da Silva

Na nossa visão não existe igarapé de menor importância e todos necessitam conservar-se com vida.

Sebastião P. da Costa



Associação dos Artesãos de Novo Airão

Equipe de pesquisa

Érika Matsuno Nakazono
Franklin Plessmann de Carvalho

ISBN 85-7401-354-4

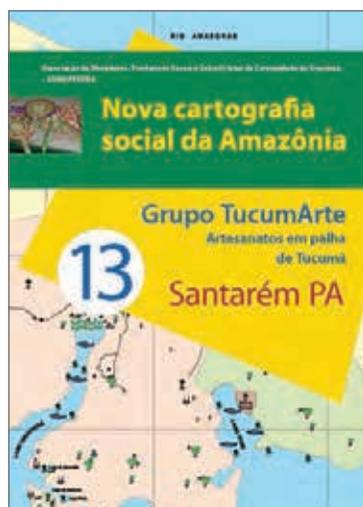
Participantes das Oficinas de mapas

Maria Erinildes Silva Oliveira, Maria Derli Clemente dos Santos, Sônia Clemente Martins, Sebastiana Fragoso de Souza, Alcione Freitas dos Santos, Antônia Batista, Carlito Freitas dos Santos, Francisco Alberto Augusto da Silva, Maria Francisca Leite Cardoso da Silva, Elzilene Barbosa da Silva, Nelizângela de Sena Teixeira, Rubem Freitas dos Santos Filho



É uma forma de união, onde nos reunimos para produzir e discutir os assuntos. Se não tivéssemos esta casa estaríamos espalhados e as coisas não iriam adiante.

Alcione Freitas dos Santos



Associação de Moradores, Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Urucureá

Equipe de pesquisa

Érika Matsuno Nakazono
Renata Martinho Zambonim
Márcio Halla

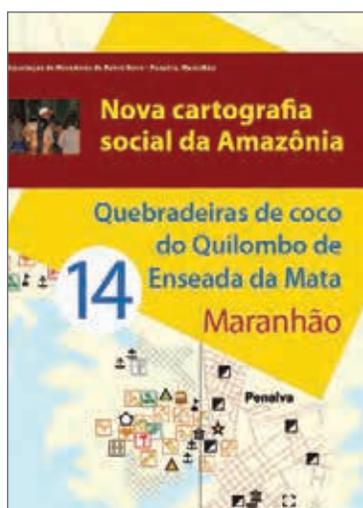
ISBN 978-85-7401-355-8

Participantes das Oficinas de mapas

Abraão Rodrigues Tapajós, Ana Lúdia Imbiriba Rodrigues, Antônio Ferreira Rodrigues, Benezaide de Souza Costa, Carlesson Andrei dos Santos, Daniele Castro de Oliveira, Dinomar Castro Cardoso, Dulciete Rodrigues de Oliveira, Emanuel Pereira Tapajós, Euzanira Rodrigues, Ezanildes Rodrigues Santos, Iraci de Souza Costa, Izabel Cardoso Pinto, Joaquim Rodrigues, Jucivaldo Souza Rodrigues, Maria dos Santos Tapajós, Maria Eunice de Oliveira, Maria Francilene dos Santos Tapajós, Maria Ivaneide de Oliveira, Maria Lúcia de Oliveira, Maria Rozane Castro Oliveira, Maria Zeneide Souza Tapajós, Miguel Filho da Silva Pinto, Nazi Fernandes Aires, Neuciranea Pinto de Souza, Neuzanira Silva Cardoso, Paula Silvana Costa Tapajós, Odenilda Gama Silva, Raimunda Ferreira da Silva, Rogério Castro Tapajós, Rosângela Castro Tapajós, Zeliane Fernanda Tapajós Fonseca, Zilda Ferreira Rodrigues

**É muito importante,
porque se reúne para
receber as encomendas
e todo mundo ganha.**

Maria dos Santos Tapajós



Associação de Moradores do Bairro Novo: Penalva Maranhão

Equipe de pesquisa

Cynthia de Carvalho Martins
Joaquim Shiraishi Neto
Benjamin Alvino de Mesquita
Davi Pereira Júnior

ISBN 978-85-7401-356-5

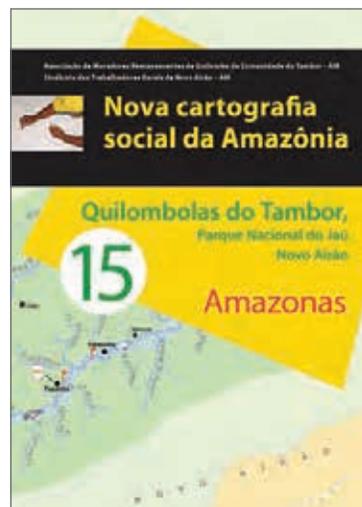
Participantes das Oficinas de mapas

Maria Nilce Machado Aires, Felipe Barbosa dos Santos, Domingas Célia Machado Aires, Lucilene Mota Silva, João Domingos Costa dos Santos, Tatiana Costa Correia, José Moreira Maria de Jesus dos Santos, Cleuza Câmara, Raimunda dos Santos, Beatina Reis Mota, Mauro Marques



A organização é tudo, principalmente o conhecimento, viver envolvido, estar em contato com a juventude toda, principalmente aqui do nosso bairro, do nosso grupo. A importância é isso, é tá junto, brigando junto, sabendo que a dificuldade que um passa, o outro passa também. E é lutar, é cair, levantar. E a importância é essa, todo mundo junto.

Domingos Cosme Mota da Silva



Associação de Moradores Remanescente de Quilombo da Comunidade do Tambor – AM

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão

Equipe de pesquisa

Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Joaquim Shiraishi Neto
Ana Felisa Hurtado Gerrero
Alfredo Wagner Berno de Almeida

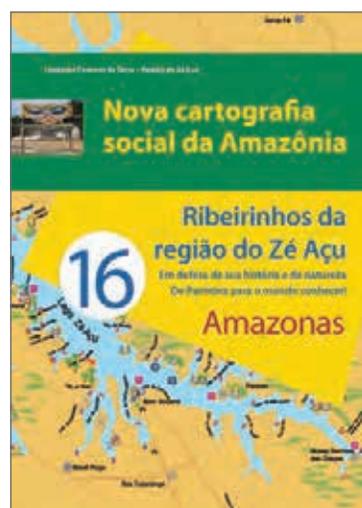
ISBN 978-85-7401-357-2

Participantes das Oficinas de mapas

Adenilson Assis Silva, Maria da Glória Cardoso, Rosilda Sales de Lima, Clovilsson Assis da Silva, Raimundo de Assis Almeida, Jacinto José Maria dos Santos, Ageu Rodrigues Brasil, Raimundo Brasil Cardoso, Sebastião Ferreira de Almeida, Antônio Gonçalves de Oliveira, Valdomiro Rodrigues de Lima, José Alberto do Nascimento, Orivan Lemos Brasil, Sabino Marinho do Nascimento, Sebastião Lemos Brasil, Rosineide Nogueira de Araújo, Joana Cristina Gonçalves de Oliveira, Maria Raimunda Lemos Brasil, Cleonice Lemos Brasil, Railson Brasil Nascimento e Raimundo Pinheiro

O povo lá de fora nem ao menos sabia que existia a gente lá. E se soubesse disso, não tinha tirado o rio para parque, porque tinha cento e poucas famílias lá dentro que o Ibama tirou e foi o tempo que ficou ruim de sobreviver.

Sr. Orivam Lemos Brasil



Comissão Pastoral da Terra: Região do Zé Açú

Equipe de pesquisa

Ana Paulina Aguiar Soares
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Gláucia Maria Quintino Baraúna
Luciane Silva da Costa

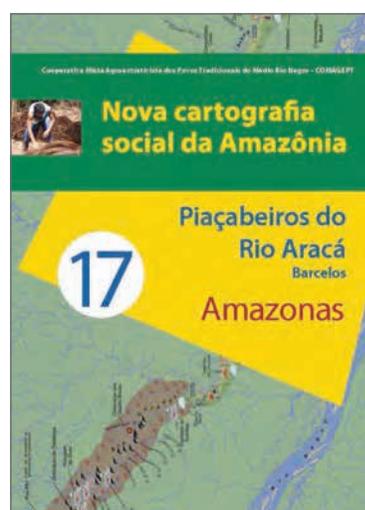
ISBN 978-85-7401-358-9

Participantes das Oficinas de mapas

BOM SOCORRO: Ocivaldo Simas da Silva, Erivaldo Miranda da Silva, Jasson Rodrigues Jacaúna, José Aires de Oliveira, Luís Jorge da Silva, Naziano da Silva Muniz, Raimundo Gerson Simas de Matos, Sueli Aparecida da Silva Cunha, Raimundo de Souza Simas, Sérgio da Silva Muniz, Maria da Conceição da Costa Moutinho, José Clemente de Souza Nunes; NAZARÉ: Jair da Silva Muniz, Arthur José Ferreira Coelho, Maria Francisca da Silva Barbosa, Onezinho Ramos Muniz, Samuel dos Santos Santos; ZÉ MIRI: Ivan Castro dos Santos, Izana Tavares dos Santos, João de Souza Prata; ARAUÁ/SANTO ANTÔNIO: Ênio Rolim Monteiro, Marcelo Pereira Monteiro, Maria Terezinha Monteiro; VISTA ALEGRE/TOLEDO/PIZA: Geraldo Martins Ribeiro, Manuel Almeida da Costa, Sebastião Batista Santarém; PARAÍSO: Admilson Nunes da Silva, Albertino Nunes dos Santos; BOA ESPERANÇA: Antônio Jorge Sousa de Melo, José Raimundo Costa dos Santos; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, REGIONAL AMAZONAS: Auriédia Marques e Costa

A cartografia, ela com certeza vai engrandecer o conhecimento do estudo da nossa região. Isso nós estávamos precisando muito fazer. Ocivaldo Miranda, Bom Socorro





Cooperativa Mista de Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro

Equipe de pesquisa

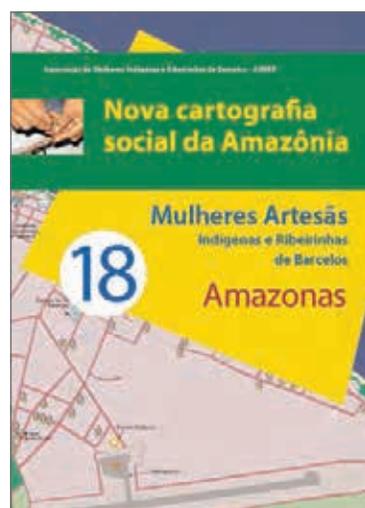
Franklin Plessmann de Carvalho
Elieyd Sousa de Menezes
José Martinho F. Albuquerque
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ISBN 978-85-7401-359-6

Participantes das Oficinas de mapas

Lurdes Bernardo dos Santos, Mamédio José dos Reis, Alcimar Viana Justo, Francisco Araújo dos Santos, João Batista Reis, Alírio Sávio dos Reis, Graciliano da Silva Pissinga "Dilcélio", Ângela Lacerda Ramos, Paulo Lopes "Paulão", Francinei Reis Cardoso "Champanhe", Marino Calisto Pinheiro, Claunete Pinheiro, Manuel Alberto Caldeira Chaul, José Alberto Perez, Jose Martinho F. Albuquerque, Jair Gomes Pereira

O sonho que a gente quer realizar é ter piaçabal livre, de poder entrar em qualquer igarapé, e extrair ela, a piaçaba. Vender para quem pague melhor, quem tem o melhor preço. Frases elaboradas em plenárias das Oficinas de Mapas, nos dias 21 e 23 julho e 23 setembro 2007



Associação de Mulheres Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos

Equipe de pesquisa

Elieyd Sousa de Menezes
Franklin Plessmann de Carvalho
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ISBN 978-85-7401-360-2

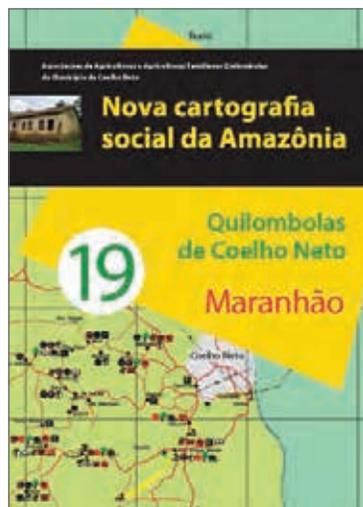
Participantes das Oficinas de mapas

Erenita Cordeiro Cruz, Elizabete Gregório, Divânia Oliveira dos Reis, Elizabete Amâncio Pinheiro, Valdomira Cordeiro Cruz, Horlandina Monteiro Peres, Francisca Lucia Pessoa, Geane Carpina, Sara Salviano do Nascimento, Maria Auxiliadora Cordeiro, Doralice Gregório Garcia, Regiane Raimara da Silva

Eu digo assim também, o artesanato ele já veio com os nossos avôs com as nossas avós que já se foram, só que ele não tinha reconhecimento, ninguém dava valor!

Elizabete Amancio, 20 julho 2007





Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares Quilombolas do Município de Coelho Neto

Equipe de pesquisa

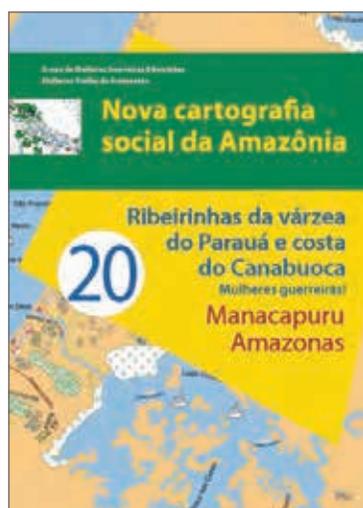
Arydimar Vasconcelos Gaioso
Adaildo Pereira dos Santos
Gyordanna Patrícia Pereira Silva
Jhuliane Mendes de Abreu

ISBN 978-85-7401-361-9

Participantes das Oficinas de mapas

Evaristo Vieira, Manuel Tibúcio, José Gomes, José Gentil, Nonato Sampaio, Francisco Borges, Marlene Silva, Antonio Marcelino, Merandulina Vieira, Francisco Silva "Chico Salú", Fernando dos Santos, Deusdete Gaspar "Dete Quirino", Antonio Divino, Sandra de Sousa, Manoel Moura, Evilásio Moraes, José de Ribamar "José Curuca", Luís Gonzaga Ferreira "Luís Souteiro", Francisco Silva, Delcione Gaspar, Luís Ramos, José Antonio César, Leonardo Santos, Luís Gesuíno, Deuzuita Duarte

**Plantar só capoeira... num tem mata.
Eles tiram toda madeira aí colocam
uma placa proibindo você de fazer roça.
A madeira... eles tiram tudo, não deixam
nada.** Fernando Alves Quilombo Santa Maria



Grupo de Mulheres Guerreiras Ribeirinhas Mulheres Unidas do Artesanato

Equipe de pesquisa

Luciane Silva da Costa
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Elieyd Sousa de Menezes
Gláucia Maria Quintino Baraúna
Anderson Lima Marinho

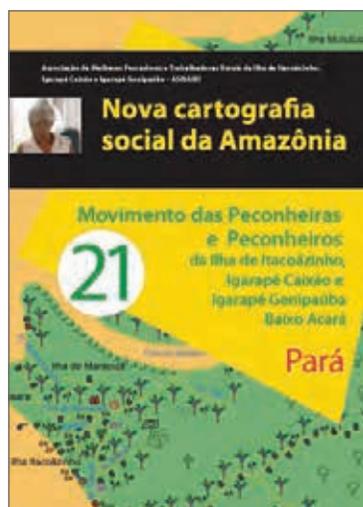
ISBN 978-85-7401-362-6

Participantes das Oficinas de mapas

Conceição, Socorro, Rosalina, Eliane,
Margarida, Áurea, Maria, Elane, Maria
José, Ana, Roseni, Izanilde

**Foi importante a oportunidade de cada uma
contar a sua vida, o seu modo de viver, né?
Pra mim foi um grande desenvolvimento.**
Margarida Almeida, Parauá / São Francisco





Associação de Mulheres Pescadoras Trabalhadoras Rurais da Ilha de Itacoãzinho, Igarapé Caixão e Igarapé Genipaúba

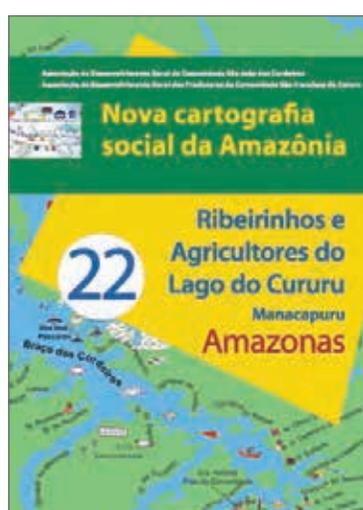
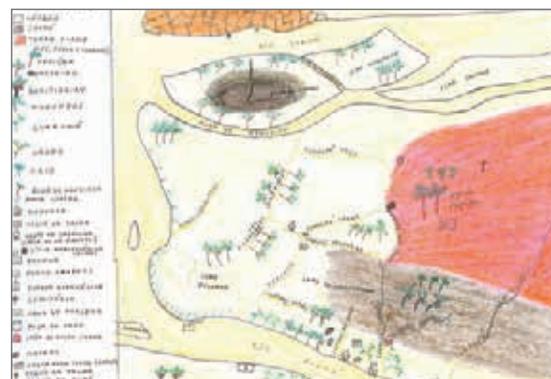
Equipe de pesquisa

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Rosiane Martins
Eliana Teles
Raimunda Campos
Maria Sueli das Mercês
Bruno Malheiro
Cleonice de Macedo
Marcos Lima

ISBN 978-85-7401-384-8

Participantes das Oficinas de mapas

Presidente: Maria Sueli das Mercês; Vice-presidente: Deize Lima dos Santos; Secretária: Nazaré do Socorro Moraes Trindade; Diretora de Cultura: Simone de Nazaré Carvalho; Diretora de Patrimônio: Maria do Socorro Barbosa Carvalho; Tesoureira: Zenilde dos Santos; Fiscal: Lucileia Lima dos Santos



Associação de Desenvolvimento Rural da Comunidade São João dos Cordeiros

Associação de Desenvolvimento Rural dos produtores da Comunidade São Francisco do Cururu

Equipe de pesquisa

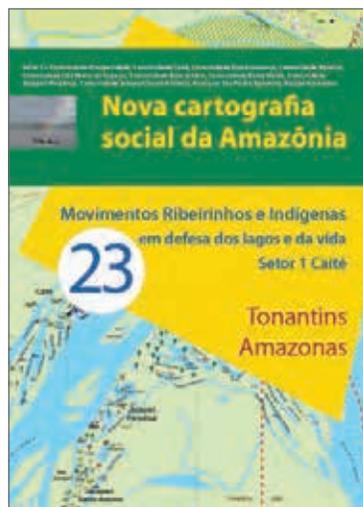
Glaúcia Maria Quintino Baraúna
Luciane Silva da Costa
Gabriele Mota Pinheiro
Clayton de Souza Rodrigues
Elieyd Sousa de Menezes

ISBN 978-85-7401-383-1

Participantes das Oficinas de mapas

COMUNIDADE SÃO JOÃO DOS CORDEIROS: Francisco Vaz do Carmo, Helena Vieira de Andrade, Maria, Nilze Castro da Costa, Alcicléia Lira dos Santos, Adenilson Vieira Miranda, Marcos Marques Brilhante, Elionai Azedo Brilhante

COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO CURURU: Aluizio Ramos da Silva, Joel Alves da Silva, Regiane Costa da Gama, Regiane Costa da Silva, Raimunda Castro da Costa, Lilá Maria Rocha da Silva, Iraiton Alves da Silva, Sebastião Monteiro da Gama, Justino Monteiro da Gama, Rosa Gomes da Silva, Rosana Reis da Silva, Jovani Monteiro da Silva, Lázaro Jair Alves da Silva



Comunidade Prosperidade, Comunidade de Caité, Comunidade Boa Esperança, Comunidade Bararuá, Comunidade São Pedro, do Copeçu, Comunidade Bom Jardim, Comunidade Baixa Verde, Comunidade Jacaperi Perpétua, Comunidade Jacapari Santo Antônio, Paróquia São Pedro Apóstolo, Equipe Itinerante

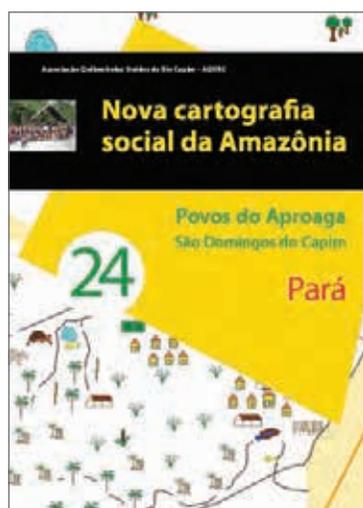
Equipe de pesquisa

Willas Dias da Costa
Antônio João Castrillon Fernandez
Rosenira Izabel de Oliveira

ISBN 978-85-7401-413-5

Participantes das Oficinas de mapas

COMUNIDADE PROSPERIDADE: Salim Martins de Oliveira, Darley Chota, Jéssica Pinto, Maria Josiene; COMUNIDADE CAITÉ: Delmar Ferreira, Anastácio Nunes, Raimundo Costa, Davi Deveza, Sidinei Ribeiro, Francisco Neto, Lucia e Rozol; COMUNIDADE BOA ESPERANÇA: Emerson da Silva, Sebastião Carvalho; COMUNIDADE BARARUA: Raimundo Coelho; COMUNIDADE SÃO PEDRO DO COPEÇU: Manoel Fernandes Potásio; COMUNIDADE BOM JARDIM: Fabiano Braga; COMUNIDADE BAIXA VERDE: Pedro Rios, Evaldo dos Santos Anjos, Raimundo Alves Rocha; COMUNIDADE JACAPARI PERPÉTUA: Raimunda Perpétua Silva, Gercino dos Santos; COMUNIDADE JACAPARI SANTO ANTÔNIO: Miguel Jaita Ramos, Raimundo Arcanjos Ramos; PARÓQUIA SÃO PEDRO APÓSTOLO: Protásio Oliveira Garcia, Irmã Jaci Silveira de Souza; EQUIPE INTINERANTE: Graça Penha



Associação Quilombolas Unidos do Rio Capim

Equipe de pesquisa

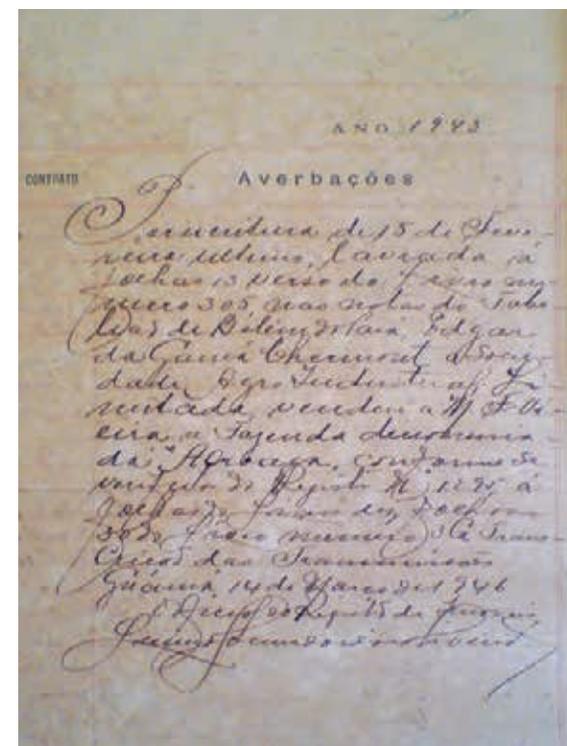
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Maria Betânia Cardoso Barbosa
Cristiane Martis

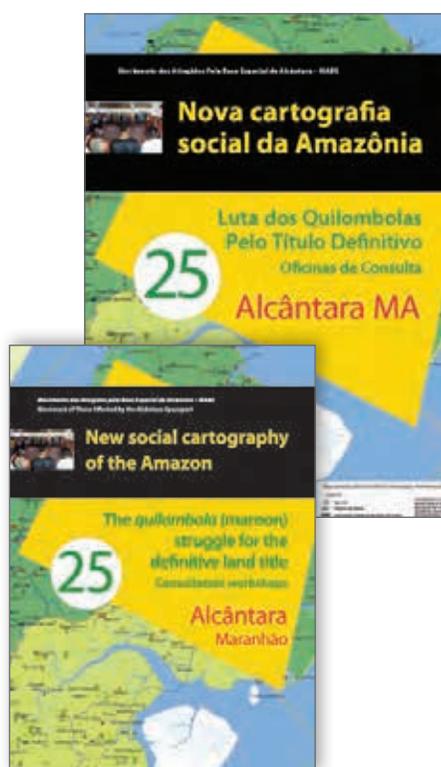
ISBN 978-85-7401-453-1

Participantes das Oficinas de mapas

Maria Verônica Santos de Oliveira,
Ana Cristina Ferreira da Silva, Rosa da
Silva Santos, Luciele da Silva Santos,
Nair dos Santos Silva, Maria Idalina dos
Santos, João da Conceição Silva Santos,
Lucivaldo dos Santos

Primeiro nós queremos reivindicar nossos direitos como cidadãos, que nós não estamos sendo respeitados e com isso ter o nosso reconhecimento da área que nós estamos morando e que moramos há muitos séculos e que hoje queremos retomar essa terra como se fosse propriedade nossa. Sr. Manoel Claudiery Coutinho da Luz, Sauá-Mirim





Movimento dos Atingidos Pela Base Espacial de Alcântara

Associação dos Moradores do Povoado Arenhengaua

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara

Equipe de pesquisa

Davi Pereira Júnior

ISBN 978-85-7401-450-0

Participantes das Oficinas

PÓLO BARREIRO, 24 E 25 DE AGOSTO DE 2007

QUILOMBO CURUÇÁ: Delzilene Rodrigues Pereira, Antonia Benedita Pereira Costa, Maria da Graça Moraes, Simão Tadeu Araújo Pereira, Amadeus Pereira, Domingos Pereira, Madson Roberto Pereira, Joaquina Rodrigues Freitas, Maria Luiza Cantanhede, Damiana Rodrigues Pereira, Mariana Pereira Rodrigues, Joana Alexandrina Silva Pereira; QUILOMBO CURUÇÁ/SÃO FRANCISCO: Lúcia Mendes;

QUILOMBO TIMBIRAS: João Damasceno Pereira, Martinho Patrocínio Costa, João Evangelista Pereira, Ana Regina Pereira, Luís Carlos Pereira Leitão, Barnabé Apóstolo Pereira; QUILOMBO SANTA RITA: Josefa Jertuliana Pereira, Adeildes Pereira Santos, Aldelina Pereira Santos Pereira, Andreina Pereira, Maria José Rodrigues; QUILOMBO IGUAÍBA: Graça Maria Pereira, Benedita de Jesus N. Pereira, Sheisa Racielle Nogueira da Silva, Franciosa da Costa Dias, Maria Bárbara da Silva Pereira; QUILOMBO BARREIRO: Cristina Francisca Solange Mendes Leitão, Silvana Cantanhede Mendes, Maria Izabel Mendes Pereira, João Mário Mendes Pereira, Maria dos Santos Pereira Mendes, Justino do Livramento Ferreira Mendes; QUILOMBO BOA VISTA: José

Ribeiro da Costa, Maria Borges Santana, Roberta Almeida Costa, Tereza Borges Cossino, Domingos Natrividade Almeida Costa; QUILOMBO BURDÃO: Francisco Rabelo Costa; QUILOMBO PORTO DO MEIO: Valinda Pereira, Antonia Raimunda Pereira; QUILOMBO JORDOA: Tiago Rodrigues Santana, Domingo Pedro Alves, Julcenilde Jesus Pinto Chagas, Lourenço Alves Pereira; QUILOMBO MANIVAL: Luana Pereira Soares; QUILOMBO SANTA BÁRBARA: Vitório Rodrigues Almeida; QUILOMBO PERU: Terezinha de Jesus Coelho Diniz, Sebastião C. Almeida Ramos; QUILOMBO REMÉDIO: Maria José Costa Dias, Pedra de Alcântara Pereira Rodrigues, Doralice Pereira Rodrigues; Quilombo São Francisco: Apolinário Simeão Rodrigues; QUILOMBO SALINA: Simão Sirineu Costa, Valdinéia T. dos Santos Ferreira Pereira, Rosinete do Carmo Furtado, Iraci Pereira Rodrigues; QUILOMBO ARENHENGAUA: Gregório Xavier Costa; ALCÂNTARA/MABE: Francinete Pereira

da Cruz, Sérvulo de Jesus Moraes Borges, Vilson A. Serejo; OITIUA/STTR: Aniceto Araújo Pereira; SOLAR CONSULTORIA/SÃO LUÍS: Ana Paula Soares; FACILITADOR/SÃO LUÍS: João de Jesus Costa;

PÓLO ARENHENGAUA, 31 DE AGOSTO DE 2007
ARENHENGAUA: Maria Teodora Ribeiro, Cândida Rodrigues, Josefa de Fátima Alves Costa, Luís de França Almeida, Manuel Santana Silva, Gernuino Oliveira, Doralice Pereira Dourado, Rosana Nogueira de Almeida, Domingos Anastácio Alves, Arnaldo Rocha Amorim, Maria Rosa dos Santos, Gregória Boais Ferreira, Beatriz Souza, Izidorio Macêdo Amorim, Anélia dos Santos, Emília dos Santos, Josias dos Santos F Silva, Gregório Xavier Costa, Maria Tereza Pereira Dourado; SÃO MAURÍCIO: Elvira Alves Corrêa, Darenilde Alves Corrêa, Francelina Alves Corrêa, Andréia Lima da Silva, Paulo Bispo Alves Corrêa, Felipe Alves Almeida Joanita Pereira, Maximiana

Almeida Rodrigues, Valdirene Ferreira Mendonça; PORTO NOVO: Izaurina L. V. Cruz Pereira, Cleudilene Costa João Damasceno Costa; TIQUARA: Eliane Ernestina Rodrigues Pinheiro, Doan Rodrigues Costa, Valderes Costa; PORTO DE BAIXO: José Martins Pereira de Abreu, Francisco de Assis Rodrigues Filho, Bertulina Tertuliana de Alves Costa, José Carlos Costa; TIMBIRAS: José Venceslau B. Pereira, Maria Felicidade dos Santos Araújo; CURUÇÁ: Simão Tadeu Araújo Pereira, Pedra Martires Araújo; CAJIBA: Cilene Gregória Rodrigues, Maria da Glória Rodrigues, Luciléia Romana Mendes Rodrigues, Rosivaldo Cruz Macedo Rodrigues, Marilde Pereira Santos, Clemente Bispo Pereira, Domingas dos Santos, Macedo Rodrigues; SÃO RAIMUNDO: Maria Vitória Costa, Maria de Jesus Mendes, Benedito Pereira Araújo, Cândido C. Pinheiro Pereira; SÃO RAIMUNDO II: Raimunda Pereira Mendes; JERUSSÚ: Joana Célia Sousa Viegas, Antonio Dionízio Sousa, Maria da Conceição Ribeiro Pereira, Lidinês de

Oliveira Costa, Anacleto da Paz Sousa Costa, Jenilson do Carmo C. Corrêa; PERU MABE: Wallison Azevedo Silva, Sebastião Carmo Almeida Ramos, Bertulina Tertuliana de Abreu Costa, Wallison Azevedo Silva; MABE: Sérvulo de Jesus Moraes Borges; OITIUA/STTR: Aniceto Araújo Pereira; AMPA: Gregório Xavier Costa; MOMTRA/Alcântara: Maria do Nascimento C. Carvalho; ALCÂNTARA: Vilson A. Serêjo; SÃO LUÍS: Patrícia Portela Nunes; SÃO RAIMUNDO: Cândida C. Pinheiro Pereira; OITIUA/STTR: Francisco Fernandes N. Nojoso

PÓLO OITIUA, 5 E 6 DE SETEMBRO DE 2007
OITIUA: Valdivino Pereira Coelho, Maurício Araújo Braga, Yoleti Boaes Viegas, Daiana Boaes Viegas, Nair da Natividade Costa Pereira, Osvaldo Francisco Costa, Josélia de Fátima, Costa Pereira, Creuza de Oliveira, Tereza Gregória Dias Pereira, Antonia Nogueira, Irineu França, Valdemir Souza Pereira, Virgílio Belo, Francisco

Fernandes N. Nojosa, Raimundo Lucivaldo A. Mendes, Antonio Pereira, Eugênia Pereira Araújo, Maria de Fátima Furtado Soares, Késia Garcia Rodrigues, Belmiro N. P. Coêlho, Tereza Mendes Nascimento, Ivone Vieira Moraes, Juliene P. Costa Nojosa, Jéssica F. Costa Lemos, Evandréia Ferreira Lina, Tecla Vieira, Marcos do Rosário Pereira, Tolentino Cantanhede Boas, Ambrozino Costa, Luís Carlos Rocha, Regino Martins Barbosa, José Silva, João Justino Araújo, André Soares, Ronaldo de Jesus Viegas Pereira, Vilson Araújo Serejo, Tereza Nascimento Almeida, Dulcinéia Viegas Boaes, Martinha Ribeiro, Maria de Jesus Araújo Moraes, Marcelo, Nádia Costa Pereira; NOVO BELÉM: Sandra Maria Araújo Pereira, Domingos Gonçalves Pereira, Maria do Rosário Araújo, Maria da Conceição M. Sampaio; TRAQUAÍ: Jacicléia Pereira Sodré, Jardison Augusto; ITAPERÁ: Deuzirene Pereira Alves, Jardison Augusto Alves Pereira, Marcelina Juliene Moraes Alves; CASTELO: Maria Paula Coelho dos Santos; SEGURADO: Rosimery Mendes, Iranilde Rodrigues Costa, Maria Maura Costa, Maria Felicidade dos Santos Araújo, Nilton César Costa; CAJUEIRO II: Benedita dos Santos Araújo, Izabel Maria França Moraes, Eugênia Pereira Araújo; ARENHAGUA: Rosana Nogueira de Almeida; QUIRIRITUA: Lucival Xavier Pereira Costa, Domingos do B. Pereira, João Severo de Araújo; ALCÂNTARA: Vilson Araújo Serêjo, Creuza de Oliveira; MABE: Sérvulo de Jesus Moraes Borges, Francinete Pereira da Cruz; PALMEIRAS: João Silverino Paz Araújo, Gregória Papa Rodrigues, Josivan Rodrigues Pereira; MONTRA/ALCÂNTARA: Helena Vieira Ferreira, Maria do Nascimento C. Carvalho; OITIUA/STTR: Aniceto Araújo Pereira; SOLAR CONSULTORIA: Gregório Xavier Costa, Ana Paula Soares

PÓLO PAVÃO, 12 E 13 DE SETEMBRO DE 2007

Martinho Araújo Pereira, Carize de Fátima Lopes Pires, Pedro Alberto Costa, Maria da Conceição Macedo, Francinete Costa, Maria da Conceição Pereira, Luís Alberto Costa Pereira, Paulo José Almeida Cunha, Valentino Felício Pereira, Graciliano dos Santos Costa Pereira, Maria Terezinha Pinheiro, Brígida Almeida Cunha, Benedita Santos Diniz de Oliveira, Domingas Dorotéia Araújo, Daliete Araújo, Justino Almada, Ermogena Emília Rodrigues, Virgiliana Ribeiro

PÓLO CANELATIUA, 26 E 27 DE SETEMBRO DE 2007

CANELATIUA: Marilene Gonçalves Nogueira, Antonio de Jesus, Serejo Ribeiro, Edvan Nogueira, Cilda Araújo Serejo, Vilcilene de Jesus Ferreira Moraes, Luzenilde de Fátima Serejo Lopes, Hilton Paz Braga, Lurdenilde de Lemos, Rosemary Torres Diniz, Josina Lemos Torres, Josenice Moreno Leitão, Maria Gorete Azevedo Braga, Francisco da Conceição Ribeiro, Deuzuíla da Costa Duarte Serejo, Maria do Socorro T.

Gonçalves, Clodoaldo Moraes, Nilde Ferreira Saraiva, Izauro Benevonulto Diniz, Adelmo Nilo Moraes Leitão, Franciléia Lemos Costa, Ozébio Moraes Costa, Raimundo Janilson Diniz Chagas, Wilson Ribeiro, José Inaldo Correia Ribeiro, Lurdinalva Sena Leitão, Maria José Diniz Chagas, Valdeli Duarte Serejo, Elinaldo Lemos Pinheiro, Gilson César N. Serejo, Maria de Jesus dos Anjos Diniz, Valentino Batista Diniz, Iracy do Nascimento Serejo Diniz, Joana Batista Ramos dos Santos, Ana Cleide Torres Diniz, Nelci Mônica de Lemos, Angra Serejo Coelho, Iracema Serejo Moraes, Elzanilde da C. dos S. Serejo, Josenira Moreno Leitão, Josinalva Torres Gonçalves; MATO GROSSO: José da Conceição Ferreira, Benedilson do Nascimento Ferreira, Raimundo Nonato Souza; VILA DO MEIO: João da Anunciação Garcia, José Augustinho Garcia; BOM VIVER: Raimundo da Guia Moraes Júlio dos Anjos; ITAPERÁ: Cintia Sebastiana Serejo, Maria José dos S. Serejo, Irvisson Ribeiro Serejo; COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ: Anne Caroline Wihbey; SÃO JOÃO DE CORTÊS: José Elias Torres Ferreira; AMPA: Gregório Xavier Costa; RETIRO: Albertina Leitão Cantanhêde, Marinalva Costa Chagas; PNCSA/UEMA: Davi Pereira Júnior; COHRE: Cintia Beatriz Müller; MABE: Francinete Pereira da Cruz; STTR/OITIUA: Aniceto Pereira; MONTRA: Maria do Nascimento C. Carvalho; SOLAR CONSULTORIA: Ana Paula Soares; ALCÂNTARA: Vilson Araújo Serejo

PÓLO SANTA MARIA, 28 E 29 DE SETEMBRO DE 2007

SÃO JOÃO DE CORTÊS: Juliana Ferreira Pereira, Valdecy Ferreira Nogueira, Fernando Santos, Wander Araújo Serejo, Maria Luíza Melo Pereira, João Máximo Silva Pereira, Nelson Leitão, Geraldina Costa, Eleonilde Amorim Pinto, Himalerti Sá, José Elias Torres Ferreira; MÃE EUGÊNIA: Ananias de Jesus Pereira Ferreira; CANAVIEIRA: Aurino Cunha Lemos, João Pedreiro, José Maria Ferreira; SANTA MARIA: Olivaldo Ramos Sousa, Domingos Ramos dos Santos, Moisés Alves de Oliveira, Regina Alves de Almeida, José de Ribamar Oliveira, Marinaldo Diniz Nogueira, Erlandes Gomes Rabelo, Gerson Souza Ferreira, Rosa Maria Sousa Ferreira, Dalvina Ferreira da Silva, Greidiane Rabelo Santos, João de Deus Conceição Barbosa, Aline de Araújo Silva, Ana Maria de Araújo Reis, Maria Aparecida Gomes, Rabelo Miguel Feliz de Lima, Ana Ruth Gomes Machado Silva, Raimunda Gomes dos Santos, Mariana Lima, Eliziete Viana da Silva, Martinha Garcia Leitão, Raimundo Nonato Vieira, Vitor dos Anjos Torres, Manoel Antonio Alves da Silva, Mariana Lima; PONTA DA AREIA: Camilo Pereira, Valdenir Santos Gomes; VISTA ALEGRE: Valdecir Gomes de Oliveira, Pedro Gomes Costa, Osmar Rodrigues Costa, Maximiano Cabral da Silva; FOLHAU: Ivaldo Mendes da Silva; CANELATIUA: Dorinete Serejo Moraes, Felipe dos Santos Serejo; PPDLES: José

Elias Torres; AMPA: Gregório Xavier Costa; Tacana: Rubem César G. Malhado; MABE: Francinete Pereira da Cruz; BRITO: Leonardo dos Anjos; MAMUNINHA: Agostinho Ribamar Garcia; STTR/OITIUA: Aniceto Pereira; RIO VERDE: José Ribamar Rodrigues Costa; SOLAR CONSULTORIA: Ana Paula Soares; COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ: Anne Caroline Wihbey; ALCÂNTARA: Vilson Araújo Serejo; MONTRA: Maria do Nascimento C. Carvalho; COHRE: Doracy Silva Torres Cintia Beatriz Müller; MABE/SINTRAF ALCÂNTARA: Inaldo Faustino Silva Diniz; PNCSA/UEMA: Davi Pereira Júnior

PÓLO AGROVILA I (ESPERA), 03 E 04 DE SETEMBRO DE 2007

MONTRA/MANIVAL: Maria do Nascimento C Carvalho; SÍTIO DO MEIO/MANIVAL: José Ribamar Cunha, Eliene Ferreira Soares, Antonio Augusto da Silva; MANIVAL: Benedito C Carvalho, Justino de Araújo Mendes, Maria Helena da Silva, Lucélia Ferreira Ribeiro, Denise de Fátima Sá Cantanhede; NOVA ESPERA: Danúbia Neres Moraes, Adriana Araújo, Nery Rodrigues; CANELATIUA/MABE: Dorinete Serejo Moraes; SÓ ASSIM: Rosinéia Martins, Elenilson Diniz Rodrigues, Geuza Maria S. de Sá Torres, José Ribamar Alves; COHER: Cintia Beatriz Müller; PONTA SECA: Rosa dos Santos Silva, Joaquim Silva, Bartolomeu Pereira, Daniele da Silva Pereira, Raimundo Dioceso Silva, Kácio Rito Silva, Josivaldo de Jesus Silva; ACONERUQ/SÃO MAURÍCIO: Valdirene Ferreira Mendonça; CAJUEIRO I: Roseana Pereira Torres, Genilson Araújo Torres, Luís Ubiratan Diniz, Luzineide Torres Diniz; PEPTAL: Nigiane Araújo Alves, Adriana de Oliveira, Jucilene Benta Silva, Maria do Livramento Alves, Nunes Claudionor Pereira, Francinaura S Rodrigues; ESPERA: Rosa Silva Araújo, Edvan Damasceno Moraes, João Batista Moraes, João de Deus Araújo, Ramonn Andrey Neves Diniz; CAUCAUA: Raimundo Adilson Ferreira Soares, Iracema Cantanhede Araújo, Ezequiel Profeta Borges, Valdir de Maia; MABE/ALCÂNTARA: Francinete Pereira da Cruz; TRAJANO: Ildeny Pereira Silva, Raimundo M Costa, Raimunda Margarida Costa; PNCSA/UEMA: José Ribamar A Alves, Maria Helena da Silva, Davi Pereira Júnior; MABE: Sérvulo de Jesus Borges; ALCÂNTARA: Vilson Araújo Serejo; SOLAR CONSULTORIA: Andréia da Silva Barbosa; STTR/OITIUA: Aniceto Araújo Pereira; AMPA: Gregório Xavier Costa; IRMÃS DE NOTRE DAME: Inocêncio Torres, Lucyane Ribeiro Diniz; COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ: Anne Caroline Wihbey; INCRA: Ivoni Guimarães, José Ribamar Pereira da Silva; MABE: Inaldo Faustino Silva Diniz; ACONERUQ/STTR: Valdirene Ferreira Mendonça

PÓLO AGROVILA II (PERU), 05 E 06 DE SETEMBRO DE 2007

MARUDÁ: Maria dos Reis Silva Pinho, Maria Vitória Campos Diniz, Maria da Anunciação S. da Silva, Rosimery Ribeiro Diniz, Eloi Bispo Rodrigues, Ivanilde da Conceição Campos Diniz, José Augustino

Diniz, José Werbert Ramos Ribeiro, Sílvia de Souza Ramos, Lourenço Silva; RIO GRANDE: Teresa Domingas Cardoso Sousa, Vanda Maria Ribeiro, Elivania Costa Ribeiro, Domingas Socorro Silva, Ailton Ribeiro Alves, João Carlos Ferreira Ribeiro; MAMUNA: João da Mata, Maria de Fátima Ferreira, Iran de Deus Mendes, Francisco dos Anjos Rocha; RIO DO PAU: Antonio Borges Araújo, Maria Luiza Borges, Verenilde Lemos Pereira; BARACATATUA: José Luziano Garcia Pimenta, Josino das Neves Leitão; PERU: Bruna de Sá, Enério Silva, Antonio Marcos Pinho Diniz, Maria da Glória Silva, Greciane Lemos Pereira, Ana Thais Pinho Diniz, Paula Cristina Pinheiro Ramos, Bismarck de Oliveira dos Anjos, Ana Célia Ribeiro Lima, Luiz Ramos Diniz, Dinilva Batista Silva, Katucy da Costa Lemos, Paula Cristina Pinheiro Ramos, João Crisóstomo Silva, Marinalva S P dos Santos, Silvana Melo Diniz, Domingos Pinheiro; MABE: Sérvulo de Jesus Borges; AMPA: Gregório Xavier Costa; COHRE: Cintia Beatriz Müller; PNCSA/UEMA: Davi Pereira Júnior; CANELATIUA/MABE: Francisco dos Anjos da Silva, Dorinete Serejo Morais; QUERO VÊ: João Pereira Gonçalves, Raimundo Pereira de Oliveira; SÃO LUÍS: Wanessa Rodrigues Dias, Paulo Melo Sousa; PACURI: Daniel Guimarães; MOCAJUBAL: Elizângela Fereira, Laurência Ribeiro Amorim, José Maria Ribeiro Sodrê; PERIAÇU: Raimundo Abel Coelho, Jaime Coelho Borges, Luziano Coelho Borges; COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ: Anne Caroline Wihbey; INCRA: Ivan Guimarães, José Ribamar Pereira da Silva; MABE/SINTRAF: Inaldo Faustino Silva Diniz; MABE/ALCÂNTARA: Sérvulo de Jesus Borges, Jacira dos Santos Pereira Costa; MONTRA: Mariado Nascimento C. Carvalho; FETRAF: Benedito Barbosa; STTR/OITIUA: Aniceto Pereira; MANIVAL: Érico Ribeiro Sodrê, Benedito Cunha Carvalho; ALCÂNTARA: Vilson Araújo Serejo; SOLAR CONSULTORIA: João de Jesus da Costa; SÓ ASSIM: Geuza Maria Santos de Sá Torres; PAVÃO: Lucimar Araújo Máximo, João Araújo, Helena Almeida Cunha, Raimunda Rodrigues Cunha, Dolores Gusmão Araújo, Ana Maria Cunha Pereira, Maria de Fátima Silva, João Santana Costa Pereira, Maria do Carmo Lobato, José Antonio Ribeiro, Claudiana Ribeiro, Nilcylene Ribeiro Pereira; CAJAPARI: Benedita Domingas Araújo; ARENHENGUAU: Gregório Xavier Costa; NOVA ESPERA: Inaldo Faustino Silva Diniz; ALCÂNTARA: Vilson Araújo Serejo; MUTITI: Lucas Françosa, Evandro de Jesus Cunha Ferreira; CONCEIÇÃO: Porffrio José Viana Martins, José da Conceição Araújo, Lenilce Araújo Ribeiro, Ailson da Conceição R Araújo, Brazilina Araújo Maria de Jesus Sá; ITAPIRANGA: Josélia de Jesus Pereira de Sá, José Maria Ferreira; SANTO INÁCIO: Maria das Graças Gomes da Silva Marinete Costa, Maria Domingas Costa Coelho Ribeiro, Mirian Olímpia Sá Ferreira, Deuza Maria Coelho Alciano Domingos Coelho; BAIXA GRANDE: Celci de Jesus Nunes, Moysés Araújo Moraes, Maria Paula Melo, Maria José Mendes,

Maria Trindade Araújo, Vera Lúcia Sá Cantanhede; CENTRO DA VOVÓ: Tony Pérciles Silva, Edjane Cantanhêde Sá; STTR: Aniceto Araújo; MANIVAL: Benedito Cunha Carvalho; SOLAR: Magda Gonçalves; MABE: Sérvulo de Jesus Moraes Borges; AMPA: Maria do Carmo Lobato, Sebastião Epifânio Braga, Gregório Xavier Costa; PNCSA/UEMA: Davi Pereira Júnior

PÓLO PEROBA DE CIMA, 14 E 15 DE SETEMBRO DE 2007
PEROBA DE CIMA: Luiz Amorim, Alen de Jesus Silva Lima, Maria Domingas F Barros, Leovandira Ribeiro, Sérgio Almeida, Paula Maria Espindola Rodrigues, Felipe Amado Fonseca Barros, Dorinalva Aguiar Almeida, Luzia Martins, Maria Inês de Almeida Barros, Rayany Barros Ribeiro; PRAINHA: João Amorim, Rosana dos Santos Pereira Diniz, Odete Garcia de Melo, Suellem Melo, Garcia Teodora, Lúcia Melo; PRAINHA DE BAIXO: Irani Pereira, Miguel Pereira Costa, José Ribamar G Vasconcelos; SAMUCANGAUA: Raimunda Ângela Macedo Araújo, Catarina Ribeiro, Suene Batista Araújo, Sebastião Fonseca, Dalvina Diniz Araújo, William Viegas Araújo, Cláudia Cristina Lopes; CORRE FRESCO: Nicineide Lima Ribeiro, Valdeci José Ferreira, Maximiano Ferreira, Maria do Carmo Câmara; FORQUILHA: Paula da Paz Araújo Ribeiro, Iracely Silva Amorim, Iracema Silva Soares, Sebastião Rodrigues; IRIRIZAL: Mariete R. Martins, Maria de Fátima Araújo; VAI COM DEUS: Dario Antonio Melo; CODÓ: Brígido do Livramento Gonçalves, Roberta Guterres; TERRA MOLE: José Vitório Amorim, Eleutério dos Ferreira; SOLAR CONSULTORIA: Andréia da Silva Barbosa; JANÁ: Hermenegilda Margarida Diniz, Ignácia Campos Benedita Pereira; PEROBA DE BAIXO: Joana P. Gusmão Ferreira, Tereza Amorim C. Pires, João Cunha Gusmão, Antonio Sebastião Ferreira; FLÓRIDA: Tomázia de Aquino Araújo, Silvangela Araújo, Sérgio Almeida; ENGENHO: Adelman de Jesus Ferreira Fonseca; PEROBA: Vicente Amaral Rodrigues, Tereza de Jesus dos Santos Ferreira; ITAPUAUA: Manoel de Jesus A Amorim; ARENHENGUAU/AMPA: Gregório Xavier Costa; ALCÂNTARA: Vilson Araújo Serejo; PNCSA/UEMA: Davi Pereira Júnior; MABE: Francinete Pereira da Cruz; PERU/ MABE: Sebastião Almeida Ramos; STTR/OITIUA: Aniceto Araújo Pereira; MONTRA: Maria do Nascimento C. Carvalho

PÓLO ITAPUAUA, 21 E 22 DE SETEMBRO DE 2007
ITAPUAUA: Josinéia Pereira Melo, Estelita Ribeiro Araújo, Denilson Fernando A. Carneiro, Eleotéria Filomena Rodrigues, Manoel de Jesus A. Amorim, Maria da Purificação Araújo, Benedito Ribeiro Balbino Araújo; SANTANA DOS CABLOCOS: Erivânia de J. V. Freire Benedito, Higino França, Maria Joana Seguins Lima, Alexandre Jonas Araújo, Casimiro Pereira, Oswaldo Araújo, Genésio Araújo, Raimundo Chagas Costa Leite, Helena

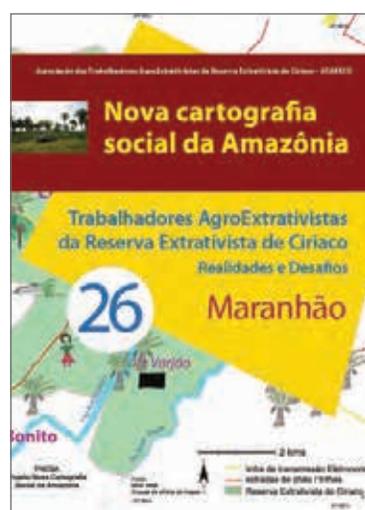
Margarida L. Alves, Joana Martins, Raimunda Araújo, Ana Maria Araújo Ribeiro, Antonio de Jesus Macedo, João Francisco Coelho, Tereza França Ribeiro, Berenice Araújo, Analice França Araújo, Martinha Araújo; COHRE: Luzinete Araújo, Maria Nila Ferreira, Karlene Lemos Aguiar, Amélia Pereira, Edineuza Campos Duarte, Lourival da Graça Paixão, Manoel dos Santos Pereira, João da Paz Aguiar, João Dumont Gonçalves, Amélia Pereira (Perizinho); Cintia Beatriz Müller; ESPERANÇA: Brasilina Boás, Delma Maria Cunha Diniz; SOLAR CONSULTORIA: Magda A. Gonçalves; MABE/ SINTRAF: Inaldo Faustino Silva Diniz; MABE: Francinete Pereira da Cruz; ARENHENGUAU/AMPA: Gregório Xavier Costa; PERU/ MABE: Sebastião Cosme Almeida Ramos; ALCÂNTARA: Vilson Araújo Serejo; MONTRA: Maria do Nascimento C. Carvalho; STTR/ OITIUA: Aniceto Pereira; STTR/PEROBA DE CIMA: Vicente Amaral Rodrigues; PEROBA DE CIMA: Dorinalva Aguiar Almeida

PARTICIPANTES DA PLENÁRIA FINAL, 13 DE OUTUBRO DE 2007
CAJAPARI: Benedita Domingas Araújo; ITAPECUEM: Sebastião Epifânio Braga; PAVÃO: Luís Alberto Costa Pereira, Martinho Araújo Pereira, Benedita R. Almeida, Carize de Fátima Lopes Pires, Pedro Alberto Costa, Maria Terezinha Lima Pinheiro, Maria do Carmo Lobato, Graciliano dos Santos Costa Pereira, Paulo José Almeida Cunha, Maria da Conceição Macedo, João Santana Costa Pereira, Francinete Costa, Josélia Câmara Almeida, Helena Almeida Cunha, Bernardino Pereira, Máximo João Araújo; BAIXA GRANDE: Vera Lúcia Sá Cantanhede, Maria Paula Melo, Celci de Jesus Nunes, Maria Trindade Araújo, Maria José Mendes, Samuel Araújo Morais, Moisés Araújo Moraes; CENTRO DA VOVÓ: Feliciano Almeida, Tony Pérciles Silva, Edjane Cantanhede Sá, Faustino Silva, Joana Silva; SANTO INÁCIO: Domingos Coelho, Maria Domingas Costa Coelho, Marinete Eulália Costa, Deuza Maria Coelho, Mariléia da Silva Araújo, Mirian Sá Ferreira, Francisco de Assis Xavier Lemos, Pedro Francisco Coelho; QUIRIRITUA: Iran da Conceição P. Costa, Ildenir de Jesus Ferreira Pereira, Luceval Pereira Costa, Maria de Lourdes Pereira; ITAPIRANGA: Josélia de Jesus Pereira Sá, Fernanda Sá Ferreira; AMPA: Jacira dos Santos pereira Costa, Gregório Xavier Costa, Rosana Nogueira de Almeida; VAI COM DEUS: Dario Antonio Melo; PRAINHA: Suellem Melo Garcia, Odete Garcia de Melo, João Amorim, Teodora Luciana Melo; MOCAJUBAL: José Araújo Braga Francineide C; Araujo; MABE: Francinete Pereira da Cruz, Inaldo Faustino Silva Diniz, Servulo de Jesus Moraes Borges; CORRE FRESCO: Maximiano Ferreira, Valterni José Ferreira, Vicineide Lima Ribeiro; VILA AIRTON: Waldísia Claudino da Cunha, Mara Fernanda Pinheiro da Silva; CANELATIUA: Marildes F. Saraiva, José Wadeny Ribeiro, Dorinete Serejo Morais, Marilene Gonçalves Nogueira, Joana Batista Ramos dos Santos, Josinalva Torres Gonçalves, Vicenilde da Conceição

Ferreira, Adelmo Nilo Morais Leitão, Lindelson Diniz Ferreira, Honorato Diniz Serejo, Hilton Paz Braga, Valentim Batista Diniz, Antonio de Jesus Serejo Ribeiro, Maria José Diniz Chagas, Maria de Jesus dos Anjos Diniz, José Inaldo Corrêa Ribeiro, Cilda Araújo Serejo, Maria Gorete Azevedo Braga, Valdinéia Moraes Diniz, Valdeli Duarte Serejo, Josina Lemos Torres, Nailma Farias Nogueira; PRAIA DE BAIXO: Irani Pereira, Maria Tereza Rodrigues Castro; RETIRO: Albertina Leitão Cantanhede; MATO GROSSO: José da Conceição Ferreira; ITAPUAUA: Manoel de Jesus Araújo, Raimundo M Araújo, Estelita Ribeiro Araújo, Benedito Ribeiro, Terezinha Rodrigues Araújo, Eleotéria Filomena Rodrigues, Suely Pereira Ribeiro; PERIZINHO: Manoel dos Santos Pereira, José Dilmo França, Amélia Pereira, Luzinete Araújo, Edineuza Campos Duarte, Lourival da Graça Paixão; IRIRIZAL: Maria de Fátima Araújo, Mariete Martins; SAMUCANGAUA: William Viegas Araújo, Suene Batista Araújo, Claudinéia Pereira Gonçalves, Catarina Ribeiro; LADEIRA: Elóia Ponçadilha; PACURI: Silvestre Almeida Silva, Daniel Tavares Guimarães; CONCEIÇÃO: Brasilina Araújo, Porfírio José Viana Martins, Lenilce Araújo Ribeiro, José da Conceição Araújo; PEROBA DE CIMA: Luiz Amorim, Vicente Amaral Rodrigues, Francidalva Almeida Barros, Dorinalva Aguiar Almeida, Alex de Jesus Silva; SANTANA: Berenice Araújo, Martinha Araújo, Benedito Higino França, Raimundo Chagas Costa Leite, Ana Maria Araújo Ribeiro, Genésio Araújo, Helena Margarida Lobato Alves, Antonio de Jesus Macedo, Erivanias de J. Freire, Joana Martins, Tereza França Ribeiro, Alexandre Jonas Araújo, Analice França Araújo, Rosângela Araújo, Cláudio Ribeiro; FORQUILHA: Iracely Silva Amorim, Paula da Paz Araújo Ribeiro; QUERO VÊ: Raimunda Viana de Oliveira, Maria de Nazaré Silva de Souza; RIO DO PAU: Antonia Borges Araújo, Ana Lúcia Ramos, Maria Luiza Borges Ribeiro; BARACATATIUA: Raimundo Nonato Cantanhede, Josino das Neves Leitão, José Luziano Garcia Pimenta; MAMUNA: Idenildo Ferreira Pereira, Maria de Fátima Ferreira, João Silva Matos, Francisco dos Anjos da Silva; TRAJANO: Raimundo Costa, Raimunda Margarida Costa, Ildeny Pereira Silva; TRAQUÁ: Jacicléia P. Sodrê; OITIUA: Maria de Jesus Araújo Moraes, Francisco Fernandes Nunes Nojosa, Alexandra Lemos, Ana Patrícia Gusmão, Luiz Carlos Rocha, Carmina Melo Coelho, Maria do Espírito Santo Ribeiro, Benedita Gonçalves Costa, Belmiro Nascimento Pereira Coelho, Ítalo Coelho Rocha, Cláudio Roberto Melo Coelho, Dulcinéia Viegas Boaes, Aniceto Araújo Pereira, Antonio Pereira, Nair da Natividade C. Pereira, Lusiano de Jesus Mendes; ALCÂNTARA: Maria da Cruz Boaes Viana, Ari Melodia, Alessandra Diniz da Silva, Maria Benita Moraes Dias, Maria da Guia Sousa Pimenta, Pedro Gonçalves Moraes, René Belcourt, Eliane Aparecida Melo Neves, Maria do Carmo Campos; PERIAÇU: Raimundo Abel Coelho; NOVO BELÉM: Raimundo Nonato Silva, Sildene Ribeiro Correia, Maria do Rosário

Araújo, Ernesto Mendes, Domingos Gonçalves Pereira, Sandra Maria Araújo Pereira, Maria da Conceição Mendes; CASTELO: Maria Paula Coelho, Sildilene Ribeiro Correia; SEGURADO: Iranilde Rodrigues Costa, Antonio Pedro Araújo, Nilton César Costa, Rosimeire Mendes, Maria Maura Costa, Maria Felicidade dos Santos Araújo; ITAPERÁ: Jaucirene Moraes Alves, Ademir Agostinho da Silva Sousa, Sátiro Cassiano Pereira, Jadisson Augusto Alves Pereira, Marcelina Juliene Moraes Alves, Deuzirene Pereira Alves; SÃO MAURÍCIO: Felipe Neres Almeida, Valdirene Ferreira Mendonça, Francelina Alves Correia, Andréia de Lima da Silva, Joanita Pereira, Paulo Bispo Alves Correa, Darenilde Alves Correa; COHRE: Cíntia Beatriz Müller; PEPTAL: Cleonilson Silveira Leite, Leandra de Jesus Silveira, Melquíades Cruz Silva; TIMBIRAS: João Evangelista Pereira, Martinho Patrocínio Costa, João Damasceno Pereira; ARENHENGAUA: Luís de França Almeida, Domingos Anastácio Araújo, Arnaldo Rocha Amorim, Doralice Pereira Dourado, Cândida Ribeiro, Amélia dos Santos, Josias dos Santos F. Silva, Wilker Atilio D. Costa; PORTO DE BAIXO: Sérgio Silva Ferreira, Bertulina Tertuliana de Abreu Costa, Francisco de Assis Rodrigues Filho, José Martins Pereira de Abreu; CAJIBA: Clemente Bispo Pereira, Maria Plácida Nunes Macedo, Francisco José Neto, Cilene Gregória Rodrigues, Denísia dos Santos Macedo, Luciléia Romana Mendes Rodrigues, Marinilde Pereira Santos, Maria da Glória Rodrigues; TIQUARA: Doan Rodrigues Costa, Eliane Ernestina Rodrigues Pinheiro; SÃO RAIMUNDO: Raimunda Pereira Mendes; PORTO NOVO: Irene dos Santos Viegas Cruz, Lucimar Pereira Oliveira, João Damasceno Costa, Izaurina Cruz Pereira; KVEM: Benedito Barbosa; ACONERUQ: Hellen Jacqueline Pires Belfort, Ivo Fonseca Silva; IRMÃS DE NOTRE DAME: Josineide Maria da Silva, Irmã Anne Caroline Wihhey; ANEL DE CONTORNO: Maria da Conceição Cantanhede; SÃO LUÍS: Lucyane Ribeiro Diniz, Terezinha Fernades; GOGÓ DA EMA: Raimundo Nonato Conceição; ENGENHO: Adelman de Jesus Ferreira; PEROBA DE BAIXO: Antonio Sebastião Pereira; TERRA MOLE: Eleotério dos Ferreiras; CURUÇÁ: Pedra Martires Araújo, Maria da Graça Moraes, Simão Tadeu Araújo Pereira, Amadeu Pereira, Joaquina Rodrigues, Delzilene Rodrigues Pereira, Lúcio Mendes, Joana Alexandrina Pereira; BARREIRO: Maria Izabel Mendes Pereira, Justino do Livramento Ferreira, João Mário Mendes Pereira, Francenilde Pereira Cantanhede, Maria dos Santos P Mendes; BONFIM: José Ribeiro da Costa; IGUÁBA: Lourenço Pereira, Luciléia Nogueira Rocha, Maria Barbosa Silva, Severa Cantanhede Mendes, Benedita de Jesus Nogueira, Ivaldo Araújo, Francirosa da Costa Dias; SANTA RITA: Maria José Rodrigues, Aldelina Pereira Santos, Adeildes Pereira Santos, Deuzelina Cantanhede, Adelmo Rodrigues; BORDÃO: Francisco Pablo Costa; AGROVILA I: Benedito Cunha Carvalho; SANTA BÁRBARA: Valdinéia Tibúrcia dos Santos Ferreira,

Valeriana Cristina Pereira Costa, Otávia Pereira; MANIVAL: Senhorinha Mendes Rodrigues, Denise de Fátima Sá Cantanhede, Antonio Augusto da Silva, Jackson Silva, Eliene Ferreira Ribeiro, Lucélia Ferreira Ribeiro; PORTO DO MEIO: Valinda Serra, Faustina da Matriz Pereira; CAICAUA: Valdir Cantanhede de Maia, Iracema Cantanhede Araújo; SÓ ASSIM: Elenilson Diniz Rodrigues, Sebastiana Alves Costa, Inocência Torres Geuza M. S. Sá Torres; PONTA SECA: Josivaldo de Jesus Silva, Bartolomeu Pereira, Rosa dos Santos Silva; NOVA ESPERA: João Batista Moraes, Adriana Araújo Nery Rodrigues, Rosa Silva Araújo, Nataly Silva Araújo; BOA VISTA: Roberto Almeida Costa, Andrelina A. Mendes, Maria Borges, Domingos Borges Almeida; REMÉDIOS: Doralice Pereira Rodrigues, Pedra de Alcântara Rodrigues, Maria José Costa Dias; SANTA MARIA: Zelira Ferreira da Silva, Regina Alves de Almeida, Antonio Luís Alves da Silva, Raimundo Nonato Vieira, Ana Maria de Araújo Reis, Walmir Gomes Rabelo; CAJUEIRO I: Genilson Araújo, Osmário Ferreira, Pedro Neves; MMA: Kátia Cristina Favilla; SÃO SEBASTIÃO: Cristina Francisca Leitão; PNCSA: Davi Pereira Júnior; JAMARY DOS PRETOS: Neusimar Ribeiro; PERU: Antonio Marcos Pinho Diniz, Maria da Glória; NOVO BELÉM: Sandra Maria Araújo Pereira, Maria da Conceição Mendes, Domingas Gonçalves Pereira, Ernesto Mendes, Maria do Rosário Araújo; MONTRA: Eliete Cavalcante França Pinto, Maria do Nascimento Carvalho; Solar Consultoria: João de Jesus Costa; Marudá: Iranilde da Conceição C. Diniz, Maria da Anunciação da Silva; Santa Barbara: Vitoria Rodrigues Almeida; SETRES-MA: Mareia Virginia de Andrade, Balbino Rodrigues de Deus, Maria do Nascimento França Pinto (assistente social) e Marleni Moraes W. Pereira



Associação dos Trabalhadores AgroExtrativistas da Reserva Extrativista de Ciriaco

Equipe de pesquisa

Stéphanie Nasuti
Cynthia Carvalho Martins
Davi Pereira Júnior
Vanusa da Silva Lima
Marai Zilma Silva do Nascimento
Adão da Conceição Costa
Evando Marques dos Santos
Rafael de Almeida Santana

ISBN 978-85-7401-448-7

Participantes das Oficinas de mapas

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO – Presidente: Maria José Silva do Nascimento; Vice-Presidente: Antonio Gonçalves da Silva; Secretária: Maria Nilza Luz Custódio; Vice-secretária: Maria Zuleide Barbosa Guimarães; Tesoureiro: Maria Dalva de Souza Silva; 2º Tesoureiro: Antonio Lúcio da Silva; Conselho Fiscal – 1º Fiscal: Francisco Oliveira Lima Custódio; 2º Fiscal: Maria Helena Gomes de Souza; 3º Fiscal: Maria Celma Carlos da Silva; 4º Fiscal Francisca Dourado Lima; 5º Fiscal: Cícera Alves da Silva



Eu moro aqui pelos meus pais. Acho que aqui tem futuro para o jovem, mas somente para aquele que desejar sobre isso, sabe a agricultura e o meio-ambiente.



Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Equipe de pesquisa

Cynthia Carvalho Martins
Davi Pereira Júnior
Adaildo Pereira dos Santos
Aldycléia Lima Luz
Maria José Barros Viana

ISBN 978-85-7401-449-4

Participantes das Oficinas de mapas

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU – MIQCB
Coordenação Geral: Maria Adelina de Souza Chagas (Regional Mearim); Vice-coordenação: Maria Querubina Silva Neta (Regional Imperatriz); Coordenadora Financeira, Cledeneuza Maria Bezerra Oliveira (Regional Pará); Secretária-geral: Domingas de Fátima Freitas (Regional Piauí); Secretaria de Formação: Zulmira de Jesus Santos Mendonça (Regional Baixada); Secretaria de Comunicação: Emília Alves da Silva Rodrigues (Regional Tocantins); Conselho Fiscal: Luzia Domingas dos Santos (Regional Pará), Maria Eulália Mendes Nunes (Regional Baixada), Eunice da Conceição Costa (Regional Imperatriz), Claudisdean de Melo Silva de Oliveira (Regional Pará), Antônia Gomes de Sousa (Regional Mearim), Helena Gomes da Silva (Regional Piauí); Comissão Temática – Infra-estrutura: Maria Martins de Souza (Regional Pará); Geração de Renda: Maria Clarinda Maximiano de Oliveira (Regional Pará); Reforma Agrária: Domingas Célia Machado Aires (Regional Baixada); Tecnologia para o Aproveitamento Sustentável do Babaçu: Maria do Rosário Soares Costa Ferreira (Regional Baixada); Organização e Processo Gerencial: Ely Querubina da Silva Santos (Regional Imperatriz); Sustentabilidade Política e Financeira: Maria da Consolação do Nascimento Oliveira (Regional Imperatriz); Gênero e Etnia: Francisca Pereira Vieira (Regional Tocantins); Formação e Capacitação: Beliza Costa Souza (Regional Tocantins); Lei do Babaçu Livre: Sebastiana Ferreira Costa e Silva (Regional Mearim); Trabalho Infantil em Área do Babaçu: Diana Maria Sousa (Regional Piauí); Comunicação e Formação: Francisca Rodrigues dos Santos (Regional Piauí); Políticas Públicas: Maria Geralcina Costa Sousa (Regional Mearim); Assessorias do MIQCB: Ana Carolina Magalhães Mendes (Coordenadora Técnica); Maria José Barros Viana (Regional Imperatriz), Clenilda (Regional Pará), Sandra Regina (Regional Tocantins)



Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Mearim

Equipe de pesquisa

Cyntia Carvalho Martins

Davi Pereira Júnior

ISBN 978-85-7401-478-4

Participantes das Oficinas de mapas

Ângela Maria de Sousa Silva, Antônia Francisca de Brito, Antônia Maria da Silva Sousa, Ana V. Leite, Antonia A. da Costa, Antônia R. da Silva, Antonia Francisca de Sousa, Antônia P. Sampaio da Silva, Antonia V. de Brito Sousa, Antonia Alda S. Gomes, Aurora da Conceição da Silva, Beatriz F. dos Santos, Benedita Honório da Silva Mesquita, Carmelita Francisca de Sousa, Cecília Aruda da Cruz, Cleane R. dos Santos, Dalvanir Livramento de Jesus, Diocina L. dos Reis, Domingas

V. Leite, Domingas M. da Silva, Eloiza P. Lima, Emília Bernardino da Silva, Eulenir Pereira da Silva, Elissandra C. Silva, Felismina P. Frazão, Francilene J. Silva, Fancisca A. de Lima, Francisca da Silva Pereira, Francisca dos Santos Silva, Francisca Evangelista de Sousa, Francisca Irineu da Silva, Francisca S. Ramos, Francisca R. dos Santos, Francisca das Chagas, Francisca Cilene S. de Moraes, Francisca Maria da Conceição Cruz, Ivete R. Silva Santos, Iolete P. Ferreira de Sousa, Joana R. Alves, Joana A. da Conceição, Jocília L. de Sousa, Laudeci F. da Silva Soares, Lenildes A.s da Silva, Lídia S. de Moraes, Luzia P. Lima, Maria Aláides A. de Sousa, Maria da Conceição A. da Silva, Maria das Dores P. da Silva, Maria das Dores V. de Lima, Maria das Dores Gomes, Maria das Graças da Silva Santos, Maria das Graças de Jesus, Maria de Fátima A. da Silva, Maria de Fátima P. Silva, Maria de Fátima S. Santos Alves, Maria de Fátima S. Sousa, Maria de Sousa P. de Mesquita, Maria Francisca L. Silva,

Maria Joana da Conceição, Maria José de S. Silva, Maria José P. da Silva, Maria Lúcia S. da Silva, Maria Marlene L. de Sousa, Maria Matheus de Oliveira, Maria M. Pinto, Maria R. de Moraes, Maria R. dos Santos, Maria Romana B. Matos, Maria Santana S. M. Oliveira, Maria S. de Sousa Cruz, Maria Soares, Marinalva de Brito S. Gomes, Marilene V. Leite Santos, Maria das Dores de Castro, Maria do Carmo R. dos Santos, Maria da Cruz S. Silva, Maria da Conceição M. da Silva, Maria das Dores Gomes, Nely R. de Brito dos Santos, Nazira P. da Silva, Otacilai S. do Carmo, Pedrina R. da Silva, Raimunda A. Gonçalves Silva, Raimunda L. Pereira, Raimunda C. Cruz, Raimunda L. da Costa, Raimunda Freire, Raimunda da Conceição, Rosa Maria de Brito, Rosalina A. da Silva, Rocimárcia S. Santos, Rosilda L. da Silva, Sebastiana F. da Costa Silva, Sebastiana G. Sirqueira, Teresinha I. dos Santos, Tereza R. dos Santos, Valdirene C. Cruz, Zenita R. Amorim, Zilza C. de Aguiar



Federação das Organizações Quilombolas de Santarém

Equipe de pesquisa

Ana Felisa Hurtado Gerrero

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Aldo Luciano Lima

Alduvar Hurtado Guerrero

Águido Akell Santos de Carvalho

Carlos Hagge

Isaque dos Santos Sousa

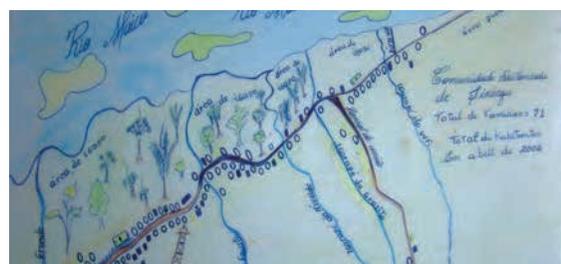
José Camilo Hurtado Guerrero

ISBN 978-85-7883-053-3

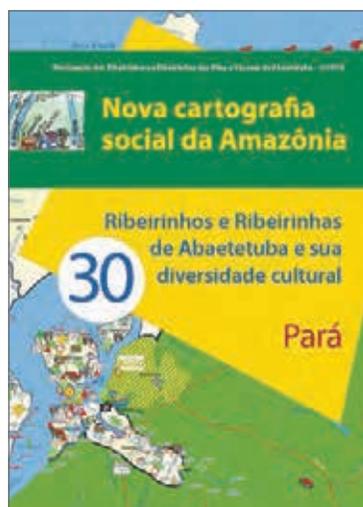
Participantes das Oficinas de mapas

FEDERAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUILOMBOLAS DE SANTARÉM – FOQS (Diretoria 2008-2010) – Presidente: Dileudo Guinarães dos Santos; Vice-presidente: Aldo Santos; 1ª Secretária: Eliana Marinho Pinto; 2ª Secretário: Narivaldo dos Santos; 1º Tesoureiro: Raimundo Benedito da Silva Mota; 2º Tesoureiro: Lucinda Carvalho Silva; Conselheiros: Ana Cleide da Cruz Vasconcelos, Rosimary de Almeida Mota, Josivan de Jesus Laurindo; Conselho Fiscal: Ivone Carvalho de Jesus, Antônio Pereira Pinto, Luziano Pinto da Silva

RELAÇÃO DA EQUIPE AUXILIAR DE TRABALHO DE CAMPO NOS QUILOMBOS – COMUNIDADE DE TININGÚ: Raimundo Benedito da Silva, Madosn Gomes Mota, Gerson Ferreira Betcel; MURUMURU: Jairo da Mota Galúcio, Edno Costa da Silva, Luciano Pinto da Silva; COMUNIDADE DE MURUMRUTUBA: Antônio Pereira Pinto, Raimunda Pereira dos Santos, Dorivan Silva dos Santos, Rosete Silva dos Santos; COMUNIDADE DE BOM JARDIM: Narivaldo dos Santos, Dileudo Guimarães, Servino Sousa, Divanilda Guimarães, João Paulo de Oliveira Guimarães, Getúlio Guimarães; COMUNIDADE DE SARACURA: Aldo Santos, Ivone Carvalho, Franciney Oliveira de Jesus; COMUNIDADE DE ARAPEMÃ – Ana Cleide da Cruz Vasconcelos, Raimundo Nonato dos Santos Pimentel, Gilmário Vasconcelos Pinto, Ewerton Luis Reis dos Santos



APROVEITAMENTO DE RECURSOS PESQUEIROS EXCEDENTES PARA SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARÁ – ARPEQUIM
Coordenadora: Ana Felisa Hurtado Guerrero; Vice-coordenador: José Camilo Hurtado Guerrero



Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba

Equipe de pesquisa

Lilian Carolina de Araújo Santana
Marcos Vinicius da Costa Lima
Solange Maria Gayoso da Costa

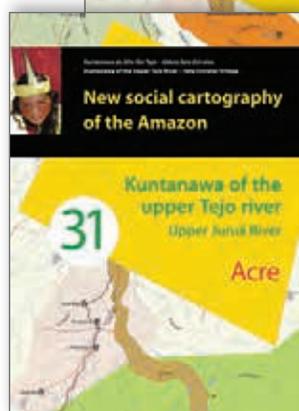
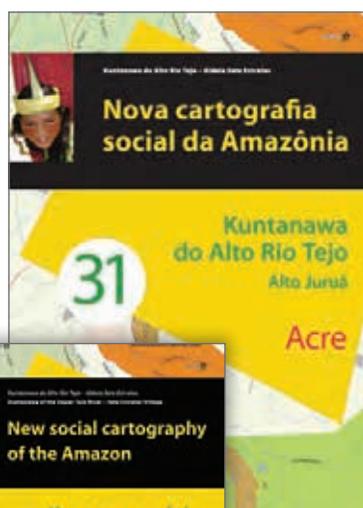
ISBN 978-7883-056-4

Participantes das Oficinas de mapas

Aivaldo G. Barbosa, Ailton S. Pinheiro, Airton C. Correa, Amilton L. Correa, Ângela Maria N. dos Anjos, Antonio Dias da Costa, André Vilhena, Benedito L. dos Santos, Avelino Dias de Souza, Alzerita de S. Souza, Carlos Alberto Pereira, Benediel G. Ferreira, Carlos da Costa Brabo, Clarice Cavalheiro, Daíde M. Ferreira, Daniel G. Reis, Dilson dos Santos Pereira, Dineia V. da Silva, Divino Rogério C. Silva, Domingos T. F. Pereira, Domingos M. de Brito, Ednei Amaral,

Edmil M. Rocha, Edson R. Gomes, Elviro L. Ferreira, Fábio Gomes, Francisco Baia Xavier, Ivaneide L. da Silva, Isaias Maia R., Jaércio Rony dos Anjos da Silva, João Antônio S. Ferreira, João Batista C. de Lima, João Batista Marques Cardoso, José Atamázio Correa, José Domingos, José Maria da Conceição Bailão, José Maria dos Santos Pereira, Joselene de Sousa Pereira, Juliana Cláudia S. de Souza, Juarez S. Pinheiro, Júlia dos Anjos Silva, Jucelino C. Corrêa, Jurandir Ferreira, Laudiano C. Sardinha, Leonildo F. da Silva, Lucivaldo Marques, Manoel de Jesus R. Cunha, Manoel dos Santos Azevedo Filho, Manoel R. Serrão, Manuel Raimundo, Manuel da Silva Amaral, Manoel N. C. Pereira, Manuel da Silva Santos, Maria Arcângela da C. Cardoso, Maria Ana F. Ferreira, Maria Antonia R. Dias, Maria Cristina Pereira, Maria da Conceição M. Moraes, Maria Odélia Corrêa, Maria da Paz R. Pereira, Maria de Jesus da C. Ferreira, Maria Izabel S. Ferreira, Maria de Nazaré Moraes Corrêa, Maria do Espírito Santo

C. Rodrigues, Maria Deuzarina Rodrigues, Maria do Carmo Pantoja, Maria do Livramento F. Corrêa, Maria Francisca R. Corrêa, Maria Raimunda Lobato, Maria Silvana Ribeiro Macedo, Maria Santana Vasconcelos, Maria Santana Ferreira, Maria da Silva Amaral, Maria do Socorro Vilhena, Márcia S. Ribeiro, Marinalda C. Maués, Marinaldo C. Costa, Marlene C. Amaral, Mesias do Socorro N. Pereira, Miguel M. Ferreira, Natanael R. da Silva, Nilma R. Negrão, Orivaldo G. de Miranda, Pedrinho C. Ribeiro, Pedro do Socorro Q. Silva, Raimunda de Jesus Amaral Baía, Raimundo L. M. Ferreira, Raimundo N. Silva, Raimundo Rosa Dias Neto, Raimundo Tocantins, Raimundo C. F. Pereira, Reginaldo L. Gonçalves, Reinaldo Santos Cardoso, Roberto G. Cardoso, Romildes A. Teles, Ronildo Q. Cardoso, Rosenilda do Socorro dos Santos Roseane B. Pereira, Roseane do Socorro, Rosinete do Socorro B. Nogueira, Selmarina R. Ferreira, Sirineu da Silva Amaral, Valde R. da Silva, Valdivino G. Santos



Kuntanawa do Alto Rio Tejo: Aldeias Sete Estrelas

Equipe de pesquisa

Terri Valle de Aquino
Mariana Ciavatta Pantoja

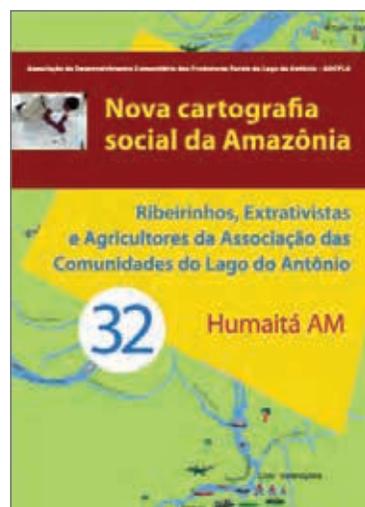
ISBN 978-85-7883-072-4

Participantes das Oficinas de mapas

Milton Gomes da Conceição "Seu Milton" (Cacique Kuntanawa), Maria Feitosa do Nascimento Leitão "Dona Mariana" (Matriarca Kuntanawa), Osmildo Silva da Conceição (Agente Agroflorestal, Indígena Kuntanawa), Damião do Nascimento Leitão Kuntanawa, Pedro da Silva da Conceição Kuntanawa, Maria de Lurdes Silva da Conceição Kuntanawa, José Iraldo do Nascimento Kuntanawa, Francisco Róbson Pinheiro Nascimento Kuntanawa, Jucimar Nogueira Leitão Kuntanawa, Maria Gracilene Rodrigues Pinheiro Kuntanawa, Maria Eva Bandeira da Silva Kuntanawa, Charles Bandeira da Silva Kuntanawa, Carlene da Conceição Lima Kuntanawa, Maria Lisanete N. Leitão Kuntanawa, José Osmildo do Nascimento Kuntanawa, José

Amiraldo do Nascimento Kuntanawa, Romário Nogueira Leitão Kuntanawa, Marlene Silva Kuntanawa, Adriano Silva Kuntanawa, Antônio Alisson Silva Lima Kuntanawa, Elibmarque Andrade Kuntanawa, Maria de Silva da Cunha Kuntanawa, Maria Leci Barroso Moreira Kuntanawa, Rosilda Virgílio Kuntanawa, Gilliarde Silva Kuntanawa, Karina Batista da Silva Kuntanawa, José Mauro Nogueira de Queiroz Kuntanawa, Edir Conceição Lima Kuntanawa, Raquel Silva Kuntanawa, Esaú Silva da Conceição Kuntanawa, Antônia Silva Kuntanawa, Elias Andrade da Conceição Kuntanawa, Enoque Andrade Kuntanawa, Edemarque Andrade Kuntanawa, Daniela Kuntanawa, Francisca Kuntanawa, Daiane Kuntanawa, Gleisse Silva Kuntanawa





Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Produtores Rurais do Lago do Antônio

Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Luciane Silva da Costa Marinho
Gláucia Maria Quintino Barúna
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Raiana Mendes Ferrugem

ISBN 978-85-7883-057-1

Participantes das Oficinas de mapas

Jean Carlos da Silva Saraiva (Comunidade do Ita), Antônio Adelcio Moreira Vaz (Comunidade São Sebastião), Antônia (Comunidade São Francisco do Lago do Antônio), Luciano Ferreira (Comunidade Santa Luzia), Conceição (Comunidade São Bernardino), José Maria Pinho de Souza (Comunidade Indianópolis), Raimunda de Fátima (Comunidade São Sebastião), Jader Moreira Vaz, Sebastião Farias (Comunidade Cafezal), Jônidas Pereira (Comunidade Cafezal), Hermogenia de Oliveira Conceição (Comunidade São Francisco), Rosimara Santos Pereira (Comunidade São Francisco), José Pereira do Carmo (Comunidade Santa Luzia), José Dines (Comunidade do Engenho), Maria (Comunidade São José), João (Comunidade Cafezal)



Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembléia de Deus do Rio Ituxi

Equipe de pesquisa

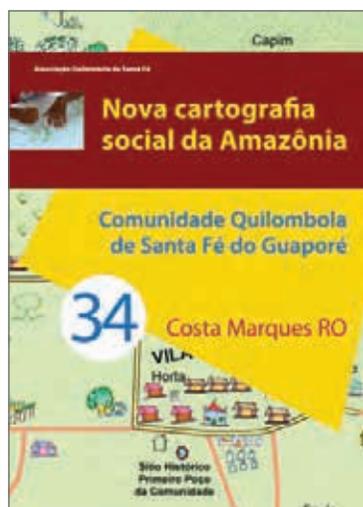
Mason Mathews
Thereza Cristina Cardoso Menezes

ISBN 978-85-7883-075-5

Participantes das Oficinas de mapas

Francisco das Chagas V. da Silva, Maria Amélia M. Freire, Francelino Costa Mesquita, Rosangela Ferreira dos Santos, Lucicleno Fernandes Costa, Franciso Araújo dos Santos, Joel Medeiros dos Santos, Irismar Monteiro Duarte, Pedro Lopes Silva, Antonio Moteiro Duarte, Lenilton Oliveira Brito, Acrisolina de Souza S. Silva, Aclimar Monteiro Duarte, Antonio Martins dos Santos, Silvério Barros Maciel, Ludmilson Barros Maciel, Raimundo Dias Farias, Elzimar Monteiro Duarte, Juvenal Vitorino da Silva, Hortência Ferreira Maciel, Gilberto Lopes da Silva, Ademir Batista Damasceno, Antonio Duarte de Oliveira, Maria de Nazaré C. de Souza, Rosineide Maia Freire, Maria das Dores S. de Mesquita, Raimundo Barros de Moura, Abraão Carvalho Cruz, João Rodrigues Dias, Doriel Mesquita da Silva, Daniel Mesquita da Silva, Eliel Santos de Souza, Edmilson Martins da Silva, José Gonzaga de Souza, Raimundo Santos da Silva, João Xavier de Mesquita, Francisco Monteiro Duarte, Antonio Vasconcelos de Souza, Ezequias Ferreira Maciel, Vanderlei Cláudio de Amorin, Américo Teixeira de S. Neto, Rosineide Maia da Silva, Lucivânia Fernandes da Costa, Erasmo Paixão de Oliveira, Claudimar Nogueira de Souza

Eu nasci lá na Comunidade Cachoeira do Pilão. Há muitos anos atrás, essa nossa comunidade tinha mais de 15 famílias e muitas pessoas não tinham condições de ficar lá, porque faltava tudo. Então muitos foram embora para Porto Velho e outros para Manaus... Gilberto Lopes da Silva



Associação Quilombola de Santa Fé

Equipe de pesquisa

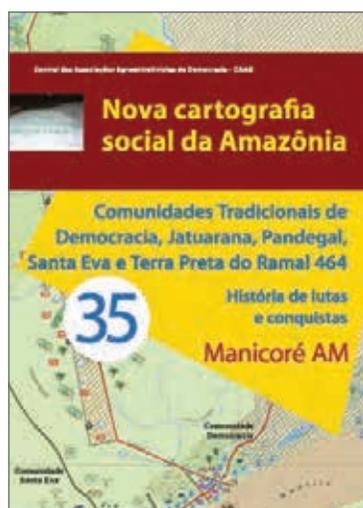
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Alfredo Wagner Berno de Almeida
Raiana Mendes Ferrugem

ISBN 978-85-7883-077-9

Participantes das Oficinas de mapas

Mafalda da Silva Gomes, Sebastião Rodrigues Almeida, João Rodrigues Nunes, Sofia Rodrigues Flores, Francisco Ortiz Rodrigues, Sebastião Rodrigues Filho, Fátima Ortiz Rodrigues, Noel Zebalho, João Aparecido de Souza Leal, Jorge Ortiz Rodrigues, Irani Silva Dantas, Valmar Ferreira da Conceição, Maria Carmem Ortiz Rodrigues, Gesabel Moraes da Silva, Eugenio Rodrigues de Alencar, Divino Moraes da Silva, Wilhasmar da Silva, Francimar Moraes da Silva, Geane Ortiz Gomes, Antonio Clarismundo Leite Filho, Benedito Carlos de Albuquerque, Josimar Hortiz Ferreira, Gigliane Ortiz Ferreira, João Ortiz Ferreira, Victor Saldanha, Zelinda Rodrigues Lima, Ana Lucia da Silva de Almeida, Greiciane de Almeida Rodrigues, Graci Helene de Almeida Rodrigues, Rayne Gomes de Almeida, Terezinha Gomes de Almeida, Lindomar Rodrigues Lima, Roseli Rodrigues Lima, Rosimara Rodrigues Lima, Rosiane Rodrigues Lima, Camila Ortiz Viana, Luiz Pedro da Silva, Ivanete Ortiz Aiala Vaca, Ivanildo Ortiz Aiala Vaca, Beatriz Aiala Ortiz, Suely da Silva Justino, Alaina Justino Celestino, Alan Justino Celestino, Arison Justino Celestino, Fernanda da Silva Almeida, Francisco Flores Ferreira, Adaleia Alves de Souza Arruda, Amaury Antonio Ribeiro de Arruda, Lair Marques de Azevedo, Valdirene Veiga de Souza, Francisco Assis Rodrigues, Davi Henrique Almeida

Hoje nós temos a nossa associação aqui funcionando dando o direito que essas pessoas têm. Mafalda da Silva Gomes



Central das Associações Agroextrativistas de Democracia

Equipe de pesquisa

Ana Paulina Aguiar Soares
Maria Jacilene Bentes de Oliveira

ISBN 978-85-7883-145-5

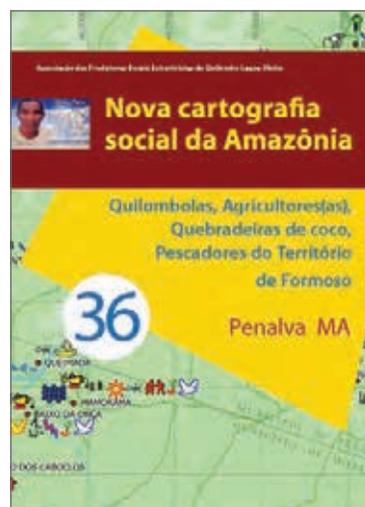
Participantes das Oficinas de mapas

DEMOCRACIA: Alfredo Rodrigues Ferreira "Bado", Braulino Marques da Silva, Cristiane A. Maia Ferreira, Júlio César da Silva Guimarães, João Wilson Ferreira da Silva, Manoel Marques da Silva "Bite", M. Raimunda P. dos Santos "Rotinha", Raimundo Lúcio Ferreira da Silva, Rone da Silva Guimarães, Sandra Maria Cunha Mendes, Seila Maria Ferreira Freitas; JATUARANA: Clenilton Pereira Moreira, Edmar Pereira de Souza, Márcio Leno Souza da Costa, R. Antônio Reis Pereira "Preto", Raimundo N. dos Santos "Neto"; PANDEGAL: Ademir A. de Vasconcelos "Gato", Maria de Fátima A. Vasconcelos, Noême Cerquinho Barbosa; SANTA EVA: Benedito Trajano Dias, Edílson Finzes de Souza "Padiha", Marlene Rodrigues Meireles, Maria de Fátima Trindade, Raimunda Rodrigues de Jesus; TERRA PRETA DO RAMAL 464: Ivanilde Alves de Lima, Keila Ferreira Marques, Raimundo Salvino da C. Barbosa, Valter Soares Cavalcante

(...) extraímos das florestas produtos naturais os quais transformamos em fonte de sustento e renda para nossas famílias.

Raimundo Lúcio





(...) Aqui a gente colocou em Boa Vontade o lago, a área de pesca, o rio que é o Rio de Castelo, colocamos os juçarais antigos e a energia e fazedor de tambor de bumba meu boi, colocamos que na Boa Vontade tem um antigo palmeiral que ainda se encontra lá e tem o povoado. Dona Domingas

Associação dos Produtores Rurais Extrativistas do Quilombo Lagoa Mirim

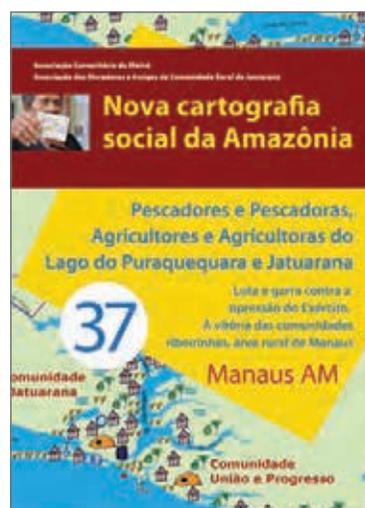
Equipe de pesquisa

Cynthia Carvalho Martins
Adaildo Pereira dos Santos
Jhuliane Mendes de Abreu

ISBN 978-85-7883-146-2

Participantes da Oficina de mapas

Zacarias Ferreira, João Batista Sousa, Raimundo João Moreira Mouzinho, Domingas Correia, Arnaldo dos Santos Meireles, Diogine Reis Sousa, Maria Lucinalva Pereira, Onoratados Santos Mendonça, Gilberto Barros Aroxa, Domingas de Jesus Menonça, Benedita de Araújo Cunha, Luzenira Ribeiro Pires, José Raimundo Nogueira, Amarildo Pereira, José da Natividade Santos, Mariano Maranhão, Francisco Pereira, Luzia Pinto Sousa, Antônio Carlos da Paixão, Raimundo Santos Nunes, Alison Douglas Câmara Soares, Delciano Diniz, Gonçalo Araújo Soares, Maria do Carmo Marais Cerjo, José Vitorino Nobate, Sabino Soero, Maria de Fátima Costa Furtado Mendes, Raimundo do Rosário Leite Soares, Raimunda Costa Furtado, Iranilde Moraes Cerejo, Raimunda das Mercedes Santos Pinheiro, Francica Santos, Tereza Soares, Raimunda Bezinete Sousa, Genival da Gama, Matias Soares, Luzia de Mendes Carlos Pereira Coelho, João Soares Sardinha, Rosalino Soares, Maria Raimunda Barbosa, Benilda Teixeira Ribeiro, Zuleide Ribeiro dos Santos, Marineide Rodrigues Soares, Creane Reis Veja, Roque Soares, Maria Isabel Gama, Domingos Reis, José Azevedo, Eliedson Nunes Azevedo, Edson Nunes Azevedo, Maria Justina Reis, Célia de Jesus Nobate Coelho, José Ribamar Diniz, Maria José Araújo Diniz, Raimundo Nonato Mendonça, Raimundo Benedito Reis, Maria Domingas Serra Oliveira, Delciano Diniz, Ana Maria Soares, Lidinalva Gama Ramos



Associação Comunitária do Mainã

Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade Rural de Jatuarana

Equipe de pesquisa

Erika Matsuo Nakazono
Elieyd Sousa de Menezes
Auriédia Marques
Marta Valéria da Cunha
Marcos Brito
Luís Augusto Lima Pereira
Altaci Corrêa Rubim
Clayton de Souza Rodrigues

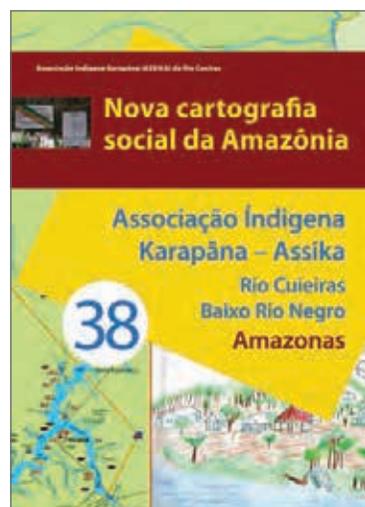
ISBN 978-85-7883-129-9

Participantes das Oficinas de mapas

OFICINA REALIZADA NA COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO DO TABOCAL, 10 E 11 DE JUNHO DE 2010
COMUNIDADE DO MAINÃ: Francisco Mateus da Silva, Carlos Augusto Campos, Valdir Mateus da Silva, Linete Farias da Silva, Raimundo Mateus da Silva; COMUNIDADE JATUARANA: Josenilson Rodrigues da Silva, Doramice Amaral da Cunha, Doramir Viana da Cunha, Wilson Gomes, Genilza Gomes Ferreira de Oliveira; COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO TABOCAL: José Monteiro Correa, Antônia Dias da Silva, Edson Carvalho, Tereza Araújo, Maria Julia do Nascimento, Manoel Gomes Pinheiro, Nilson Pereira, Gilson do Nascimento, Maria Pereira de Souza, Carlos Bernardo de Araújo, Pedro da Silva, Raimundo da Silva, José Augusto da Silva, Eloy Paes, Raimunda Pinheiro, Rosimar Barros; COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO: Joaquim

OFICINA REALIZADA NA COMUNIDADE DO MAINÃ, 17 DE MAIO DE 2011

COMUNIDADE DO MAINÃ: Valdir Mateus da Silva, Sérgio Mateus da Silva, Marcos Bento da Silva, Marcelo Mateus da Silva, Raimunda da Silva Leite, Vanuza Mateus Leal, Francisco Mateus da Silva, Raimundo Brasil, Mário Lopes Leite, Raimundo Farias Brasil, Raimundo Mateus da Silva, Carlos Augusto da Silva Campos, Sílvia Farias da Silva, Linete Farias da Silva, Joany da Silva Leite, Fernanda Neves Mateus, Joanice da Silva Leite Andrade; COMUNIDADE JATUARANA: Wilson Gomes, Narciso Nunes Ferreira, Erivane da Silva, Nerimar Cunha, Aldeneide Ferreira Lima, Ozéias Bragança da Silva, João Alves Rocha, João Batista de Oliveira, Daniel Neves da Silva, João Vergulino



Associação Indígena Karapãna (ASSIKA) do Rio Cueiras

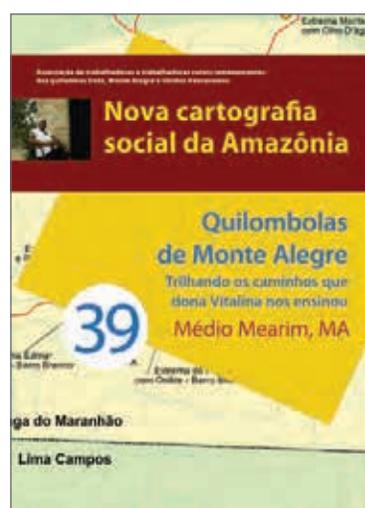
Equipe de pesquisa

Altaci Corrêa Rubim
Glademir Sales dos Santos

ISBN 978-85-7883-201-8

Participantes da Oficina de mapas

Ana Cláudia M. Tomas, Ageu Aleixo Paulino, Ademir da Silva Paulino, Dirci Anita da S. Paulino, Eliny da Costa Coelho, Graziela Paulino dos Santos, Gabriela Paulino dos Santos, João da Silva Paulino, Jolison da Silva Paulino, Manoel Paulino, Maria Alice Paulino, Marilda da S. Paulino, Lázaro S. da Silva, Rafael Hernandes Bruno, Odair da Silva Paulino, Moisés Ferreira de Sousa (convidado), Alfredo B. V. dos Santos, Adailton Simão



Associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais remanescentes dos quilombos Data, Monte Alegre e Unidos Venceremos

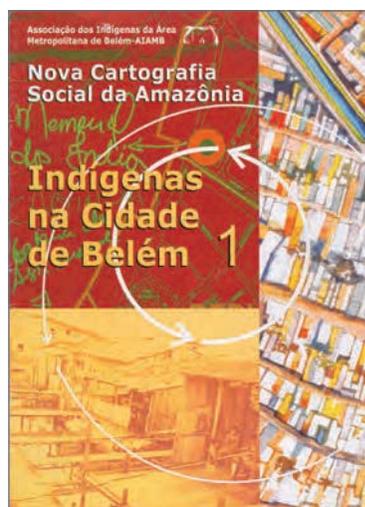
Grupo de jovens de Monte Alegre

Equipe de pesquisa

Arydimar Gaioso
Benjamin Mesquita
Patrícia Portela Nunes

ISBN 978-85-7883-210-0





Associação dos Indígenas da Área Metropolitana de Belém

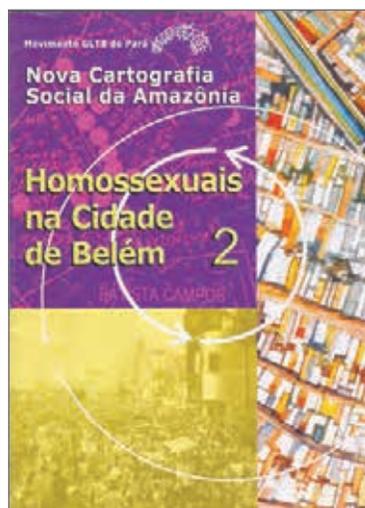
Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Jurandir Santos de Novaes
Solange Maria Gayoso da Costa
Rodrigo Macedo Lopes

ISBN 85-7401-318-8

Participantes das Oficinas de mapas

Coaraci Apalay, Maria Clara Conceição
Tembé, João Fontenelle de Souza Filho,
Suzana Primo, Ângela Maria Narciso,
Raimundo Leopoldo Tembé, Emílio
Moreira Cabá, Marineide Machado
Camisão, Sumio Nakoto (Alberto)



Movimento GLTB do Pará

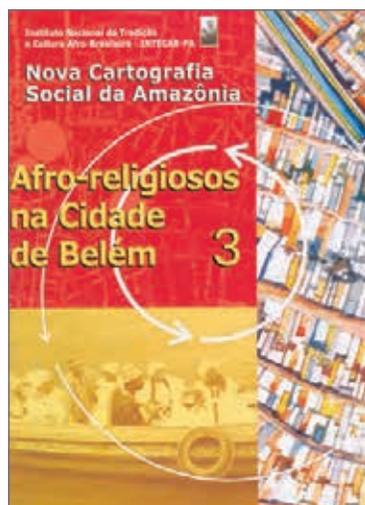
Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Jurandir Santos de Novaes
Solange Maria Gayoso da Costa
Rodrigo Macedo Lopes

ISBN 978-85-7401-466-1

Participantes das Oficinas de mapas

Alessandro da Silva Rocha, Alessandro Teixeira Valente, Ana Lia A. de Souza, Antônio Carlos F. de Oliveira, Antônio Roberto Cardoso Franco, Carlos Augusto Calandrini, Cássia Santos, Cledson Sampaio, Daniel, Deyvid Morais dos Santos, Edivania Santos, Edmilson de Jesus Ferreira, Eduardo da Silva Ribeiro, Ernani dos Santos Brito, Gustavo, Ivon Souza Cardoso, José Jairo Santos Benício, José Roberto Chaves Paes, Leandro Santana, Marcelo Albuquerque Souza, Márcio Leno M. de Oliveira, Marcos Vilhena, Marcus Vinicius M. Malcher, Maria Auxiliadora, Maria Dalila de Souza, Maria de Jesus Corrêa, Mariel da Silva Rocha, Monicky Assunção, Paulo Roberto da Silva Duarte, Raimunda Negrão da S. Campos, Riveleni Souza, Samuel Souza, Sira Pantoja, Valdemar Cardoso Neves, Wilhan Santos



Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira

Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Jurandir Santos de Novaes
Solange Maria Gayoso da Costa
Rodrigo Macedo Lopes

ISBN 978-85-7401-319-0

Participantes das Oficinas de mapas

Alessandro de Jesus, Ângelo Sávio L. Imbiriba, Armando D. S. B. Melo, Arthur, Leandro "Tatá Kinamboji", Daivid de Tácio Souza da Trindade, Domingos Conceição, Elisia P. Santos, Elizabeth Pantoja, Hilda Silva da Silva, Iracema Martins, Kátia Andrade, Lázaro Nogueira, Lucimar Araújo do Carmo, Luiz Augusto Loureiro Cunha (Mam'etu Nangetu), Oneide Rodrigues, Maria de Nazaré Andrade, Maria de Nazaré J. da Silva, Maria de Nazaré, Maria do Socorro Santos Coêlho, Maria Pomposa, Nelson Santos, Patrícia Pantoja, Rita Elidiane, Uriel de Azevedo, Vanda Lúcia S. Soares, Virginia Nalva S. Almeida



Setorial de Negras e Negros do Estado do Pará

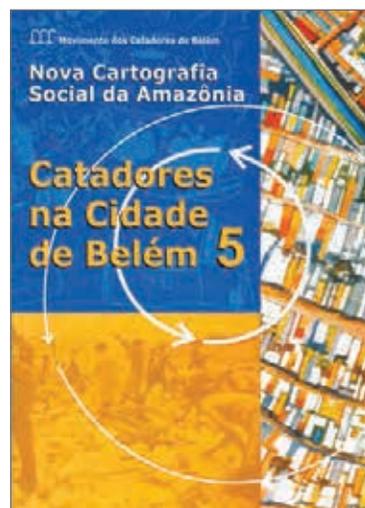
Equipe de pesquisa

Jurandir Santos de Novaes
Rodrigo Macedo Lopes
Solange Maria Gayoso da Costa
Domingos Conceição

ISBN 978-85-7401-320-6

Participantes das Oficinas de mapas

Antonino Alves da Silva, Apolinário Alves Filho, Artur Leandro, Byany Sanches, Carlos Augusto dos S. Calandrini, Domingos Conceição, Enilson Nonato da Silva, Fátima do S. Valente Brito, Giancarlo Amorim de Moraes, Jairo Silva, José Pinheiro Veras, José Pinheiro Veras, Lílian Carolina de Araújo Santana, Lívia Cristina de Araújo Santana, Maria de Nazaré Costa da Cruz, Maria de Fátima Matos Silva, Maria Madalena Cruz, Marley Valente (Tolu Befá), Nadir Raimunda Reis, Oneide Monteiro Rodrigues (Mam' etu Nangetu), Pai Luiz Tayandó, Pai Nelson Santos, Paulo de Tarso B. de Negrão, Rychelle Rosy M. Pantoja, Sonia Barbosa, Vitor Samuel P. de Moraes, Wladimir Furtado Miranda, Zélia Amador de Deus



Movimento dos Catadores de Belém

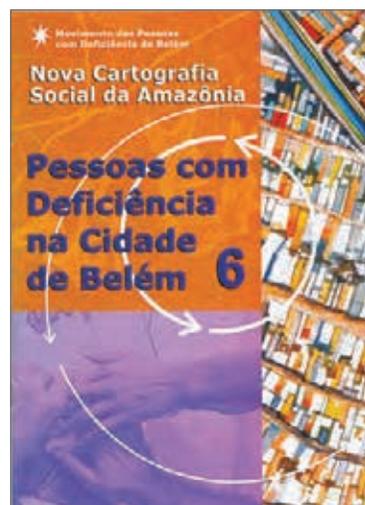
Equipe de pesquisa

Diana Antonaz
Jurandir Santos de Novaes
Vanderlúcia da Silva Ponte

ISBN 85-7401-321-8

Participantes das Oficinas de mapas

Adriana Nogueira, Aldiléia Cristina Nogueira da Silva (já foi catadora, agora, só o marido trabalha no aterro), Alessandro Cruz Souza, Andreza Paixão Lisboa, Elza Maria Pinheiro Barbosa, Evanildo Lopes, Irene Soares da Luz, Jhonny Matheus Silva Pinheiro, Joselita Santos Araújo, Joselma Ramos da Silva, Kátia Paixão Lisboa, Lucian Moreira da Silva, Luiz Carlos Farias, Luiz Otávio Souza Soares, Maria Cenira dos Reis Neves, Maria das Graças Pereira Pinheiro, Maria do Socorro Nogueira, Maria Iracilda Macedo Galvão, Maria Trindade Santana Araújo, Sabrina Nogueira da Silva (esposa de catador), Teresa Paixão Lisboa, Waldeni de Almeida Câmara. E as crianças: Bruno Leonardo Paixão Câmara (8 anos), Clariana Paixão Câmara, Cleberon Reis da Silva, Cleberon Thiago da Silva, Leandro Valdir Paixão Câmara, Lucirene Soares Santos (11 anos), Luiz Fábio Paixão Câmara, Sílvio da Luz da Silva



Movimento das Pessoas com Deficiência de Belém

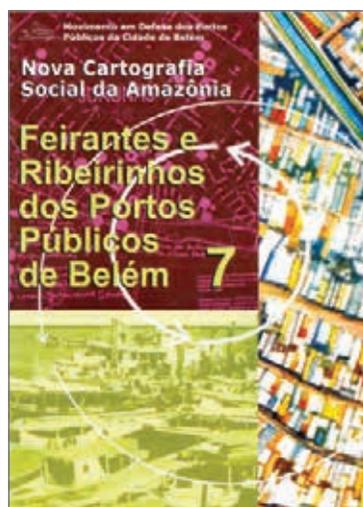
Equipe de pesquisa

Jurandir Santos de Novaes
Rodrigo Macedo Lopes
Solange Maria Gayoso da Costa

ISBN 978-85-7401-322-0

Participantes das Oficinas de mapas

Ellen Susan F. F. Formigosa, Lucival F. Rodrigues da Silva, Daniel Amorin Dias, Marielza Israel de Souza, José Filho Duarte da Silva, Jordeci Santa Brígida, Roberto N. S. de Abreu, Marylane Giben, Carlos Almicar, Cineia Moreira, Francisco Almeida, Paulo Sérgio R. Pinheiro, Lourival F. do Nascimento, Antonio Carlos de Barros, Mônica Carvalho de Barros e Luiz Eduardo Melo da Silva



Movimento em Defesa dos Portos Públicos de Belém

Equipe de pesquisa

Bruno César Pereira Malheiros
Marcos Vinícius da Costa Lima
Raimunda Negrão da Silva Campos
Rodrigo Macedo Lopes
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Solange Maria Gayoso da Costa

ISBN 978-85-7401-380-0

Participantes das Oficinas de mapas

PORTO AÇAI: Adeládio Corrêa dos Santos "Abaeté", Antonio Silva, Benedito Farias de Almeida, Célio Bernardo, Delson Castro dos Santos, Ednei Nascimento da Silva, Edson Magno Farias do Nascimento, Felix Silva dos Santos, Lilia Fayal Afonso da Silva, Maria de Jesus Ferreira, Maria Sueli das Mercês, Mirian Cilene Silva de Souza, Olivaldo Valadares dos Santos, Paulirio F. Araújo, Pedro Pantoja Ferreira, Raimundo Oliveira, Nascimento dos Santos; PORTO DA PALHA: Ana Maria Barbosa Freitas, Carlos da Silva Araújo, Clementino da Cruz Galiza, Divaldo Sampaio Teodoro, Edna de N. M. Bastos, Joana D'arc, José Maria, José Ribamar Machado, Manoel N. da Silva, Mário de Souza Pinheiro, Osvaldino Gomes, Paula Francinete N. Lemos, Rozeane Almeida



Movimento em Defesa dos Portos Públicos de Belém

Equipe de pesquisa

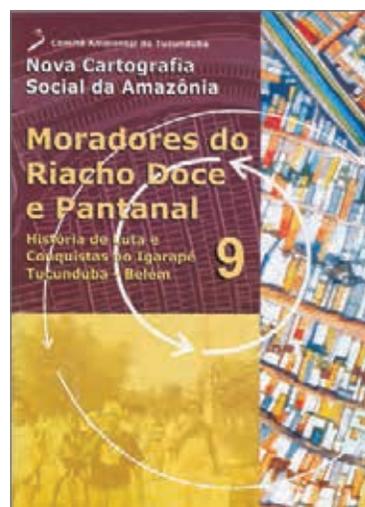
Cleonice Meireles de Macedo
Raimunda Negrão da Silva Campos
Rodrigo Macedo Lopes
Solange Maria Gayoso da Costa

ISBN 978-85-7401-378-7

Participantes das Oficinas de mapas

Antonio L. Feitosa do Nascimento, César Lopes Nogueira, Edenei Nascimento da Silva, Edson Magno Farias do Nascimento, Elias Silva da Costa, Felix Silva dos Santos, Francisco Ribeiro Campos, Hamilton Rodrigues Alves, Jacinto Silva, Jeorci Silva da Costa, João Rodrigues Pinho, Manoel de Matos Monteiro, Marica Helena Alves Mendes, Maria Auxiliadora N. Trindade, Maria Sueli das Mercês, Mário Lavareda de Souza, Paulirio F. Araújo, Pedro Pantoja Ferreira, Silas Novaes, Vitor Carvalho do E. Santo, Milton Antônio da Costa Santos "Baia"





Comitê Ambiental do Tucunduba

Equipe de pesquisa

Cleonice Meireles de Macedo
Raimunda Negrão da Silva Campos
Solange Maria Gayoso da Costa

ISBN 978-85-7401-379-4

Participantes das Oficinas de mapas

Antonia Telma Souza, Antonio Vieira, Edilena Cristina Alves da Silva, Elcio Silva, Iaraci Oliveira Damasceno, Maria do Rosário Alves, Maria de Fátima Marçal Alves, Maria Edna Rodrigues de Souza, Maria Emiliana Moreira, Maria Paiva Costa: D. Paiva, Messias dos Santos Oliveira "Sr. Chacal", Sebastião Ferreira de Souza "Sr. Sabá"



Associação de Moradores da Área do Agrisal

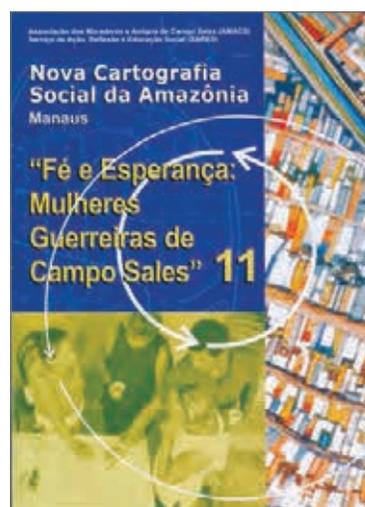
Equipe de pesquisa

Maria de Jesus Tolosa Galvão
Rodrigo Macedo Lopes
Solange Maria Gayoso da Costa
Simone Gayoso da Costa
Valéria de Nazaré Santana Fidellis

ISBN 978-85-7401-408-1

Participantes das Oficinas de mapas

Antonio Luiz Araújo de Souza, Benedita Feitosa dos Reis "Bené", Luciene Maria Lima de Melo, Maria da Conceição Alves Baranda, Maria Hildeny Damasceno de Souza "Morena", Raimundo Carvalho: Dinho, Raimundo Moreira Barreto



Associação dos Moradores e Amigos de Campo Sales

Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social

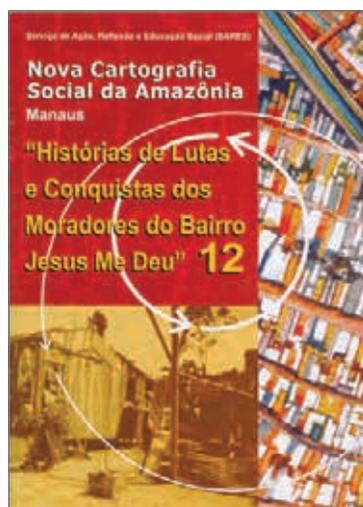
Equipe de pesquisa

Delmo Vilela
Edeney Barroso Salvador
Francisco Rodrigues do Nascimento
Vanderléia Gadelha dos Santos Vilela

ISBN 978-85-7401-323-7

Participantes das Oficinas de mapas

Raimunda Martins Lopes, Raimundo Nunes Lopes, Carmem Soutelo Monteiro, Maria de Jesus dos Santos Carvalho, Maria da Conceição Tribuzi Lopes, Marivânia Ferreira Tavares, Raymunda Ferreira Monteiro



Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social

Equipe de pesquisa

Delmo Roncarati Vilela
Edeney Barroso Salvador
Bruna D'Almeida

ISBN 978-85-7401-324-4

Participantes das Oficinas de mapas

Alisson Dutra de Figueiredo, Rosária de Fátima da Silva Carvalho, Rudson da Silva Carvalho, Richelma Carvalho Figueiredo, Rhayanne Carvalho Figueiredo, Agnaldo dos Santos Almeida, Sárvia Silva Quara, Maria do Socorro da Costa Almeida, Naif Ringo da Costa Almeida, Edinelza Frithz, Wellington Vital da Silva, Terezinha de Jesus Benaion de Souza e Maria Amorim da Silva



Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social

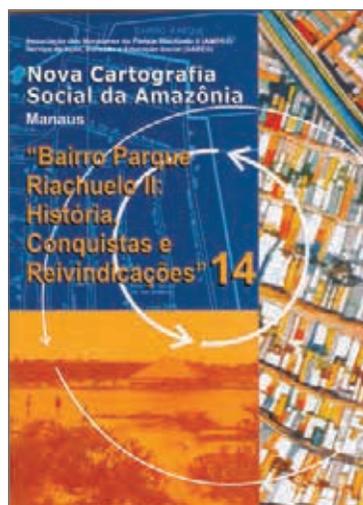
Equipe de pesquisa

Delmo Roncarati Vilela
Edeney Barroso Salvador
Francisco Rodrigues do Nascimento
Vanderléia Gadelha dos Santos Vilela

ISBN 978-85-7401-325-1

Participantes das Oficinas de mapas

Lucinéia Teixeira de Almeida, Davi Carlos de Melo, Roberta Alessandra, Heraldo Magalhães Correa, Francisco Oliveira de Almeida, Darlene da Silva Costa, Adão Martins de Souza, Domingos Barbosa dos Santos, Raimundo C. Filho, Danyela Rayanne Vieira de Souza, Maria José Barros Coelho Silva, Rosalina Gomes da Silva, Maria da Conceição Vieira de Souza



Associação dos Moradores do Parque Riachuelo II

Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social

Equipe de pesquisa

Delmo Roncarati Vilela
Edeney Barroso Salvador
Bruna D'Almeida
Valdison dos Remédios Silva Amorim

ISBN 978-85-7401-329-9

Participantes das Oficinas de mapas

Leonice Santana dos Santos Salomão, Terezinha Pereira, Lílian Almeida Ferreira, Alfredo Ferreira da Silva Neto, Sérgio Aparecido Dias, Veuber Amorim Ribeiro



Associação de Moradores da Comunidade Parque Residencial São Pedro

Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social

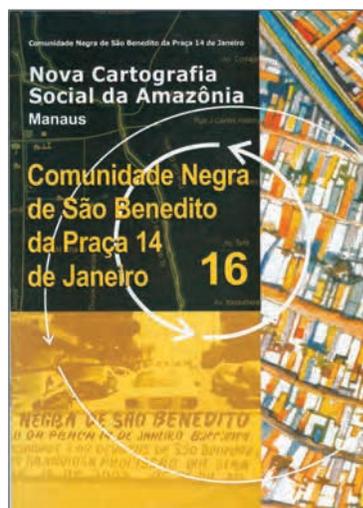
Equipe de pesquisa

Delmo Roncarati Vilela
Edeney Barroso Salvador
Francisco Rodrigues do Nascimento
Priscila Freire
Suzete Camurça

Participantes das Oficinas de mapas

Paulo da Silva, Ângela Santana de Moraes, Lourdes Rosimar F. de Souza, Antônio Iraílton Hipólito da Fonseca, Elias Santos F. de Souza, Reinaldo Pereira de Souza, João Sabino da Silva; CRIANÇAS: Daniel, Talícia, Taiane

ISBN 978-85-7401-326-8



Comunidade Negra de São Benedito da Praça 14 de Janeiro

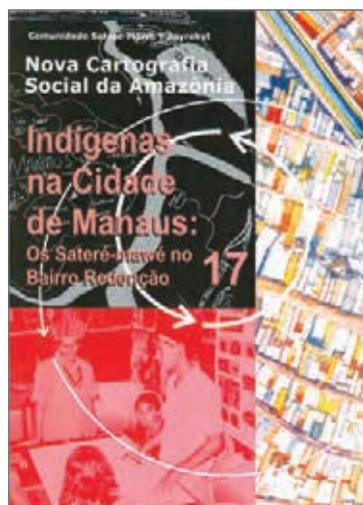
Equipe de pesquisa

Dulcilene Gomes Batista Batista
Jamily Souza da Silva
Clarck Lázaro da S. Fonseca
Francisca Fonseca
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Alfredo Wagner Berno de Almeida

Participantes das Oficinas de mapas

Alan da Silva Almeida, Ana Conceição dos S. Pereira, Cassius da Silva Fonseca, Clarck Lázaro da S. Fonseca, Creuza da Silva Fonseca, Cristiane Silva, Delfin Sá, Dolores Ribeiro, Elias Guedes Filho, Francisca das Chagas Fonseca, Francisco dos Santos Fernandes, Franck Padilha, Gerson Nascimento Priante, Hamilton José Melo Salgado, Heitor Nascimento, Hildamira Silva, Ivan Martins Moreira, Jaime Inácio de Oliveira, Jamily Souza da Silva, José do Nascimento Santos, José Raimundo, Magnólia Rodrigues Fonseca, Maria Amélia S. dos Santos, Maria da Conceição F. dos Santos, Maria de Nazaré Vieira dos Santos, Marina Reis Rodrigues, Martinha da Silva Oliveira, Raimunda Q. de Oliveira, Rosa Maria Pereira Almeida, Valentin dos Santos

ISBN 978-85-7401-327-5



Comunidade Sateré-Mawé Y'apyrehyt

Equipe de pesquisa/autores

Glademir Sales dos Santos
Ana Kátia Santana Cruz
Claudina Azevedo Maximiano

Participantes das Oficinas de mapas

Moisés Ferreira de Souza; Érico Souza dos Santos; Anita Ferreira Lima; Nilson Ferreira de Souza; Suzy Ferreira de Souza; Elenilce Corrêa de Souza; Marly de Souza Leocádio; Eguiberto Rock Leocádio; Wendel de Souza Leocádio; Jarete Ferreira de Souza; João Nascimento dos Santos; Franciana Pantoja Ramos; Wilson Ferreira de Souza

ISBN 978-85-7401-328-2



Associação Poterika'ra Numiã

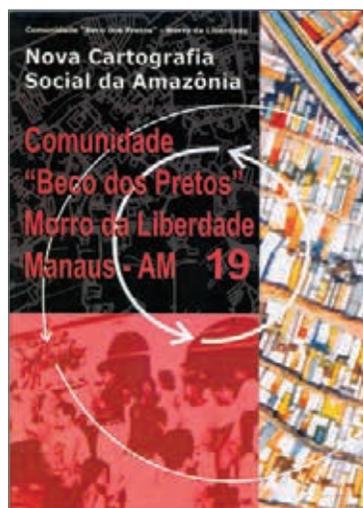
Equipe de pesquisa

Claudina A. Maximiano
Glademir Sales dos Santos
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ISBN 978-85-7401-330-5

Participantes das Oficinas de mapas

Maria Aparecida P. Lemos, Maria Guardalupe Vaz de Abreu, Maria Aparecida Fernandes, Maria Tereza Pedrosa, Ilda Maria Mendes da Silva, Maria Lêda Lemos Barreto, Palmira Lemos Correa, Ana Thiele Lemos Correa, Liliana Peixoto Castro, Inocência Araújo Viana, João Kennedy Lima Barreto, Ruthe Maria Araújo Viana, Jorge Carneiro Fernandes, Nazaria Vaz de Abreu, Humberto Tacicio Vaz Costa, Ivanilda Maria Dias Castro, Gerson Vieira Teles, Bernadete Oliveira, Avelino Castro e Anita Castro



Comunidades "Beco dos Pretos": Morro da Liberdade

Equipe de pesquisa

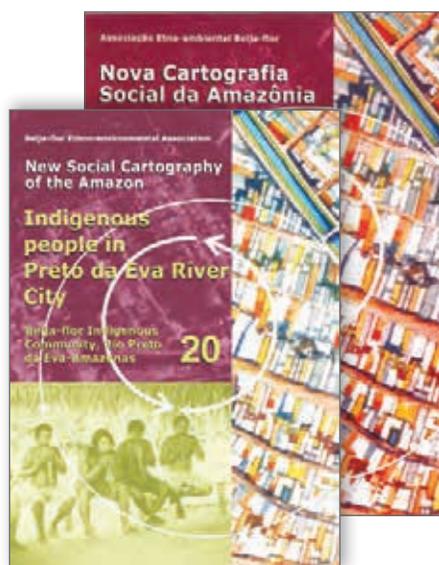
Dulcilene Gomes Batista
Nivaldo Rodrigues e Silva
Maria José Izidio
Cruzinha R. Ferreira
Lidiane Rodrigues Colares
Francisco Chagas Januário Calado
Silvana Rodrigues da Silva

ISBN 978-85-7401-387-9

Participantes das Oficinas de mapas

Alda Lúcia C. Gama, Aldeniza Oliveira da Silva, Ana Nery M. de Brito, Antonio Lima Rodrigues, Cosme Januário Calado, Cruzinha R. Ferreira, Damiana Januário da Silva, Denize Gomes de Oliveira, Eduardo Lucas da Silva, Eliana Costa da Silva, Ericksom Torres do Nascimento, Érico Francisco Nascimento Júnior, Eriema Nascimento Araújo, Erinelma Gomes do Nascimento, Francisco A. Castro, Francisco Chagas Januário Calado, Ivete Petrolina: Pinduca, José Ribeiro*, Luiz Gonzaga G. Ribeiro, Maria Januária da Silva, Paulo Henrique*, Raimundo Nonato*, Regina Oliveira da Silva, Rita Creslei Silva, Rocicleide D. da Silva, Rocicleide O. da Silva, Ruy Cruz da Silva, Telma G. do Nascimento, Walessa N. de Oliveira

* Participantes da Oficina de mapas cujos nomes foram preservados



Associação Etno-ambiental Beija-flor

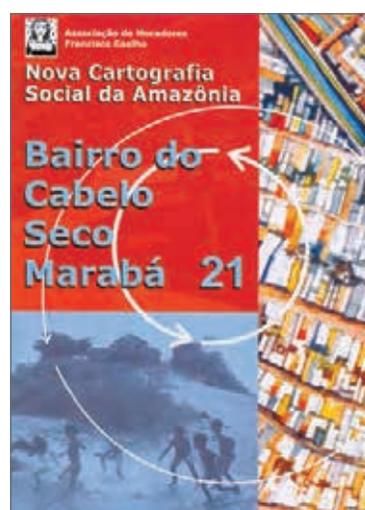
Equipe de pesquisa

Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Nadja Christine de Castro Souza
Elieyd de Souza Menezes
Willas Dias da Costa
Glademir Sales do Santos
Ana Kátia Santana Cruz

ISBN 978-85-7401-397-8

Participantes das Oficinas de mapas

TUKANOS – Joaquim Sampaio, Dario Massa Vasconcelos, Luciana da Silva Vasconcelos, Maria Gorete Massa Vasconcelos, Tatiana Vasconcelos de Souza, Sergio Campos Sampaio, Maria Carmen C.. Sampaio, Francisco Batista Vaz; SATERÉ-MAWES – Fausto de Andrade Costa Filho, Luiz de Oliveira Cidade, Francinete de Oliveira Cidade, Lucinete de Oliveira Cidade, Maria Amélia Oliveira Cidade, Anastácia Miquiles Marinho, Terezinha Freitas Willot, Santana Marinho Paulino; DESSANAS – Josefa Massa, Izabel Campos, Germano José Borges Campos; MARUBOS – Irineu Ramos da Costa, Iranir Gomes da Costa; APURINÃS – Laci Menandro de Castro, Ana Lúcia Menandro de Castro, Mario Lúcio Menandro de Castro; MAYURUNAS – Valdecine Rodrigues de Souza, Antonio Moisés Novaes da Silva; ARARA – Pedro Caitano Willot; COCAMA – Manoel Pereira Arcanjo, Adelina da Silva Marcos; BARÉ – Dande Pereira Baré, Noemia Coelho Noronha; TUYUCA – Lucila Gutierrez Lopes; NÃO-ÍNDIOS – João Rodrigues de Souza, Sandra Lima de Castro, Raimunda Sousa, José Carlos Marinho.



Associação de Moradores Francisco Coelho

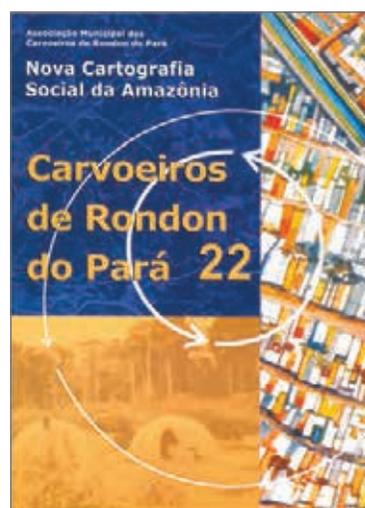
Equipe de pesquisa

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
 Joseline Simone Barreto Trindade
 Irislane Pereira de Moraes
 Rosemayre Bezerra

Participantes das Oficinas de mapas

Ana Célia do Carmo Pompeu, Ana Luiza Rocha Silva, Antonio Coelho de Souza, Antonio Silva, Delvira Araújo da Silva, Edna Cristina Alves Tavares de Carvalho, José Isaias Pinto, José Ribamar Marques Furtado, Leonardo Souza Maia, Puqueria Lima, Teresinha Maravilha Santis, Sebastião Marques Furtado

ISBN 978-85-7401-377-0



Associação dos Carvoeiros de Rondon Pará

Equipe de pesquisa

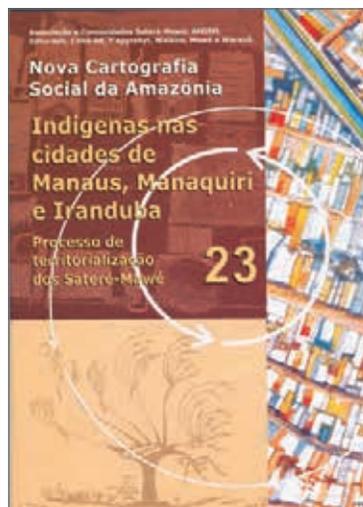
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
 Mayka Danielle Brito Amaral
 Maria Jane Brito Amaral
 Valdivio Rodrigues Amaral
 Rose Marie Brito Moreira Matos

Participantes das Oficinas de mapas

Julio Caldas de Souza, Elizan Pereira da Silva, Antonio Francisco da Silva, Francisco da Assis Pinto da Silva, Adailton Pinto da Silva, Osmindo dos Santos, Domingos Batista Feitosa, Adail Maximo de Sousa, Francinildo Pereira, Antonio de Souza Filho, Felipe Mendes de Oliveira, Laubine (6 anos), Isaias Porfírio da Silva, Eliana Mendes de Oliveira, Raimundo Rodrigues da Silva, Francisco Pereira da Silva Bento, Francimar Lopes da Silva, Josivan Lopes da Silva, Maria das Dores Lopes da Silva, Ricardo Santos, Adonias Domingues de Souza, Antonio Correa da Silva, Ronaldo Souza Santos, Osvaldo de Jesus da Silva "Piau"

ISBN 978-85-7401-398-5





Associação e Comunidades Sateré-Mawé: AMISM, Sahu-pe, l'apyrehyt, Waikiru, Mawé e Waranã

Equipe de pesquisa

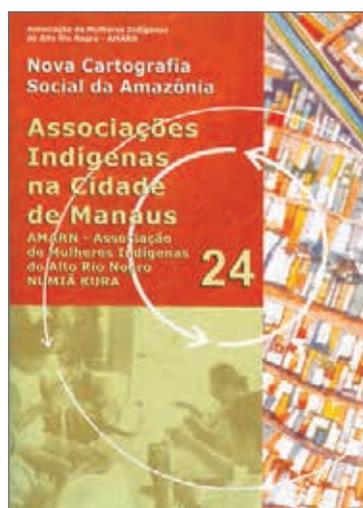
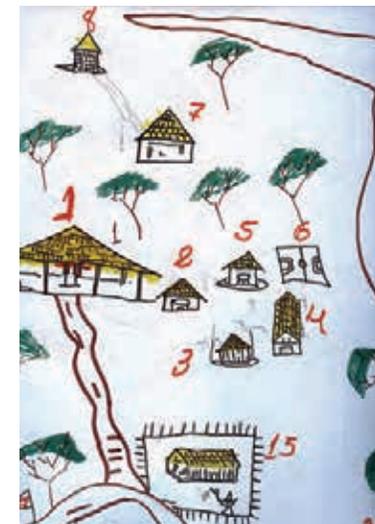
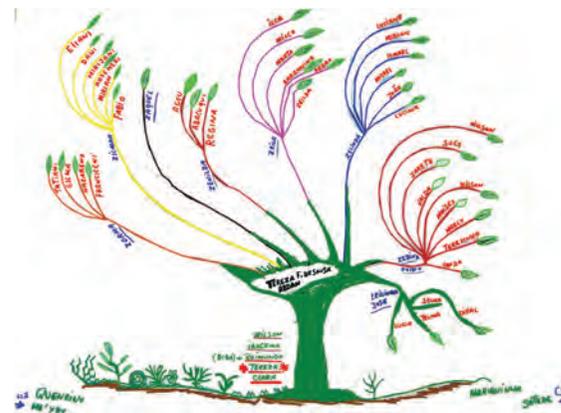
Glademir Sales dos Santos
Claudina Azevedo Maximiano
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Nadja Chistine de Castro Souza
Ana Kátia Santana Cruz

ISBN 978-85-7401-414-2

Participantes das Oficinas de mapas

Ismael, Nilson, Tadeu, André, Lucimir, Éelson Ney, Joãozinho, Eirijane, Ariá, Valda, Geane, Elenilce, Tereza, Inara, Susy, Marta, Sara, Iclas, Moisés, Eguiberto, Glademir

Todas as famílias que foram colocadas aqui tiveram uma raiz, que é dos Sateré-Mawé, que chamamos clãs. Juntou Mariquinha com Quirino, os clãs Me'yru e Sateré. Moisés Ferreira de Souza



Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

Equipe de pesquisadores

Valéria Regina Gomes da Silva
Ana Carla dos Santos Bruno
Ancila Veloso Ferreira
Glademir Sales dos Santos

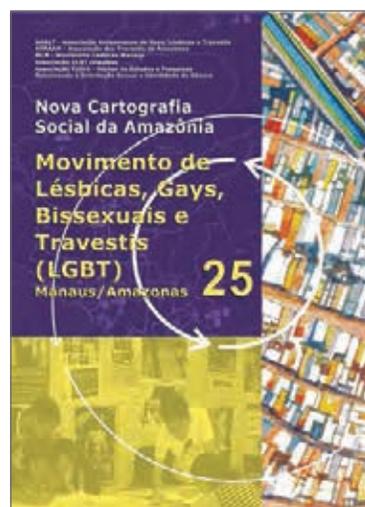
ISBN 978-85-7883-045-8

Participantes das Oficinas de mapas

Claudina Correia (Tukano), Rosilene Mendes Carvalho (Arapasso), Claudineia Goma Brito (Tariano), Anaide Lima da Silva (Wanano), Maria Elizete (Tariano), Justina Lima Tenório (Tuyuca), Irenise Gonçalves (Dessano), Enaide M.Vieira (Tukano), Judite Rodrigues Marins (Dessana), Pedrina Alves Maia (Tukano), Inês de Lima Dias (Tukano), Deolinda F. Prado (Dessana), Juscimeire Trindade Serra (Wanano), Maria Auxiliadora M. Estevão (Tukano), Ancila Veloso Ferreira (Tukano), Maria Goreth F. Chaves (Tukano), Lúcia Figueiredo Brito (Tariano), Juscilinda Paz Pedrosa (Tukano), Ivan Menezes Barreto (Tukano), Jaime Moura Fernandez (Dessano), Francisca de Lima Matos (Tukano), Maria Auxiliadora (Tariano)

Y ö'ö paourip ö'ö a'tiw ö'ö 1980 niikaâ, etaw ö'ö são gabriel toó prefeito me'rãa da'raw ö'ö, 40 n+m+r ô î be'ro a'tiw+i manaus p ö'ö ni'kãamuseré k ö'mari ôi niî marãa p ö'ö tiî a'tiî mahãa niî, da'ará, artesanato da'ará. ãñurôô tö'sa6aró me'rãa. a'tiro nil y ä'ä á.

Inês de Lima Dias



Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis – AAGLT, Associação das Travestis do Amazonas – ATRAAM, Movimento Lésbicas Manaus – MLM, Associação GLBT Orquídea, Associação Katiró – Núcleo de Estudos e Pesquisas Relacionado à Orientação Sexual e Identidade de Gênero

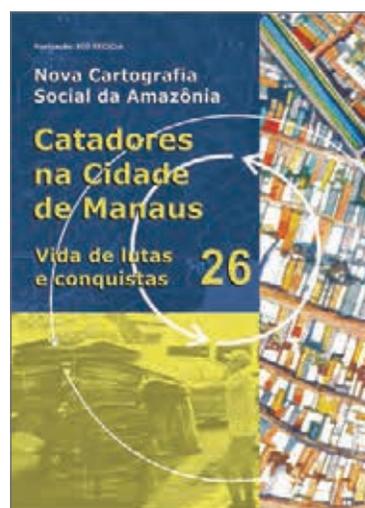
Equipe de pesquisadores

Elieyd Sousa de Menezes
Esmael Oliveira
Willas Dias da Costa
Jeffeson William Pereira

Participantes das Oficinas de mapas

Ária Maria Carvalho, Lidiane Cavalcante, Esmael Oliveira, Rosaly Pinheiro, Michelle Custódio, Francisco Nery Furtado, Jefferson Pereira, Weydman Henriques, Fabricio Nunes, Bruna La Close, Euclides Jose Souza Neto

ISBN 978-85-7883-046-5



ECO RECICLA

Equipe de pesquisadores

Willas Dias da Costa
Maria do Pépetuo Socorro Chaves
Franciléia dos Santos Azecedo
Valdelanda de Paula Alves
Vilma Costa Rodrigues
Mayara Pereira da Silva
Itaciara Prestes da Silva
Talita de Melo Lira
Silvana Compton Barroso
Lucineide Pereira de Araújo Alves
Dulcileda Pereira da S. Mota
Anelise Rondon de Campos
Wilson Araújo Gomes
Laura Santos

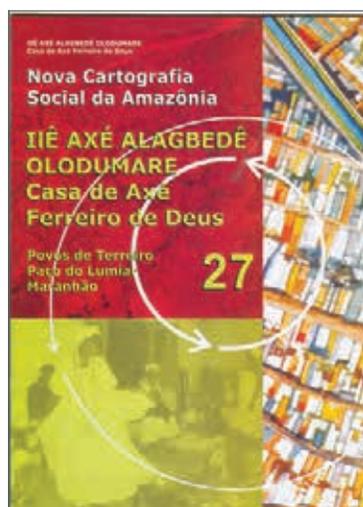
Participantes das Oficinas de mapas

D. Martinha Assunção da Cunha, D. Maria do Carmo da Silva de Oliveira, Sr. Miguel Fernandes dos Santos, Sr. Wilson Araújo Gomes (falecido em 29/12/2008), Marcela Pereira Marques, Maria Lucimar;

Organizações que participaram da Oficina de mapas

Grupo do Rio Piorini, Grupo Terra Nova III, Grupo do Jorge Teixeira, Grupo Centro, Grupo Mauzinho I, Grupo Mauzinho II, Grupo Glória, São Raimundo, Grupo Vapet

ISBN 978-85-7883-076-2



Iiê Axé Alagbedê Olodumare

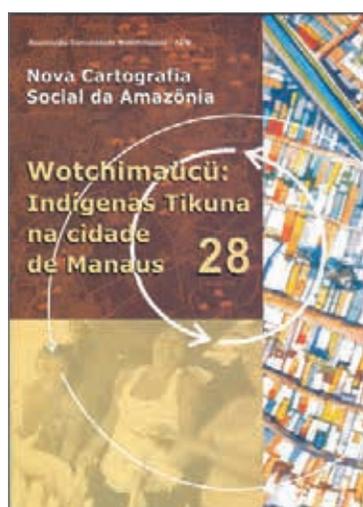
Equipe de pesquisadores

Cynthia Carvalho Martins
Aniceto Cantanhede Filho
Gyordanna Patrícia Pereira Silva
Davi Pereira Júnior
Dorival dos Santos
Luciana Railza Cunha Alves
Valderiza Barros
Milson Santos
Katiana Silva
Célia Sampaio

Participantes das Oficinas de mapas

YALORIXÁ: IGBOSYI SOMIM: Mariana Venina Carneiro Barbosa, EGBOMI: ALABOSYI: Telma Maria Barata, IGBASE: YAOMINILÉ: Sueli Silva, AXOGUM: OLOBEJI: Willian Monteiro Neto, AXOGUM: LEBEJI: Luis da Conceição, OGAN ALABÉ: OYADEKESI: Francisco de Assis Ferreira, OGAN ALABÉ: ONILETÓ: Milson Santos, EKEDI YA EFUM OMINJILÉ: Katiana Silva, EKEDI: OYASILÉ: Célia Sampaio, IGBASE: YA OMIN FUNRÉ: Socorro Guterres, YAWO: FULEBI: Clarice Arruda, YAWO: NÃ DELOSIY: Jô Brandão, YAWO: ALA TUNBI: Malirdes Cadete, YAWO: Luciana Railza, ABIAN: Jucélio Franco, ABIAN: sandro silva, ABIAN: Mary Cazumbá, ABIAN: Marcos Leandro, ABIAN: Elton Barros, OMO ILÉ: João Pereira Silva, OMO ILÉ: Jardson Pereira Silva, OMO ILÉ: Paulo Victor Oliveira, COLABORADORA: Iva Márcia, COLABORADORA: Nádia Guterres

ISBN 978-85-7883-070-0



Associação Comunidade Watchimaücü – ACW

Equipe de pesquisa

Josibel Rodrigus e Silva
Glademir Sales dos Santos
Deniziu Araújo Peres
Altaci Rubim
Aglaiá Barbosa Costa

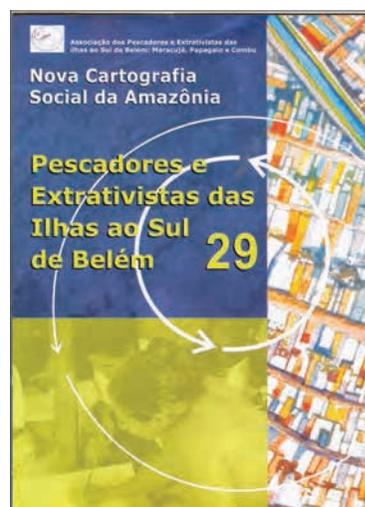
Participantes da Oficina de mapas

Aldenor B. Félix, Artemis Cruz Marcolino, Bernardino A. Pereira, Dalvina Pinto Neves, Denizia Araújo Peres, Domingos Ricardo Florentino, Eucilene Ponciano Pereira, Evandro Guilherme Pinto, Givanildo F. Torres, José Nazário de Souza, Margarida de Jesus, Marta Nicanoa Alfredo, Marta Pedrosa da Silva, Martins Dica Ponciano, Micilene Ponciano Pereira, Nildete Manoel Pinheiro, Omaida Pereira Vasquez, Reginaldo Luciano Marcolino, Rosa Dica Manuel, Rosana Pedrosa da Silva, Sebastiana Coelho Araújo, Teodino Cândido da Silva, Vania Pedrosa da Silva, Wagner J. Miguel

ISBN 978-85-7883-144-8

Torü puracü rü ni'i ti utchigagü'ü i nha'ã tócumagü ; ye'ama toma ni'i ticuna ti'igü. Rü Tana wé i tocümagü i du'ügüne. Nhe'ma nuã tama pegü'ü i du'ügü ya da'a i'ãneguca. Rü nhugacü rü ta to'ü ngema ; ngutcha'e notürü nagu ta ma'é i ni'i togü ti tchaugü'ü, rü ta wiya'egüta, rü áurima ta ta'egü. Rü nge'macü ni'i tanaügü i ngu'üraü nha'a wiya'egü.

José Nazário, 36 anos



Associação dos Pescadores e Extrativistas das Ilhas ao Sul de Belém: Maracujá, Papagaio e Combu

Equipe de pesquisadores

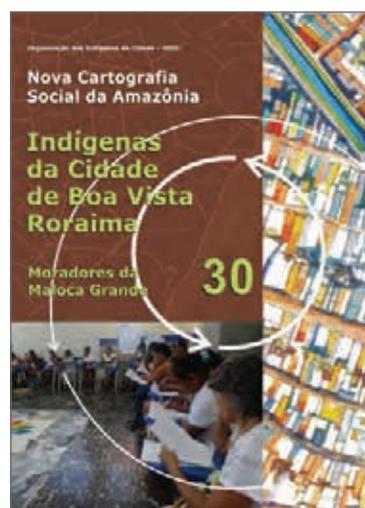
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Eliana Teles Rodrigues
Rita de Cássia Pereira da Costa
Irislane Pereira de Moraes

ISBN 978-85-7883-087-8

Participantes das Oficinas de mapas

DIRETORIA – Presidente: Maria Edina Costa Nascimento; 2º Presidente: Naquel do Nascimento Conceição; Secretária: Ana Erica da Silva Santos; 2º Secretário: Eliel Pereira da Silva; Tesoureiro: Antonio Gema da Conceição Barros; 2º Tesoureiro: João Carvalho Pantoja; Conselheiro: Edilson Pantoja do Nascimento; 2º Conselheiro: Iraci Cabral dos Reis; 3º Conselheiro: Reginaldo Cabral Rodrigues; 1º Suplente: Alan Moraes Pantoja; 2º Suplente: Maria Helena do Nascimento Barata; 3º Suplente: Olivaldo Valadares dos Santos

Mas todas essas águas aqui que tá nessa baía daqui, elas estão contaminadas! Cheias de bactérias! Foi feita análise da água, deu 1.100 coliformes fecais. Sabe, ele mora com nós, ele mora com os povos da ilha. Sra. Maria Edina Costa Nascimento, Ilha do Maracujá, Oficina Nova Cartografia Social, 14 outubro 2008



Organização dos Indígenas da Cidade – ODIC

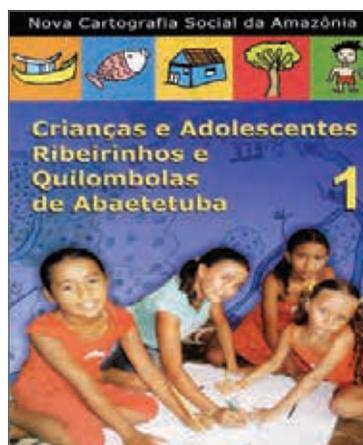
Equipe de pesquisa

Carmen Lúcia Silva Lima
Aldemir Manoel de Souza
Dalisneto Alexandre da Silva
Denise Almeida de Souza
Eliandro Pedro de Souza
Ilce Mesquita Pereira
Jeane Almeida da Silva
Jocineith Soares Santana
Jocilina Soares Santana
Liomara Francisco da Silva
Maria de Jesus Rodrigues Lima
Marilene Santos Afonso
Mirian Chaves de Souza
Marineide Peres da Costa

ISBN

Participantes da Oficina de mapas

Adriana S. de Farias, Aldemir Manoel de Souza, Alencar Rodrigues, Alex Barbosa dos Santos, Carla Elizabeth, Carmen Pereira, Celina Oliveira Henandro, Cleia da Silva Oliveira, Cleonice de Souza, Dalisneto Alexandre da Silva, Denise Almeida de Souza, Elder Mateus, Eliandro Pedro de Sousa, Edna Nazareno, Ernany Marcos do Nascimento, Evilene Severino da Silva, Fernanda Severino da Silva, Fernando Gomes Cruz, Geneci de Lima Silva, Helen Regina P. de Souza, Ilce Mesquita Pereira, Ivo Cípio Aurelino, Jeane Almeida da Silva, Jocilina Soares Santana, Jocineith Soares Santana, Liomara Francisco da Silva, Luciana Patrício de Aguiar, Maria de Jesus Rodrigues Lima, Marilene Santos Afonso, Marineide Peres da Costa, Mirian Chaves de Souza, Nelina Manduca, Onésio da Silva, Rosa Cipio Andrade, Sebastião Barros, Sofia da Silva Gomes, Silvio Severino Silva



Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba – MORIVA

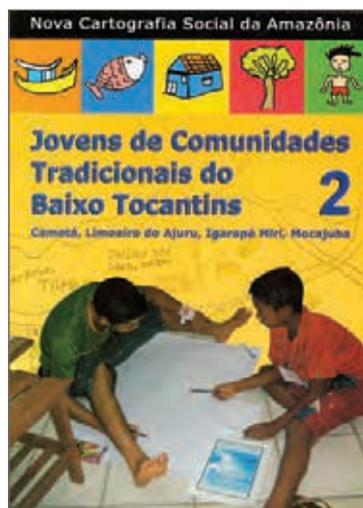
Equipe de pesquisa

Lilian Carolina de Araújo Santana
 Marcus Vinícius da Costa Lima
 Maria de Jesus Tolosa Galvão
 Solange Maria Gayoso da Costa

Participantes das Oficinas de mapas

148 Crianças e 200 Adolescentes

ISBN 978-85-7401-402-9



Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba – MORIVA

I Fórum da Juventude do Baixo Tocantins

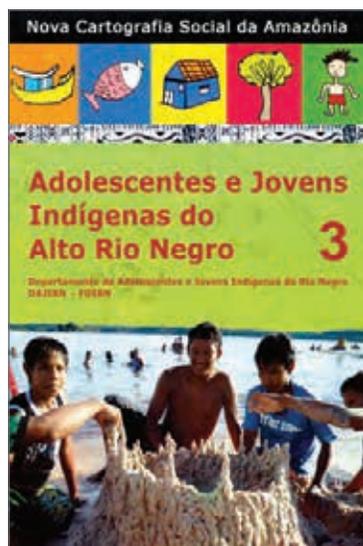
Equipe de pesquisa

Lilian Carolina de Araújo Santana
 Marcus Vinícius da Costa Lima
 Maria de Jesus Tolosa Galvão
 Rodrigo Macedo Lopes
 Solange Maria Gayoso da Costa

Participantes das Oficinas de mapas

Adenilson Mendes Barra, Aldelena Gomes dos Santos, Ana Mira Nery Pereira, Antonio, Valter Pompeu Damasceno, Benivaldo da Trindade Corrêa, Bruno Henrique Soares Furtado, Cristina dos Santos Pinto, Dalvan dos Santos Borges, Eliseu Nunes Maia, Elizane Silva da Silva, Enilson Pinheiro de Pinheiro, Estevão Dias Correa, Evaldo Nunes Maia, Jose Monteiro Neves da Silva Junior, Jovanderson T. Maia, Juciclei Carneiro Costa, Luis Carlos M.Costa, Max Borges Batista, Otonielson de Souza Pantoja, Raimundo Junior Maciel Matias

ISBN 978-85-7401-400-5



Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro – FOIRN

Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro – DJIRN/FOIRN

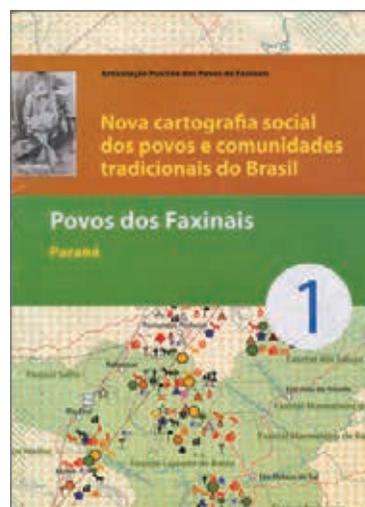
Equipe de pesquisa

Claudina Azevedo Maximiano
 Elieyd Sousa de Menezes

Participantes das Oficinas de mapas

Deivison de Oliveira Bento, Katlen dos Anjos Santos da Silva, Francinara Pinheiro, Alyson Hilário Rodrigues, Cleosana Lopes Januário, Tiago Francisco A.Diocesano, Jair Mariano Bibiano, Josimar Barreto da Silva, Adão Francisco Henrique, Edenilson Cardoso Cordeiro, Patrícia Peinado Gomes, Filadelson Peinado Gomes, Juvenice Pimentel Lana, Francelmo Alves Brandão, Délio F. Alves, Andrônico B. da Silva, Jucelino B. da Silva, Alessandro B. Fernandes Pedrosa, Francimar Pascoal Nogueira, Margarida A. Brasi, Joelma Borges Dias, Isabel Fonseca Dias, Adão Francisco Henrique, Reginaldo Lima Vieira, Rosiane Barreto Castro, Alessandro P. Fernandes Pedrosa, Irinelson Piloto Freitas, Elijane R.L de A., Elder Marinho da Silva, Alberto Gomes da Silva, Melvino Fontes, Deusimar Cruz S. Fernandes, Maria Brazão Lopes

ISBN 978-85-7883-055-7



Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais

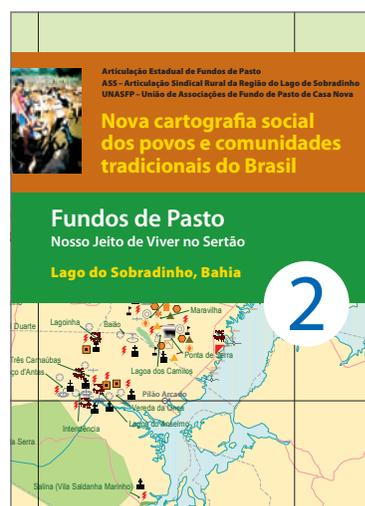
Equipe de pesquisa

Roberto Martins de Souza
Mayra Lafoz, Antonio Meira
Antônio Michel Kuller Meira
Joaquim Shiraishi
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ISBN 978-85-7401-331-2

Participantes das Oficinas de mapas

Acir Túlio, Amaro de Oliveira, Antonio Ginaldo Wypych, Antonio Jair Veneroski, Antonio Miguel Rodrigues de Lima, Carlos de Oliveira Borges, Celso Sembai, César Kuser, Cláudio Jesus do Amaral, Domingos Gonçalves Guimarães, Eduardo Wenglark, Evalmor da Silva, Gilmar Fernandes, Hamilton José da Silva, Iracema Correia dos Santos, Esmael Kloster, João Carlos Lima, João Verci Moreira Matias, Joelson Garcia, José da Silva Góes, José Silva de Souza, Jovenal Silveira Ramos, Leonardo Camargo S. da Cruz, Paulo César de Paula, Ricardo Perek, Romildo Batista Hertel, Sérgio Sobenko, Sílvio Custódio do Amaral



Articulação Estadual de Fundos de Pastos

Articulação Sindical Rural da Região do Lago de Sobradinho – ASS

União de Associações de Fundo de Pasto de Casa Nova – UNASFP

Equipe de pesquisa

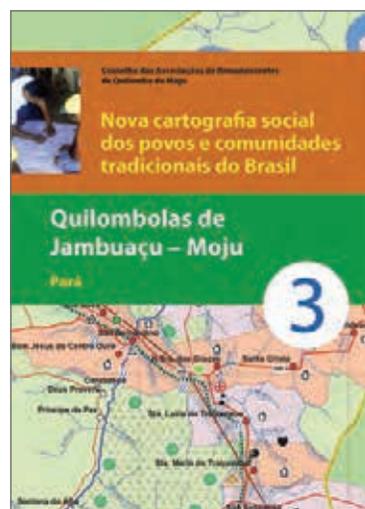
Franklin Plessmann de Carvalho
Laura Chamo

ISBN 978-85-7401-332-9

Participantes das Oficinas de mapas

Carlos Eduardo Cardoso Lima, Raimundo Jeremias de Souza, Valdivino Rodrigues de Souza, Elenice Rosa Ferreira, Jurandi Oliveira Nogueira, Jovenal Campos Braga, João Pereira Neto, Valério da Rocha, Gerson de Souza Campos, José da Silva Pacheco, Gabriel Braga Nogueira, José Cícero de Souza, Armando de Souza Passos, Armando Venâncio, José Carlos, Maria Estelina da Rocha, Gerusa Brito dos Santos, Pedro Campos Braga, Afonso Dias Braga, Manoel Joaquim de Carvalho, Jidenilson José Santana, José Ribeiro de Araújo, Isael Moreira Rodrigues, Geraldino R. O. José D. L., Samuel Ferreira, José Benício Ribeiro, Domingos S. Costa, José Neto Silva Costa, José Ferreira dos Santos





Conselho das Associações de Remanescente de Quilombo de Moju

Equipe de pesquisa

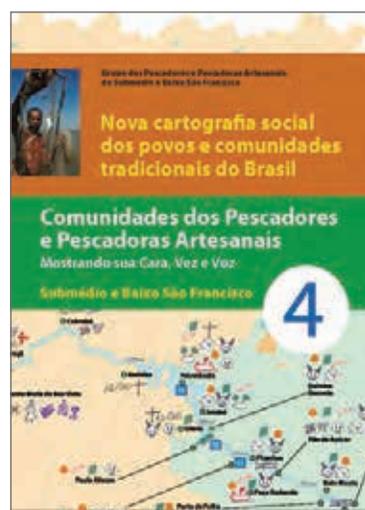
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Irmã Maria Luiza
Pe. Sérgio Tonetto
Silvaneide Queiroz
Joseline Trindade
Kátia Santos
Cíntia Beatriz
Diana Antonaz

ISBN 978-85-7401-333-6

Participantes das Oficinas de mapas

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE SANTA MARIA DO
MIRINDEUA – Presidente: Nonato
Cardoso; Vice-presidente: Solão
Guilherme F. Lima; ASSOCIAÇÃO
REMANESCENTE DE QUILOMBO OXALÁ
DE JACUNDAI – Presidente: Nelnice

do Carmo Valadares; Vice-presidente: Raimundo O. Valadares; Secretário: Renilde V. Sena; ASSOCIAÇÃO
REMANESCENTE DE QUILOMBO SANTO CRISTO – Presidente: Manoel dos Santos; Vice-presidente: Manoel
das Graças da Natividade Batista, Secretário: Maria Dinéia F. da Silva; ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE
QUILOMBO FILHOS DE ZUMBI – Presidente do Bom Jesus do Centro Ouro: Jacinto R. Campos; Presidente
de São Bernardino: Maria do Carmo G. Amaral; Presidente de Vila Nova: Givanilda C. da Silva; Presidente
de Nossa Senhora das Graças: Maria Matildes M. Aires; Secretária: Ana Cristina da Silva Farias; ASSOCIAÇÃO
QUILOMBOLA DOS AGRICULTORES DE SÃO MANOEL – Presidente: Raimundo Maria Carneiro; Vice-
presidente: Vicente Guimar; Secretária: Vilda Guimar; ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO
SANTA ANA DE BAIXO – Presidente: Maria Olinda M. da Costa; Vice-presidente: Manoel R. Maia; Secretária:
Maria de Nazaré dos Santos Maia; ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO CONCEIÇÃO DE
MIRINDEUA – Presidente: Antônio Beato do Espírito Santo de Jesus; Vice-presidente: Edenil B. do Espírito
Santo; Secretária: Maria de Nazaré B. do Espírito Santo; ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO
RIBEIRA – Presidente: Ideni N. Dias Carneiro; Vice-presidente: Eudeni G. Leão; Secretária: Marly do Socorro
P. de Farias; ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE SANTA MARIA DO TRAQUATEUA – Presidente: Narciso dos
Anjos Silva; Vice-presidente: Paulo de Jesus Malcher; Secretária: Conceição de Souza Silva; ASSOCIAÇÃO
REMANESCENTE DE QUILOMBO SANTA LUZIA DO TRAQUATEUA – Presidente: Nelis R. Fagundes;
Vice-presidente: Tomazia C. da Silva; Secretário: Eldilciano F. Carvalho; ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE
DE QUILOMBO KM 40 – Presidente: Ricardo Tavares; Vice-presidente: Raimundo Guiomar C. Tavares;
Secretária: Margarete C. Braga; CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DE
MOJU – Presidente: Manoel Almeida; Vice-presidente: Ricardo Tavares; Secretária: Nelnice C. Valadares



Grupo dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Submédio e Baixo São Francisco

Equipe de pesquisa

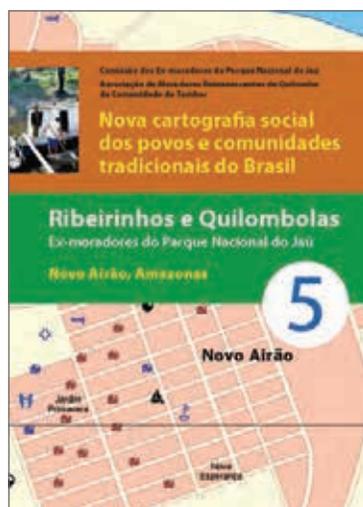
Alzení Tómas
Cristiane Julião Pankararu
Juracy Marques
Ticiano Rodrigo

ISBN 978-85-7401-334-3

Participantes das Oficinas de mapas

Dionizio Tavares da Silva, Benedito Roque da Costa, Maria da Conceição Costa, José Juarez dos Santos,
Antônio Gomes dos Santos, Maria Aparecida, Leandro dos Santos, Evânia Ferreira, Vera Lúcia Pereira
Ferreira, Irany da Silva dos Santos, Margarida Ladislau, Francisco Xavier, Adelson Barbosa dos Santos,
Geraldo Cari, Alirio Alves Pinheiro, Weda de Carvalho, Pedro João de Souza, Ailton Moreira dos Santos,
Rutilânia Farias Braz, Hortensio Albuquerque de Alencar, José Antônio Bispo dos Santos





Comissão dos Ex-moradores do Parque Nacional do Jaú

Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo da Comunidade do Tambor

Equipe de pesquisa

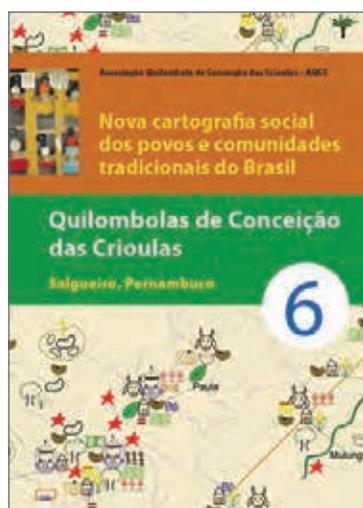
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
 Elieyd de Sousa Menezes
 Judith Costa Vieira
 Nadja Christine de Castro Souza
 Marcos do Nascimento Pereira
 Érika Matsuno Nakazono
 Franklin Plessmann de Carvalho
 Ana Felisa Hurtado Gerrero
 Alfredo Wagner Berno de Almeida

Participantes das Oficinas de mapas

Raimundo Alves Pinheiro da Silva, Jacinto Olimpico de Lima, Sebastião Ferrerira de Almeida, Diracir Borges Sales, Francisco das Chagas dos Santos, Ivanilda Gonçalves dos Santos, Francisca Viana de Almeida, Jugleide Linhares do Nascimento, Adélia Savedra dos Santos, Maria Pereira dos Santos, Maria do Socorro Nogueira de Araújo, Eliana Gadelha dos Santos, Claudiomar Ramos da Silva, Mario Gonçalves, Jonas dos Santos, Sebastião Pedro Frank, Lindalva Ferreira Souza, Maria das Graças Bezerra de Souza, João Pedro Paixão, Mamédio Alves de Oliveira, Joelina Maria dos Santos



ISBN 978-85-7401-335-0



Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

Equipe de pesquisa

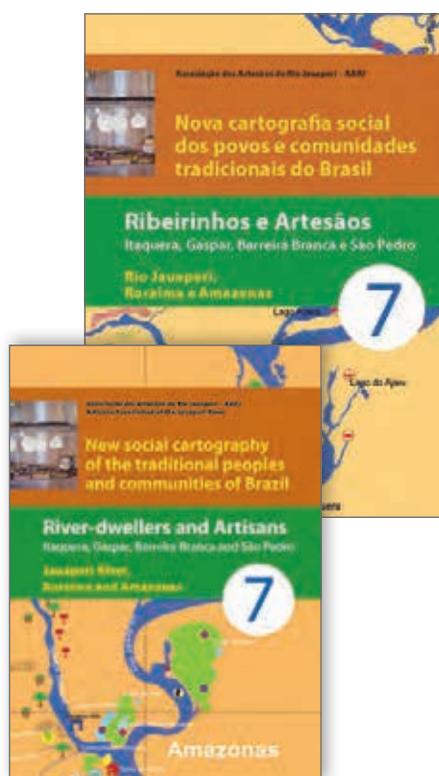
Vânia Fialho
 Hosana Celi dos Santos

Participantes das Oficinas de mapas

Adalmir José, Ana Cláudia Mendes da Silva, Ana Vicência de Oliveira, Antônio Francisco de Oliveira, Antônio Neto da Silva, Aparecida Souza de Santana, Cícero Mendes, Especiosa Maria da Silva Costa, Everson Oliveira, Francisca Marcelina de Oliveira, Francisco de Assis Mendes, Girlene Rosa da Silva, Givânia Conceição, Isadora Maísa de Oliveira Silva, Jacicleide Valdeci Oliveira, Joana Angélica da Silva, João Alfredo de Souza, João Antônio de Oliveira, Jociclécia Júlia Valdeci de Oliveira, Jocicleide Maria Valdeci, Jocielene Vadecei Oliveira, Joseane Oliveira da Silva, Kaline, Luiza Maria de Oliveira, Márcia Jucilene do Nascimento, Maria Aparecida de Souza, Maria Aparecida Mendes Silva, Maria da Penha e Silva, Maria de Lourdes da Silva, Maria Zélia de Oliveira, Martinho Mendes, Rosa Doralina Mendes, Rosa Viência, Rozeane Maria Mendes, Senilda Francisca da Silva, Valdeci Maria da Silva



ISBN 978-85-7401-336-7



Associação dos Artesãos do Rio Jauaperi

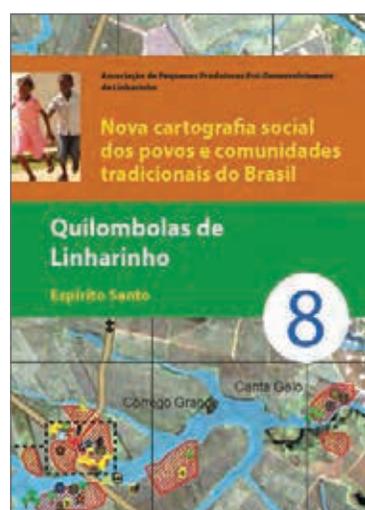
Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Ana Paulina Aguiar Soares

ISBN 978-85-7401-337-4

Participantes das Oficinas de mapas

GASPAR – Alexandre Santana de Souza, Valdemar da Silva Brazão, Alenilza de Nazaré Brazão, Aldenir de Nazaré Brazão, Rosinete Ferreira Nazaré, Maria do Socorro da Silva Nazaré, Paul Clark, Bianca Beuicemi, Damião da Silva Nazaré; ITAQUERA – Roberto Dias da Silva; Alice Parede de Lima, Silvia Parede de Lima, Rozan Dias da Silva, Marinez L. de Lima, Francisco Parede de Lima; BARREIRA BRANCA – José Roberto da Silva Nazaré, Maria da Silva Nazaré, SÃO PEDRO – Marcelino Machado Ferreira, Ademarcia de Nazaré Brazão



Associação de Pequenos Produtores Pró-desenvolvimento de Linharinho

Equipe de pesquisa

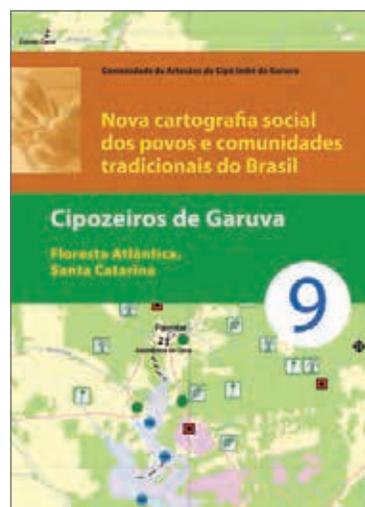
Osvaldo Martins de Oliveira
Simone Raquel Batista Ferreira
Sandro José da Silva
Jefferson Gonçalves Correia
Domingas Dealdina
Adriano Elisei

ISBN 978-85-7401-338-1

Participantes das Oficinas de mapas

Elda Maria dos Santos, Osvaldo de Oliveira, Nilceia Mota Alves, Arnaldo Rodolfo Domingos, Maria Aparecida Marciano, Laysa Marciano dos Santos (criança), Vermindo dos Santos, Creuza Mota Alves, Domingas da Conceição Cassiano, Saturnino dos Santos, Nazareth Nascimento, Gelson Cassiano, Roberto Gomes dos Santos, Marcos Sousa da Hora, Manoel de Jesus Gomes, Gessi Cassiano, Clarina Pereira, Mauro César dos Santos, Valdentora dos Santos, Rosa dos Santos Dealdina, Jonas dos Santos Balbino, Rodolfo dos Santos, Tereza Moreira





Comunidade de Artesãos do Cipó Imbé de Garuva

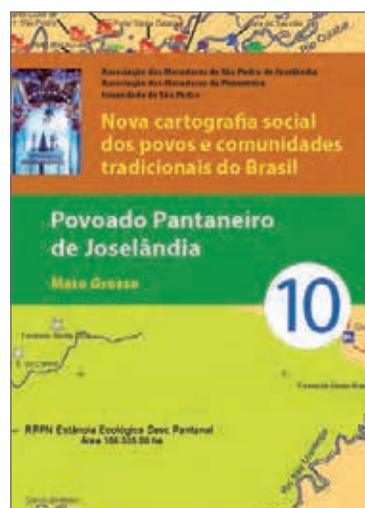
Equipe de pesquisa

Renata Martinho Zambonim
Érika Matsuno Nakazono
Douglas Ladik Antunes
Fábio Martinho Zambonim

ISBN 978-85-7401-339-8

Participantes das Oficinas de mapas

Anazídia Guilherme da Silva, Bruneto Genelcio, Carlos Hernaski, Cristiane Pereira Maciel, Daniela Fernandes, Elisabete de Souza, Euclides Magalhães, Eunice Maria da Conceição Teixeira, Fernanda de Medeiros, Judith de Medeiros, Judith Pereira Maciel, Maria de Souza Freitas, Maria Fernandes Hernaski, Maria Mota, Mariana de Freitas, Patrícia de Medeiros, Paulo dos Santos, Pedro Bianche, Ruth Gonçalves



Associação dos Moradores de São Pedro de Joselândia

Associação dos Moradores da Pimenteira

Irmandade de São Pedro

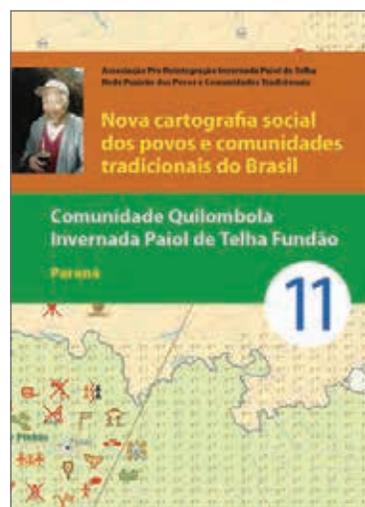
Equipe de pesquisa

Sueli Pereira Castro
Carlos Alberto Castro
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Itamara dos Anjos Oliveira
Ariane Márcia Cândido de Oliveira
José Antonio Moreira
Renata da Silva Fonseca
Naiana Pignatti Bertele
Daniela Fernandes da Silva

ISBN 978-85-7401-340-4

Participantes das Oficinas de mapas

Ana Maciel de Araújo; Ângela Costa Leite; Tarcila Pereira Rodrigues; Aristides Edivino de Moraes; Ataíde Dias Moura; Verediano Andrade de Souza; Deonice Bueno de Moura; José Domingos Padilha de Moura; Edenir de Arruda; Narciso Tadeu da Silva Amorim; Francisco Oliveira; João Batista Taques; Sebastião de Arruda Silva; Amália da Rosa Oliveira; Isabel Nunes Serqueira; Ana da Silva Amorim; Maria José da Silva; Benedita de Arruda Amorim; Melquíades Pereira da Silva; Joaquim Santana Rodrigues; Pedro Silvestre da Silva; Malaquias Soares de Amorim; José Maria da Silva Alvarenga; Rita Delmira Alvarenga; Leoneta da Guia Taques de Amorim, Libório Santana da Silva, Pedro Santana Bueno, Dina R. de Moura Bueno, Idalina Xavier Bueno, Maria Benedita da Silva, Walter Lauro Bueno de Moura, Luiza da Silva Rodrigues, Maria Catarina Silva Santos, Domingos Maria da Silva, Antônio Santana da Silva Moura, Januário Gonçalves Correia, Maria Irene da Rosa, Verônica, Rita Maria da Rosa Nazareth, Maria José de Moura, Francisca da Silva, Rosa Maria Rodrigues Arruda; Lázaro Silva Santos, Walmir Pereira da Silva



Associação Pró-reintegração Invernada Paiol de Telha

Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais

Equipe de pesquisa

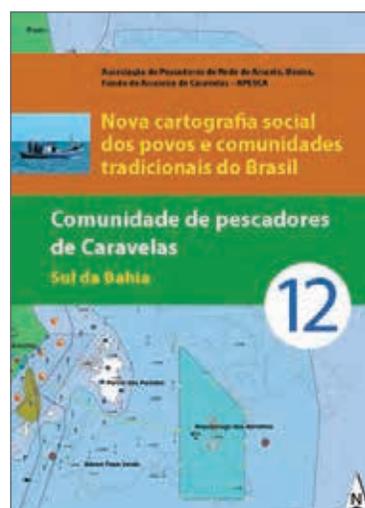
Roberto Martins de Souza
 Antônio Michel Hiiler Meira
 Érica Nakazono
 José Carlos Vandresen
 Cláudia I. S. dos Santos

ISBN 978-85-7401-411-1

Participantes das Oficinas de mapas

CONSELHO DE ANCIÃES – Domingos G. Guimarães, Eugênio G. Guimarães, Joaquina Rosa G. de Castro, Domingos G. dos Santos “Santeiro”, Anália G. dos Santos, João Maria M. de Oliveira, Maria Clara G. Oliveira, Leoni das Dores G. dos Santos, Cinira R. dos Santos, Hermínia Soares Vasconcelos, João

Ribeiro, Juvenília Soares, Ovidio da Silva, Adalberto Guimarães, Amadeu G. dos Santos, Maria do Carmo dos Santos, José Alípio dos Santos, José Sidnei de Oliveira, José Soares da Cruz “Zelão”, Ondina Maria de Jesus, Maria dos Santos, Alfredo Soares, Alcides de Campos, Acir Paulo de Siqueira, Maria Antônia Gonçalves, Maria Tubia dos Santos; ASSOCIAÇÃO PRÓ-REINTEGRAÇÃO INVERNADA PAIOL DE TELHA – Presidente: Domingos G. Guimarães; Vice-presidente: Eugênio G. Guimarães; Secretária: Mariluz M. Follmann; Tesoureira: Eloina Célia F. de Oliveira; 1ª Secretária: Ângela de Cássia Marques; 1ª Tesoureira: Dulcymara do Rocio Marques; Membros do Conselho Fiscal: Joaquina Rosa G. de Castro, Domingos de Paula Guimarães, Evaldo M. de Oliveira, Regiane de Fátima da Silva, Iradi Terezinha Gomes de Paula, Vanderlei José Marques, Maria Clara G. de Oliveira, João Maria M. de Oliveira, Ivete Akari de Mello, Eliane de Jesus Oliveira, Leoni das Dores G. dos Santos; COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS – Reserva do Iguazu/ Acampamento: Paulinho do Patrocínio, Neli Terezinha dos Santos, João Carlos de Oliveira, Jusemara dos Santos; Guarapuava: Mariluz M. Follmann, Dulcymara do Rocio M. Machado, Eloina Célia F. de Oliveira, Lucila de Fátima da Cruz, Irenice R. Penteadó; Pinhão: Manoel F. dos Santos, Thelma Mara Andrade e Silva; Assentamento: Luisa P. de Viana, Ana Maria A. Cruz, João Maria Soares, Eliete S. Oliveira, Antônio de Jesus dos Santos; Convidados: Fernando de Andrade Pereira (Comunidade João Sura, Município de Adrianópolis), Maria Arlete da Silva (Comunidade Maria Trindade Batista de Palmas), Antônio Tavares Irmão (Associação dos Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande/APIG)



Associação de Pescadores de Rede de Arrastros, Boeira, Fundo de Arraieira de Caravelas – APESCA

Equipe de pesquisa

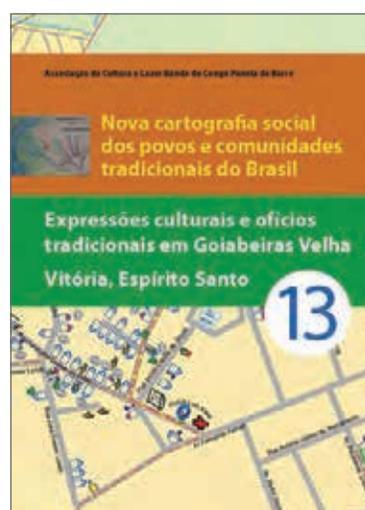
Renata Zambonim
 Leonardo Wedekin
 Uilson Alexandre Farias

ISBN 978-85-7401-452-4

Participantes das Oficinas de mapas

Antonio C. Silva Ferreira, Antonio Carlos do Nascimento, Antonio dos Santos, Arlindo Oliveira Santos, Benedito Josuel, Benedito Silva, Carlos Alberto S. Santos, Gilson Guedes, Hélio Castro Lima, Hélio Borges de Souza, João Messia da Silva Cajueiro, João Pereira Santos, José Bernardo das Neves, José Ferreira dos Santos, Lierete Siquara, Luis Gonzaga, Manoel Alves Medeiros, Manoel Limeira, Manoel Neves, Omar Nicolau, Rosemiro Batista





Associação de Cultura e Lazer Banda de Congo Panela de Barro

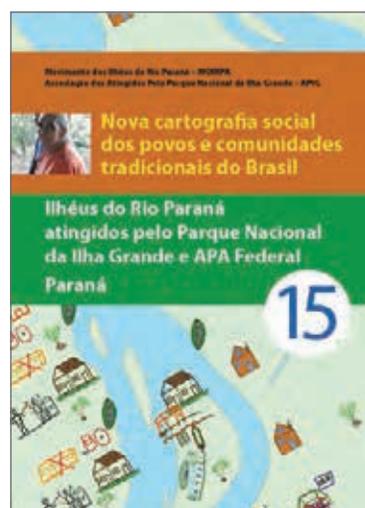
Equipe de pesquisa

Jamilda Alves Rodrigues Bento
Luciene de Menezes Simão
Moacir Alves Rodrigues

ISBN 978-85-7883-086-1

Participantes das Oficinas de mapas

Ademar Inocêncio da Rosa, Ademilson Rodrigues, Bernard Costa Bento Salles, Ergidea do Nascimento, Elizete Salles dos Santos, Emília Ferreira da Conceição, Genilton Nunes Rangel, Ilza dos Santos Barboza, Ilza Inocêncio da Rosa, Izabel Corrêa Campos, Ismar Santos Rangel, Jamilda Alves Rodrigues Bento, Joazes Alvarenga Siqueira, Maria da Conceição Costa, Marilza do Nascimento Corrêa, Melchiadia A. C. da Vitória Rodrigues, Moacir Alves Rodrigues, Ruth Ferreira Victor, Sandra Rodrigues, Sônia Ribeiro, Thiago Henrique Ferreira, Teresa Barbosa, Valdemiro Sales, Valdelicis Salles de Souza



Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná

Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande

Equipe de pesquisa

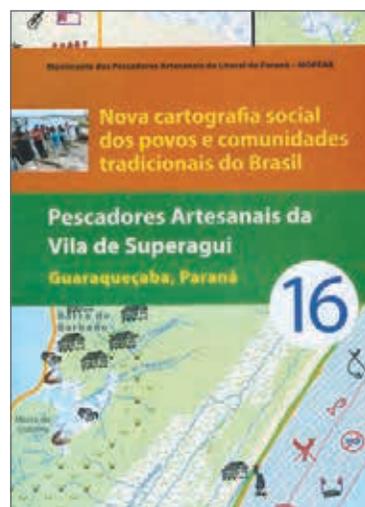
José Carlos Vandresen
Antônio Tavares Irmão

ISBN 978-85-7883-084-7

Participantes das Oficinas de mapas

Antônio Tavares Irmão, Salvador Penga, José Pereira Nunes, Francisco Vitorino da Silva, Ângela Maria Vieira da Silva, João Benjamim Franco, Dorvalino Malicoski, Ubirajara Benjamin Franco, Denair da Silva Brassi, Edito Tack, Zaquel de Oliveira Castro, Leonir Jonek, Verno J. Danike, Diva Pires Rodrigues, Artur Chimith, Nadir dos Santos Garcia, Misael Jéferson Nobre, Eduardo Ortt, Antonici Machado, Antonio Carlos Meliski, Geneci Maria Gonçalves, Valter Diogo Junior, Tilau





Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná

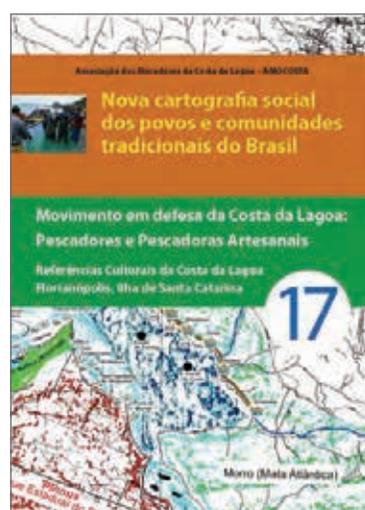
Equipe de pesquisa

Roberto Martins de Souza
Dimas Gusso

ISBN 978-85-7883-085-4

Participantes das Oficinas de mapas

Irene Araújo Nunes, Marcelo Siqueira, Luiz Castanho Cunha, Leandro Munis Viante, Eliézer Nunes dos Santos, Azuir Barboza, Cláudio Sérgio Ferreira Alves, Oromar A. Munis, Erick da Conceição Barboza, Aurélio Nunes dos Santos, Lenita Apa Martins, Ivair, José da Silva, Arlindo Alves dos Santos, Laurentino Souza, Fernando José Pires, Itamara dos Santos Munis, Elzeli Nunes dos Santos, Edivan, José Crisante, Ederaldo Munis Siqueira, Oriovaldo da S. Souza, Maecel Minis Squenine, Abigail F. Alves M. Evandro Munis, Osmar da Silva Minis, Antônio Francisco, Natanael dos Santos, Cláudio Araújo Nunes, Samuel Dina, Roseli Alessandra Soares, José Squinine, Miguel Siqueira, Eliseu Alves dos Santos, Evair (Vila das Peças)



Associação dos Moradores da Costa da Lagoa – AMOCOSTA

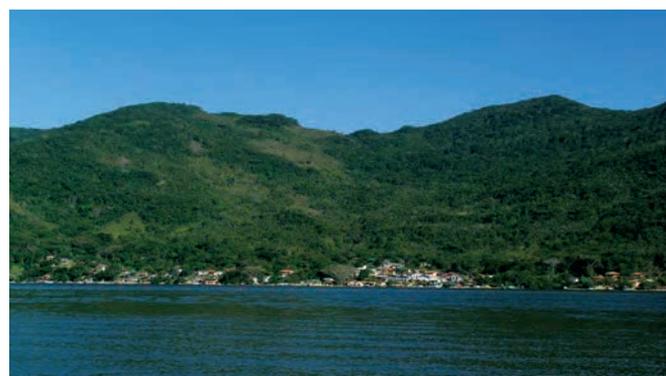
Equipe de pesquisa

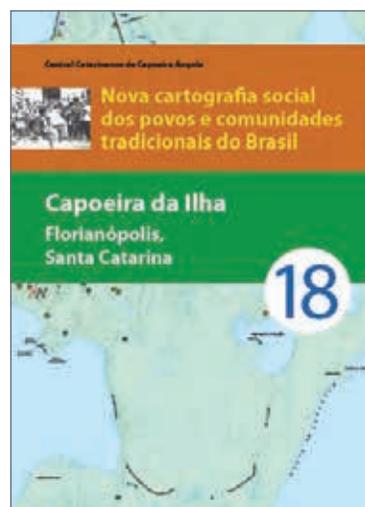
Erika M. Nakazono
Raquel Mombelli

ISBN 978-85-7883-163-9

Participantes das Oficinas de mapas

Adelson dos Santos, Ademar Miguel de Andrade, Alcionir Silvio dos Santos, Amarildo dos Santos, Brasiliano Antônio Laureano, Clóvis O. Rosa, Dalmir Manoel Pereira, Darci Leopoldo Albino, Gilmar João Bernardes, Jair Manoel Bernardes, José Flutuoso Góes Filho, Manoel João Bernardes, Milton José Góes, Naelzo Brasiliano Laureano, Nelson A. Albino, Nelson M. Pereira, Renivaldo Rido Góes, Renoldo Laureano, Renovato Laureano, Ronaldo N. dos Santos, Sandro Cláudio Pereira, Valdir Manoel Pereira, Valdir Miguel de Andrade, Valter Miguel de Andrade, Vilmo Nivaldo dos Santos, Márica Maria Cosstantino Sálvio, Savas Naelzo Laureano





Central Catarinense de Capoeira Angola, Associação Cultural de Capoeira, Ajagunã de Palmares, Associação Cultural Ilha de Palmares, Grupo de Capoeira Angola Palmares, Associação Cultural Capoeira Quilombola

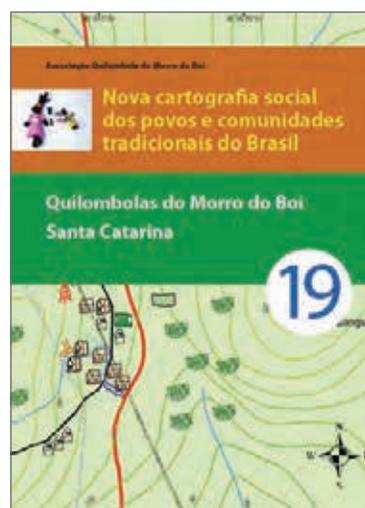
Equipe de pesquisa

Erika M. Nakazono
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Raquel Mombelli

ISBN 978-85-7883-164-6

Participantes da Oficina de mapas

Danuzia Meneghello, Fábio Machado Pinto, Joseane Pinho Córrea, Leandro Acordi, Miguel Horácio Adão, Sidmar Marques Dias, Valmir Ari Brito, Wilson R. A. Colunga, Lourival Fernando A. Leite, Fabiano Luiz Machado, João Luiz Oliveira, Luiz Eduardo Batista Pereira, Miguel N. Cardoso, Valdemiro Pereira Filho



Associação Quilombola do Morro do Boi

Equipe de pesquisa

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Raquel Mombelli
Ana Elisa Ribeiro de Sousa Schlickmann
Márcia de Moura Irigonhê
Paulo Zanin
Ruben Bentes de A. Oliveira

ISBN 978-85-7883-176-9

Participantes da oficina

Acácio Siqueira, Sueli Marlete Leodoro, Margarida Jorge Leodoro, Michelle Leodoro, Gervásia Mateus da Penha Candido, Laurete Almiro Leodoro, Eliete Almiro Leodoro e Altair Almiro Leodoro.





Associação de Aprendizes da Sabedoria de Medicinais e Agroecologia

Equipe de pesquisa

Roberto Martins de Souza
 Antônio Michel Kuller Meira
 José Carlos Vandresen

ISBN 978-85-7401-468-5

Participantes das Oficinas de mapas

Maristela Cordeiro dos Anjos Treichel, Maria da Luz, Blan Borges, Claudinéia, Aparecida Silva, Helena Ferreira, Nanci Rocha Cordeiro, Regiane Perek, Ozinir Cordeiro de Paula, Malu de Paula Borges, Paulina Farias do Anjos, Marli Scorsin, Iraildes Ribas da Silva, Lindamir, Borcath, Conceição de Lurdes Ferreira, Mauri Carlos, Trichel, Joaquim Scorsin, Catarina Lourenço, Francisco Cordeiro de Paula, Francisco dos Anjos Daluz Borges



Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

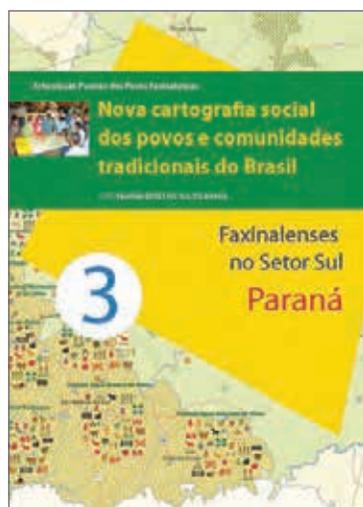
Equipe de pesquisa

Roberto Martins de Souza
 Hamilton José da Silva
 Ismael Kloster

ISBN 978-85-7401-436-4

Participantes das Oficinas de mapas

COORDENAÇÃO EXECUTIVA – Hamilton José da Silva (Faxinal dos Ribeiros), Ismael Kloster (Faxinal dos Kruger), Acir Túlio (Faxinal Marmeleiro de Baixo), Tarcisio, Maistrovicz (Faxinal Marcondes), Olevi Pedroso (Faxinal Marcondes); COORDENAÇÃO NÚCLEO PINHÃO – João Maria Domingues (Faxinal dos Ribeiros), Osni da Silva (Faxinal dos Ribeiros), Gilmar José da Silva (Faxinal dos Ribeiros), Adão Correia Santos (Faxinal Bom Retiro), Marli Terezinha (Faxinal Bom Retiro), Iracema Correa dos Santos (Faxinal Bom Retiro), Antonio Camargo (Faxinal São Roquinho), Adair José Proença (Faxinal São Roquinho), Adão Camargo (Faxinal São Roquinho); COORDENAÇÃO NÚCLEO TURVO – Edicléia Antunes (Faxinal dos Kruguer), Luciéle de Deus (Faxinal dos Kruguer), José Mazur de Oliveira (Faxinal dos Kruguer), Maria Antunes de Oliveira (Faxinal dos Kruguer), Antonio Antunes (Faxinal dos Kruguer), Zico Kloster (Faxinal dos Kruguer), Elza Antunes (Faxinal dos Kruguer), Irani Aparecida de Deus (Faxinal dos Kruguer), Vilson Antunes (Faxinal dos Kruguer), Mario de Oliveira Carriel Faxinal Carriel, João Maria Paula dos Santos (Faxinal Carriel), Joaquim de Oliveira Carriel (Faxinal Carriel), Gabriel Carriel (Faxinal Carriel), Itor Antunes (Faxinal Carriel), Mazília Carriel (Faxinal Carriel), Ademar de Lima (Faxinal Carriel), Antonio Macarrão (Faxinal Carriel), Anadir Alves da Silva (Faxinal Carriel), Dalila Practh Caetano (Faxinal Carriel), Leonel Noimann (Faxinal Saudade), Iones Noimann (Faxinal Saudade), Luis Aparecido Tilpe (Faxinal Saudade), Darildo Tilpe (Faxinal Saudade), Neri Tilpe (Faxinal Saudade), José Gusso Neto (Faxinal Saudade), Dimas Gusso (Faxinal Saudade), João Neri Kuashinhak (Faxinal Saudade), Reginaldo Kuashinhak (Faxinal Saudade), Antonio Esli Kuashinhak (Faxinal Saudade); COORDENAÇÃO NÚCLEO PRUDENTÓPOLIS – Olevi Soares (Faxinal Marcondes), Tarcisio Maistrovicz (Faxinal Marcondes), Luiz Waldun (Faxinal Marcondes)



Articulação dos Povos Faxinalenses

Equipe de pesquisa

Roberto Martins de Souza
Ismael Kloster
Acir Túlio

ISBN 978-85-7401-469-2

Participantes das Oficinas de mapas

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA ARTICULAÇÃO PUXIRÃO – Hamilton José da Silva (Faxinal dos Ribeiros), Ismael Kloster (Faxinal dos Kruger), Acir Túlio (Faxinal Marmeleiro de Baixo Olevi), Pedroso Soares (Faxinal Marcondes), Tarcisio Maistrovicz (Faxinal Marcondes)

COORDENAÇÃO NÚCLEO REBOUÇAS – José da Silva de Souza (Faxinal Marmeleiro de Baixo), Beatrice Luzia de Souza (Faxinal Marmeleiro de Baixo), Ricardo Toledo (Faxinal Marmeleiro de Baixo), Miguel Lourenço (Faxinal Água Amarela de Cima), Pedro Altamiro de Deus (Faxinal Marmeleiro de Baixo), José Lourenço do Prado (Faxinal Marmeleiro de Baixo), Vitor Iankovsk (Faxinal Lageado dos Mellos), Acir Andrade (Faxinal Taquari), Valdinei Stresser Andrade (Faxinal Taquari), Sebastião Sampaio (Faxinal Taquari), Luiz Carlos Ferraz (Faxinal Rio Azul dos Soares), Norberto Ferreira (Faxinal Barreirinha dos Beltrão), Ricardo Perek (Faxinal Marmeleiro de Cima), Francisco Roseno (Faxinal Marmeleiro de Cima), Floriano do Espírito Santo (Faxinal do Salto), Nelson Novakoski (Faxinal Barro Branco), Julieta Buaski Faxinal (Faxinal Barro Branco), João Norberto Faxinal (Faxinal Barro Branco)

COORDENAÇÃO NÚCLEO SÃO MATEUS DO SUL – Vitor Kovalski (Faxinal Água Branca de Baixo), Arcelio (Faxinal Água Branca de Baixo), Antonio Barbosa (Faxinal Água Amarela de Cima), Sebastião Padilha (Faxinal Água Amarela de Cima), Luiz Carlos de Lima Faxinal (Faxinal Água Amarela de Cima), Antonio Ginaldo Wypyk (Faxinal Emboque), Eduardo Wenglark (Faxinal Emboque), Paulo Wenglark (Faxinal Emboque), Zeno (Faxinal Emboque), Antonio Miguel (Faxinal dos Seixas), Helena de Jesus Rodrigues (Faxinal dos Seixas)



Articulação dos Povos Faxinalenses

Equipe de pesquisa

Roberto Martins de Souza
José Carlos Vandresen

ISBN 978-85-7401-435-7

Participantes das Oficinas de mapas

PARTICIPANTES DA 3ª OFICINA DE MAPAS REALIZADA NO FAXINAL DO SALSO NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2008 – Luiza Pires Colaço, Lucimara Taborda Ferreira, Rosa Taborda, Paulina Colaço Santos, Claudia I. S. Santos, Anízia Colaço Santos, Hamilton J. da Silva, Gumercindo Massaneira, Ismael Kloster, Paulino Tomacheski, Sergio da Fonseca, Aleixo Luchinski, Olindo Wosnial, Octavio Taborda Ferreira, Carlito Taborda Ferreira, Osiel de Oliveira Bueno, Paulo dos Anjos, Paulo Afonso da Silva Mendes, Ivan Colaço Santos, Valmir Ferreira dos Santos, Antonio, Olivia Cardoso Fonseca, Cintia Cardoso Fonseca, Rosa Ferreira dos Santos, Ernestina Taborda, Francisco Ferreira, Ailton de Matos Belém, Arenir do Rocio Less, Isidoro Taborda Colaço, Adilson S. da Silva Mendes





Associação Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão

Equipe de pesquisa

Roberto Martins de Souza
 Antônio Michel Hiiler Meira
 Érica Nakazono
 José Carlos Vandresen
 Cláudia I. S. dos Santos

ISBN 978-85-7401-411-1

Participantes das Oficinas de mapas

CONSELHO DE ANCIÃES – Domingos G. Guimarães, Eugênio G. Guimarães, Joaquina Rosa G. de Castro, Domingos G. dos Santos “Santeiro”, Anália G. dos Santos, João M^a M. de Oliveira, M^a Clara G. Oliveira, Leoni das Dores G. dos Santos, Cinira R. dos Santos, Hermínia S. Vasconcelos, João Ribeiro, Juvenília Soares, Ovídio da Silva, Adalberto Guimarães, Amadeu G. dos Santos, M^a do Carmo dos Santos, José Alípio dos Santos, José Sidnei de Oliveira, José S. da Cruz “Zelão”, Ondina M^a de Jesus, M^a dos Santos, Alfredo Soares, Alcides de Campos, Acir Paulo de Siqueira, M^a Antônia Gonçalves, M^a Tubia dos Santos; ASSOCIAÇÃO PRO REINTEGRAÇÃO INVERNADA PAIOL DE TELHA – Presidente: Domingos G. Guimarães; Vice-presidente: Eugênio G. Guimarães; Secretária: Mariluz M. Follmann; Tesoureira: Eloina Célia F. de Oliveira; 1^a Secretária: Ângela de Cássia Marques; 1^a Tesoureira: Dulcymara do Rocio Marques; Membros do Conselho Fiscal: Joaquina Rosa G. de Castro, Domingos de Paula Guimarães, Evaldo M. de Oliveira, Regiane de Fátima da Silva, Iradi Terezinha Gomes de Paula, Vanderlei José Marques, M^a Clara G. de Oliveira, João M^a M. de Oliveira, Ivete Akari de Mello, Eliane de Jesus Oliveira, Leoni das Dores G. dos Santos; COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS – Reserva do Iguacu/Acampamento: Paulinho do Patrocínio, Neli Terezinha dos Santos, João Carlos de Oliveira, Jusemara dos Santos; Guarapuava: Mariluz M. Follmann, Dulcymara do Rocio M. Machado, Eloina Célia F. de Oliveira, Lucila de Fátima da Cruz, Irenice R. Penteadó; Pinhão: Manoel F. dos Santos, Thelma Mara Andrade e Silva; Assentamento: Luisa P. de Viana, Ana M^a A. Cruz, João M^a Soares, Eliéte S. Oliveira, Antônio de Jesus dos Santos; Convidados: Fernando de Andrade Pereira (Comunidade João Sura, Município de Adrianópolis), M^a Arlete da Silva (Comunidade M^a Trindade Batista de Palmas), Antônio T. Irmão (Associação dos Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande/APIG)



Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro João Surá

Equipe de pesquisa

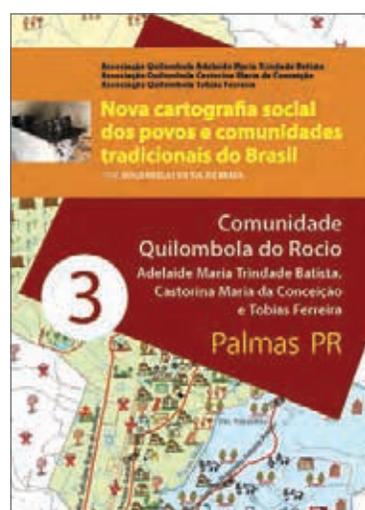
Mariluz Marques Follmann
 José Carlos Vandresen
 Jefferson de Oliveira Salles
 Lourival Fidelis

ISBN 978-85-7401-454-8

Participantes das Oficinas de mapas

Sebastião de Andrade, João Martins de Andrade Pereira, Adelaide de Andrade Pereira, Anézio de Cristo Ramos, Maria Lúcia de Matos Andrade, Antônio Aparecido de Matos, Vitor Andrade de Matos, Edson Andrade de Matos, Luciana Peniche de Matos, José Cordeiro de Matos, Antônio de Freitas, Julita Cordeiro de Matos, Joana Andrade Pereira, Paulino da Silva Rosa, Augusto César de Cristo Ramos, Fernando de Andrade Pereira, Misael de F. de Matos, Junior de Cristo Ramos, Antônio Pereira de Cristo, Tais Cristina Gonçalves de Cristo, Tatiane Aparecida de Cristo, Joaquim de Matos, José Maria Mirande Pedroso, Pedro Morato de Andrade, Gilson Souza dos Santos, João Gonçalves de Matos, Olinda Forquin Peixe, Eva Maria de Oliveira de Almeida, Andréia Aparecida de Matos, Joana Pires de Miranda, Benedita Pereira de Freitas, Dolores Pereira de Andrade, Clarinda Andrade de Matos, Antônio Carlos de Andrade Pereira, Augusta Fogaça Cristo, Irani Matos de Cristo Pereira, Francisco Morato Cardoso





Associação Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista

Associação Quilombola Castorina Maria da Conceição

Associação Quilombola Tobias Ferreira

Equipe de pesquisa

Mariluz Marques Follmann

José Carlos Vandresen

ISBN 978-85-7883-083-0

Participantes das Oficinas de mapas

Marli Cabral da Silva, Alcione Ferreira da Silva, Maria Arlete Ferreira da Silva, Rosemary da Silva Câmara, Maria Aparecida Souza Santos, Terezinha S. Santos Peroni, Patrícia Rodrigues, Rui Barbosa da Silva, Sonia Regina Boese da Silva, Elen Paloma S. Peroni, Ematyelle dos Santos Peroni, Valuir Ferreira da Silva, Luciane Aparecida da Silva, Thereza Ferreira da Rosa, Maria Isabel Cabral da Silva, Cleni Araldi, Rosane Ferreira da Silva, Katiusha Araldi Rodrigues, Everton Rodrigues, Hermínio Nunes Fortunato, Pedrina Fortunato, Flavia Maria da Silva Fortunato, Esni Siqueira Fortunato, Ademir Fortunato, Waldomiro Fortunato Nunes, Maria Trindade Batista, Flavio Fortunato, Joarez de Jesus Ferreira, Neide Aparecida da Silveira, Jonilso de Lima, Roberlei Fortunato, Joel Tadeu Batista, Fiana dos Santos Peroni, Ana Claudia Moreira, Savana dos Santos





Pescadores e Pescadoras Artesanais da Comunidade de Saramém

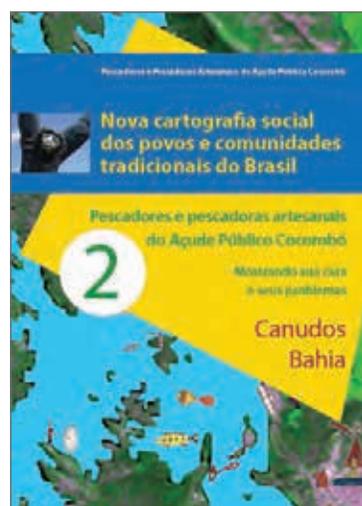
Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Arthur Lima da Silva
Bruna Graziela Cordeiro dos Santos
Juracy Marques dos Santos

ISBN 978-85-7883-088-5

Participantes das Oficinas de mapas

Adelson Lessa dos Santos "Mosquito", Adriano dos Santos "Di", Antônio dos Santos – Coqueiro, Benito dos Santos, Jandilma Santos – Galega, José Calivaldo Santos "Chapanã", Juciana dos Santos Gomes "Ciana", Marcos Gomes dos Santos, Maria das Dores Santos "Dona Dorinha"



Pescadores e Pescadoras Artesanais do Açude Público Cocorobó

Equipe de pesquisa

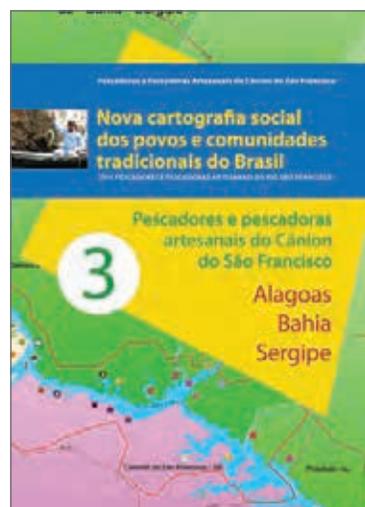
Ticiano R.A. Oliveira
Juracy Marques dos Santos

ISBN 978-85-7883-069-4

Participantes das Oficinas de mapas

Madalena Antônia dos Santos, de Oliveira, Eulita Josefa de Freitas, Rita Liza de Jesus, Carmozita, Enedina de Oliveira, Carmosa, Raimundo de Jesus Souza, Maria Lúcia Cardoso da Silva, João Carlos Dantas, Carlinhos de Eutáquio, Erinalda Cardoso da Silva, Carmelita Cardoso da Silva, José Nailson Conrado de Jesus, Marcos Gomes de Souza, Marquinhos "Pescador", Francisco Lima da Silva, Procópio Dias Barbosa Neto, Paulo Roberto Nunes Silva, Roberto Rodrigues Mendes, Evaldo Malaquias, Maria José Leônidas, José Sena dos Santos "Zé Bobica", Eulina Macedo Alves dos Santos "Eulina de Zé Bobica", Manoel Paixão Dias Coelho, Roberto da Silva Maciel "Beto de Eugênia"





Pescadores e Pescadoras Artesanais do Cânion do São Francisco

Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Juracy Marques dos Santos
Ticiano de Oliveira

ISBN 978-85-7401-451-7

Participantes das Oficinas de mapas

Afonso Oliveira, Apolônio Sales de Souza Silva, Cícero Cordeiro dos Santos, Cícero Tribúcio da Silva, Evaristo Cordeiro da Silva, Fábio Borges Carcino, Geraldo Moreira, Hélio Pereira dos Santos, João Monteiro da Silva, João Valério Fidelo, Joel de Oliveira, Jorge Luiz Barbosa de Souza, José Carlos dos Santos, José Filho Bié, José Joaquim Oliveira, Laércio Silva Lima, Manoel Messias Gomes, Manoel Souza dos Santos, Maria Cineid, Maria Clementino da Silva, Maria do Socorro da Silva, Miguel Bernardo Gomes, Moacir Alves dos Santos, Orlando Lima dos Santos, Delmiro Golvea



Pescadores e Pescadoras Artesanais da Comunidade de Resina

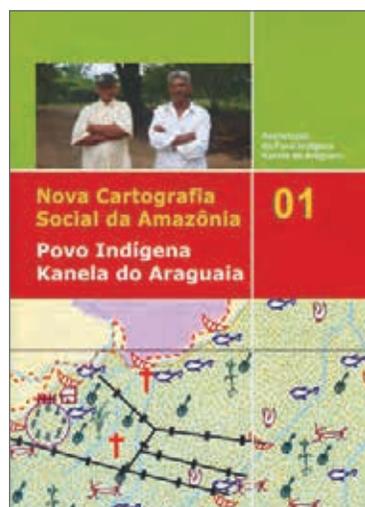
Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Arthur Lima da Silva
Bruna Graziela Cordeiro dos Santos
Juracy Marques

ISBN 978-85-7883-073-1

Participantes das Oficinas de mapas

Ailton Rosa dos Santos "Renato", Benito dos Santos "Gacias", Cícero Pereira, dos Santos "Marreta", Cícero Pereira dos Santos Junior, Creuza Roque dos Santos "Negona", Dejanilson Cruz "Marola", Edson dos Santos "Tinda", Enéas Rosa dos Santos, Francisco da Cruz "Chico", Francisco Rosa dos Santos "Chico Rosa", Gilvana dos Santos "Roia", Irandilma Machado Cruz "Iran", Iraneide Machado dos Santos, Jane Machado dos Santos, Jônatas Machado dos Santos "Biro", Jônatas Rosa dos Santos "Rutílio", José Calivaldo dos Santos "Chapanã", José Francisco Procidônio dos Santos "Chicão", José dos Santos Vicente Filho "Zinho", José Xavier dos Santos, Josevaldo Miguel dos Santos, "Tindô", Manoel Balbino dos Santos, "Mané de Cazuzá", Manuel Cícero Procidônio dos Santos "Nel", Manoel Messias dos Santos "Nemo", Manoel Santana Rosa Santos "Santana", Márcio Inácio dos Santos "Golfo", Maria Alexandrina dos Santos "Nil", Maria Parecida Viera Xavier, Maria Auxiliadora Pereira dos Santos, Maria de Assis dos Santos "Lia", Maria Edvânia Gomes dos Santos "Vânia", Marília dos Santos, Marilson dos Reis dos Santos "Iragino", Marilza da Silva Santos, Paulo Sérgio da Cruz, Pedro Procidônio "Nanu", Reginaldo da Cruz "Regi", Sandro Gonçalves Santos "Pescador", Sérgio Machado, Zenaide Machado



Associação do Povo Indígena Kanela do Araguaia

Equipe de pesquisa

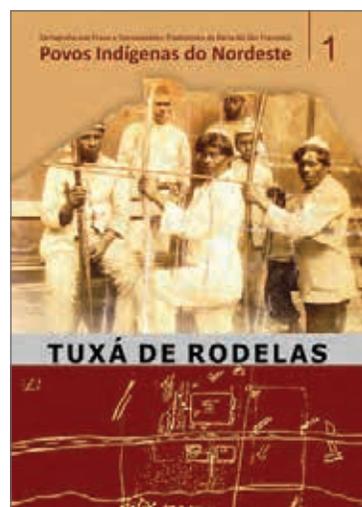
Antônio João Castrillon Fernandez
Elieyd Sousa de Menezes

ISBN 978-85-7883-071-7

Participantes da Oficina de mapas

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2008 – Lonardo, Amadeus, Pedro Filho, Curió, Joaquim, Ilsa, João da Vitalina, Jocelita, Iraci, Evani, Paulinho, Esmeralda, Leônia, Lenimar, Albertina, Joana, Veneranda, Rachel, Luan, Eliseu, Antonio, Jonas, Domiciana, Lúcia, Janaina, Join, Paulo; 21 DE JULHO DE 2009, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – Teresina Vasconcelos, Bernardino Carlos, Rodrigo, Cacique Osório, José Ribamar, Jonas, Daniel, Assis, Jason, Carmelita





Povo de Tuxá de Rodelas

Equipe de pesquisa

Juracy Marques dos Santos
Alzení Tomáz
Glaide Pereira
Juliana Barros
Sílvia Janaína

ISBN 979-85-7883-167-7

Participantes das Oficinas de mapas

Leonel Soares da Silva, João Batista dos Santos (Cacique), Pedro Vieira Cruz, Manoel Vieira Cruz (Cacique), Maria do Socorro Cruz da Silva, Jacyara Vieira Cruz Fonseca, Sandro Emanuel Cruz dos Santos, Antônia Maria da Conceição Gomes, Roberto Vieira Cruz (Caboco Pé no Chão), Alderica Gomes Venâncio, João Pedro Gomes de Lima, João Carlos Almeida Lima, Elis Poliana da Silva Gomes, Angélica da Silva, Maria Auxiliadora Cruz dos Santos, Inácio José da Silva Filho, Claudiane Silva Padilha, Marco Antônio da Silva, Plácido Luiz Cruz Filho, Armando Padilha Santos Neto, Manoel Uilton Santos, Aleixo Cruz Santos, Rildivan Nunes Pergentino, Dorival de Sá Almeida, Aldemara Vieira Almeida, Nozevaldo Marcolino dos Santos



Povo Pankararu

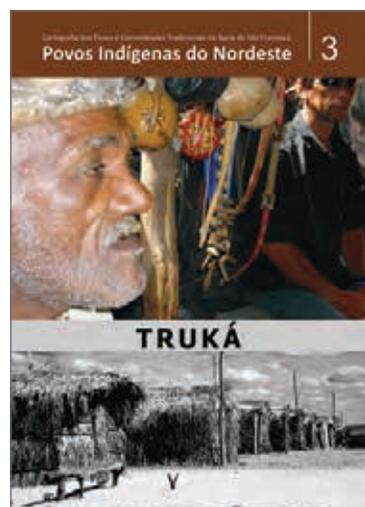
Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Arthur Lima
Bruna Barros
Juracy Marques dos Santos
Sílvia Janaína
Paulo Watararu

ISBN 978-85-7883-168-4

Participantes das Oficinas de mapas

Ainda Paulino de Barros, Karolina Carvalho Silva, Evely Monikey dos Santos Silva, Quitéria Maria de Jesus "Quitéria Binga", Alexandre dos Santos, Geovane Miguel da Silva, Elisa Urbano Ramos, Pedro Monteiro da Luz (Cacique), Tiago da Silva Oliveira, Ana Lucia do Nascimento Luz, Fernando Monteiro dos Santos, Gustavo Barbosa da Luz, Iranildo Julião da Silva, George de Vasconcelos, Maria de Lourdes Barros de Carvalho Silva, Natércia Lima Barros da Silva, Natalina Zilma Barros, Maria Raquel da Silva, Agenor Gomes Julião, Maria Luciene Gomes



Povo Truká

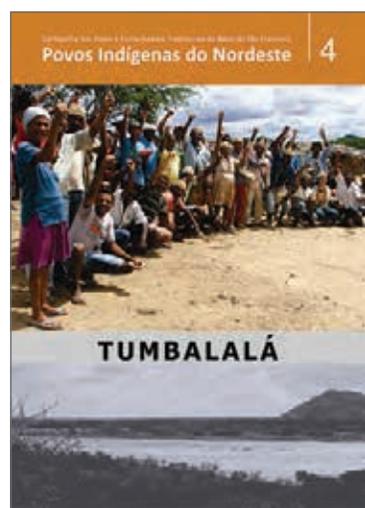
Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Juracy Marques dos Santos
Juliana Barros
Sandro Tuxá
Fábio Bandeira
Maria José Gomes Marinheiro

ISBN 978-85-7883-169-1

Participantes das Oficinas de mapas

Adão Ângelo Nascimento, Adão Manuel da Silva, Adelson Afro dos Santos, Adenilson Santos Barros, Adilson dos Santos Vieira "Adilson Pajé", Ailton Barbosa, Angelina Angelim dos Santos, Antônio Barbosa Vieira, Antônio Lopes Santana Filho, Antônio Manoel da Silva "Antônio Procópio", Aurivan dos Santos "Cacique Neguinho Truká", Claudete da Silva Barbosa "Cláudia Truká", Elenildo Teodoro da Silva, Eliete Nogueira Feitosa, Evanilson do Nascimento Feitosa, Francisco Amaral Pereira de Brito, Francisco de Assis, Francisco de Assis Junior, Francisco de Oliveira Santos, Georgina Barros da Silva, Jailson Nogueira, João Rodrigues dos Santos "João Caititu", Joaquim Antônio dos Santos "Joaquim Marques", Jonacir Santos Barros, José Gabriel dos Santos



Povo Tumbalalá

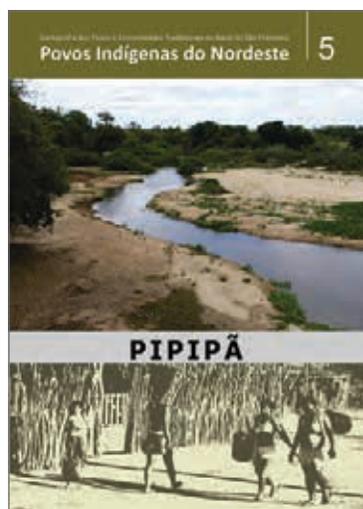
Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Juracy Marques
Juliana Barros
Sandro Tuxá
Sílvia Janaína
Fábio Bandeira
Maria José Gomes Marinheiro

ISBN 978-85-7883-170-7

Participantes das Oficinas de mapas

Ana Maria Marinheiro, Ancelma Cícero dos Santos, Antônio Alonso da Silva, Antônio Cecílio Januário, Antônio José dos Santos, Antônio Marcolino Barbalho, Antônio Ribeiro, Antônio Tumbalalá "Mudo", Cecílio Januário Xavier Neto, Cícero Romão Gomes Marinheiro, Cirico Cecílio Januário, Dionízio José da Silva, Ernesto Antônio Januário, Eurides Josefa Gomes, Eva Tereza dos Santos, Feliciano Clarundo dos Santos, Felipe Gomes dos Santos, Genilda Pereira dos Santos "Cenilda", Givanildo Marcolino Barbalho, Isaías Pedro dos Santos, Jandir Januário da Conceição, Januário Gomes de Santana, Jonatas Diogo, Josenor Ubardo de Marães, Josival Raimundo Anjos dos Santos, Lucila Antônio Januário "Preta", Manoel Januário da Conceição, Maria Antônia de Souza "Maria de Domingo", Maria Antônia dos Santos, Maria Aparecida dos Santos Costa, Maria de Santana Filha "Dorinha", Maria Lenilda Capistano "Nida", Maria José Gomes Marinheiro "Maria Tumbalalá", Massimiano José da Cruz "Vicente", Mateus Gomes Capistrano "Colega", Miguel Marcolino Barbalho, Patrício Gomes Santana "Patrocínio", Rosenildo da Silva Santos, Rita Gomes da Silva, Roseilton Santos, Valdeci Antônio Januário, Zenon Gomes



Povo Pipipã

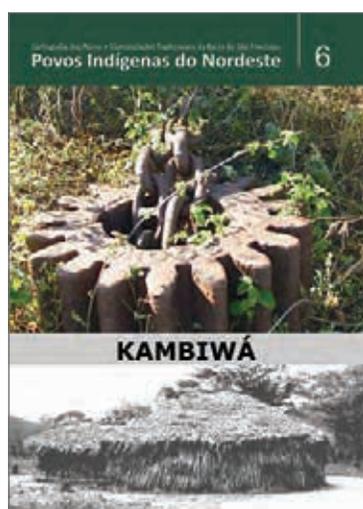
Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Bruna Graziela
Juracy Marques dos Santos
Juliana Barros
Paulo Wataru Morimitsu

ISBN 978-85-7883-171-4

Participantes das Oficinas de mapas

Adriana, Ana Paula da Silva, Carolina, Ciani, Jerônimo (vice-pajé), João Avelino, Joelma, Maria de Lourdes dos Santos Lopes, Maria Jesuína, Natalício Cordeiro dos Santos, RONALDA, Silvano, Sílvia Maria dos Santos; TRAVESSÃO DO OURO – Antonia Flor de Mauro, Cilene Maria de Souza, Edilene Alves de Lima “Dilene”, Edite Elza de Souza “Mena”, Eduardo do Nascimento Lopes, Expedito Roseno (pajé), Inácio Francisco da Silva, Jaciane Alves dos Santos, José Antonio Lima, José Arnaldo João da Silva, Lindalva Roseno da Silva “Lindaura”, Luciana Alves Pereira, Luís Pereira Lopes, Márcia Maria da Silva, Maria Aparecida dos Santos Silva, Maria das Dores Alves da Silva, Maria José Alves da Cunha, Maria José dos Santos “Nega”, Maria Josina de Jesus, Maria Jucilene da Silva “Juci”, Maria Josene dos Santos “Nininha”, Maria Rosilene, Maria Saúde dos Santos, Maira Sineane dos Santos, Marluce Maria Duarte da Silva, Olímpio Ribeiro da Silva, Paulo Alves Larentino, Sebastiana da Silva “Adriana”, Sebastião Pereira Lopes “Tião”, Valdirene Edite de Souza “Valda”, Williane da Silva “Mazinha”; FAVELEIRA – Eleuza Maria dos Santos, José Ildo dos Santos “Zé de Gabriel”, Maria Edvania do Nascimento “Vânia”, Maria Francisca dos Santos, Silvana Cleuza Santos; CAPOEIRA DO BARRO – Francisco Sérgio da Silva “Chico de Rosa”, Rosalia Roseno da Silva “Rosa”; TABULEIRO – Helberth Silva Oliveira “Beto”



Povo Kambiwá

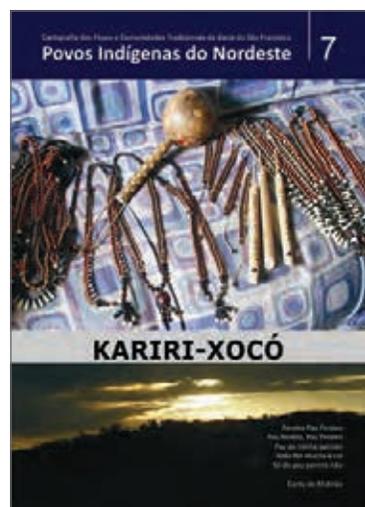
Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Bruna Graziela
Juracy Marques
Juliana Barros

ISBN 978-85-7883-172-1

Participantes das Oficinas de mapas

Berenice Pereira da Silva, Célio Manoel da Silva, Cícero José da Silva, Cícero Manoel da Silva, Edgar José Filho “Lacraia”, Francisca Bezerra da Silva, Francisco Bezerra Silva, Francisco José da Silva, Gabriel Pereira, Iranilda Flerte dos Santos “Neide”, Ivan Pereira da Silva, Jaciel José do Nascimento, Jailson Ivan da Silva, Jadeilson Ivan da Silva, João Simão Filho, José Aparecido Alves da Silva “Carrapato”, José Gilberto Silva, José Wendison Silva Lima, Joseni Cosmo do Nascimento, Lucas Simão Filho, Luzia Quitéria da Silva “Lu”, Manoel Pereira da Silva “Gato”, Manoel Bezerra da Silva, Maria Alice da Silva, Maria Antonia dos Santos Gomes, Maria Auxiliadora Magalhães Silva, Maria de Lourdes de Conceição, Maria de Saúde Silva, Maria de Saúde dos Santos Gomes Silva “Saúde”, Maria Justa Conceição Silva Vieira, Maria Luciene da Silva, Maria Vanderlandia da Silva, Pedro Joaquim da Silva, Severino Dionísio da Silva, Silvan Ivan da Silva, Valdina Ana da Silva, Valdomiro Gomes de Queiroz “Dabira”, Valdomiro Pedro Sá, Welton Ricardo Barbosa



Povo Kariri-Xocó

Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Juracy Marques dos Santos
Carlos Eduardo Lemos Chaves
Ana Paula Arruda
Paulo Wataru Morimitsu

ISBN 978-85-7883-196-7

Participantes das Oficinas de mapas

Ancelmo Acaciano, André Kariri-Xocó, Cícero de Souza Santiago (cacique, Xocó de origem), Diarone Kariri-Xocó "Kauary", Edclan Kariri-Xocó "Tawarã", Ivanildo dos Santos "Netuiê Kaxagó", José Atamailton, José Bonifácio de Souza "Teipó Moira" (pajé), José Nunes de Oliveira "Nhenety", José Tenório (cacique II, Kariri de origem), Júlio Queiroz Suíra (pajé), Junior de Souza, Kambura Kariri-Xocó "Pescador", Kauan, Kekeu Kariri-Xocó – Kewaná, Manoel Alves dos Santos "Nano Kariri-Xocó", Marileuza Souza "Nauarã", Raone



Povo Xocó

Equipe de pesquisa

Alzení Tomáz
Juracy Marques
Carlos Eduardo Lemos
Ana Paula Arruda
Paulo Wataru Morimitsu

ISBN 978-85-7883-194-3

Participantes das Oficinas de mapas

Antônio Medeiros, Delmiro Apolônio dos Santos "Puquinha", Heleno Bezerra Lima "Heleno", José Gleidison Santos Medeiros, Ludinalva Melo da Silva "Naná", Lucimário Apolônio Lima (Cacique Xocó), Maria dos Prazeres Rosa "Prazeres", Maria José Costa Cássia "Zezé", Marinaldo Rodrigues Couto "Negão", Raimundo Bezerra Lima (Pajé Xocó), Rosana Melo Vidal, Yatan Lima dos Santos



Associação Indígena Xukuru do Ororubá

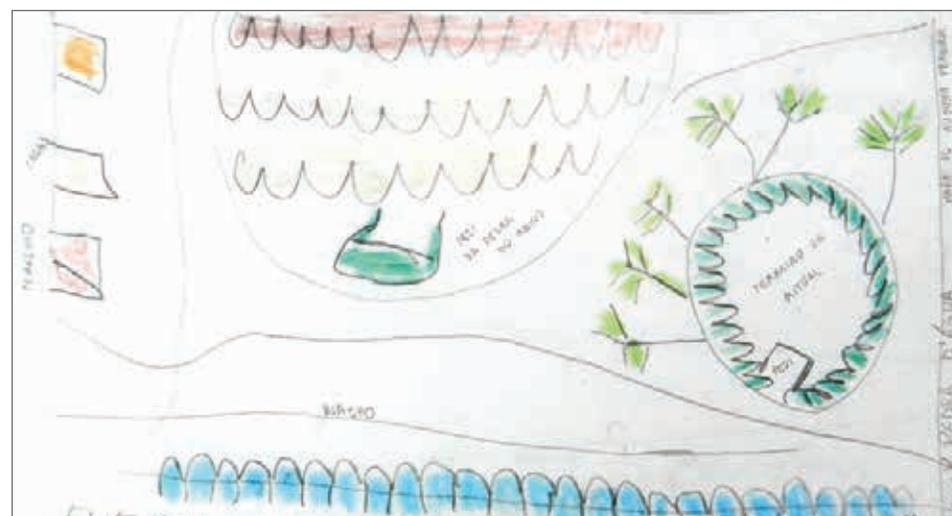
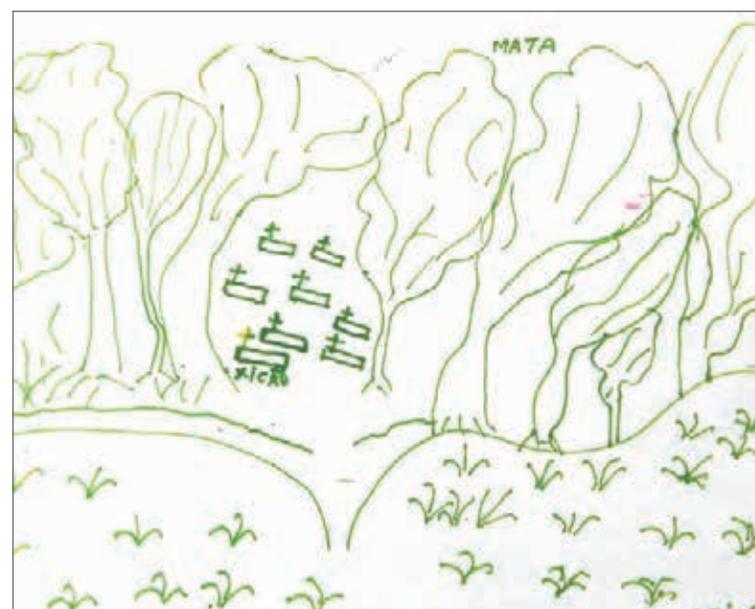
Equipe de pesquisa

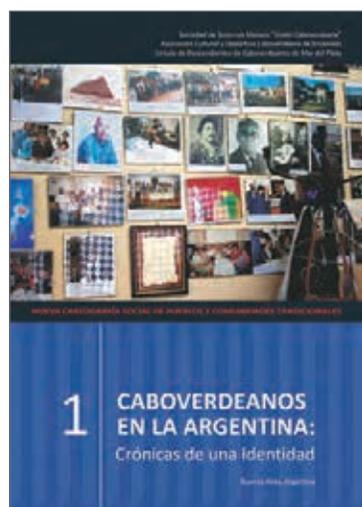
Carmen Lúcia Silva Lima
 Caroline Farias Ieal de Mendonça
 Hosana Celi Oliveira Santos
 Jessyka Mary Casconcelos Barbosa
 Kelly Oliveira
 Maria Jaidene Pires
 Mariana Carneiro Leão Figueiroa
 Rita de Cássia Maria neves
 Vânia Fialho

Participantes da Oficina de mapas

Aline Ferreira de Souza, Argemiro Feliciano da Silva, David Rian Araújo de Amorin, Diego Renan Araújo de Amorin, Edgar Oliveira de Almeida, Francisco Jorge, Geraldo Alves de Carvalho, Geraldo Magela Cordeiro Maciel, Guilherme Araújo M. Magalhães, José B. dos Santos, José Correia da Silva, José Jorge de Melo Neto, José Marculino da Silva, José Maria Silva, Jucineide Maria Simplício, Manuela Schillco Freire, Márcia Mikulah, Marciana de Oliveira, Marcos de Araújo, Maria Elizabete Ferreira de Souza, Maria Valdenice Alves de Alencar, Miguel Carlos Filho, Milton Rodrigues, Uelson José de Araújo, Pedro Rodrigues Bispo, Zenilda Maria de Araújo

ISBN 978-85-7883-208-7





Sociedad de Socorros Mutuos “Unión Caboverdeana” Asociación Cultural y Deportiva Caboverdeana de Ensenada Círculo de Descendientes de Caboverdeanos de Mar del Plata

Equipe de pesquisa

Ana Cea
Miriam V. Gomes
Camila do Valle
María Cristina de Jesús Sampaio
Juliana Gontijo
Maricel Martínez
Marta Palomares
Paulina Diaz
Rosa Acevedo Marín
Victoria Dias
Alfredo Wagner Berno de Almeida
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Mayra Lafoz Bertussi

ISBN 978-85-7883-205-6

Participantes da Oficina de mapas

DÍA 23 DE NOVIEMBRE DE 2008

Candida Ramos, Osvaldo Moure, Aldina Morais, Armindo Rodrigues, Maria Victoria Dias, Filomena Rodrigues, Mario dos Reis, Mario Smith, Irma Nelly José, Domingo Duarte, Maria Cristina Gomes, Norma dos Reis, Wens Henry, Javier Dias, Augusto Dias, Georgina Dias, Eduardo Corbo Zabatel, Silvia Speroni, Patricia Gomes, Omar Laverene, Cristina das Neves, Alberto Diaz, Adelia Gomes de Jesús, Adriano N. Rocha, Pedro J. Roberto, Manuel Alvarez, Paulina Diaz, Carolina Kalipolitis, Irma Silva, Julia Silva, Zunilda Lima de Gomes, Juan Frances, Marta Palomares, Virginia Dora Fortes, Hector Casuso, Paulina Casuso, Benito Inacio, Juan Stoll, Elsa Stoll, Natalia dos Reis, Carlos Alberto Rocha, María Carolina Diaz, Carlos Custodio, María Cristina de Jesús Sampaio, Teresa Silva de Diaz, Miriam Victoria Gomes, Don Augusto, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Camila do Valle, Coro “Os Carinhosos de Virginia”

DÍA 8 DE MARZO DE 2009

Javier Andrigo, Paulina Dias, Víctor Rodríguez, Haydeé Santos, Venancio Rodrigues, Miguel Évora, Javier Dias, Carlos Vaz, Carlos A. Rocha, Elsa A. Diaz, Adriano Rocha, Lucas Francés, Cândida Ramos, María Fernanda Delgado, Don Augusto, Agustina Carlos, Isabel Francés, Norma Silva, Teodora Évora, María Évora, Berta Francés, Irene Ortiz, Norma Fonseca, María Duarte, Antonio Da Fonseca, Humberto Brito, Silvia Speroni, Miriam Victoria Gomes, Graciela N. Da Fonseca, María Da Cruz de Kalipolitis, Carolina Kalipolitis, Ana Paula da Cruz, María Da Cruz, María Victoria Días, María Cristina Gomes, Zunilda Lima de Gomes, Florencia Gomes, Ana B. Cea, María Carolina Diaz, María Eugenia Brizuela, Juliana Gontijo, Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Mayra Lafoz Bertussi, Alfredo Wagner B. de Almeida, Camila do Valle, Ilka Boaventura Leite, María de Jesús Bringelo, María Nice Machado Aires, Susana Reinoso, Cynthia Carvalho Martins, Deise Lucy Oliveira, Mario Dos Reis, Nemesia Silva, Aquiles Pina Santos, Irma Nelly José, Ana T. Rodrigues, Norma de Dos Reis, María Ester Francés, Alicia Díaz, Arsenio Fonseca, Melisa Carrega, María Luisa Silva, Francisco Fortes, Adalberto Días, Beatriz Cianci, María Filomena Rodrigues, Pedro Roberto, Jorge Rocha, Beatriz Alves, Maria Elena Soares, María Roberto, Carlos Custodio, Juan Carlos Francés, Carlos A. Rocha, Ivan Jacobo José Weigandt, Luciana Weigandt, Teresa Silva de Díaz, José A. Díaz



III

**mapas
situacionais**



Mais que um catálogo

AURÉLIO VIANNA JR.

DOUTOR EM ANTROPOLOGIA SOCIAL; SENIOR PROGRAM OFFICER, FUNDAÇÃO FORD

A publicação do Catálogo dos livros, mapas e fascículos das diferentes séries do Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA) vem preencher uma importante lacuna. Depois de mais de 6 anos de publicações de mapas situacionais, fascículos com mapas, além de livros e vídeos, resultados de processos de mapeamento social que busca mapear situações de “reconfiguração étnica” e “afirmação identitária”¹; lideranças de movimentos sociais, pesquisadores, ativistas de organizações não governamentais e oficiais de governo que lidam com demandas territoriais de grupos étnicos na Amazônia, de outras regiões do Brasil e de alguns outros países, poderão ter acesso a um catálogo que apresenta a produção do PNCSA de 2004 a 2011.

O presente Catálogo não apresenta os fascículos com os textos e mapas, mas permite a leitura de como o conhecimento espacial produzido é o resultado de um encontro de conhecimentos: o conhecimento tradicional espacial da “comunidade” ou “povo” que (se) mapeia; e, o conhecimento acadêmico (de antropólogos, advogados, biólogos, geógrafos e cartógrafos) que contribuem para a elaboração do mapa e edição de um fascículo. O mapa com (ou no) fascículo conta com autores, os membros da comunidade que participaram da sua elaboração e a equipe de pesquisa, que em todos os fascículos/mapas do PNCSA são identificados e explicitamente nomeados. Se há alguns atrás a identificação (ou reconhecimento) da autoria de um mapa que trata de conflitos pudesse ser algo questionado por ativistas que buscassem proteger a identidade de denunciantes, o momento político diverso parece realçar e vontade – e mesmo a necessidade – de buscar a autoria, como atitude política e de valorização do conhecimento tradicional. Como assinalou o Sr. José Carlos Galiza, líder quilombola da Malungu, “se no passado os quilombolas escondiam-se para sobreviver, agora querem ser reconhecidos”². Isto também parece ocorrer com as pessoas que fazendo parte

de uma comunidade ou movimento, que buscam agora se identificar como autores e sujeitos políticos. O que aparece no mapa – o que é plotado – e como aparece (como é veiculado), é resultado da decisão dos membros da comunidade de autores do mesmo.

O Catálogo também permite a leitura de como a equipe dos pesquisadores do PNCSA não priorizou um “grupo social” (grupo identitário, movimento social) específico. Os títulos dos fascículos são fascinantemente diversos. Ou seja, ao contrário de outros programas ou projetos que “focalizam” por algum motivo em um pré-determinado grupo social (seja por serem considerados os “mais pobres” ou ainda, os portadores da mudança social), os pesquisadores “acatam” a auto-identificação do grupo, assim como sua territorialidade, que nem sempre implica na demanda de demarcação de terras.

Cada fascículo conta um arranjo institucional único, que permite sua realização, tanto no que se refere às instituições locais (formais ou não) que são o ponto de partida (que demandam) a realização do mapa, como da vinculação da instituição da equipe de pesquisados e das instituições apoiadas. O Catálogo apresenta todas estas informações, daí a importância de se verificar quais as instituições envolvidas na produção de cada um deles.

Os mapas/fascículos, apesar de influenciarem políticas e instrumentos de políticas públicas, não têm um uso diretamente vinculado a uma ação governamental. Isto é, não são elaborados para atender a uma demanda específica de uma política. Por exemplo, ainda que um fascículo possa servir para a elaboração de um laudo antropológico que pode determinar a demarcação de um quilombo, não substituiu o laudo antropológico. Ou ainda que possa contribuir com o conhecimento espacial de uma “comunidade” sobre seu território que pode servir para a elaboração de um plano de uso de um assentamento, não fica preso ao formato ou exigências que os órgãos de governo requerem desse instrumento. Assim, o uso (múltiplo) do mapa/fascículo é dado pela comunidade/pesquisador. O Catálogo permite, se associado ao conhecimento específico de uma situação, verificar como vem sendo utilizado. O fascículo dos Quilombolas de Jambuaçu relaciona-se com a (vitoriosa) demanda do Quilombo, acatada pelo Ministério Público, de uma compensação pela construção de um mineroduto. O dos indígenas de Belém à luta pela criação de políticas públicas municipais que atendam às demandas destas comunidades. O dos Quilombos de Santarém à posterior elaboração de Laudos Antropológicos que levam à demarcação daquelas terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas.

1 *De certa maneira o fazer cartográfico e etnográfico do Projeto coordenado pelo Professor Alfredo Wagner, retoma, de forma renovada, uma situação presente no século XVI, quando “não havia uma clara distinção entre os campos da geografia e da etnografia”, ainda que em uma nova situação de extrema complexidade política onde os presentes mapas também cumprem um papel crucial.*

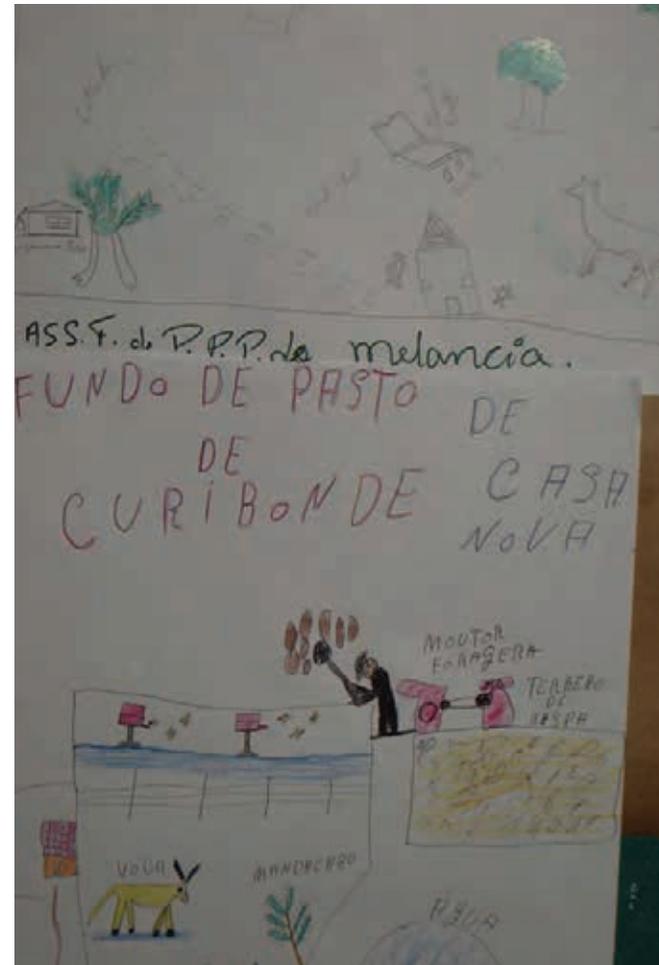
“As far as we know, the first European world map to be widely disseminated in China was the one made by the Jesuit Father Matteo Ricci. In 1583 Ricci was among the first Jesuits to enter China...” (p. 52) “In Ricci’s time, there was not yet clear distinction within the field of geography between cartography and ethnography in either European countries or in Asia” (p. 55). “By the eighteenth century, by contrast, texts (and illustrations) describing peoples were, generally speaking, no longer found on European maps, but appeared in separate ethnographic genres such as descriptive geographies” (p. 56). HOSTETLER, L. 2001. *Qing Colonial Enterprise: Ethnography and Cartography in Early Modern China*. The University of Chicago Press. Chicago (USA)

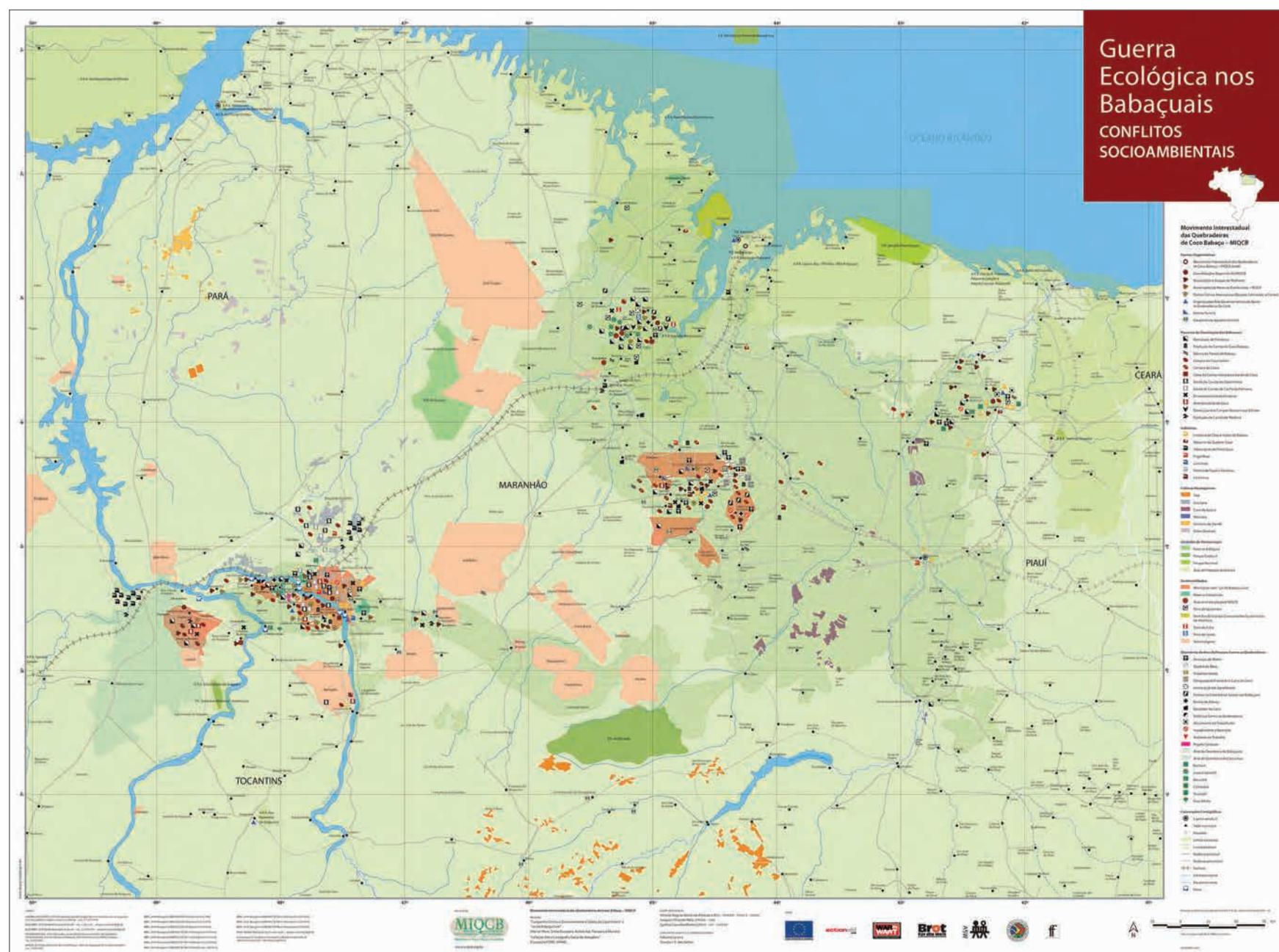
2 *Terra e Territórios: encontro de parceiros da Fundação Ford. 11 e 12 de novembro de 2009, Belém.*

O mapa é usualmente solicitado a partir de “conflitos” (ou situações de “ameaças”) percebidos (e assim classificado) pelo grupo que pretende ser visibilizado como sujeito político, sujeito de direitos. Assim, alguns fascículos ou mapas explicitam os “conflitos” em seus títulos. Os conflitos que aparecem em todos os mapas são o resultado de uma leitura do grupo em questão, assim como a forma como são representados cartograficamente. Desta feita, o mapeamento dos “conflitos” (socioambientais, sociais, ambientais) não é uma intenção *a posteriori*, mas uma premissa, o grupo busca mapear (-se) a partir do conflito que certamente será plotado no mapa. Os “conflitos” têm assim sujeitos, assim como os mapas que os representam cartograficamente. Outros mapas que tratam de conflitos socioambientais em uma região ou localidade não necessariamente plotam “conflitos” reconhecidos e (autorizados a serem) assim representados por grupos sociais específicos, mas muitas vezes, pela visão do pesquisador do que seja um “conflito social”, “ambiental” ou “socioambiental”.

É interessante observar como a leitura do Catálogo realça como alguns mapas/fascículos ou conjunto de mapas/fascículos também provocam a elaboração de livro(s) pelo(s) pesquisador(es) envolvido(s). Os livros parecem ser o lugar da “liberdade” do pesquisador como autor, como etnógrafo.

Desta feita, o presente Catálogo traz mais que uma listagem de publicações, o que por si só já seria uma importante contribuição, mas informações fundamentais para uma maior compreensão sobre o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e seu modo de fazer etnografias e apresentá-las cartograficamente, servindo assim como um instrumento que dá visibilidade a grupos étnicos e suas demandas territoriais.





Guerra Ecológica nos Babaçuais: Conflitos Socioambientais

colorido, 118 x 84cm, 2005

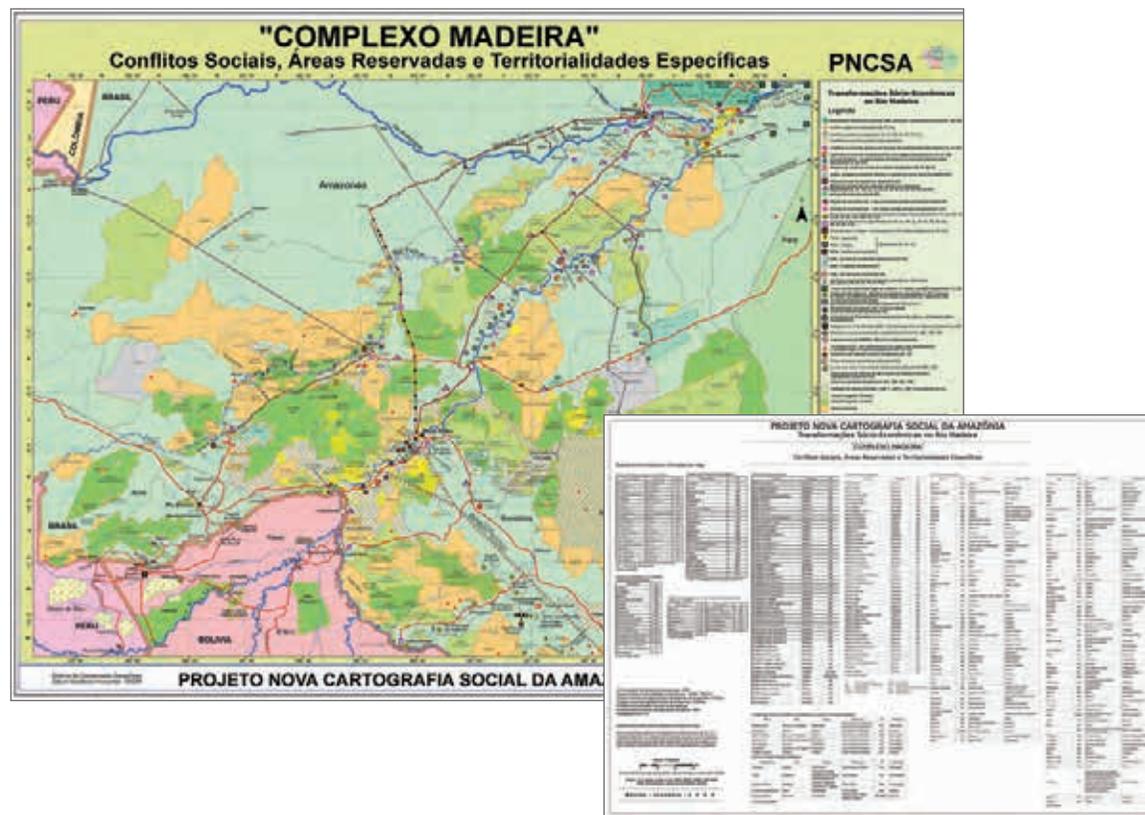
escala 1:1.000.000

Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Joaquim Shiraishi Neto

Cynthia Carvalho Martins



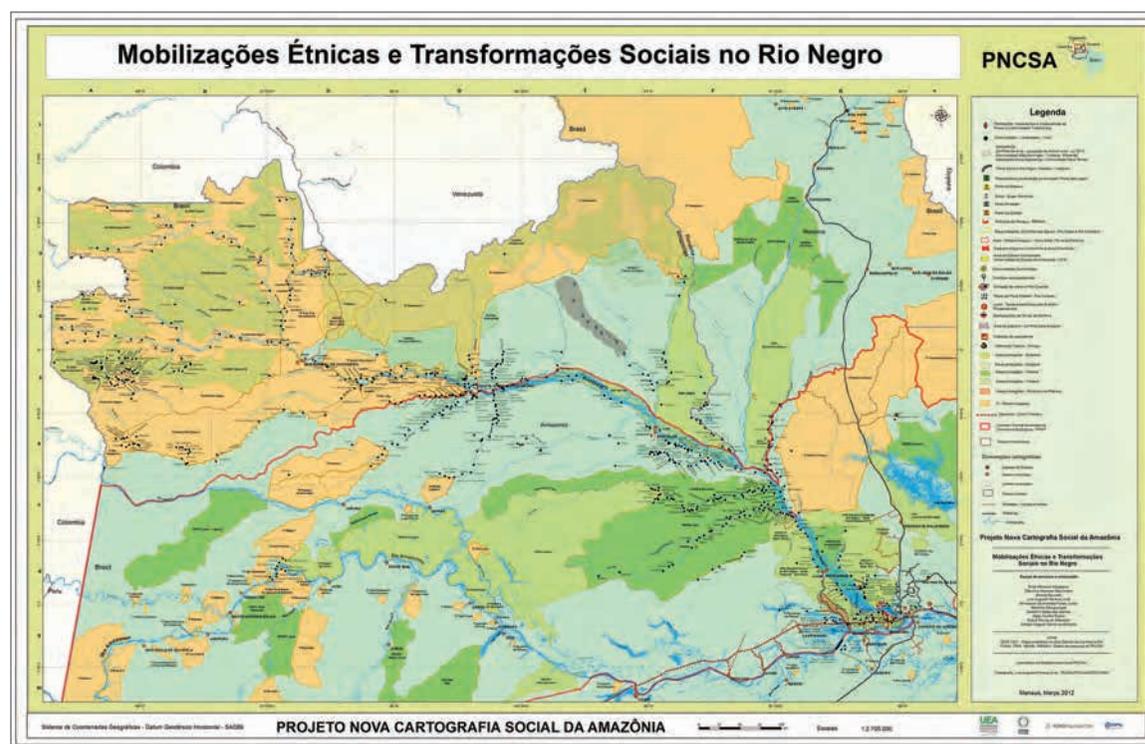
Complexo Madeira: Conflitos Sociais, Áreas Reservadas e Territorialidades Específicas

colorido; 71,5 x 51,5cm, 2009

escala 1:4.500.000

Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Luis Augusto Pereira Lima
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Gláucia Maria Quintino Baraúna
Renata da Silva Nóbrega
Mason Mathews
Ana Paulina Aguiar Soares



Mobilizações Étnicas e Mobilizações Sociais no Rio Negro

colorido, 71,5 x 51,5cm, 2012

escala 1:2.700.000

Equipe de pesquisa

Erika Matsuno Nakazono
Claudina Azevedo Maximiano
Sheilla Dourado
Luís Augusto Pereira Lima
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Martinho Albuquerque
Glademir Sales dos Santos
Altaci Corrêa Rubin
Elieyd Sousa de Menezes
Alfredo Wagner Berno de Almeida

IV

**boletins
informativos**



“A cartografia social consiste num recurso de descrição etnográfica. O fascículo é nossa etnografia”

ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN NAEA – UFPA; UNAMAZ

A assertiva é do antropólogo Alfredo Wagner com a qual dialogo para destacar argumentos a propósito do método e das práticas etnográficas no “fazer” do Projeto de Pesquisa Nova Cartografia Social de Povos e Comunidades Tradicionais:

- Se, cada fascículo (boletim informativo, vídeo, livro, caderno de debate) é um “caso particular do possível” tomado do argumento de Bachelard;
- Se, cada uma destas produções incorpora o que os agentes sociais pensam, dizem, fazem, reivindicam; nele apontam-se, em contexto de situacionalidade, as lógicas temporalizadas da organização social, os princípios classificatórios, os interesses do grupo, a sua posição no mundo que os rodeia;
- Se, enquanto pratica de etnografia procede a estenografia do mundo social em que vivem os agentes, sobre as formas como este é falado e reconhecido. O fascículo torna o mundo mais próximo de sua realidade, com a perspectiva de refletir os universalismos.
- Se, constrói uma memória coletiva que serve à consulta de aspectos chaves da dimensão metodológica da pesquisa sobre identidades coletivas, territorialidades específicas e mobilizações sociais. Essa memória do presente é um instrumento de se posicionar politicamente no futuro.
- Se, o fascículo é investigação, uma pergunta que conduz a respostas e novas perguntas para os agentes e pesquisadores que estão em relação dialógica.
- Se, a sua construção impõe uma atitude de observação no terreno, com imersão na vida dos povos e comunidades tradicionais, com objetivos de proceder à interpretação e comparação entre povos.
- Se, realiza-se a partir de trabalho de campo e procede de regras da ciência antropológica para produzir esse conhecimento.
- Se, descreve densamente seus modos de vida e de pensamento.
- Se, situa-se no campo da demanda social e do campo axiológico.
- Se, está centrado em corpos teóricos específicos elaborado em teses, livros, artigos escritos pelos pesquisadores no qual se dialoga com uma produção teórica universal das ciências sociais.
- Se, retrata a vida cotidiana e as instituições do grupo. Ainda, opta pela linguagem do grupo e desta forma incorpora o que os agentes sociais dizem sobre si, o que os agentes fazem, o que os agentes pensam que se deveria fazer partindo do suposto da consciência da necessidade.
- Se, é um processo, uma experiência que explicita as condições em que o trabalho de campo é realizado e produzido um conhecimento.
- Se, no fascículo estão as vozes e os diálogos.

Finalizando, a construção do Fascículo (...) é produção imersa na luta de posições do campo sociológico. Assim como o fascículo, o boletim, o mapa, os livros, os vídeos e os cadernos do Projeto Nova Cartografia Social rompem com o instinto conservativo da Sociologia e estão abertos e propõem rupturas propositalmente para contribuir à reflexão sobre os usos sociais da ciência.



Boletim Informativo Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil ANO I, nº 1 (out 2011)

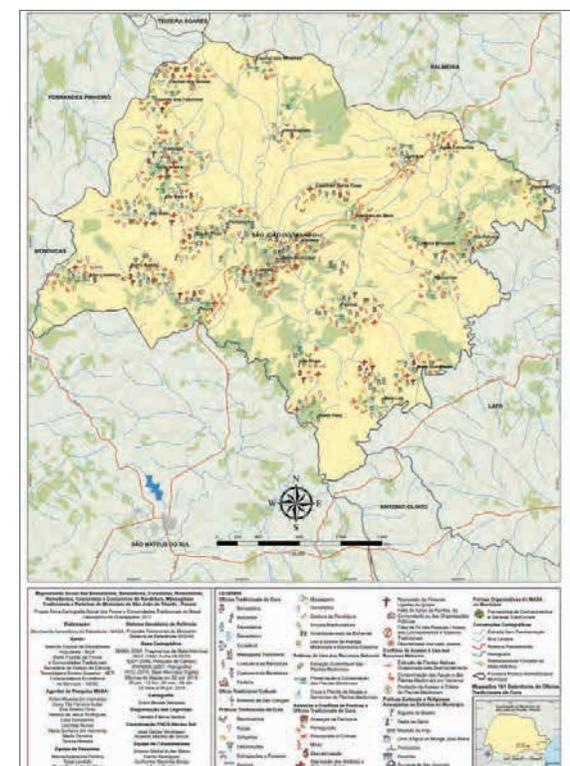
Coordenação

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Organização

José Carlos Vandresen
Milene Padilha
Thais Fernanda da Silva
Daniele Fatima dos Santos
Ana Maria dos Santos
Aguida Cavalheiro
Genir Ferreira de Deus
Helena de Jesus Rodrigues
Pedro Altamir de Deus
Roseli Fracaro

ISSN 2237-4922



V

livros



Mapeamentos e tramas territoriais

HENRI ACSELRAD

PROFESSOR DO IPPUR – UFRJ; PESQUISADOR DO CNPQ

Um cartógrafo, se quiser, pode inverter os rumos do mundo
Tomás Eloy Martínez (Purgatório, Cia. das Letras, São Paulo, 2009)

A partir dos anos 1990, multiplicam-se as experiências de inclusão de populações locais em práticas de mapeamento. A ampliação dos espaços e a diversificação das formas da representação espacial, além da emergência de novas tecnologias e de novos “sujeitos mapeadores”, deram lugar à constituição de um campo da representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território. Configuram-se disputas cartográficas em que os mapeamentos são objeto da ação política, em um contexto de instabilização das formas socioterritoriais afetadas pela liberalização das economias. Constituem-se no mundo, a partir de então, diversas redes, grupos e “comunidades” envolvidas com o uso de Sistemas de Informação Geográfica – SIG e de mapeamentos que se afirmam participativos, constituindo uma espécie de “subcampo” da “cartografia participativa” no campo mais amplo das práticas da representação cartográfica. Neste subcampo constroem-se fronteiras simbólicas, técnicas e morais com relação a outras práticas organizadas, configurando perícia legitimada, redes interpessoais e organizacionais, distribuição de recursos e regras internas de jogo, onde certos empreendedores institucionais empenham-se em problematizar a cartografia convencional promovendo as tecnologias do mapeamento dito participativo, alegando sua autoridade ou perícia legítima para fazer valer as reivindicações sobre territórios e seus recursos por parte de populações locais.

A noção de mapeamento participativo surge, porém, com a marca de uma ambigüidade: construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos – integrando, inclusive, segundo alguns, um projeto territorializado de contra-cultura política – sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura. No vasto espectro de experiências conhecidas no mundo, podemos verificar que elas podem estar associadas à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, assim como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a mecanismos de explicitação de conflitos socioterritoriais e ambientais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território.

É importante, por essa razão, buscar caracterizar a natureza das *tramas territoriais* subjacentes às práticas de mapeamento, além da trama propriamente cartográfica em que estão envolvidos os distintos sujeitos dos mapeamentos, assim como da interação entre esses dois planos, o da disputa cartográfica e o

da disputa territorial. Chamamos aqui de tramas territoriais ao movimento configurado pelos diferentes meios de produção social dos territórios e suas relações constitutivas – por apropriação direta, por instrumentos legais, por projeções identitárias, por mapas e outros meios representacionais. Esses processos situados exprimem redes de relações e práticas que conformam os territórios, sob a ação da cultura, de arcabouços jurídicos e de práticas políticas (Telles, 2006). Consideradas as dimensões jurídico-política, fundiária e ambiental que demarcam os movimentos constitutivos de tais *tramas territoriais*, o Estado tende a nelas desempenhar importante papel. Enquanto, por exemplo, ao longo das reformas liberalizantes que reconfiguraram a ação do Estado no Brasil na passagem aos anos 2000, tem-se observado, nos espaços urbanos, uma tendência ao esvaziamento da “força dos direitos”, à indiferenciação crescente entre o lícito e o ilícito, entre o direito e a força, entre a norma e a exceção (Telles, 2006), observa-se, nas áreas de fronteira não-urbanas de expansão territorial do capital e do mercado, pressões no sentido inverso – a saber, do reconhecimento de direitos territoriais de comunidades tradicionais e da formalização de usos do espaço tendo por base direitos costumeiros. Assim, enquanto as tramas urbanas têm se mostrado, no Brasil, atravessadas por dinâmicas de despolíticação e construção de consensos destinadas a ativar a competição interurbana por investimentos internacionais, as tramas fronteiriças no campo parecem, ao contrário, se politizar, mostrando alguma resistência ante as forças que visam neutralizar o potencial político dos conflitos ambientais e territoriais.

Para clarificar o sentido dos esforços que têm sido realizados em nome de uma democratização das políticas cartográficas, caberá perguntar: qual é a ação política a que o ato de mapear serve efetivamente de suporte e quem é o sujeito do mapeamento? Esta ação política terá, em permanência, que ser esclarecida nos termos das linguagens representacionais, das técnicas de representação e dos usos dos resultados, assim como, da trama socioterritorial concreta sobre a qual ela se realiza. Pois se o “mapeamento participativo” se pretende parte de um contra-projeto visando a questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos sociais, o cumprimento do que promete deveria resultar em processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento, que se quer, desta feita, participativo (Acselrad/Coli, 2008).

Buscaremos a seguir iniciar uma caracterização das arenas em que movem-se estes atores das disputas cartográficas em que a “participação” oferecida a partir de cima ou a mobilização a partir de baixo sugerem um *surplus* de legitimida-

de de suas respectivas representações cartográficas. Tentaremos identificar as circunstâncias que possam explicar a emergência destas variedades de práticas em determinados lugares, investigar as forças políticas e econômicas subjacentes às disputas simbólicas encarnadas nos mapeamentos e problematizar as conexões socioterritoriais que articulam este tipo de *inovação cultural*. Pretendemos esclarecer, assim, o diagrama de forças em que se desenham suas estratégias, estejam elas inscritas no quadro legal dos direitos fundiários e territoriais vigentes ou no âmbito específico das formas de exploração do território, ora denotando diferenças identitárias, ora sendo objeto de dinâmicas de ambientalização de práticas e atores, considerada a recente inflexão retórica do projeto desenvolvimentista. É, pois, na pretensão de problematizar a questão dos sujeitos nas experiências ditas de “mapeamento participativo” e de “cartografia social” que elencamos as questões a seguir.

1. AS CARTOGRAFIAS SOCIAIS E AS TRAMAS TERRITORIAIS

Na história da cartografia, uma aritmética política que mede o território e seus recursos em série temporais comparáveis foi o instrumento preferencial da apropriação utilitária do território. A formação dos Estados nacionais acompanhou-se de uma vontade afirmada de centralização e de unificação de informações, sejam estatísticas, sejam cartográficas, que não deixava espaço para a iniciativa e a experimentação locais. Esta vontade estendeu-se às chamadas estatísticas morais que, na Europa do século XIX, formulavam a idéia do “homem médio” como unidade de base da observação e da gestão política (Revel, 1989:135). Isto pressupunha a configuração de um espaço uniforme, o que impôs uma “deteritorialização” das descrições específicas e localizadas do território e do mundo social. As categorias de análise então desencadeadas passaram a “eliminar a diversidade espacial, em benefício de ligações centradas em códigos e estatutos de alcance nacional” (Desrosières, apud Revel, 1989:137). O domínio cartográfico passou a unir assim, de forma indissolúvel, vontade científica e afirmação política. Se isto pôs em jogo, de fato, uma dimensão epistemológica do saber cartográfico, esta dimensão mostrou-se indissociável da imposição de uma unidade “moral” ao território, moldando o corpo coletivo da nação no espaço contínuo e abstrato de pontos intercambiáveis. Através dos mapas, deu-se ao espaço uma forma aparentemente indissociável da própria espacialidade, imagem gráfica que permitiu ao poder “ver com os olhos e tocar com os dedos” (Hervé, apud Revel, 1989:145).

As experiências de mapeamento participativo e cartografia social mostram que novas questões são postas em jogo nas disputas cartográficas que concorrem para territorializar as descrições espaciais. Quando redes de organizações e agências recorrem ao conhecimento local sobre o sistema de relações pelo qual o espaço é usualmente produzido, tais iniciativas podem tanto servir a estratégias de produção e controle sobre o “território médio” da dominação, como podem servir a construir direitos territoriais e instabilizar a dominação.

São múltiplas as tramas territoriais, fundiárias, étnicas e políticas sobre as quais as iniciativas deste tipo de mapeamento têm se realizado no mundo. Listam-se a reconstrução da geografia histórica dos deslocamentos forçados de população; a definição de potenciais socioecológicos do solo em políticas de acesso à terra, água e recursos em biomassa; a caracterização das regras de uso da terra e de manejo dos recursos por grupos familiares na interface agricultura-floresta; o registro das mudanças no uso do solo e suas implicações para a cobertura florestal das margens dos rios e as enchentes decorrentes; reconhecimento de domínios ancestrais assegurados por novos instrumentos legais relativos aos direitos dos povos indígenas; instrumento de contra-mapeamento utilizado para se evidenciar a diversidade da paisagem rural e dos direitos costumeiros destinados a proteger territórios indígenas do avanço das monoculturas; manejo de conflitos por uso da terra e para o planejamento da oferta de serviços de água e infra-estrutura em assentamentos informais urbanos; mapeamentos dos locais em que houve massacres contra a população durante guerras civis. Em todos esses exemplos, podemos verificar a correlação entre conjunturas macropolíticas em dinâmicas de abertura no campo dos direitos, contextos territoriais conflituosos – em parte sob ação desenvolvimentista – e processos localizados de organização de sujeitos de grupos sociais e étnicos subalternos. Estas iniciativas vinculam-se, de algum modo, ao contexto de tentativas de restabelecer, mediante inclusão de grupos étnicos antes excluídos, a legitimidade democrática de Estados que estiveram por décadas marcados pelo autoritarismo (Hooker, 2006:90).

No que diz respeito à mobilização e acionamento de demandas territoriais por grupos subalternos localizados, a literatura tem designado por “giro territorial” o processo de demarcação e titulação de terras envolvendo, a partir dos anos 1990, comunidades e povos tradicionais na região tropical da América Latina, gerando novas configurações no controle dos territórios (Offen, 2003). Neste processo, o conceito de territorialidade tem se colocado como um elemento central na construção política da identidade dos sujeitos. É nesta *trama territorial* que comunidades provisórias constituem-se para promover as experiências ditas de “mapeamento participativo” e “cartografia social”. A despeito de diferenças locais, esta nova trama deu lugar à definição de áreas e à devolução de territórios reivindicados por povos indígenas e afro-latinos. A maior parte destes territórios reivindicados encontra-se nas regiões onde se localizam as principais reservas de biodiversidade restante no planeta em áreas com riquezas inexploradas, o que explica sua inserção crescente em iniciativas relativas à ambientalização de discursos relativos às práticas e aos atores sociais aí localizados.

Nestas áreas, as experiências de mapeamento participativo e cartografia social acionam uma distinção política e analítica entre demandas por terra e demandas territoriais. Em si mesma, uma demanda por terra não desafiaria, necessariamente, as regras e regulações com que se administram os direitos à propriedade. Uma demanda territorial, ao contrário, evoca questões de poder, de afirmação de identidade, de autogestão e controle dos recursos naturais. Uma demanda territorial busca impor uma nova territorialização que, no interior do espaço

nacional e fundamentada na cidadania territorial, tenta redefinir a relação dos grupos com o Estado e a nação (Offen, 2003: 5).

Por vezes, é no próprio processo de automapeamento que as identidades acionadas, a delimitação de quem faz parte ou não dos grupos, assim como de sua territorialidade, são objetivadas (Vianna, 2009). Tratar-se-á, nestes casos, não da aplicação de uma categoria censitária e populacional pré-definida pelo Estado, mas da constituição de grupos sociais territorializados que buscam se fazer ver e reconhecer em um contexto de disputas simbólicas e políticas. Desta feita, mesmo na (auto)delimitação do grupo/comunidade sujeito do mapa, a disputa com as categorias demográficas traz consigo elementos da politização do processo. O mapa poderá, assim, incluir dados da história, cultura, tecnologia e informar e redefinir idéias sobre o território e a sua relação entre os grupamentos humanos:

“Antes de conhecer, chamávamos a cartografia de livro de registro (...) A cartografia está baseada na comunidade como ela era anteriormente. Nela (na cartografia) está a história da comunidade.” (D. Miúda, Comunidade quilombola do Linharinho, Sapé do Norte, Espírito Santo. Entrevista, apud Giffoni, 2009)

2. CARTOGRAFIAS SOCIAIS E TRAMAS TERRITORIAIS NO BRASIL

Cabe antes de tudo destacar que as experiências de cartografia aqui discutidas situam-se em contexto de mudanças atinentes tanto ao quadro jurídico e fundiário do país, configuradas a partir da Constituição de 1988 e da liberalização da economia nos anos 1990, como à dinâmica de constituição de novos sujeitos sociais envolvidos nas lutas territoriais e ambientais.

2.A MUDANÇAS NO QUADRO JURÍDICO

Em 2002, Decreto Legislativo ratificou no Brasil a Convenção 169 da OIT de 1989, que postula a consciência da identidade de povos e comunidades tradicionais como critério “para reconhecimento de direitos de propriedade e de posse sobre terras que tradicionalmente ocupam”, ou seja, das diferenças que os próprios atores sociais considerem significativas, marcadas por critérios de pertencimento¹. Tal dispositivo legal passou a favorecer o entendimento do caráter “tradicional” das terras ocupadas em termos relacionais e, com frequência, como meio de afirmação identitária e territorial ante o Estado, em contextos de tensão social, conflitos ambientais e fundiários. O “tradicional” afigura-se, assim, como reivindicação do presente e afirma, consoante o Art. 68, uma nova modalidade de apropriação formal de terras para povos como os quilombolas baseada no direito à propriedade definitiva e não mais disciplinada pela tutela, como é o caso das terras indígenas.

¹ Almeida, A. W. de, *Apresentação in Shiriashi, J. (org.), Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil, Manaus, 2007, p. 19 e O'Dwyer, Introdução, Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2002, p. 18;*

Instaura-se uma mudança na esfera jurídica, com a afirmação de direitos específicos a espaços comuns atribuíveis a índios e quilombolas (Arts. 231, 232 e 68 do ADCT) e demais grupos que tenham formas próprias de expressão e de viver, de criar e fazer (Arts. 215 e 216) (Duprat, in Shiriashi, 2007: 21), tendo por base o tripé cultura/identidade/territorialidade, dando visibilidade a novos sujeitos de direito.

Nos termos de Fraser, tais inovações legais institucionalizam socialmente a suspensão de alguns obstáculos à paridade de participação entre os diferentes sujeitos (Fraser, 2009:41). Ou, em se tratando de legislações sobre o território, validam a perspectiva de Foucault, de que “a lei não é nem um estado de paz nem o resultado de uma guerra ganha: ela é a própria guerra em ato, exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas um exercício atual de sua estratégia” (Deleuze, 2005:40)². Esta metáfora parece bem se aplicar, por exemplo, às condições de elaboração e instituição da legislação relativa à regularização dos territórios quilombolas no Brasil. O Decreto presidencial 4788 (20.11.2003) revogou um decreto anterior de 2001, pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso estabeleceu restrições conceituais e de procedimento de modo a limitar as possibilidades de reconhecimento de direitos territoriais a comunidades quilombolas. O Decreto de 2003 incorporou o direito ao auto-reconhecimento, restituiu as possibilidades de desapropriação, deu à noção de “terra” a dimensão conceitual de território e estabeleceu que a titulação deveria se efetuar em nome da entidade representativa da comunidade. Campanhas de imprensa e investidas legislativas procuraram desde então deslegitimar os processos de regularização fundiária abertos pelo INCRA e sustar os efeitos do decreto presidencial 4887/2003 através de um projeto de lei e de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, iniciativas tomadas por representantes de interesses articulados na chamada bancada ruralista do Congresso, visando restringir ou desconstituir legalmente os quilombolas como sujeitos de direitos.

Assim, se considerarmos o direito como um elemento interno e constitutivo das situações sociais e não como uma força autônoma agindo sobre a sociedade, ao observarmos os processos pelo qual o direito está em vias de se fazer, na co-produção do social e do jurídico, entenderemos melhor esse entrelaçamento sincrônico entre as disputas territoriais e jurídicas, a constituição ou desconstituição de sujeitos de direitos e as dinâmicas de automapeamento desencadeadas por tais sujeitos. Trata-se, portanto, de considerar tanto o direito, como as identidades e os territórios “em vias de se constituírem” (Brubaker, 2001: 70)

2.B MUDANÇAS NO QUADRO FUNDIÁRIO

Nos anos 1970, em contexto de abundância de terras disponíveis nas regiões de fronteira, o regime autoritário deu facilidades e incentivos para que grandes grupos empresariais se apropriassem de terras e que atos de grilagem fossem

² Yves Lacoste (1988) já sustentava que a geografia se presta não somente a planejar batalhas, mas a exercer com eficácia o controle dos homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade.

formalmente reconhecidos (pelo chamado “assalto cartorial”). De um lado, uma valorização primária das terras foi sendo impulsionada pela implantação da infraestrutura, de estradas vicinais, pavimentação de vias e difusão da rede elétrica, elementos que acrescentaram economicidade a inúmeras atividades produtivas, desde a exploração do potencial madeireiro à expansão do agronegócio. De outro lado, ativou-se a valorização secundária pela incorporação de novos espaços ao mercado de terras e pela aceleração dos processos de compra e venda, obedecendo, em grande parte, a uma lógica análoga à dos mercados financeiros, ou seja, crescendo juros à renda capitalizada que regula normalmente os custos do capital fundiário para empreendimentos produtivos.

Isto posto, a partir de 1996, o Banco Mundial passou, no Brasil, a dar maior prioridade à política agrária, alegando que a distribuição desigual da terra e a falta de investimentos privados em áreas rurais seriam responsáveis por restringir as taxas de crescimento econômico. As novas políticas propostas pelo Banco pretendiam então “colocar em ordem a posse da terra”, através de levantamentos, mapeamentos e cadastramentos, organizando os negócios, reduzindo o caos e fazendo funcionar o mercado de terras (Rosset, in Martins, 2004, p.18). Além disso, os programas da chamada “reforma agrária de mercado”, iniciados no governo Fernando Henrique Cardoso, atuaram no sentido de despolitizar o campo, desmobilizar os movimentos envolvidos em conflitos agrários e transferir a questão da terra do reino da política para o reino do mercado (Rosset, in Martins, 2004, p. 24).

Nos anos 2000, com a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, os grandes imóveis rurais passaram a ser objeto de transações comerciais envolvendo também agências imobiliárias transnacionais. Apesar da persistência da grilagem, a demanda predominante passa, a partir de então, por circuitos mercantis, concorrendo para um aquecimento inédito do mercado de terras.

As estratégias do agronegócio têm se redefinido desde então frente à situação em que o aumento da demanda de novas áreas acarreta uma tendência ascensionista dos preços da terra³. Registra-se um impulso no valor de áreas agrícolas a partir das cotações em alta no setor de grãos, da expansão canavieira e dos incentivos oficiais aos biocombustíveis. Novas aquisições dinamizam as transações com terras ligadas à pecuária, à sojicultura e ao setor sucroalcooleiro. As transações atingem preços recordes e exercem grande pressão sobre as terras agricultáveis de pequenos produtores rurais e sobre o estoque de terras públicas (Almeida, 2010).

3 Cf. Fortes, G. “Preços da terra batem recorde no país. Valorização que tende a prosseguir nesse ano, é um dos fatores que influem no desmatamento verificado no limite da fronteira agrícola”. *Folha de São Paulo*. 10 de fevereiro de 2008 apud Almeida, 2010.

2.C MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS DAS DISPUTAS TERRITORIAIS

A socialização das práticas de mapeamento repercute, por certo, os mecanismos da pressão fundiária sobre comunidades tradicionais, mas, de forma mais ampla e para além das dinâmicas mercantis, corresponde a processos de reorganização da cultura no espaço. A territorialização simbólica operada pelos mapas traz consigo reivindicações de materialização de limites entre diferentes formas de uso da terra. À economia territorial de signos – pela qual os mapas são produzidos – associa-se a uma política territorial de reconhecimento e de pertencimento que pressupõe demandas por atribuição do acesso a recursos materiais: descontinuidades e limites são, assim, reivindicados com vistas à demarcação do espaço, dada a vigência de culturas materiais distintas. Mais especificamente, configura-se uma fronteira/limite à expansão de usos, práticas e lógicas que se supõe ameaçar a continuidade de usos, práticas e lógicas “tradicionais”. É na interação e contato entre estas culturas materiais que os limites territoriais serão concebidos e reivindicados. “A liberdade da zona fronteira” como assinalava Hannerz – “é explorada com mais criatividade por deslocamentos situacionais e combinações inovadoras, organizando seus recursos de novas maneiras, fazendo experiências. Nas zonas fronteiriças, há espaço para a ação no manejo da cultura” (Hannerz, 1997: 24). Aí, portanto, os agentes utilizam seus recursos e competências para interpretar os contextos espaciais em que se movimentam, conferindo-lhes uma vocalidade específica, produzindo “a diferença que o espaço faz”, evidenciando a “multivocalidade do espaço” (Lopes, 2010). A diferença espacial é, assim, associada a diferenças identitárias. A identificação, por sua vez, é um processo que supõe posições, contextos, interações e mediações em movimento no estabelecimento de fronteiras internas e externas aos grupos. Desta forma, certas identidades serão judicializadas, favorecendo a demanda por direitos, sendo acionadas de modo a que as reivindicações adquiram visibilidade na esfera pública. Entra em jogo, igualmente, a função normativa do Estado, favorecendo a construção de identidades legais que comportam tensões internas e externas em suas intercorrências com a esfera pública.

A territorialidade, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, pode inserir-se eficazmente numa estratégia político-cultural” (Araújo-Haesbert, 2007: 41). A produção de mapas, no caso, propõe uma forma de controle simbólico e, de apropriação do espaço, que articula-se a disputas territoriais por dominação de espaços concretos. Quando apresentam concepções alternativas de território, os sujeitos da cartografia põem em ação uma política cultural, através da qual lutam por manter a especificidade de seus grupos sociais, flexionando os sistemas de classificação dos territórios, marcando diferenças culturais e construindo signos de pertencimento de maneira relacional e contrastiva (Araújo-Haesbert, 2007, p. 98). Assim, a identidade social destes grupos constitui-se também como identidade territorial, pois o referente simbólico de sua construção perpassa o território. Por tais identidades coletivas, estes sujeitos politizam não só as nomeações da vida cotidiana, mas também as práticas rotineiras de uso da terra, remetendo a relações determinadas que estabelecem com a natureza. (Almeida, 2004, p. 167). Na luta pelo reconhecimento de distintas formas

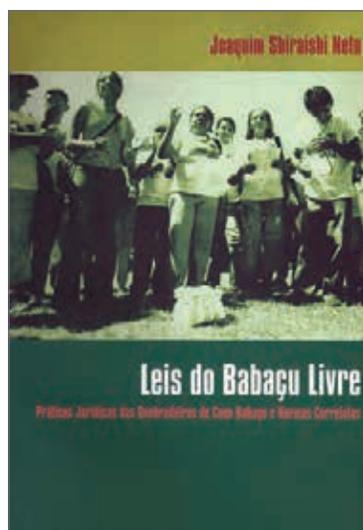
de expressão territorial, tratar-se-á da transformação de “comunidades de vida” em “comunidades de destino” (Bauman, 2005), integrando o território representado num projeto de afirmação de um modo de percepção que se quer legítimo da divisão social do território. Pois como assinala Sousa Santos “os mapas são um campo estruturado de intencionalidades, uma língua franca que permite a conversa sempre inacabada entre representação do que somos e a orientação que buscamos” (Santos, 2000: 224).

Conforme D’Arcy Thompson, “a forma de todo objeto concreto pode ser sempre descrita como o resultado da ação de uma força” (D’Arcy Thompson, apud Moretti, 2008:96). Ou seja, a expressão simbólica e a forma gráfica dos mapas constituem um diagrama de forças (Moretti, 2008: 107) e tal como o exprime a narrativa de um dos promotores do projeto Nova Cartografia Social, “o fato de se marcar e cartografar um território dentro da cidade é uma luta no plano das classificações”, tendo na escolha representacional, prevalecido “aquilo que eles [os “sujeitos mapeadores”] achavam que tinha força”⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. – COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais, in H. Acselrad (org.) Cartografias Sociais e Território, IPPUR/UFRJ, coleção Território, ambiente e conflitos sociais, Rio de Janeiro, 2008, 13-44.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de; ACEVEDO, Rosa, Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras, in W. Bolle, E. Castro, M. Vjmelka (orgs.) Amazônia, região universal e teatro do mundo, Ed. Globo, São Paulo, 2010, pp. 141-159.
- ARAUJO, Frederico Guilherme, HAESBERT, Rogerio, Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos, Ed. Access, Rio de Janeiro, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt, Identidade, ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2005
- BRUBAKER, R Au-delà de l’«identité», Actes de la Recherche en Sciences Sociales, vol. 139, sept. 2001, pp.66-85.
- DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FRASER, N. Justice sociale, redistribution et recononnaissance, in Revue du MAUSS, n. 23, premier semestre 2004, p.151- 164, Paris.
- GIFFONI, Raquel, 2009, Experiências de Cartografia Social: Comunidade Quilombola do Linharinho, projeto Experiências em cartografia social, IPPUR/UFRJ, mimeo.
- HANNERZ, Ulf Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional, in Mana 3 (1), 1997.
- HOOKER, J. Inclusão indígena e exclusão dos afro-descendentes na América Latina, Tempo Social, v. 18 n.2, 2006, pp. 89-111.
- LACOSTE, Yves, A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra, Papirus, SP, 1988.
- LOPES, J. T. Estruturas espaciais e práticas sociais, in ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1321.pdf , acesso em 14/4/2010.
- MORETTI, Franco. A Literatura Vista de Longe, Ed. Arquipélago, Porto Alegre, 2008.
- OFFEN, Karl H. The Territorial Turn: making black territories in Pacific Colombia, in Journal of Latin American Geography 2(1), 2003: 43-73
- REVEL, J. A invenção da Sociedade, DIFEL-Bertrand, Lisboa-Rio de Janeiro, 1989
- ROSSET, P. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, M. D. O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 16-26.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, A Crítica da Razão Indolente – contra o desperdício da experiência, Cortez Editoras, SP, 2000.
- SHIRIASHI, J. (org.) Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil, Documento de bolso PNCSA n.1, Manaus, 2007.
- TELLES, V. da S. e Cabanes, R. (orgs.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.
- VIANNA Jr, Aurélio, Mapas e Identidades – O Reencantamento da Cartografia, in Le Monde Diplomatique Brasil, ano 2, n. 23, junho 2009, São Paulo, p. 36-37.

⁴ Seminário Cartografias Sociais e Território, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, dezembro de 2008.

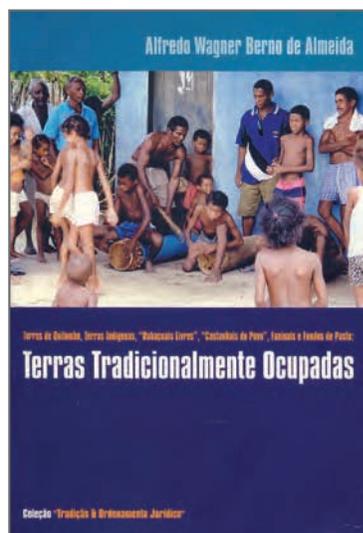


Leis do Babaçu Livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas número 1

Joaquim Shiraishi Neto

Manaus
Universidade Federal do Amazonas
2006

ISBN 85-7401-342-0

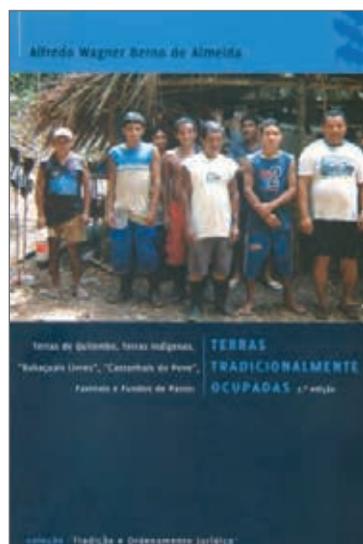


Terras de Quilombos, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pastos: Terras Tradicionalmente Ocupadas número 2

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Manaus
Universidade Federal do Amazonas
2006

ISBN 85-7401-385-4

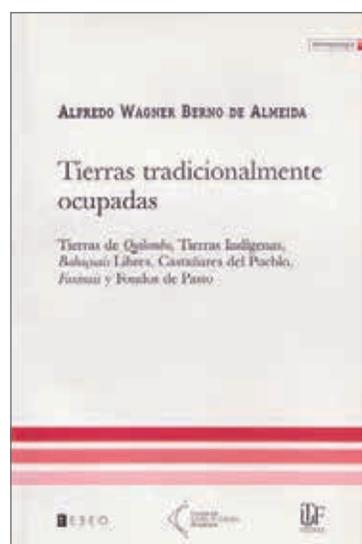


Terras de Quilombos, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pastos: Terras Tradicionalmente Ocupadas número 2

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Manaus
Universidade Federal do Amazonas
2008
2ª edição

ISBN 978-85-7401-399-2



Tierras tradicionalmente ocupadas: Tierras de Quilombo, Tierras Indígenas, Babaçuais Libres, Castañares del Pueblo, Faxinais y Fondos de Pasto

Alfredo Wagner Berno de Almeida

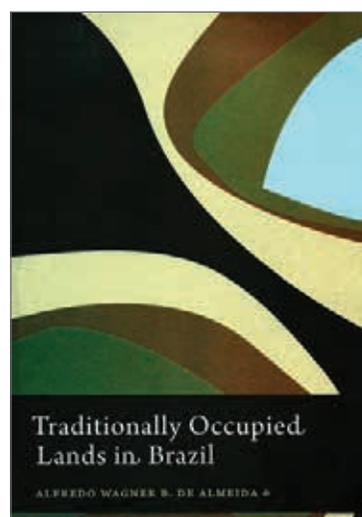
Buenos Aires

Teseo

2009

Edição em espanhol

ISBN 978-987-1354-30-6



Traditionally Occupied Lands in Brazil

Alfredo Wagner Berno de Almeida

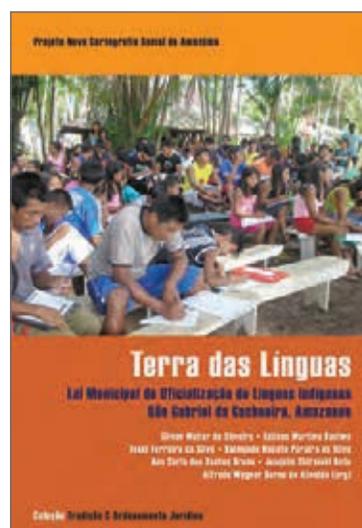
Manaus

Universidade Federal do Amazonas

2011

Edição em inglês

ISBN 978-85-7883-149-3



Terra das línguas: lei municipal de oficialização de línguas indígenas São Gabriel da Cachoeira, Amazonas número 3

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

Manaus

Universidade Federal do Amazonas

2007

Gilvan Muller de Oliveira

Edilson Martins Baniwa

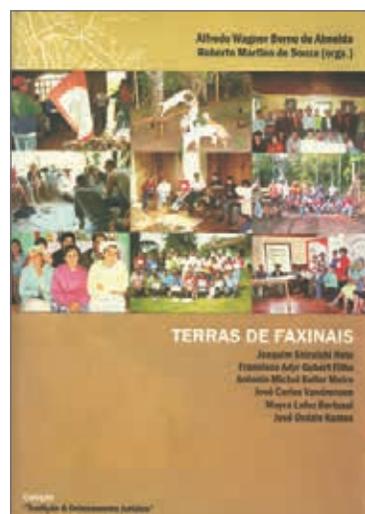
Ivani Ferreira de Faria

ISBN 978-85-7401-341-1

Raimundo Nonato Pereira da Silva

Ana Carla dos Santos Bruno

Joaquim Shiraishi Neto



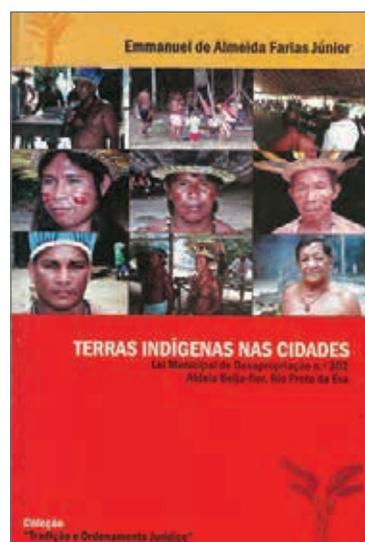
Terras de Faxinais número 4

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)
Roberto Martins de Souza (org.)

Joaquim Shiraishi Neto
Francisco Adyr Gubert Filho
Antonio Michel Kuller Meira
José Carlos Vandrensen
Mayra Lafoz Bertussi
José Onézio Ramos

Manaus
Universidade Federal do Amazonas
2009

ISBN 978-85-7883-052-6



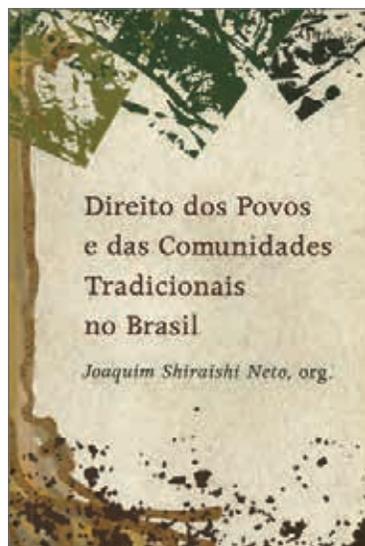
Terras indígenas nas cidades: Lei de Desapropriação nº 302 Aldeia Beija-Flor, Rio Preto da Eva número 5

Emmanuel de Almeida Farias Júnior

Manaus
Universidade do Estado do Amazonas
2009

ISBN 978-85-7883-020-5





Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil número 1

Joaquim Shiraishi Neto (org.)

Manaus
Universidade do Estado do Amazonas
2007

ISBN 978-85-89453-61-5

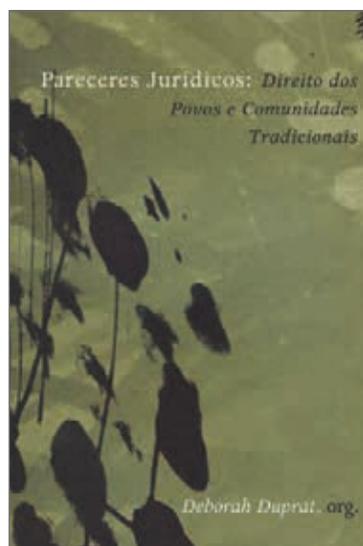


Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil número 1

Joaquim Shiraishi Neto (org.)

Manaus
Universidade do Estado Amazonas
2010
2ª edição

ISBN 978-85-7883-134-9



Pareceres Jurídicos: Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais número 2

Deborah Duprat (org.)

Manaus

Universidade Federal do Amazonas

2007

Marcelo Beckhausen

Manoel Lauro Volkmer de Castilho

Daniel Sarmento

ISBN 978-85-7401-382-4

Aurélio Virgílio Rios

Walter Claudius Rothenburg



Direito dos trabalhadores migrantes: convenções internacionais, protocolos adicionais, leis e decretos número 3

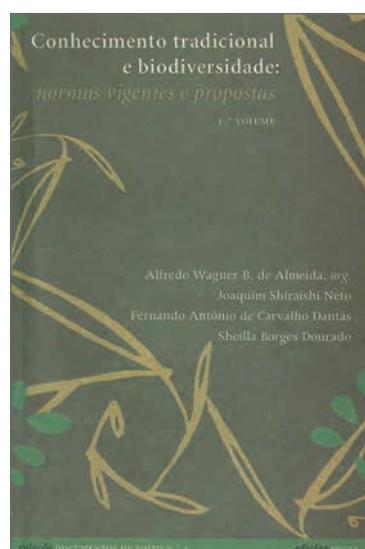
Márcia Anita Sprandel (org.)

Manaus

Universidade Federal do Amazonas

2007

ISBN 978-85-7401-381-7



Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas – 1º volume número 4

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

Manaus

Universidade Federal do Amazonas

2008

Joaquim Shiraishi Neto

Fernando Antônio de Carvalho Dantas

Sheilla Borges Dourado

ISBN 978-85-7401-401-2



Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas – 2º volume número 4

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

Manaus

Universidade Federal do Amazonas

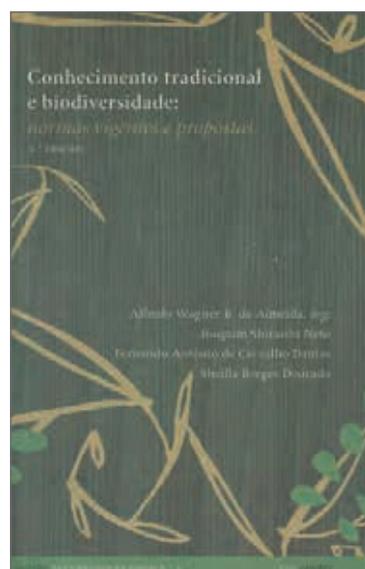
2008

Joaquim Shiraishi Neto

Fernando Antônio de Carvalho Dantas

Sheilla Borges Dourado

isbn 978-85-7401-412-8



Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas – 1º e 2º volumes número 4

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

Manaus

Universidade do Estado do Amazonas

2010

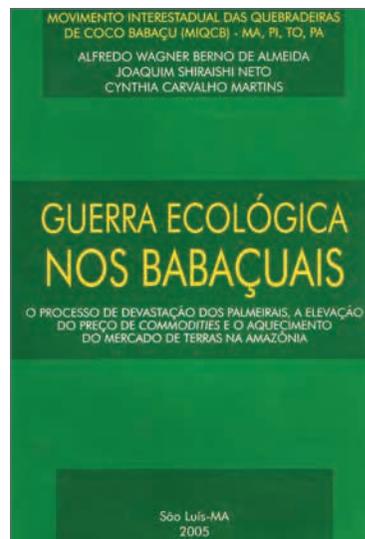
Joaquim Shiraishi Neto

Fernando Antônio de Carvalho Dantas

Edição: 2ª

Sheilla Borges Dourado

ISBN 978-85-7883-136-3



Guerra ecológica nos babaçuais: processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Joaquim Shiraishi Neto
Cynthia Carvalho Martins

Manaus
 Universidade Federal do Amazonas
 2005
 Manaus e São Luís

ISBN 85-7401-389-7



Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)
Glademir Sales dos Santos (org.)

Soares Cavalho Rocha, Valéria Regina Gomes da Silva,
Maria Ivanilde Araújo, Érico Jander da Silva Lopes

Luís Augusto Pereira Lima, Laura Adriana Chamo,
Josibel Rodrigues e Silva, Claudina Azevedo
Maximiano, Willas Dias da Costa, Deise Lucy Oliveira
Montardo, Ana Carla dos Santos Bruno, Raimundo
Nonato Pereira da Silva, Tadeu Miquiles da Paz,
Evelyne Marie Thérèse Mainbourg, Pery Teixeira, Esron

Manaus
 Universidade Federal do Amazonas
 2008
 ISBN 978-85-7401-415-9

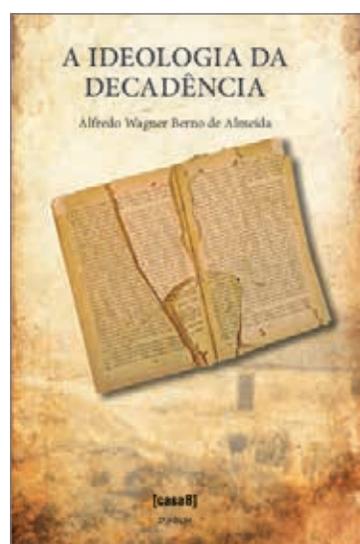


Antropologia dos Archivos da Amazônia

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Manaus
 Universidade Federal do Amazonas / Casa 8
 2008

ISBN 978-85-7401-410-4



A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Manaus
Universidade Federal do Amazonas
2ª edição, 2008 (1ª edição, 1983)

ISBN 978-85-7401-416-6



Quilombos de Alcântara: Território e Conflito

O intrusamento do território das Comunidades Quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space

David Pereira Junior

Manaus
Universidade Federal do Amazonas
2009

ISBN 978-85-7401-465-4



Conflitos Sociais no Complexo Madeira

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

Manaus
Universidade do Estado Amazonas
2009

Aurélio Vianna Jr., Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Renata da Silva Nóbrega, Thereza Cristina Cardoso Menezes, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Ana Paulina Aguiar Soares, Joseline Simone Barreto, Marco Antônio Domingues, Luís Fernando Novoa Garzon, Mason Clay Mathews, Glácia Maria Quintino Baraúna, Karny Teixeira de Souza, Alex Justus da Silveira, Luciane Silva Costa, Dante Ribeiro da Fonseca, Almeida Casseb, Davi Avelino Leal

ISBN 978-85-7883-051-9

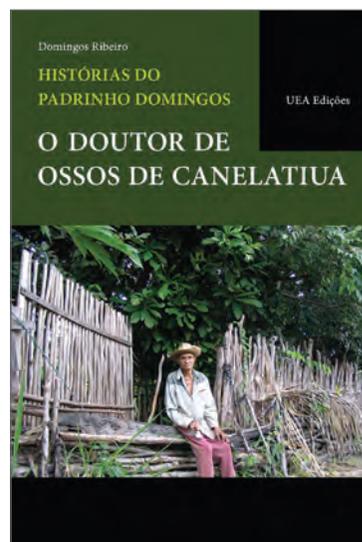


Mobilizações Étnicas e Transformações Sociais no Rio Negro

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)
Emmanuel de Almeida Farias Júnior (org.)

Manaus
 Universidade do Estado Amazonas
 2010

Stephen G. Baines, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Luiza Garnelo, Érica Matsuno Nakazono, Patrícia Melo Sampaio, Ana Carla dos Santos Bruno, Henyo Trindade Barreto Filho, Sidnei Clemente Perez, Emmanuel de Almeida Farias Junior, Renato Athias, Martinho Albuquerque, Glademir Sales dos Santos, Claudina Azevedo Maximiano, Sheilla Dourado, Elieyd Sousa Menezes, Altaci Corrêa Rubim, Raiana Mendes Ferrugem, Joaquim Melo, Silvana Compton Barroso, Talita de Melo Lira, Rosa Maria da Silva Nunes, Caroline Nascimento Araújo



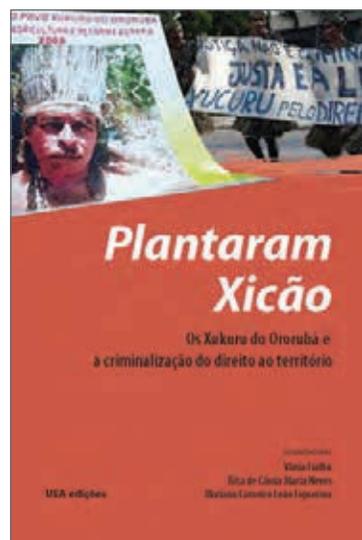
Histórias do Padrinho Domingos: o doutor de ossos de Canelatiua

Domingos Ribeiro (autor)

Patrícia Portela Nunes (org)
Dorinete Serejo Morais

UEA Edições
 Manaus Amazonas
 2011

ISBN 978-85-7883-165-3



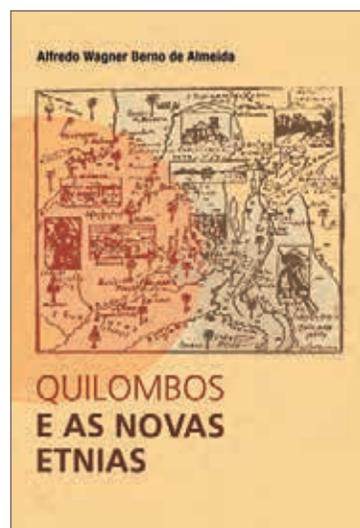
Plantaram Xicão: Os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território

Vânia Filho (org.)
Rita de Cássia Maria Neves (org.)
Mariana Carneiro Leão Figueiroa (org.)

Manaus
 Universidade do Estado do Amazonas
 2011

Ivson J. Ferreira
Sheila Brasileiro
Luiz Couto
Luciano Mariz Maia
Manoel Morais

ISBN 978-85-7883-175-2

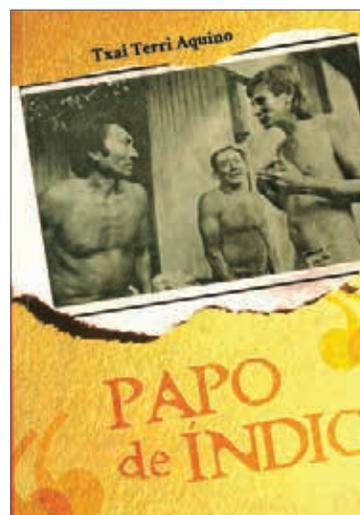


Quilombos e as Novas Etnias

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Manaus
Universidade do Estado do Amazonas
2011

ISBN 978-85-7883-148-6

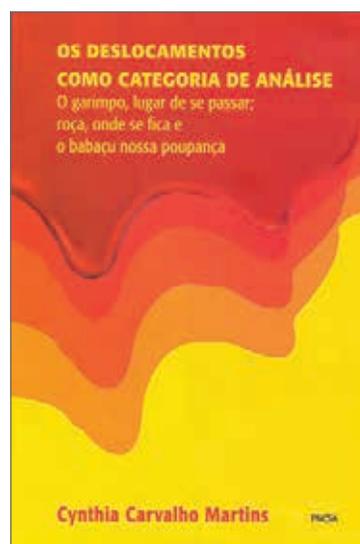


Papo de Índio

Txai Terri Aquino

Manaus
Universidade do Estado do Amazonas
2012

ISBN 978-85-7883-189-9



Os deslocamentos como categorias de análise: o garimpo, lugar de se passar; roça, onde se fica e o babaçu nossa poupança

Cynthia Carvalho Martins

Manaus
Universidade do Estado do Amazonas
2012

ISBN 978-85-7883-198-1



Candomblé e umbanda no Sertão: cartografia social dos terreiros de Paulo Afonso

Juracy Marques dos Santos
Floriza Maria Sena das Santos

Aline Franco Sampaio Brito

Ana Paula Arruda

Alzení Tomás

Bruna Graziela Cordeiro dos Santos

Carlos Alberto Batista Santos

Danilo Cardo da Silva

Cristiane Maria da Silva

Glaide Pereira

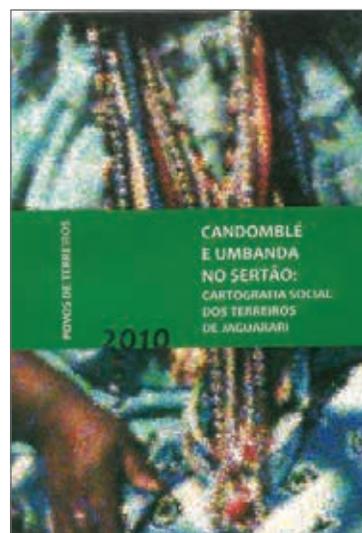
Simone Pereira dos Santos

Vânia Tatiane da Silva Santos

Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira

Nectas/UNEB

2009



Candomblé e umbanda no Sertão: cartografia social dos terreiros de Jaguarari

Juracy Marques dos Santos

Alzení de Freitas Tomás

Aline Franco Sampaio Brito

Danilo Cardo da Silva

Charlton Fernandes Tony

Clécio Márcio do N. Gonçalves

Glécia Gama Conceição

Joelson de Sousa Conceição

Paulo Wataru Morimitsu

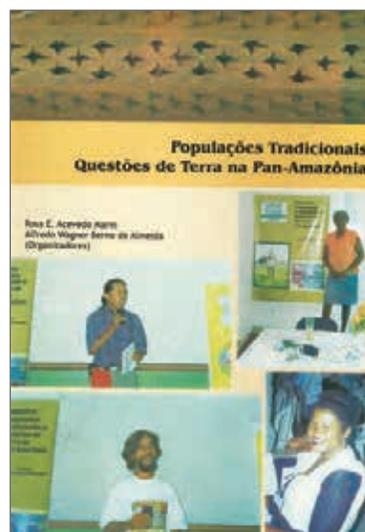
Robson Marques dos Santos

Manaus

UEA Edições

2010

ISBN 978-85-7883-178-3



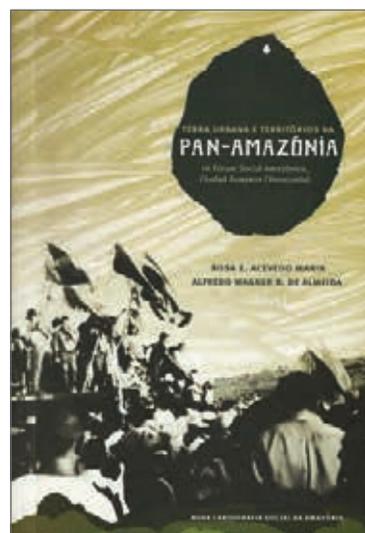
Populações Tradicionais: Questões de Terra na Pan-Amazônia

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (org.)
Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

Cledeneuza Maria Bezerra Oliveira
Raimundo Nonato Pereira da Silva
Raimundo Nonato de Sousa Coelho
Nicolas Stahelin

Jean Michel Aupoint
Irmã Alicia Velásquez Nimatuj
Emílio Kaba Mundurucu
Maria de Jesus Ferreira Bringelo
Luzia Bethânia Alcântara
Silvestre Saisari
Dorinete Serejo Moraes
Sebastião Pereira da Costa
Moisés Nogueira

Belém
 UNAMAZ
 2006

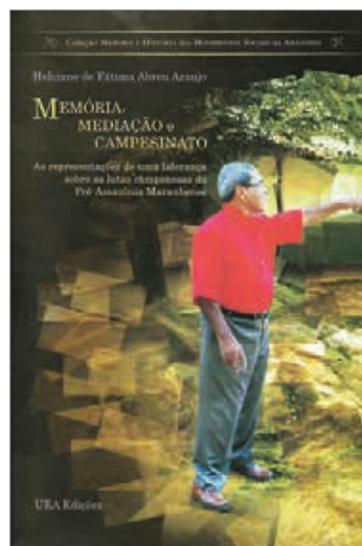


Terra urbana e território na Pan-Amazônia: III Fórum Social Amazônico, ciudad Guayana (Venezuela)

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (org.)
Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)
Jaime Caycedo

Manaus
 Universidade Federal do Amazonas
 2009

ISBN 978-85-7401-467-8



Memória Mediação e Campesinato: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da pré Amazônia maranhense

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Manaus

Universidade do Estado do Amazonas

2010

ISBN 978-85-7883-081-6





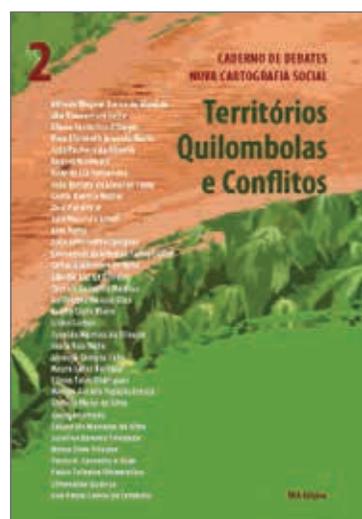
Caderno de Debate Nova Cartografia Social – Conhecimentos Tradicionais e Territórios na Pan-Amazônia VOLUME I, nº 1

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)
Sheilla Borges Dourado (org.)
Emmanuel de Almeida Farias Júnior (org.)
Elieyd Sousa de Menezes (org.)
Erika Matsuno Nakazono (org.)

Manaus
Universidade do Estado do Amazonas
2010

ISBN 978-85-7883-137-0

Otávio Velho, João Pacheco de Oliveira, Aurélio Viana Jr.,
Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Zulay Poggi, Cynthia Carvalho
Martins, José Carlos Vilapoma, Antônio João Castrillon
Fernández, Noemi Miyasaka Porro, Jussara Pordeus



Caderno de Debate Nova Cartografia Social – Territórios Quilombolas e Conflitos VOLUME I, nº 2

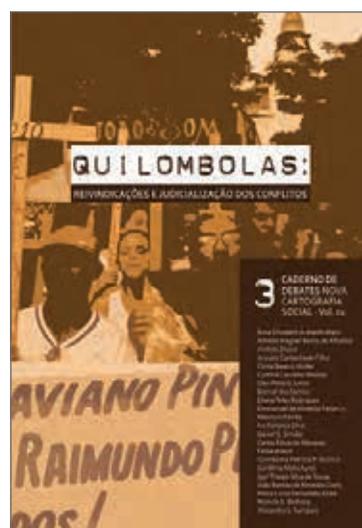
Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.), Rosa Elizabeth
Acevedo Marin (org.), Ricardo Cid Fernandes (org.), Cíntia Betriz
Muller (org.), Emmanuel de Almeida Farias Júnior (org.)

Marlon Aurélio Tapajós Araújo, Givânia Maria da Silva, George
Furtado, Sebastião Menezes da Silva, Joseline Barreto Trindade,
Mirna Silva Oliveira, Paulo H. Carvalho e Silva, Pedro Teixeira
Diamantino, Silvaneide Queiroz, Ana Paula Comin de Carvalho

Ilka Boaventura Leite, Eliane Cantarino O'Dwyer, Raquel
Mombelli, João Batista de Almeida Costa, Davi Pereira Jr, José
Maurício Arruti, Alex Ratts, Julie Antoinette Cavignac, Carlos
Guilherme do Valle, Cláudia Luz de Oliveira, Cynthia Carvalho
Martins, Guilherme Mansur Dias, Judith Costa Vieira, Lílian
Gomes, Osvaldo Martins de Oliveira, Fabio Reis Mota, Janaina
Campos Lobo, Mayra Lafoz Bertussi, Eliana Teles Rodrigues,

Manaus
Universidade do Estado do Amazonas
2010

ISBN 978-85-7883-147-9



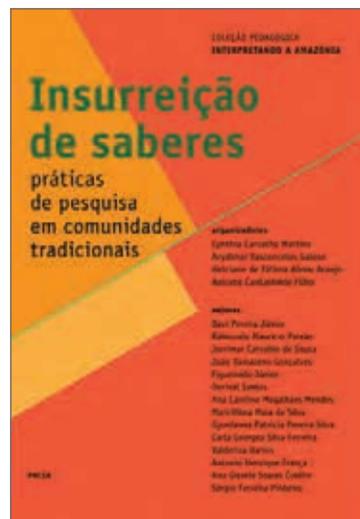
Caderno de Debate Nova Cartografia Social – Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos VOLUME I, nº 3

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (org.), Alfredo Wagner Berno
de Almeida (org.), Cíntia Beatriz Müller (org.), Emmanuel de
Almeida Farias Jr. (org.)

Manaus
Unamaz – Universidade do Estado do Amazonas
2012

Andréa Zhouri, Aniceto Cantanhede Filho, Cynthia Carvalho
Martins, Davi Pereira Junior, Dorival dos Santos, Eliana Teles
Rodrigues, Maurício Paixão, Ivo Fonseca Silva, Daniel S. Simião,
Carlos Eduardo Marques, Felisa Anaya, Gyordanna Patrícia P.
da Silva, Gardênia Mota Ayres, Igor Thiago Silva de Sousa, João
Batista de Almeida Costa, Maria Luiza Fernandes Alves, Rômulo
S. Barbosa, Alexandre L. Sampaio

ISBN 978-85-7883-207-0



Insurreição de Saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais

Cynthia Carvalho Martins (org.)

Aniceto Cantanhêde Filho (org.)

Arydimar Vasconcelos Gaio (org.)

Helciane de Fátima Abreu Araujo (org.)

Manaus

Universidade do Estado do Amazonas

2011

ISBN 978-85-7883-179-0

Davi Pereira Júnior

Raimundo Maurício Paixão

Jorimar Carvalho de Sousa

João Damaceno Gonçalves Figueiredo Júnior

Dorival dos Santos

Ana Carolina Magalhães Mendes

Mari-Vilma Maia da Silva

Gyordanna Patrícia Pereira Silva

Carla Georgea Silva Ferreira

Valderiza Barros

Antonio Henrique França

Ana Gissele Soares Coelho

Silvio Sérgio Ferreira Pinheiro



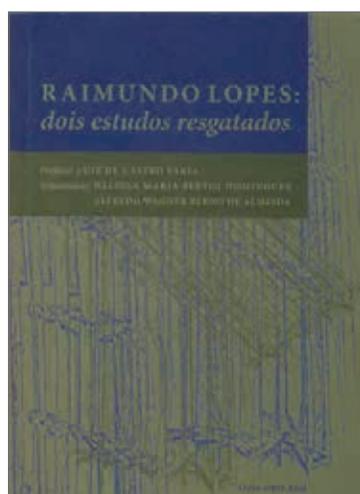


Antropologia: duas ciências – Notas para uma história da antropologia no Brasil

Heloísa Maria Bertol Domingues (org.)
Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)
Luiz de Castro Faria

Rio de Janeiro
 MAST
 2006

ISBN 85-60069-00-3

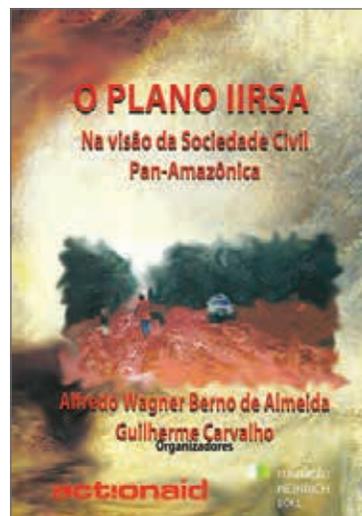


Raimundo Lopes: dois estudos resgatados

Raimundo Lopes
Luiz de Castro Faria (Prefácio)
Heloísa Maria Bertol Domingues (org.)
Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

Rio de Janeiro
 MAST
 2010

ISBN 978-85-88777-37-8



O plano IIRSA: Na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

Guilherme Carvalho (org.)

Jean Michel Aupoint

Omar Bonilla

Edna Castro

Giane Maria Porto de Aguiar

Paulo Afonso da Silva Oliveira

Gutemberg de Vilhena Silva

Belém

FASE

2009



VI

repercussão



Revista de história da Biblioteca Nacional nº 44 maio 2009

28 **Dossiê Amazônia**

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA

Mapeando vidas

Grupos sociais da Amazônia aprendem cartografia, retratam suas identidades e pressionam por políticas públicas

Naquele Império, a Arte da Cartografia logrou tal perfeição que o mapa de uma única província ocupava toda uma cidade, e o mapa do Império, toda uma província. Com o tempo, esses mapas desmedidos não satisfizeram, e os Colégios de Cartógrafos levantaram um mapa do Império que tinha o tamanho do Império, e coincidia pontualmente com ele.

No conto “Do rigor na ciência” (1935), Jorge Luis Borges imagina um mapa tão minucioso que teria exatamente o mesmo tamanho do território. Seguindo a inspiração do escritor argentino, como seria o “mapa total” da Amazônia?

Para a maioria dos brasileiros (e dos estrangeiros também), ele teria o verde como cor predominante,



ACERVO DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

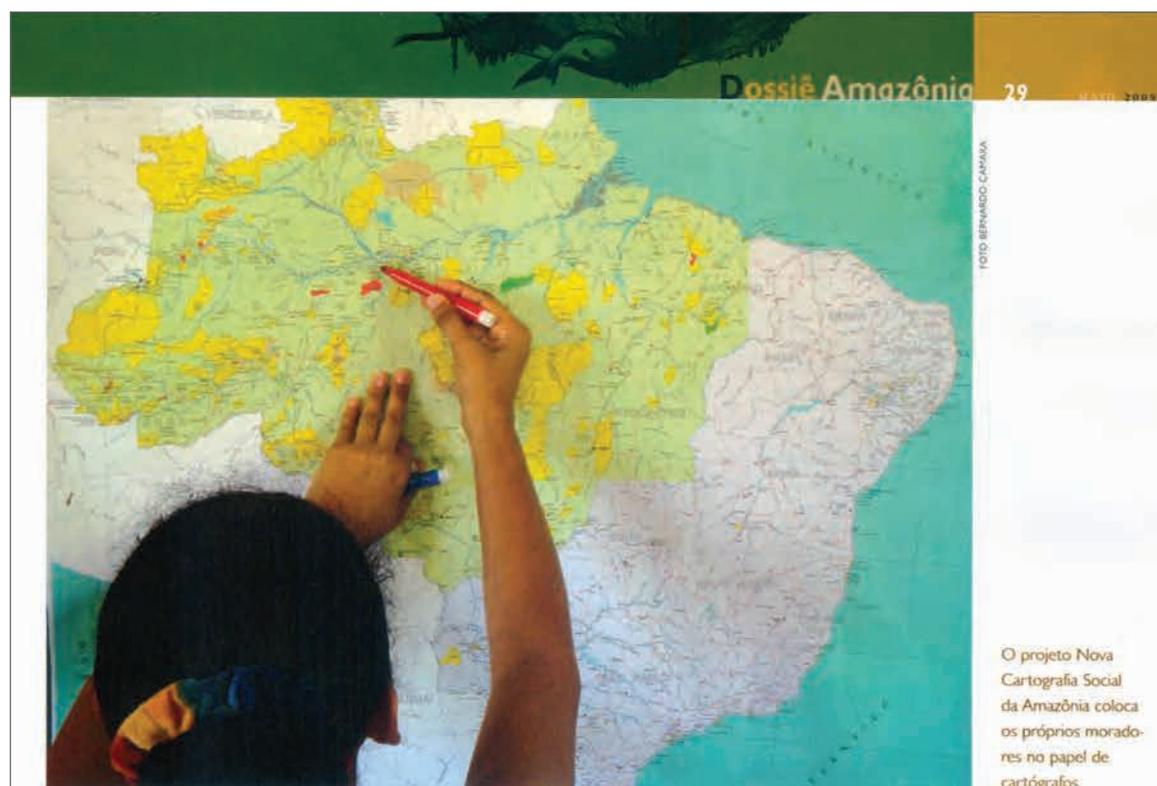


FOTO BERNARDO CANAVA

O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia coloca os próprios moradores no papel de cartógrafos.

e certamente pareceria bem monótono: um universo de floresta inexplorada salpicado com algumas ocupações humanas aqui e ali. Mas, para ser fiel à idéia de Borges, é preciso reduzir a escala ao máximo. E quem o fizer se surpreenderá com a diversidade de situações humanas existentes na região.

Ribeirinhos, quilombolas, indígenas, piaçabeiros, pescadores artesanais, seringueiros, castanheiros, carvoeiros, artesãos (do arumã, do tucum, do cipó-ambé), moradores das cidades, quebradeiras de coco babaçu, peconheiros (coletores de açaí). O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – executado atualmente pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) – vem mapeando essas diferentes realidades sociais. Ainda que sem a pretensão de chegar à utópica escala 1:1 proposta por Borges, a iniciativa contribui para desfazer o mito da homogeneidade amazônica. Mais do que isso: coloca os próprios moradores no papel de “cartógrafos”, tomando consciência de sua identidade coletiva e se mobilizando em torno de demandas territoriais e étnicas.

Demandas como as dos descendentes de escravos no Maranhão. Cada vez mais conscientes de seus direitos, eles utilizam o critério de autodefinição para lutar pelas áreas que ocupam historicamente, ameaçadas por invasões as mais diversas.

“Estamos mostrando, através do mapa, que essas comunidades existem, que na sua grande maioria não são vistas. Toda a sociedade vai ter a certeza de que a gente existe e onde estamos localizados”, disse Francisco Carlos da Silva, participante de uma das oficinas de cartografia com quilombolas dos municípios de Codó, Peritoró e Lima Campos. Eles disputam o território rural com fazendeiros, que não hesitam em utilizar a violência para intimidá-los. “Acaba você passando de meses sem pisar na

No mapa feito por quilombolas, as legendas indicam onde há conflitos, como pressão de grileiros, venda ilegal de terra e fechamento arbitrário de estrada

sua casa, porque a gente tem medo. E quem não teme a morte?”, perguntou Ana Emília Moreira Santos. No mapa que criaram para sua comunidade, as legendas identificam os locais onde há conflitos – como “ameaça de morte”, “pressão de grileiros”, venda ilegal de terra, “fechamento arbitrário de estrada”, entre outros. Mas registram também manifestações culturais, como o bumba-meu-boi, as festas de santo e os terreiros afro-brasileiros.

Em Alcântara, também no Maranhão, é conhecida a mobilização das comunidades deslocadas por

MAYO 2009

30

Dossiê Amazônia

ARQUIVO DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

Fornos de carvoeiros em Rondon do Pará. O mapeamento social incentiva as populações a valorizar sua própria história e a lutar por sua preservação.

**Saiba Mais**

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. *Terras Indígenas nas Cidades: Lei Municipal de Desapropriação n.º 302, Aldeia Beija-flor, Rio Preto do Eva*. Manaus: UEA Edições, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. *Quilombos de Alcântara: Território e conflito*. Manaus: FUA, 2009.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. *Leis do Babaçu livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas*. Manaus: FUA, 2006.

Site

www.novacartografiasocial.com

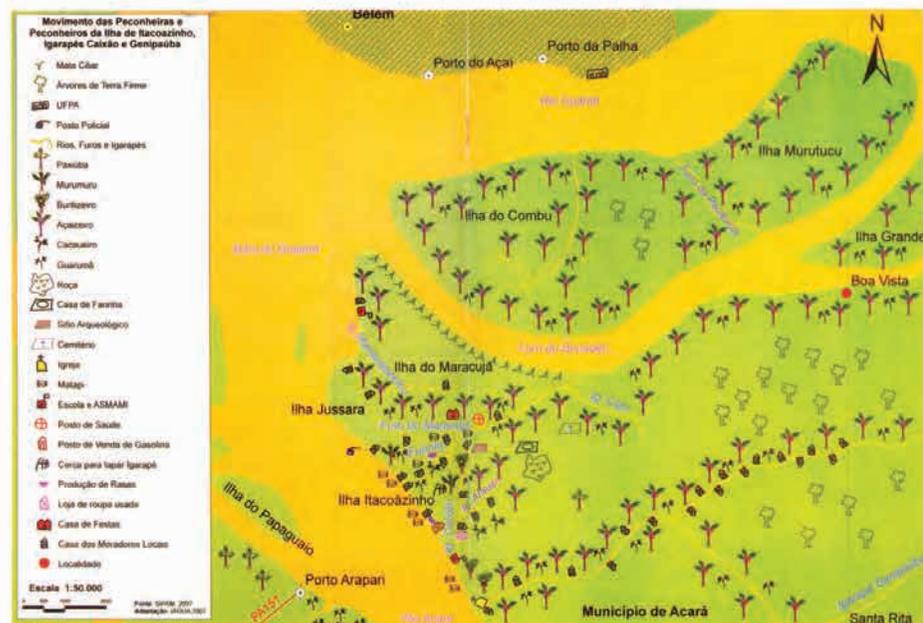
causa da construção de uma Base Espacial para o lançamento de foguetes. Em 1986 e 1987, 312 famílias de 23 povoados foram removidas das “terras de preto” pela Aeronáutica e instaladas em sete “agrovilas”, onde desde então enfrentam fome e privações de toda ordem. Longe do mar, perderam o acesso aos recursos da pesca. Distribuídas em lotes individuais, deixaram de exercer o tradicional uso comum que faziam da terra. O excesso de moradores perto dos igarapés ameaça os estoques de mariscos, peixes e caranguejos. Em resumo: a mudança para as agrovilas foi um desastre socioeconômico,

além de uma tragédia ecológica. Organizados desde 1999 no Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe), os moradores resistem com atos de desobediência civil no dia a dia. Como o da moradora de Pepital que entra escondida na área de onde foi deslocada à força para colher caju nos cajuais plantados por seus avós. Ou as quebradeiras de coco babaçu, que, durante a safra, utilizam-se dos babaçuais arbitrariamente interditados.

Histórias como essas vêm à tona nas “oficinas de mapas” realizadas em cada localidade. No encontro, os moradores debatem abertamente sobre as condições de vida. Para que possam expressar suas percepções em mapas, fazem cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal e aprendem orientação e localização geográfica pelo uso de equipamentos como GPS.

São os próprios participantes que definem a elaboração do mapa, selecionando o que acham mais relevante. Os depoimentos e mapas são publicados em fascículos. Já foram lançados cerca de 80 deles, além de 20 livros e 10 filmes com as informações adquiridas por meio do diálogo com grupos diversos.

O processo incentiva os denominados povos e comunidades tradicionais a valorizar sua própria história e a lutar por sua preservação. Foi o que aconteceu com um grupo de coletadores de açaí no nordeste do Pará. Dos tempos em que a cana-de-



ARQUIVO DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

açúcar se espalhava pela região, resta na ilha de Itacoãzinho, município de Acará, uma antiga calha de engenho. Ao constatar que essa relíquia arqueológica do século XVIII vem sendo ameaçada por uma obra, 120 famílias locais assinaram um manifesto pedindo ao Iphan que garanta sua proteção. Afinal, a peça tem valor histórico para quem vive ali. Eles a chamam de "ruínas dos escravos", o que diz muito sobre o passado na região. "Nossos avós e bisavós eram escravizados, trocando a seringa por alimentos e outros produtos. Eles não recebiam dinheiro. Na fazenda tinha marcas de sangue que os escravos apanhavam até morrer e serem jogados no sumidouro que tinha na fazenda de grandes extensões de terra: o engenho de cana", contou Maria Sueli das Mercês, do Igarapé Caixão. No mapa produzido pela comunidade, descobre-se que a economia local tem como base o açaí, mas nos períodos de entressafra (de novembro a maio) precisa recorrer a outras extrações, como o palmito pupunha, o cupuaçu, a andiroba, a castanha, o cacau e o camarão.

Como a Amazônia não é feita só de área rural, os movimentos sociais das cidades têm seus próprios fascículos. Catadores de lixo, homossexuais, afro-religiosos e pessoas com deficiência (todas em Belém) também criaram sua cartografia. Os ribeirinhos das mais de 40 ilhas da capital do Pará vivem os contrastes de trabalhar com a natureza (extrativismo de açaí, pesca e produção de alimentos) e sofrer com os males da cidade grande: em seu mapa, indicam pontos onde há mais ataques de piratas, que roubam seus barcos. Reivindicam do governo melhores serviços de coleta de lixo, saneamento e segurança. Enquanto isso, artesãs indígenas de Manaus querem criar um centro cultural para vender comidas e bebidas típicas de suas etnias, como quinhampira, mujeca e beju. Seria uma fonte de renda mais nobre do que sua situação atual: depois de abandonar as aldeias em busca de melhores condições de vida, a maioria trabalha como empregada doméstica para ganhar entre 100 e 150 reais por mês.

Os mapas produzidos em fascículos funcionam como artifício de pressão, demonstrando a fragilidade das políticas públicas e evidenciando as brechas em que o executivo municipal poderia intervir. Os quilombolas de Jambuaçu (PA), que tiveram sérios danos a partir da explosão de um mineroduto dentro dos povoados, valeram-se do instrumento para requerer na Justiça reparos dos danos ambientais sofridos. Já no município de Rio Preto da Eva (AM), foram décadas de conflito até que os indígenas da comunidade Beija-Flor conseguissem pressionar a



Prefeitura a desapropriar a área e destinar-lhes a terra. Na Câmara Municipal, erguiam as mãos exibindo seus fascículos, como a dizer que já possuíam um "documento" evidenciador do território. O mapa tornava-se documento de consulta obrigatória para quem quisesse entender a dinâmica do conflito. Conjugando as práticas ditas "tradicionais" com as ferramentas tecnológicas mais avançadas, o projeto quebra o mito de que o tradicional seria sinônimo

Na Câmara Municipal, os índios erguiam as mãos exibindo seus mapas, como a dizer que já possuíam um "documento" evidenciador do território

de "primitivo" e de "atrasado". As comunidades tornam-se fontes de informação, e poderão, em futuro próximo, estar habilitadas a fazer um monitoramento em tempo real de seus próprios territórios, sejam eles terras indígenas, quilombos, faxinais no Paraná ou de comunidades de fundos de pasto na Bahia.

E para quem está longe da Amazônia, essa cartografia social tem ainda uma função pedagógica: descortina as múltiplas realidades vividas pelos mais de 20 milhões de pessoas que moram naquele enorme pedaço de Brasil. **H**

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA É ANTRÓPOLOGO, COORDENADOR DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA E AUTOR DE TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS: TERRAS DE QUILOMBO, TERRAS INDÍGENAS, BABACUAS LIVRES, CASTANHAS DO POVO, FAXINAIS E FUNDOS DE PASTO (MANAUS: EDITORA DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 2008).

Na página anterior, mapa produzido por coletadores de açaí do Pará. Percebe-se que a comunidade recorre a outras extrações, como o palmito pupunha e o cupuaçu, além do açaí, base da economia local.

Twelve social change visionaries are honored by the Ford Foundation

[HTTP://WWW.FORDFOUNDATION.ORG/ABOUT-US/VISIONARIES-AWARDS](http://www.fordfoundation.org/about-us/visionaries-awards)

NEW YORK, 29 April 2011 — In recognition of its 75th anniversary, the Ford Foundation today announced \$100,000 awards to 12 social innovators who, through their extraordinary vision and courageous work, are improving the lives of millions of people.

In a period of uncertain transformation in global society, politics and the economy, the Ford Foundation Visionaries Awards seek to raise the profile of leaders whose innovative efforts on the frontlines of key social issues offer pathways to improved economic opportunities and expanded political and social participation for millions of marginalized people worldwide.

"We can't think of a more fitting way to mark our anniversary than to spotlight the people who continually infuse new energy and ideas into the effort to solve our most pressing social problems," said Luis Ubiñas, president of the Ford Foundation. "They are thinkers and doers – people who pursue their vision with determination and a laser focus on impact."

"Through these awards, we want to highlight the unheralded work of thousands of courageous leaders whose lives are devoted to improving systems and institutions so that all people have a voice in the decisions that affect their lives," Ubiñas said. "These 12 individuals represent the courage, commitment, and innovative thinking of all the remarkable people who work on the frontlines of social change."

The foundation is using its 75th anniversary to explore the next generation of important issues facing America and the world, as well as highlighting the people and ideas making a difference today. The awards will help these leaders share their work with a

broad range of new audiences, allowing them to promote their ideas and ensure that their insights inform and advance the work of other social innovators.

The foundation is using its 75th anniversary to explore the next generation of important issues facing America and the world, as well as highlighting the people and ideas that are making a difference today.

From an indigenous women's rights leader in Peru to a political cartoonist in Kenya, the visionaries were selected for their pioneering work, exceptional leadership and the potential scale and impact of their visions.

ENABLING COMMUNITY OWNERSHIP OVER NATURAL RESOURCES: Alfredo Wagner Berno de Almeida – Coordinator, New Social Cartography Project [Manaus, Brazil]

For centuries, traditional peoples have inhabited the forests of the Brazilian Amazon, preserving the forest through their wise stewardship. Despite this history, they have been denied their rights to their lands and livelihoods. In the 1980's, anthropologist Alfredo Wagner Berno de Almeida launched the region's first mapping project challenging official maps by making visible for the first time the claims of traditional communities over the millions of acres of their Amazonian homelands. Wagner's groundbreaking initiative became the model for the New Social Cartography Project of the Amazon, enabling communities to make use of the latest technologies to bolster their rights over their own territories and resources.



Brasileiro ensina povos da Amazônia a usar GPS e fazer mapas

REINALDO JOSÉ LOPES FOLHA DE SÃO PAULO, 9 MAIO 2011

Por promover a união improvável entre o conhecimento tradicional de grupos amazônicos e as modernas técnicas de mapeamento por satélite, um antropólogo brasileiro acaba de receber um prêmio de US\$ 100 mil da Fundação Ford, sediada nos EUA.

“Muita gente acha que a Amazônia é um caos fundiário, mas não é bem assim”, disse à Folha Alfredo Wagner Berno de Almeida, pesquisador da Ufam (Universidade Federal do Amazonas). “A verdade é que essas comunidades organizam muito bem seu território. E os mapas que ajudamos a editar expressam essa racionalidade.”

Esse é basicamente o trabalho que levou à láurea concedida a Almeida e seus colegas: editar mapas.

O projeto do grupo, batizado de “Nova Cartografia Social da Amazônia”, ensina indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais a empregar o GPS e técnicas modernas de georreferenciamento para produzir mapas artesanais, mas bastante precisos, de suas próprias terras.

Desde o lançamento, em 2005, cerca de 120 fascículos desse mapeamento já foram publicados (alguns com comunidades tradicionais de outras regiões do Brasil).

A intenção dos pesquisadores é entender como esses grupos usam seu espaço e organizam, em alguns casos há milênios, o uso dos preciosos recursos naturais da região.

Os mapas também ajudam a entender como essas identidades colidem com a urbanização e a expansão da fronteira agrícola na Amazônia, e a auxiliar as comunidades a demonstrar os direitos sobre seu território tradicional.

“Existe hoje uma pressão grande para a formalização do mercado de terras na Amazônia. A regularização é fundamental, mas às vezes não leva em consideração esses povos tradicionais”, diz o antropólogo, nascido em Minas Gerais e com doutorado no Museu Nacional Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nesse trabalho, o grupo de mais de 70 pesquisadores, entre antropólogos, economistas, biólogos e agrônomos, também pode constatar como essas identidades estão se transformando.

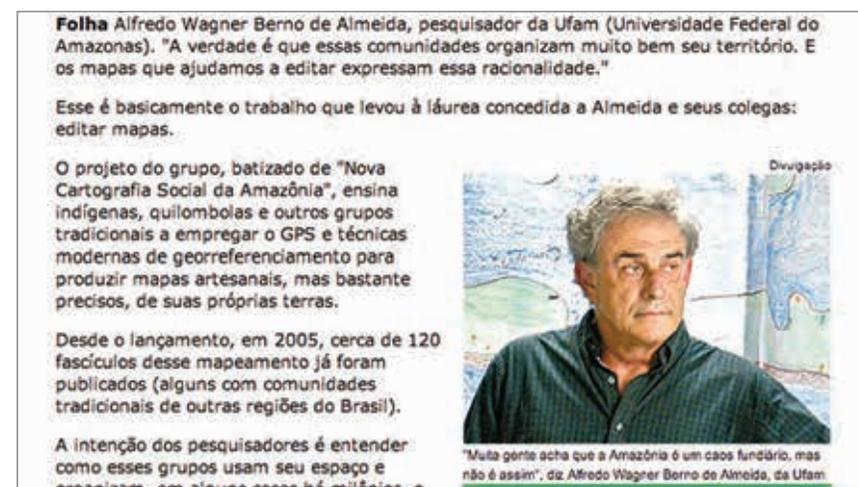
Uma das situações emergentes são os índios urbanos --36 mil deles só na capital amazonense. Sintomático desse fato é que o grupo tenha ajudado na demarcação da terra indígena do município de Rio Preto da Eva (AM) --uma terra indígena urbana.

A equipe já era apoiada pela Fundação Ford. O prêmio desta semana integra o “Visionaries Award” (Prêmio Visionários), dado a “12 inovadores sociais cuja visão extraordinária e trabalho corajoso estão melhorando a vida de milhões de pessoas”, diz a fundação em comunicado.

Para Almeida, é importante reconhecer o sucesso dessas comunidades como modelos de gestão responsável dos recursos naturais.

Muitos céticos dizem que esse uso sustentável teria mais a ver com falta de alternativas econômicas, e que essas pessoas não hesitariam em deixar seu modo de vida ancestral se tivessem acesso a hospitais, educação e lazer urbanos. Ele discorda.

“Percebemos que muitas dessas pessoas preferem uma vida com menos conforto material mas com uma rede de proteção social forte, e com autonomia sobre suas vidas, em vez de simplesmente decidirem virar assalariados.”



VII

exposições





Debulhar Açaí exposição de fotografias

Apresentação

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Fotografias

Roseane Martins (Socióloga)

Rodrigo Lopes (Arquiteto)

Período

22 setembro 2007

Local

Porto do Açaí – Belém



Povos e Comunidades Tradicionais

Período

14 outubro – 2 novembro 2011

Local

Jardim Botânico do Rio de Janeiro

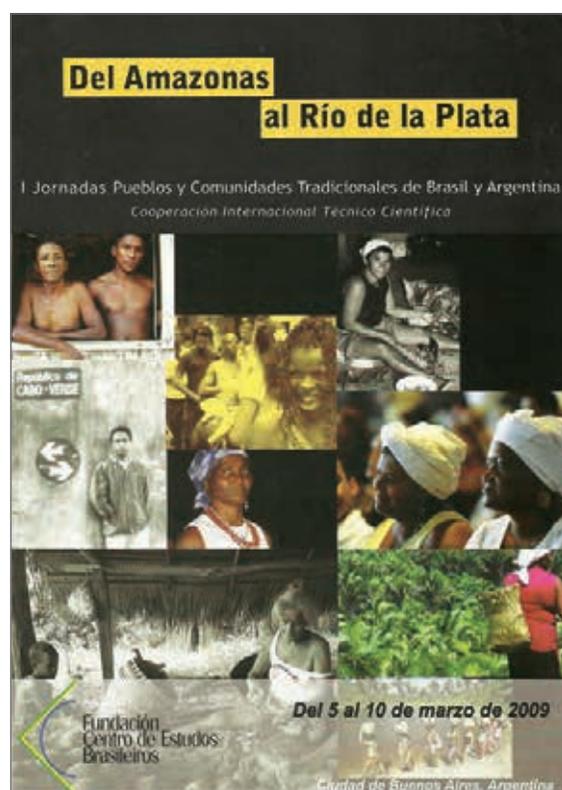
Exposição que apresentou ao público o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, contando com a exibição de diversos fascículos, mapas e ainda com a presença de representantes de diferentes movimentos. Esta exposição foi também apresentada na Universidade Federal do Pará, em Belém, no mês de outubro de 2012, e na Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, no mês de novembro.



VIII

eventos





Del Amazonas al Río de la Plata: I Jornadas Pueblos y Comunidades Tradicionales de Brasil y Argentina – Cooperación Internacional Técnico Científica

Período

5 março 2009

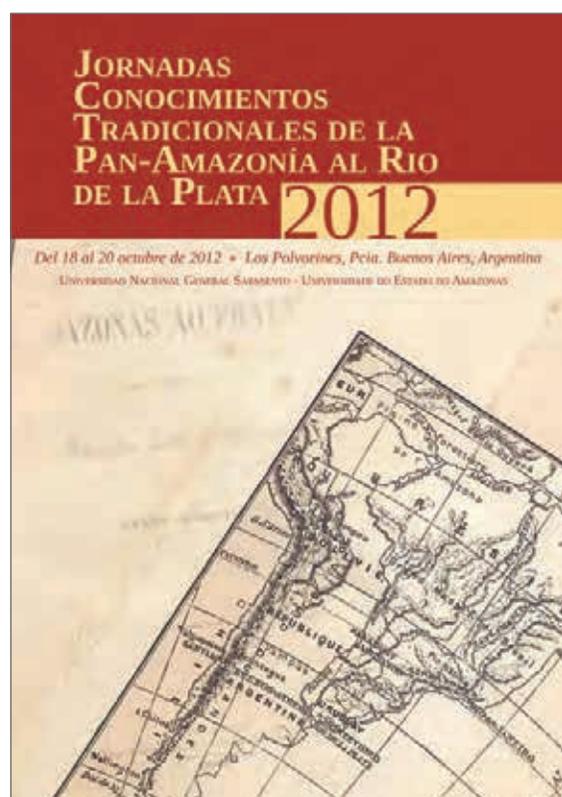
Local

Buenos Aires, Argentina

Realização

Fundación Centro de Estudos Brasileiro

Projeto Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia – CESTU/UEA



Jornada Conocimientos Tradicionales de la Pan-Amazonía al Río de la Plata

Período

18 al 20 octubre de 2012

Local

Los Polvorines, Argentina

Realização

Universidad Nacional General Sarmiento

Universidade do Estado do Amazonas – UEA



I Simpósio Internacional: Conhecimentos Tradicionais na Pan-Amazônia

Período

14 a 16 julho 2010

Local

Manaus

Realização

Projeto Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia – CESTU/UEA

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PPGAS/UFAM



Simpósio Internacional: Conhecimentos Tradicionais e Territórios nas Regiões de Fronteira na Pan-Amazônia

Período

11 a 13 maio 2011

Local

UEA – Tabatinga

Realização

UNAMAZ

Projeto Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia – CESTU/UEA

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PPGAS/UFAM



Jornadas Antropológicas

Realização

PNCAA-CESTU-UEA

Período

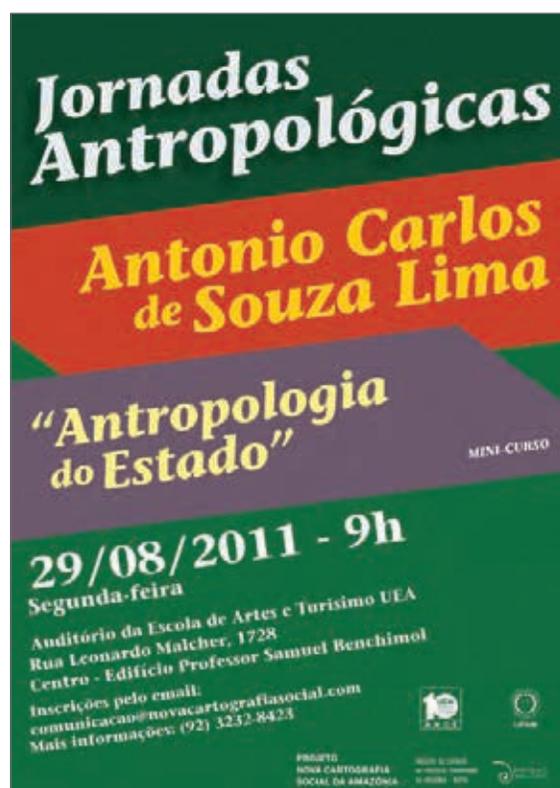
11 agosto 2011

Local

Auditório da ESAT-UEA

Conferencistas

Afrânio Raul Garcia Jr.
 Marie France Garcia-Parpet



Jornadas Antropológicas

Realização

PNCAA-CESTU-UEA

NEPTA-UFAM

Período

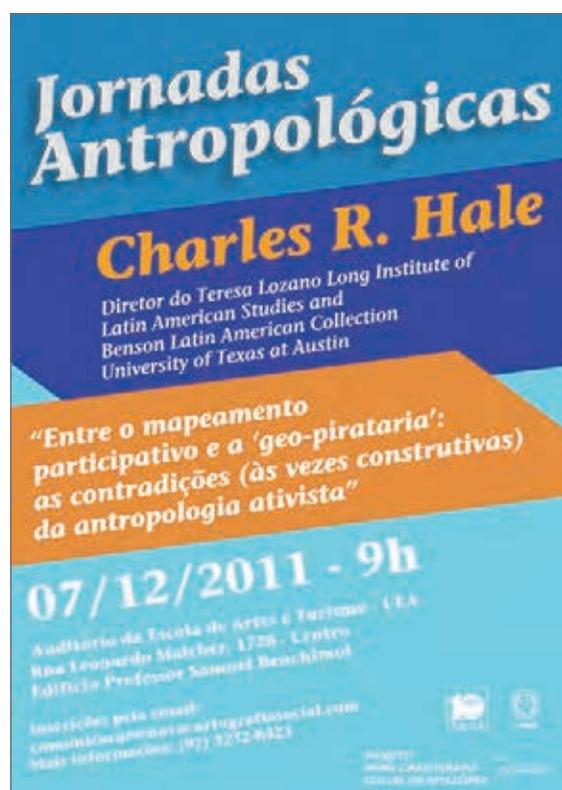
28 agosto 2011

Local

Auditório da ESAT-UEA

Conferencista

Antonio Carlos de Souza Lima



Jornadas Antropológicas

Realização

PNCAA-CESTU-UEA/NEPTA-UFAM

Período

7 dezembro 2011

Local

Auditório da ESAT-UEA

Conferencista

Charles R. Hale



IX

**filmes e
documentários**



Piaçabeiros do Rio Aracá, Barcelos – Amazonas

Direção e edição

Gustavo Soranz

Roteiro e filmagens

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Elieyd Sousa de Menezes

Franklin Plessman de Carvalho

Apoio

Fundação Ford

UEA

UFAM

FAPEAM

AMIRB

COMAGEPT

Produção

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Mainã e Jatuarana: Intrusão do Exército em Terras Tradicionalmente Ocupadas

Realização

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Apoio

Universidade do Estado do Amazonas

Universidade Federal do Amazonas

Ford Foundation

Equipe de pesquisa

Erika Matsuno Nakasono

Elieyd Sousa de Menezes

Luís Augusto Pereira Lima

Clayton Rodrigues

Antonio João Castrillon

Imagens e edição

Carolina Silva

Duração

29min34s

Trilha sonora

Duas Casas (Fábio Campos)

Sangue Verde (Raízes Caboclas)

Gênero

Documentário

Data

outubro 2011.

AARJ – Associação dos Artesãos do Rio Jauaperi

Realização

Fundação Nacional de Artes

Cultura Microprojetos

Secretaria de Articulação Institucional

Ministério da Cultura

Governo Federal

Apoio

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Comissão Pastoral da Terra

Escola Viva Amazônia

Secretaria de Cultura do Estado

Governo do Estado do Amazonas

Imagens

Aldenir de Nazaré Brazão, Meiry Diane Lima de Lima e

Francisco Parede de Lima

Edição

Carolina Silva

Duração

26min36s

Trilha Sonora

Olho de Boto (Raízes Caboclas)

Gênero

Documentário

Data

novembro 2011

Piaçabeiros do Rio Aracá, Barcelos – AM

Realização

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

José Martinho F. Albuquerque

Trilha sonora

Troncos de Árvore (Raízes Caboclas)

Apoio

Universidade do Estado do Amazonas

Universidade Federal do Amazonas

Ford Foundation

Imagens

Alfredo Wagner B. de Almeida

Gênero

Documentário

Edição

Carolina Silva

Data

dezembro 2011

Equipe de pesquisa

Alfredo Wagner B. de Almeida

Elieyd Souza de Menezes

Franklin Plessmann de Carvalho

Duração

21min26s

Amor pelo Território Quilombola de Jambuaçu: Intervenções da CVRD e luta dos quilombolas por direitos étnicos e territoriais

Realização

Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo de Mojú

Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Fotografia

Maria Luiza Fernandes Alves

Célio Augusto da Costa

Edição

Rosa Acevedo, Rodrigo Lopes

Duração

14min33s

Data

2007

Slideshow do ato de lançamento do Fascículo 11, Câmara Municipal de Concórdia

Realização

ARQUINEC

ARQUIOB

UNAMAZ

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Fotografia

Rita de Cássia P. da Costa

Duração

13min42s

Edição

Rita de Cássia P. da Costa

Rodrigo Lopes

Data

março 2007

Quilombolas de Bujaru e Concórdia na espera pela titulação do território

Realização

ARQUINEC
ARQUIOB
UNAMAZ
Projeto Nova cartografia social da Amazônia

Fotografia

Marcelo Rodrigues

Duração

28min02s

Edição

Rosa Acevedo
Rodrigo Lopes

Data

2007

Entre as cidades e as ilhas

Realização

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Fundação Ford

Universidade da Amazônia – UNAMA

Idioma

Português e Inglês

Apoio

Universidade do Estado do Amazonas – UEA
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Produção e edição

Geneviève Pressler

Duração

20min

Quem agride o meio ambiente? Eu digo a verdade mesmo! Registro de Oficina de mapas na comunidade quilombola dos rios Arari e Gurupá nos dias 22 e 23 de abril de 2011

Realização

Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ
Universidade Federal do Pará – UFPA
Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA

Edição

Neusa Pressler
Martha Almeida
Marcos V. F. Gomes

Cartografia

Quilombolas dos rios Arari e Gurupá
Rosa E. Acevedo Marin
Eliana Teles

Produção

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA
Universidade da Amazônia/Labcom – UNAMA

Filmagem

Rosa Acevedo Marin

Tradução

Ruben Acevedo

Equipe de pesquisa

Rosa Acevedo
Eliana Teles

Fotografia

Eliana Teles

Duração

16min41s'

Agradecimentos

Quilombolas dos rios Arari e Gurupá
Neusa Pressler
Martha Almeida
Luciano Alma
Ruben Acevedo

Data

maio 2011

Piaçabeiros

Direção e edição

Pedro Duprat

Roteiro

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Elieyd Sousa de Menezes

Franklin Plessman de Carvalho

Produção

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Vídeos realizados pelo Canal TV Futura em colaboração com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Amazônia: uma nova cartografia > Rio Jauaperi, Amazonas/Roraima

Amazônia: uma nova cartografia > Rio Preto da Eva, Amazonas

Amazônia: uma nova cartografia > Cunuri – São Gabriel da Cachoeira, Amazonas

Amazônia: uma nova cartografia > Iauaretê – São Gabriel da Cachoeira, Amazonas

Amazônia: uma nova cartografia > Portos de Belém, Pará

Comunidades de Fundos de Pasto Bahia

Cipozeiros Santa Catarina

Vídeos realizados pelo programa Globo Ecologia

Cipozeiros da Mata Atlântica Florianópolis, Santa Catarina

São Francisco, um rio de lembranças Bahia

A cultura dos Faxinais Paraná

Vídeo realizado pelo programa Globo Ciência

Razão e Emoção Rio de Janeiro

X

nova cartografia social

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e seus desdobramentos, que Alfredo Wagner tem liderado, deixarão sua marca nas Ciências Sociais. É uma experiência simultânea de produção de conhecimento e intervenção social em que todos os lados produzem conhecimento e intervém. Levando o método etnográfico aos seus limites, provocam um diálogo igualitário e produtivo entre o mundo acadêmico e diferentes povos e/ou comunidades e entre esses povos e/ou comunidades, guardando as especificidades das partes, rompendo com impasses que têm marcado esses relacionamentos.

MOACIR PALMEIRA ANTROPÓLOGO - PROFESSOR TITULAR DO PPGAS - MUSEU NACIONAL - UFRJ



Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA ANTROPÓLOGO; PROFESSOR-VISITANTE CESTU — UEA, PPGSCA E PPGAS — UFAM;
COORDENADOR DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA; PESQUISADOR CNPQ

A proposição de uma “nova cartografia social”, enquanto orientadora de práticas de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendida como circunscrevendo-se a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas à defesa ou à apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas. A verificação in loco de situações empiricamente observáveis remete a relações de pesquisa entre os investigadores e os agentes sociais estudados, que no caso em pauta do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia referem-se às comunidades tradicionais, cujos efeitos se manifestam, de maneira diferenciada, nos resultados obtidos. Esta descrição de pretensão plural compreende práticas de trabalho de campo e relações em planos sociais diversos, que envolvem múltiplos agentes, os quais contribuiriam à descrição com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço) e objetos. Semelhante construção descritiva, que nada tem de uma interpretação dos atos como texto, ocorre na “confrontação contínua das experiências e das reflexões dos participantes” (Bourdieu, 2003:694), desfazendo a ilusão empirista das “autoevidências” de campo. As confrontações acham-se dispersas na vida social e se estruturam a partir da perspectiva de diferentes posições¹ e não apenas do prisma das instâncias de poder referidas ao Estado. Poderia ser nomeada como uma “nova descrição”, que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos, a vida social de povos, comunidades e grupos, classificados como “tradicionais” e considerados à margem da cena política, mas que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la. Está-se chamando de consciência de suas fronteiras à confluência de pelo menos duas vertentes, ou seja, à unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos, manifestas de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado. Tal unificação indica uma ruptura com o monopólio de classificações identitárias e territoriais produzidas historicamente pela sociedade colonial, mediante recenseamentos, cadastros, códigos e mapas. Enuncia uma tensão, cada vez mais perceptível, entre a consciência de

si mesmos, expressa por ações coletivas e pelas autodefinições, e as categorias censitárias de identidade, apoiadas em critérios cromáticos (“preto”, “amarelo”, “branco”, “pardo”) e primordialistas, de nítida inspiração em classificações raciais, impostas uniformemente pelo poder do Estado desde pelo menos 1872, data do primeiro censo demográfico do Brasil². A principal configuração desta ruptura concerne a um quadro de intensas mobilizações políticas destes agentes sociais articuladas tanto com o advento das categorias de autodefinição, quanto com a emergência de formas político-organizativas específicas. Ambas convergem para uma identidade coletiva objetivada em movimento social, notadamente a partir de 1985-86, no âmbito das discussões que perpassaram a Constituinte e foram incorporadas à Constituição Federal de 1988. Por meio destas práticas mobilizatórias, que evidenciam conhecimento de seus direitos constitucionais, é que tais agentes interrogam sobre suas relações com a política, parcialmente exprimidas pelas organizações e movimentos que os representam. Certamente que, para muitos estudiosos, tais ações coletivas³ remetem à tentativa de constituição de um coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado, apoiado em relações associativas que possibilitam uma interlocução permanente com o Estado e com outros coletivos. Mediante estes “efeitos de agregação” (Cefai, 2007:08) aflora uma certa percepção da legitimidade das ações coletivas, que nos parece coextensiva a uma crença na eficácia dos direitos étnicos e territoriais para além de qualquer demanda de “reconhecimento” pelo Estado. Todo este conjunto de efeitos reforça uma autoconsciência que requer o reconhecimento recíproco de agentes sociais igualmente autoconscientes, que pode ser assim sintetizado: “é um de nós”. Ao mesmo tempo possibilita condições para que cada um encontre a si mesmo no outro, delineando uma relação política fortemente solidária e um acordo explícito em torno de uma dada forma associativa, de uma pauta reivindicatória face ao Estado e de um mesmo território. Cada um ao reconhecer na luta do outro uma parte de sua própria luta reconstrói sua trajetória histórica, repensa a sua “origem” e propicia o lastro indispensável para a coesão imprescindível a uma ação política concreta. Estes agentes sociais agudamente conscientes de si mesmos e ombreados numa ação transformadora, ao repensarem sua história, percebem-se como compondo circunstancialmente um todo, mobilizados em torno de um propósito aproximado e de uma mesma forma

1 Para um aprofundamento das questões referidas às “relações de pesquisa” e às “relações de entrevista” consulte-se: Bourdieu, Pierre – “Compreender” in: *A miséria do Mundo*. Petrópolis. Ed. Vozes. 1997 pp. 693-713. (trad. de Mateus S. Soares Azevedo et al.).

2 Consulte-se Pacheco de Oliveira, João – “Entrando e saindo da “mistura”: os índios nos censos nacionais” in *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1999 pp. 124-151.

3 Para uma discussão sobre o sentido destas ações consulte-se: Cefai, Daniel – *Pourquoi se mobilise-t-on? Les Théories de l'action collective*. Paris. Éditions La Découverte. 2007 (Collection “Recherches”. Série Bibliothèque du MAUSS).

de luta. Acham-se investidos de uma posição de legitimidade face ao próprio grupo, que se desdobra na condição de narradores das trajetórias coletivas, reunindo atributos que se projetam para além do presente. Mostram-se, neste sentido, profundos conhecedores das particularidades ecológicas e geográficas, exímios artífices de paisagens, perquirindo realidades localizadas e esboçando caminhos entre acidentes naturais e artificiais topograficamente inimagináveis. Articulam uma combinação entre este conhecimento peculiar, ao mesmo tempo geográfico e ambiental, e uma ação política formulada em termos de identidade, indissociável de fatores econômicos. Ao fazê-lo refletem a toda prova uma “nova descrição”. Expressam ademais uma consciência de sua diferença e da singularidade de seus interesses em flagrante contradição com aqueles de seus antagonistas históricos. Os mapas produzidos no contexto destas mobilizações passam, portanto, a refletir não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vista e práticas, mas sobretudo uma situação de conflito e um conhecimento intrínseco às realidades locais, tanto agrupando, quanto distinguindo. Neste processo de distinção tem-se um ritual de passagem eminentemente político, que direciona este esforço analítico para determinações de existência diferenciadas. Há mobilizações que estão voltadas para a aprovação de leis, outras se empenham em lutas de “reconhecimento”, outras mais se mobilizam por seus territórios, enquanto outras ainda exigem medidas reparadoras e recusam qualquer “concessão”, num conhecido preceito de “conflito a todo custo”. Diante destas particularidades torna-se difícil, senão improvável, fazer qualquer tipo de generalização ou elaborar um modelo que permita prever-lhes a evolução.

UNIDADES DE MOBILIZAÇÃO

A força destas especificidades e de distinções que lhes são adstritas direciona o esforço analítico para determinações de existência, que tem como principal referência empírica a região amazônica, e para situações de emergência étnica dos denominados povos e comunidades tradicionais em outras regiões do país. Em termos político-organizativos verifica-se neste processo social uma passagem que, respeitando a heterogeneidade de situações, pode ser assim sintetizada: as unidades sociais de referência (povos, comunidades e grupos) se transformam em *unidades de mobilização*⁴, cujas práticas diferenciadas e laços de solidarie-

4 A expressão unidades de mobilização consiste numa noção operacional utilizada como recurso explicativo mediante situações de conflito social. Vem sendo reelaborada consecutivamente desde meados de 1987-88 em sucessivas experiências de pesquisa, que implicaram em atividades de mapeamento social caracterizadas pelo fato de membros de povos, comunidades e grupos participarem diretamente da elaboração de mapas, constituindo-se em seus principais artífices. Resultaram em inúmeros trabalhos com comunidades quilombolas, povos indígenas, quebradeiras de côco babaçu, pescadores, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, piaçabeiros, povos de terreiro, peconheiros e artesãos na região amazônica, bem como com comunidades de faxinais no planalto meridional do país e com comunidades de fundos de pasto no semi-árido nordestino. A partir de observações in loco das ocorrências de conflito tem sido possível destacar um conjunto de condições favoráveis à aglutinação de interesses específicos de povos, comunidades e grupos sociais diferenciados. Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais

dade política⁵ se consolidam em oposição aberta a antagonistas históricos e recentes, avivando uma existência coletiva traduzida pela indissociação entre os conflitos e a consciência de suas fronteiras usurpadas retratadas fidedignamente pelo mapeamento social.

Face a esta projeção dos narradores e a complexidade das relações sociais o processo de produção cartográfica já não encontra condições de possibilidade para insistir numa representação “objetiva” da superfície terrestre e do quadro natural. Conjugado com esta relativização tem-se que o termo “nova”, enquanto adjetivante, não só assinala uma insuficiência teórica e uma certa incapacidade de explicar fenômenos recentes, mas traduz, sobretudo, imprevisibilidade, chamando a atenção para um aspecto dinâmico e situacional, que caracteriza o processo de construção cartográfica dos chamados mapeamentos sociais e de realidades que estão por vir. As noções operativas referentes à “nova cartografia social” encontram-se, pois,

de existência, são momentaneamente aproximados e assemelhados, baixo o poder nivelador da ação do Estado ou de antagonistas circunstancialmente mais poderosos. Em outras palavras e a outro nível de abstração, pode-se adiantar que as políticas governamentais e seus efeitos é que tem possibilitado elementos básicos à formação de composições e de vínculos solidários entre diferentes comunidades e povos nestas situações de conflito. São elas que concorrem decisivamente para uniformizar ações políticas de grupos sociais não-homogêneos do ponto de vista econômico. Sem representar necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, tais povos, comunidades e grupos tem se organizado em consistentes unidades de mobilização, não somente na Amazônia, mas em todo o país. Nestas unidades o valor da força de trabalho não constitui sua base racional e declarada, mas, a despeito disto, verifica-se um elevado grau de coesão em suas práticas, tornando-as formas ágeis e eficazes de organização política. Por se encontrarem atreladas a lutas localizadas e imediatas, cuja especificidade se atém ao próprio tipo de intervenção dos aparatos de poder consorciados com interesses de empreendimentos privados, estabelecem uma articulação particular do político com o econômico, mesmo com todas as diferenciações e desigualdades que porventura encerrem. Estas unidades mobilizam-se pela manutenção de condições de vida preexistentes aos grandes projetos em vias de implantação ou já implantados. Compõem-se, objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua reprodução física e social, à sua identidade e, inclusive, para alguns deles, à sua afirmação étnica. O que antes os dividia, erodiu temporariamente, permitindo convergências inimagináveis. Fatores étnicos, “raciais” e religiosos, usualmente acionados para reforçar solidariedades e distinguir as chamadas “minorias”, perdem relativamente, no contexto destes antagonismos, sua força de marcar diferenças intransponíveis. Ameaçados pela perda de direitos às pastagens, às florestas densas e aos recursos hídricos e, por conseguinte, à caça, à coleta, à pesca e à agricultura, povos e comunidades vivem a ruptura da estabilidade na combinação de recursos e no exercício de atividades elementares como prenúncio de uma “crise ecológica” (Wolf, 1984:336-350) sem precedentes. As formas de resistência que engendram para enfrentar estas adversidades evidenciam estratégias de luta consolidadas pelas unidades de mobilização, que passaram a ter nos mapas um de seus fatores de articulação e de conhecimento comum (Almeida, 2011:17).

Para maiores detalhes, consulte-se: Almeida, A. W. B. de – “Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia” in Os quilombos e as novas etnias. Manaus. UEA, 2011. pp. 15-33.

5 Na busca de demonstrar a complexidade desta passagem e as discordâncias em torno dela importa citar Rancière, que busca construir, diferentemente de Bourdieu, um “sujeito político” fora deste jogo de oposições: “Un sujet politique ce n’est pas un groupe qui prend conscience de lui-même, se donne une voix, impose son poids dans la société. C’est un opérateur qui joint et disjoint les régions, les identités, les fonctions, les capacités existant dans la configuration de l’expérience donnée (...)” (Rancière, 1995:188).

Cf. Rancière, Jacques – La Méseintente. Politique et philosophie. Paris. Galilée. 1995

em constante movimento, relativizando seus resultados, politizando as relações e desdizendo concomitantemente as tentativas “objetivistas”, as “ilusões empiristas”, as instruções normativas e os manuais de inspiração “positivista”, que buscam a cristalização dos procedimentos de produção de mapas e mapeamentos.

FILÓSOFOS E ANTROPÓLOGOS: UMA “NOVA DESCRIÇÃO”

Nesta ordem é que se pode asseverar que a análise crítica das práticas de cartografar, tornou-se mais recentemente objeto de reflexão e debate de filósofos⁶ (Foucault⁷, Deleuze, Guatari⁸, Agamben⁹) e de sociólogos e antropólogos¹⁰ (Bourdieu¹¹, Bateson¹², Baudrillard¹³, Goody), invertendo direções, recompon-

do paisagens, alargando horizontes, abrindo debates e arrebatando a questão dos domínios estritos do conhecimento técnico em que ela já estaria consolidada como tributária da geografia e de disciplinas militares. “Mapear uma região” não significaria, portanto, a mesma proposição, quando perpetrado pela geografia, consoante, por exemplo, critérios náuticos da Marinha chinesa por volta do século XIII ou critérios geopolíticos dos militares prussianos do final do século XIX e das primeiras décadas do XX, ou quando formulado por critérios de inspiração epistemológica de filósofos e antropólogos, no final do século XX e na primeira década do século XXI. Para Foucault e Deleuze seriam formações discursivas inteiramente distintas e caberia aos sistemas explicativos não desconhecer a “novidade dos critérios”, fixando com rigor os cortes ou rupturas e tratando-os de maneira detida e criticamente. A força desta distinção rompe com a rigidez do cartografismo histórico, reinterpretando fontes documentais e arquivísticas (Goody¹⁴, Black¹⁵, Cortes¹⁶), e permitindo-nos asseverar que a “nova cartografia social” observa os ditames do rigor científico, incorporando a mobilização dos agentes sociais e suas respectivas formas organizativas e representações do território, bem como o aspecto extremamente dinâmico do processo de produção cartográfica.

Deleuze¹⁷, ao analisar “Vigiar e Punir”, de Foucault, fala inclusive, de maneira explícita, de “um novo cartógrafo” (Deleuze, 2005:33). Para tanto ele sublinha que Foucault refuta um certo número de postulados, dentre eles os da “propriedade”, da “localização”, da “subordinação” e da “essência”. Aqui importa mencionar a crítica ao “postulado da localização”, segundo o qual “o poder seria o poder de Estado”, estando localizado no próprio aparelho de Estado (Deleuze, *ibid.* 35). Argumenta Deleuze que, para Foucault, ao contrário, haveria uma dispersão, isto é: “o próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma “microfísica do poder”. (Deleuze, *ibid.* 35). As relações de poder perpassam povos, comunidades e grupos nas decisões de como construir o mapa ou de como delimitar seu território. Narrar memorialisti-

o mapa sucederia à consciência das fronteiras? No processo de cartografar é que a percepção do território se consolidaria? A polémica é política e a eficácia das mobilizações é que habilita cada forma organizativa a dar suas respectivas respostas.

Vide: Baudrillard, Jean – Simulacres et simulation. Paris. Galilée. 1981

14 Cf. Goody, Jack – Renascimentos: um ou muitos? São Paulo. Editora UNESP. 2011. (trad. Magda Lopes). pp. 94,95 e 267-270.

15 Cf. Black, Jeremy – Mapas e História. Construindo Imagens do Passado. Bauru, São Paulo. EDUSC. 2005; (trad. Cleide Rapucci).

16 Cortés, E. L.; Ortiz, C. P.; González, R. A. B. – De la etnografía antropológica territorial a la etnografía de la globalización. Jalisco, México. Universidad de Gualajara. 2007

17 Para Deleuze a interpretação de Foucault não assinalaria mais um lugar privilegiado como fonte de poder. Em decorrência ela recoloca as concepções de espaço físico e de espaço social, abrindo novas possibilidades de analisar as reações entre poder político e defesa do território. “Notar-se-à que “local” tem dois sentidos bem diferentes: o poder é local porque nunca é global, mas ele não é local nem localizável porque ele é difuso.” (Deleuze, 2005: 36).

Cf. Deleuze, G. – Foucault. São Paulo. Editora Brasiliense. 2005 (trad. Claudia Sant’Anna Martins).

6 *Poder-se-ia argumentar, de maneira complementar, que, desde pelo menos o século XIX, os filósofos tratam da questão cartográfica e esta assertiva mostra-se pertinente, afinal em 1897 o filósofo Ricardo Luddecke publicou o Atlas Escolar Português, cuja edição foi autorizada pela Direção-Geral de Instrução Pública, de Portugal, para uso dos liceus e institutos de ensino secundário (Daveau e Galego, 1995:110). Importa distinguir que esta designação oficial revela-se limitada e circunscrita a uma decisão política, absolutamente contingencial, e não se confunde com a autonomia intelectual de filósofos que, posteriormente, elegeram a cartografia social como objeto de reflexão. Para um aprofundamento da situação exemplificada leia-se: Daveau, Suzanne e Galego, Julia – “Difusão e ensino da Cartografia em Portugal” in Dias, Maria H. (coord.) – Os mapas em Portugal – da tradição aos novos rumos da cartografia. Lisboa. Edições Cosmos e Cooperativa Penélope. 1995 pp. 85-124*

7 Cf. Foucault, Michel – Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France. 1977-1978. Paris. Seuil-Gallimard. 2004

8 Cf. Deleuze, Gilles; Guatari, Félix – Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. I. São Paulo. Editora 34. 2007 (trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa).

9 Cf. Agamben, Giorgio – Nudéz. Lisboa. Relógio D’água Editores. 2009 (trad. Miguel Serras Pereira).

10 Na história da antropologia as discussões com a abordagem geográfica mostram-se recorrentes desde as últimas décadas do século XIX. O texto “Estudo da Geografia” de Franz Boas, datado de 1887, inaugura este debate, discutindo “duas concepções sobre a natureza da pesquisa científica”, cuja distinção encontrava-se nos métodos: o “físico” e o “histórico”. Para Boas a “influência da geografia” era “uma questão extremamente complexa”. (Stocking, 2004: 24,25). Não é difícil constatar que o primeiro capítulo das descrições etnográficas invariavelmente referiam-se ao quadro natural ou espacial das narrativas denominado setting. Os mapas, que passam a integrar os trabalhos etnográficos, tornam-se mais destacados nas etnografias a partir dos trabalhos de campo de B. Malinowski.

Cf. Stocking, Jr., George W. – Franz Boas. A formação da antropologia Americana, 1883-1911. Rio de Janeiro. Contraponto – Editora UFRJ. 2004 ; pp. 15-38. (trad. Rosaura C. L. Eichenberg).

11 Cf. Bourdieu, Pierre – “Campo do Poder. Campo Intelectual e Habitus de Classe.” In: A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo. Perspectiva. 2007. p. 184. (tradução de Sérgio Miceli et al.).

12 Segundo Deleuze: “Gregory Bateson serve-se da palavra “platô” para designar algo muito especial: uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma, e que se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior.” (Deleuze, 2007 :33). O trabalho de Bateson que é citado trata-se de: Vers une écologie de l’esprit. Este termo “platô” que integra também o título do livro de Deleuze, anteriormente citado, é tomado à botânica e utilizado no estudo dos bulbos, tubérculos e rizomas.

13 Baudrillard nos convida a refletir que o mapa precede ao território, através dele é que o território seria construído. A gradação em pauta trata-se de um argumento polêmico, que busca inverter as proposições correntes seja de geógrafos ou de sociólogos. Esta interpretação levanta indagações:

camente os pontos extremos, traçar uma linha, elaborar uma planta ou croquis, identificar pelo conhecimento local os marcos divisórios e os lindeiros, implica em confronto direto, em relações de poder.

O arrebatamento da questão por filósofos e cientistas sociais tem forçado, deste modo, aqueles domínios de conhecimento, já instituídos formalmente para pensar o processo cartográfico, a proceder a redefinições, ressemantizações e relativizações de noções básicas da cartografia, que haviam se tornado lugar comum e não mais requeriam explicações ou demonstrações de sua eficácia científica. A partir desta abordagem crítica verifica-se que, tanto o conceito corrente de cartografia¹⁸, quanto as “relações espaciais”, que caracterizaram historicamente o conceito cartográfico de território, estariam conhecendo atualmente uma certa dispersão e passando por transformações profundas. Por serem muito recentes e complexas, redefinindo inclusive as teorias acerca da categoria espaço¹⁹, reconceituando território²⁰ e indagando quem é o sujeito da ação cartográfica, tais mudanças são difíceis de serem estimadas em toda sua extensão. Mediante esta pressão pluridisciplinar, que tem insistido no primado da reflexividade, relativizando o papel de quem produz os mapas, é que o processo de produção cartográfica já não busca necessariamente, como sublinhado em momentos anteriores, a representação “objetiva” e acabada da superfície terrestre e se afasta da orientação normativa do positivismo.

Ao mesmo tempo cabe destacar que os mapas deixaram de ser instrumentos reservados principalmente aos doutos, aos sábios e aos “poderosos” ou aos

18 Conforme o manual “Noções Básicas de Cartografia”, de 1999, que corresponde ao número oitavo da série *Manuais Técnicos em Geociências*, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Diretoria de Geociências e seu Departamento de Cartografia, tem-se que em 1966 foi estabelecido pela Associação Cartográfica Internacional (ACI) e posteriormente ratificado pela UNESCO o seguinte conceito de cartografia: “A Cartografia apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.” (IBGE, 1999:12). Nos termos deste manual este conceito seria “hoje aceito sem maiores contestações” (ibid.).

19 Harvey, inspirado em Henri Lefebvre, reconstitui a conceituação de espaço em Marx, que considera estreitamente ligada à problemática do imperialismo, e recupera as polêmicas em torno de uma produção do espaço. Discute, em resumo, a noção de capital como entidade espacial ou territorializada, isto é, o capitalismo avança sobre novos espaços físicos, acelerando a circulação das mercadorias e desestruturando, assim, o espaço através do “encurtamento” do tempo (Harvey, 2011).

Cf. Harvey, David – “The Geography of Capitalist Accumulation: a reconstruction of Marx’s theory”, *Spaces of Capital: Toward a Critical Geography*. Edinburgh University Press. 2001; e também *O novo imperialismo*. São Paulo. Loyola, 2004.

20 Chamando a atenção para reconceituações de território Bensaid, lendo Harvey, acrescenta que a “nova fase de acumulação do capital globalizado” está implicando numa reorganização de espaços e territórios, que conduz a uma hierarquização territorial e a medidas de controle extremo do trânsito de pessoas com a construção de uma série de muralhas, seja contra os palestinos, seja na fronteira do México com os Estados Unidos, seja em Ceuta, impedindo os africanos de terem livre acesso ao continente europeu (Bensaid, 2008:14).

Cf. Bensaid, Daniel – Os irredutíveis teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo. Boitempo Editorial. 2008 (trad. Wanda Caldeira Brant).

aparatos de Estado. O acesso aos seus meios de produção, mesmo requerendo o conhecimento de determinadas inovações tecnológicas, acha-se disposto ao alcance de um público amplo e difuso. A vulgarização científica amplia significativamente as possibilidades de acesso ao conhecimento técnico antes restrito a especialistas e peritos. Com esta abordagem os mapas passam de uma construção privada, circunscrita a especialistas, para uma construção de sentido público ou aberta a um público amplo e difuso. Nesta brecha na conhecida oposição binária, público/privado, é que se posicionam aqueles que estão à margem da cena política legítima, passando a ter papel relevante nos mapeamentos sociais, recolocando-se, enquanto força social nas relações de poder. Eis o corolário: mapear é mobilizar-se política e criticamente, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas coletivas, consistindo numa descrição em movimento para além de qualquer abordagem que tome a descrição como uma “textualização”, tal como sugere Clifford²¹ em relação a Geertz (Clifford, 2002: 39).

O processo de publicização da cartografia social, que a conduz ao patamar de “nova”, evidencia o quanto ela vai recusando os rótulos oficializantes ou se afastando das orientações manualescas e, num sentido oposto, se aproximando de abordagens críticas da “sociedade” e das mobilizações políticas que encaminham reivindicações territoriais às instâncias de poder. Conceitos com determinação de existência, tais como “processo de territorialização”²² (Pacheco de Oliveira, 1998) e “mapeamento social” ou noções operativas como “territorialidades específicas” (Almeida, 2006) tornam-se instrumentos de descrição etnográfica. Com esta aproximação podem ser elaboradas interpretações críticas mais percucientes e capazes de detalhar as implicações intrínsecas às diferentes modalidades oficiosas de mapeamento perpetradas por agências estatais ou por agências multilaterais (BIRD, BID) ou ainda por associações voluntárias da sociedade civil (ONGs), como acentua Acselrad²³. O caráter oficioso das iniciativas destas referidas agências nutre um pseudo-consenso em torno das práticas cartográficas de zoneamentos “etnoambientais” e “ecológico-econômicos” sob a regência de uma discutível “ambientalização”²⁴ (Leite Lopes, 2004:17), orientadora de

21 Vide Clifford, James – *A Experiência Etnográfica*. Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2002. (Organização e revisão técnica de José Reginaldo Santos Gonçalves).

22 Cf. Pacheco de Oliveira, João – “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana: estudos de antropologia social*. Rio de Janeiro. PPGAS-MN-UFRJ. N° 4/1.1998.

23 Em contraposição aos que consideram os mapas unicamente como instrumento de poder e não de resistência à dominação Acselrad nos convida a refletir sobre um vasto campo de conhecimentos em que a cartografia social tanto é vista como esforço de resistência às dinâmicas de globalização, quanto um instrumento de apoio à efetivação destas mesmas dinâmicas (Acselrad, 2008: 10). Para um aprofundamento destas interpretações consulte-se as coletâneas organizadas por Henri Acselrad: i) *Cartografias Sociais e Territórios*. Rio de Janeiro. IPPUR-UFRJ. 2008 e também ii) *Cartografias Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro. IPPUR-UFRJ. 2010.

24 Reitera uma passagem do livro de Sérgio Leite Lopes que me parece bastante elucidativa: “O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos.” (Leite Lopes et al. 2004:17). Seu uso difuso e acrítico propicia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública

critérios que passam a propalar o preceito de “proteger a biodiversidade” e de delimitar áreas de incidência de determinados recursos naturais, considerados “essenciais” ou “estratégicos”. Ainda que esta tendência persista pontificando com respeito à região amazônica, cabe registrar que estamos assistindo, neste início da segunda década do século XXI, um certo esgotamento de esquemas explicativos que privilegiam fatores ambientais para explicar realidades localizadas. A ênfase nestes “fatores ambientais” e seu poder explicativo revelam sinais de exaustão através de formações discursivas caracterizadas pela monotonia, pela repetição e pela enumeração infinita de autoevidências.

ATUALIZAÇÃO DO AGRIMENSOR

Um outro efeito do referido deslocamento no campo de significação da cartografia social, concerne a reinterpretações de textos literários que focalizaram, em meados do século XX, sob diferentes prismas, as práticas de cartografar, elegendando-as como tema relevante, numa ação similar àquela dos filósofos. Estes textos são revisitados num momento em que o desenvolvimento desigual do capitalismo provoca um deslocamento de fronteiras, que resulta em fenômenos que tem sido denominados de “balcanização” e “novos nacionalismos” com seus efeitos mais diretos: “limpeza étnica”, “leis severas de imigração” e “vigilância extrema de fronteiras internacionais”. Em outras palavras: hierarquizam-se territórios e delimitam-se “áreas de proteção”, redesenhando mapas de vastas regiões em conflito aberto.

Pode-se ilustrar, inicialmente, tais releituras com a “atualização²⁵” de literatos como F. Kafka e A. Carpentier, em copiosas citações de filósofos, antropólogos e especialistas em ciência do direito. Estes dois produtores literários, agora relidos e reinterpretados, ressaltaram, em pelo menos dois livros, entre 1926, com Kafka²⁶, e 1943, com Carpentier²⁷, a figura do “agrimensor”, que foi um dos principais agentes históricos do processo de produção cartográfica. O “agrimensor”, que funciona em sinonímia com “topógrafo”, detém a competência técnica para

do “meio-ambiente” como se constituísse “naturalmente” um fator de consenso na vida social. Cf. Leite Lopes et al. (org.) – A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro. NUAP - Ed. Relume & Dumará. 2004 pp. 17-38.

25 Estamos utilizando o termo “atualizar” no sentido que lhe empresta Foucault, qual seja, como formular um problema, no tempo presente, nos termos da comunidade de que se faz parte.

26 No livro de Kafka a narrativa transcorre em torno da chegada de K., que se apresenta como “agrimensor” e se diz chamado a prestar serviços pelo Conde, que exerce sobre aqueles domínios e sobre camponeses, artesãos, pequenos comerciantes e burocratas um poder senhorial simbolizado pelo Castelo. Cf. Kafka, Franz – O castelo. São Paulo. Martin Claret. 2006 (tradução de Torriero Guimarães).

27 A partir de uma viagem pelo Haiti, em 1943, Carpentier relata, com as técnicas do realismo mágico ou da “realidade maravilhosa”, a revolta dos escravos no início do século XIX e as dificuldades inerentes à sua resistência através da figura de um personagem religioso, que ao final vê a chegada dos agrimensores com apreensão. Vide Carpentier, Alejo – “Los agrimensores” in El reino de este mundo. Caracas, Fundación CELARG (Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos). 2005. pp. 151-154

fixar limites e para demarcar territórios, produzindo os “memoriais descritivos”, que resultam em mapas aos quais são atribuídos a construção da “identidade nacional” seja como império, como potência ou como “história”. Agamben²⁸, na primeira década do século XXI, recupera Kafka, e tendo o império romano como referência histórica, reatualiza a singularidade da figura do agrimensor em termos jurídicos e literários, notadamente em situações de tensão social e de litígios de fronteira:

“Na medida em que se ocupava da constituição dos confins ou limites, o agrimensor tinha em Roma uma importância particular. Para se chegar a ser agrimensor (ou segundo o nome do seu *instrumento gromaticus*), era necessário passar-se um exame difícil, à falta do qual o exercício da profissão podia ser punido com a pena de morte. O limite em Roma tinha com efeito, um caráter a tal ponto sagrado, que aquele que destruísse extremas (*terminum exarare*) tornava-se *sacer* e podia ser impunemente morto por quem quer que fosse. Mas para a importância da agrimensura havia razões mais simples. Tanto no direito civil como no público, a possibilidade de conhecer os confins dos territórios, de identificar e atribuir parcelas do solo (*ager*) e, por fim, de decidir dos litígios de fronteira, condicionava o próprio exercício do direito. Por isso, na medida em que era, como vimos, por excelência um *finitor* – aquele que estabelece, conhece e decide os limites – o agrimensor era designado também como *iuris auctor*, “criador de direito”, e vir *perfectissimus*”. (Agamben, 2009:43) (g.n.).

Quando as exigências mercantis conduzem para a demarcação e pronta titulação de áreas, as funções históricas da agrimensura, elementares para a montagem das estatísticas cadastrais, tornam-se questões proeminentes da ordem do dia dos debates acadêmicos e das medidas emanadas das políticas governamentais voltadas para a privatização do estoque de terras públicas e para a denominada “regularização fundiária”. Os astrolábios²⁹ para o cálculo das latitudes, os cronômetros e os instrumentos de topografia são literariamente reintroduzidos numa discussão que, para naturalizar os procedimentos de medição na estrutura fundiária, encurta distâncias temporais e simula a rota inexorável do “progresso”. Como pano de fundo não apenas legislações e ações agrárias historicamente fundantes, mas medidas operacionais articuladas com inovações tecnológicas, a saber: bancos de dados, estações de trabalho com fins de geoprocessamento, meios digitais para leitura das imagens de satélites e softwares vários, que passam a determinar o trabalho digital cartográfico responsável pelo ingresso da terra como mercadoria plena em diferentes circuitos de mercado.

28 Cf. Agamben, Giorgio – “II - Agrimensor”. in Nudez. Lisboa. Relógio D’água Editores. 2009 (trad. Miguel Serras Pereira) pp. 43-49

29 O Regimento do Astrolábio, impresso no começo do século XVI e cuja redação é anterior a 1485, consiste num manual de ciência náutica para uso dos marinheiros portugueses (Cortesão, 1957:78).

B. Anderson³⁰ sublinha o papel do agrimensor a partir da invenção do cronômetro, em 1761, quando se tornou possível efetuar o cálculo preciso de longitudes, dispondo a superfície do planeta a uma rede geométrica que esquadrihava mares e regiões inexploradas. Esta tarefa ficou a cargo de exploradores, agrimensores e forças militares, sobretudo na Ásia e, em particular, no antigo Sião que corresponderia aproximadamente ao que hoje é a Tailândia. Vejamos:

"En el sudeste de Asia, la segunda mitad del siglo XIX fue la edad de oro de los agrimensores militar-coloniales y, poco después, thai. Ya estaban en camino para poner el espacio bajo esa misma vigilancia que los empadronadores estaban tratando de imponer a las personas. Triangulación por triangulación, guerra por guerra, tratado por tratado, avanzó la alienación del mapa y el poder." (Anderson, 1993:242).

A experiência de Carpentier no Haiti, em 1943, que recupera os agrimensores pós-revolução do início do século XIX, juntamente com aquela de James, em 1938, tem sido hoje colocada no cerne das questões sobre a expansão dos empreendimentos agroindustriais face a povos e comunidades tradicionais. Os vitoriosos ex-escravos, agora na condição camponesa, viam nos agrimensores que mediam as terras a reencarnação da figura autoritária dos colonizadores franceses:

"Pero, una mañana aparecieron los Agrimensores. Es necesario haber visto a los Agrimensores en plena actividad para comprender el espanto que puede producir la presencia de esos seres con oficio de insectos. Los Agrimensores que habían descendido a la Llanura, venidos del remoto Port-au-Prince, por encima de los cerros nublados, eran hombres calados, de tez muy clara, vestidos – era preciso reconocerlo- de manera bastante normal, que desenrollaban largas cintas sobre el suelo, hincaban estacas, cargaban plomadas, miraban por unos tubos, y por cualquier motivo se erizaban de reglas y de cartabones. Cuando Ti Noel vio que esos personajes sospechosos iban y venían por sus dominios, les habló enérgicamente. Andaban de aquí para allá, insolentemente, midiéndolo todo y apuntando cosas con gruesos lápices de carpintero, en sus libros grises, El anciano advirtió con furor que hablaban el idioma de los franceses, aquella lengua olvidada (...). Ti Noel los conminó a retirarse, gritando de tal manera que uno de los Agrimensores acabó por agarrarlo por el cogote (...). Pero al día siguiente, andando por la Llanura en busca de algo que comer, observo que los Agrimensores estaban en todas partes y que unos mulatos a caballo, con camisas de cuello abierto, fajas de seda y botas militares, dirigían grandes obras de labranza y deslinde llevadas a cabo por centenas de negros custodiados. Montados en sus borricos, cargando con las gallinas y los cochinos, muchos campesinos abandonaban sus chozas, entre gritos y llantos de mujeres para refugiarse en los montes. Ti Noel supo, por un fugitivo, que las tareas agrícolas se habían vuelto obligatorias y que el látigo estaba ahora en manos de Mulatos Republicanos, nuevos amos de la Llanura del Norte." (Carpentier, ibid. 152).

Esta representação literária do agrimensor resalta um conhecido preceito de que mede a terra quem tem poder para fazer viger seus limites. Em outras palavras, estes textos literários, as resenhas e os comentários evidenciam um problema do presente que pode ser assim resumido: os atos de medição traduzem uma relação de poder.

RIGOR E UTOPIA

Um outro clássico da literatura universal, que tem sido constantemente "atualizado" neste debate é Jorge Luis Borges, que se torna um autor-fonte imprescindível para o entendimento das práticas de cartografar. Seus textos tanto propiciam uma distinção entre "rigidez" e rigor científico, relativizando o mapa como uma imitação do real, tal como ressaltam Bourdieu³¹ e Baudrillard, quanto permitem discutir a lógica dos sistemas de classificação e dos princípios taxionômicos que hierarquizam realidades, tal como assinalam Foucault e Rancière³² e tantos outros ao lerem "El idioma analítico de John Wilkins".

³¹ Vide Benedict, Anderson – Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México. Fondo de Cultura Económica. 1993

³¹ Borges é largamente citado. Para efeitos de ilustração à questão em pauta gostaria de mencionar que o texto citado por Bourdieu e Baudrillard é aquele que, mencionando Suárez Miranda de 1658, Borges se refere a um império, cuja arte da Cartografía alcançou tal rigidez que o Colégio de Cartógrafos elaborou um mapa do Império, que tinha o tamanho do próprio Império e que as gerações seguintes o consideraram um "mapa inútil". A saber:

"... En aquel império, el Arte de la Cartografía logro tal Perfección que el mapa de una sola Provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del Imperio, toda una Provincia. Com el tempo, esos mapas Desmesurados no satisficieron y los Colegios de Cartógrafos levantaram un Mapa del Imperio, que tenia el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente com él. Menos Adictas al estudio de la Cartografía, las Generaciones Sigüientes entendieron que esse dilatado Mapa era inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos. En los desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruinas del Mapa, habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay outra reliquia de las Disciplinas Geográficas.

Suárez Miranda: Viajes de Varones Prudentes. Libro Cuarto, cap. XLV. Lérida. 1658." (Borges, 2006:119).

Cf. Borges, Jorge Luis – "Del rigor en la ciencia" in El Hacedor. Buenos Aires. Alianza Editorial. 2006 p.119

Eis a citação de Bourdieu sobre esta pretensão da escala 1x1 ser sinônima do "rigor científico": "Destarte, por pretenderem fazer a mímica da ciência, os biógrafos gostam de exhibir a feira de documentos exumados com paciência, cabendo-lhes destino semelhante ao daqueles geógrafos cuja preocupação de fidelidade ao real leva-os, segundo a parábola de Borges, a produzir um mapa tão grande como o país." (Bourdieu, 2007:184).

³² Borges enfatiza, ao constatar as arbitrariedades, registradas por Wilkins, sobre o enciclopedista chinês, responsável pelo Emporio Celestial de Conocimientos Benévolos, e do Instituto Bibliográfico de Bruxelas, que "não há classificação no universo que não seja arbitrária e conjetural" (Borges, 2005:153). Este texto, citado por Foucault na introdução de As palavras e as coisas e por Rancière no artigo "Borges à Sarajevo", in Rancière, J. – Chroniques des Temps Consensuels. Paris. Ed. du Seuil. 2005 pp.15-19, (traduzido para o português, por José Carlos Macedo, como "Ossuário da purificação étnica" – Folha de São Paulo. 10 de março de 1997), trata-se de "El idioma analítico de John Wilkins" in Borges, Jorge Luis – Otras Inquisiciones. Buenos Aires. Emecé Editores. 2005 (1ª edição 1960) pp.149-155

Há ainda muitos outros literatos, filósofos, historiadores e poetas, igualmente clássicos, a fazer um uso metafórico da cartografia, que de algum modo estão sendo recuperados, relidos e copiosamente citados. Há inclusive coletâneas recentes que, interrogando se o romance é uma forma do passado, são classificadas³³ como “A cartografia imaginária do mundo” (Freitas, 2009). Um dentre estes literatos seria Oscar Wilde, reinterpretado a propósito das ocupações, rebeliões e movimentos de rua e de concentrações populares duradouras em praças públicas, em diferentes metrópoles (Túnis, Cairo, Madri, New York, Atenas, Saana...), que marcaram o ano de 2011. Tariq Ali, historiador paquistanês, citando Wilde, assim inicia seu artigo intitulado “O espírito da época”, sobre o movimento Occupy Wall Street³⁴:

“Um mapa do mundo que não inclua Utopia não merece ser olhado”, escreveu Oscar Wilde, “já que deixa de fora o único país no qual a humanidade está sempre desembarcando. E quando a humanidade chega ali, olha para o horizonte e, ao ver um país melhor, zarpa em sua busca. O progresso é a realização de Utopias.” (Ali, 2012:65).

Nestas mobilizações dos ditos “utópicos”, que muitos autores criticam pela “falta de programas”, não faltam práticas cartográficas. Elas implicam em estratégias de deslocamentos sucessivos e o mapa é construído nas ruas e praças, lugares públicos por excelência. Os encontros que precedem às ocupações são marcados através da internet, e com GPS, que assinalam possíveis variações de rotas alternativas³⁵, principalmente em casos de repressão policial. A movimentação continuada na malha urbana, sempre zarpando para outras ruas e agrupando ora aqui, ora ali e ora acolá ou alacolá, é que produz e desconstrói mapas, demonstrando sua situacionalidade, não obstante os deslocamentos sucessivos encontrarem-se referidos a um mesmo ato de mobilização. Os mapas aqui, mesmo face às ocupações de praças, mais traduziriam uma idéia de movimento e seriam similares a múltiplos fluxos interrompidos e simultaneamente reiniciados. Os agentes sociais se deslocam através ou ao longo de espaços fisicamente delimitados numa sequência de operações não-regulares de resistência e contestação. Fazendo-o concorrem para produzir mapas contingentes e relacionais, estreitamente vinculados ao ritmo e à contramarcha de suas próprias mobilizações políticas.

33 Vide Freitas, Guilherme- “A cartografia imaginária do mundo”. O Globo. *Prosa e Verso*. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2009. Esta resenha refere-se à coletânea, em cinco volumes, sobre a literatura mundial, organizada por Franco Moretti, professor da Universidade de Stanford (EUA), e mais precisamente ao quinto volume intitulado O romance.

34 Cf. Ali, Tariq – “O espírito da época” in Harvey, D. et al. – Occupy - movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo. Carta Maior-Boitempo Editorial. 2012. pp.65-71

35 No livro organizado por Ned Ludd tem-se na capa um mapa urbano com setas vermelhas indicando possíveis mobilizações e evidenciando a lógica do ativismo “territorializado” de grupos como Black Block, Tutti Bianche (de Bolonha), Reclaim the Streets (RTS) e o coletivo Wu Ming (“Sem Nome”, em mandarim, coletivo que compreende um grupo de escritores italianos egressos do Projeto Luther Blisset), dentre outros. Cf. Ned Ludd (org.) – Urgência das ruas- Black Block, Reclaim the Streets e os dias de ação global. São Paulo. Conrad Livros. 2002.

“MAPAS COGNITIVOS”

Um outro autor também relido seria o romancista cubano José Lezama Lima³⁶, que busca o lugar da descrição pelos sentimentos com uma breve, senão fugaz, noção de “cartografia impressionista” (Lima,1993:121). Abrangendo experiências sensoriais explicitam que representações, pensamentos e lembranças mapeiam lugares e situações. Poderia ainda ser citado neste tópico o pensador norte-americano Fredric Jameson³⁷ com a noção de “mapas cognitivos” (Razmig, 2010:95), cujo ensaio assinala que o capitalismo tardio produz não somente uma cultura, mas uma gama de emoções que permitiriam talvez mapear a angústia, o sofrimento, a dor e a tragédia, que pairam como uma sombra sobre as políticas de enfrentamento das crises econômicas mais recentes. Para este autor na “época pós-moderna”, que corresponde ao capitalismo tardio, haveria um enfraquecimento da historicidade como corolário da perda da memória coletiva e de uma incapacidade de conceber o futuro. Em decorrência o espaço dominaria o tempo (Jameson apud Razmig, ibid. 300). A cartografia social seria vista aqui como atrelada a um certo modelo de desenvolvimento, cujos impactos desestruturam metodicamente organizações comunitárias e coletivos inteiros. Talvez seja possível afirmar que com as políticas de “reorganização de espaços e territórios”, eufemizadas pelas expressões “regularização fundiária”, “reordenamento territorial”, “reassentamentos” e congêneres, os mapeamentos de agentes sociais classificados como “atingidos” ou como “refugiados do desenvolvimento” se destacam, complementando a hierarquização de territórios, proposta pelas agências multilaterais, que delimita o tipo de expansão considerada necessária à reestruturação formal do mercado de terras³⁸.

POESIA NA “NOVA DESCRIÇÃO”

De igual maneira permanentemente “atualizado” seria o poeta português Fernando Pessoa, que buscou reforçar as bases de uma identidade nacional peculiar, quer dizer, aquela de um “nacionalismo cosmopolita”. Suas composições poéticas, entre 1922 e 1934 – resultaram na publicação de Mensagem - exaltando a cartografia náutica e o “globo mundo” na história de Portugal, como fator de expansão territorial, como veremos adiante.

36 Cf. Lima, José Lezama – Sucesivas y coordenadas. (Edición de Susana Cella). Buenos Aires. Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S.A. 1993 pp. 120, 121.

37 Edward W. Said reinterpreta o sentido de late, convidando-nos a pensar a “Conversão do tempo em espaço” ou a “Transformação da sequência cronológica em paisagem, de modo que sempre se torne possível ver, vivenciar, capturar e trabalhar o tempo... Adorno: paisagem fraturada como objetivo”(os itálicos são do próprio Said) (Said apud Woody,2009:12). Cf. Said, EW – Estilo Tardio. São Paulo.Cia. das Letras. 2009 (1ª. ed.2006). Para consultar a interpretação distinta de Jameson, que incide num equívoco cronológico ao insistir no “pós”, leia-se: Jameson, F. – Postmodernisme, ou la logique culturelle du capitalism tardif. ENSBA. Paris. 2007 (1ª. ed. Londres, 1991).

38 Sobre a reconceitualização de território, refletindo novos critérios de classificação e uma dúvida combinação entre fatores ambientais e econômicos, consulte-se: Almeida, A.W.B. de – “Entre a “proteção” e o “protecionismo””. Le Monde Diplomatique. Brasil, maio de 2012. Pp.20,21.

A relação da cartografia com histórias de impérios é colocada nas mesas de discussões, perpassando romances, poemas, ensaios, resenhas e comentários da crítica literária. Prevalece a assertiva de que não é mais possível pensar o mundo atual, representado pela cartografia social através de inovações tecnológicas, sem a produção literária ou sem a poesia. Há intérpretes que postulam o contrário, asseverando que fazer mapas era uma “aventura” e tinha um “encanto” que já não existe mais. Segundo Paulo Miceli³⁹, em entrevista a Bruno Fiúza, publicada em Carta Capital, de 17 de outubro de 2012, intitulada “A poesia dos mapas” (Fiúza, 2012:69):

“Os mapas perderam essa poesia e esse grande desafio. Hoje você consegue localizar um leão na África em tempo real com um GPS.”

A “nova cartografia social”, em certa medida, recolocaria à descrição etnográfica a relevância do reencontro com a poesia, enquanto narrativa do cotidiano, que tanto pode estar na fala do membro da comunidade que foi entrevistado, quanto daquele que a interpreta consoante os cânones da ciência, delineando uma relação de pesquisa peculiar. As narrativas são confluentes e livres das classificações temporais de “começo” ou de “fim” e das adjetivações que as opuseram simetricamente em “grandes” e “pequenas” narrativas. São muitas as ilustrações de politização da “nova descrição” pela poesia. Uma delas concerne às interpretações e entrevistas realizadas pelo antropólogo Txai Terri Aquino⁴⁰, com lideranças indígenas de diferentes povos (Kaxinawá, Ashaninka, Yawanawá, Apurinã, Kuntanawa), demonstrando como os povos indígenas do Acre, que até 1975 só existiam oficialmente nos altos rios, como que confinados bem distantes dos seringais, mobilizam-se pelo reconhecimento de seus territórios nas terras dos médios e baixos rios. As narrativas livres das lideranças indígenas, registradas nas colunas de periódicos regionais, desde outubro de 1987, designadas “Papos de Índio”, produzidas por Aquino, confluem igualmente para uma coesão social imprescindível às ações coletivas, que afirmam direitos territoriais, concorrendo para a consolidação de territorialidades específicas em diversas regiões acreanas. Os procedimentos de produção de laudos de identificação e de mapeamentos elaborados no âmbito da ação de Txai Terri, sempre articulados com movimentos indígenas, resultaram no reconhecimento formal de inúmeras terras, nutrindo um modus operandi aqui intitulado de “txaísmo”⁴¹. Os relatórios elaborados a partir destas práticas antropológicas combinam um estilo conciso e solto com uma “câmara microscópica”, que descreve com pormenor os fatores considerados mais relevantes pelos indígenas para afirmar e mapear seu território. Este conjunto de práticas, além de desfazer o “desterro da poesia”, conflui para a descrição cartográfica, aberta e precisa, acenando para possibilidades de resistência numa conjuntura de “crise do capitalismo” nos “países centrais” concomi-

39 Miceli reuniu 160 mapas raros, dos séculos XVI e XVII, relatando as circunstâncias em que foram produzidos. Vide: Miceli, Paulo – O Desenho do Brasil no Teatro do Mundo. São Paulo. Unicamp. 2012

40 Cf. Aquino, Txai Terri – Papo de Índio. Manaus. UEA Edições. 2012

tante com uma expansão dos agronegócios nos “países emergentes”. Expansão que ocorre pelo controle direto de amplas extensões de terras, através da flexibilização dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Tal expansão, que tem se tornado essencial para o controle do mercado de commodities, amplia enormemente os conflitos sociais pela usurpação de terras indígenas, quilombolas e de demais povos, deixando interrogações sobre o futuro próximo.

Não por acaso o Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia, conquistou um prêmio internacional. Os “visionários” são vistos como poetas que emprestam à “nova descrição” uma percepção intrínseca de saberes outrora dominados que irromperam na cidadela do “Colégio de Cartógrafos”, renovando-a.

RUPTURA COM A EUROCENTRICIDADE

A ruptura com o eurocentrismo nos mapeamentos consiste numa questão proeminente nesta quadra de reconceitualização cartográfica. Os resultados da relação da cartografia com a religião são recuperados historicamente pelo antropólogo Jack Goody, num acurado levantamento documental em que procura desconstruir o discurso eurocêntrico produzido a partir do Renascimento clássico. Goody constata a perda de informação científica sob a hegemonia do cristianismo. Analisa os efeitos negativos do cristianismo sobre o pensamento científico e, em especial, sobre a cartografia, tal como ressaltado pelo historiador Al-Masudi, no século X, senão vejamos:

41 Estamos utilizando o termo “txaísmo” com o objetivo de estabelecermos uma distinção entre o processo de demarcação das terras indígenas a partir da mobilização dos próprios indígenas, que tem sido perpetrado notadamente no Acre, a partir do final dos anos 70, e os procedimentos dos “sertanistas” do SPI e da FUNAI face aos povos indígenas e seus territórios, que tem no “rondonismo” e no “villaboasismo” seus pontos culminantes. O que estamos chamando de “txaísmo” trata-se de um exercício de contrastes, nomeando um repertório de práticas recentes ainda sem classificação precisa. Refletindo contrastivamente pode-se adiantar, de forma resumida, que o chamado “rondonismo” pensava em reservas indígenas, como “lotes”, não havia a noção de “território”, e o princípio de “proteção” pressupunha a figura necessária de um mediador forte, “desbravador”, “destemido” e “disciplinador”. Inspirado no “catecismo positivista” forjou um “indigenismo” radical na sua “ação civilizatória”(definindo inclusive vestuário) perpetrada pelos “servidores públicos” cognominados, de maneira corrente, de “sertanistas”. O denominado “villaboasismo”, por sua vez, defendeu a idéia de “parque indígena” ou grandes áreas cercadas com picos e variantes, administradas por funcionários encarregados de estabelecer limites e proceder aos mapas concernentes às áreas inspirados na “imemorialidade das terras” também designadas de “terras de índio”. Pressupunha uma idéia de “território” construída de fora pela figura de um “mediador forte”, com poder de convencimento na relação com os aparatos de Estado, conjugando determinação (rigidez na relação com os indígenas, definindo inclusive práticas de aliança) e um certo tipo de “aventureirismo” (lido como despojamento e dedicação absoluta à causa indígena). Ambos estes procedimentos consideram o mediador como necessário, a tutela como imprescindível e uma posição sempre assimétrica do mediador face aos indígenas. Ao contrário destes modus operandi a experiência do “txaísmo”, relativiza esta assimetria, acredita na autonomia dos indígenas face aos mediadores e nutre uma noção determinante de “território”. Derivado do termo “txai”, mais que amigo, tal conjunto de práticas, que certamente não se reduz às experiências acreanas, apóia-se em mapas produzidos pelos próprios indígenas, fundados no conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” e nas modalidades de gestão de recursos por eles encetadas.

“Por exemplo, no que diz respeito à cartografia, os mapas cristãos regrediram em relação aos minuciosos mapas gregos e romanos – e, de algum modo, em relação aos mapas islâmicos, como os de Al-Idrisi, no livro de Rogério (1154) e mais tarde, no século XVI, no norte da Europa, os mapas de Mercator. O mapa cristão do início do século XVII (“.....”) foi chamado de “diagrama bastante parco”. Ptolomeu teve de ser redescoberto, assim como a maioria das ciências teve de renascer.”(Goody,2011:95).

As críticas ao eurocentrismo na produção de mapas tem sido levadas a cabo desde o final da II Guerra Mundial colocando em pauta as controvérsias sobre as projeções que sempre localizaram a Europa no centro do mapa mundi. O antropólogo Otávio Velho, em conferência na 64ª. Reunião Anual da SBPC, em 27 de julho de 2012, intitulada “Contradição ou complementaridade: novas tendências do pensamento vistas a partir da antropologia”, chamou a atenção para aqueles sociólogos e antropólogos que vêem tudo a partir da Europa e para as recentes críticas aos mapas que apresentam a Europa como “imensa” e “no centro do globo” em contraposição à “periferia”, onde se localizariam as antigas possessões” do período colonial, apresentadas como “menores”, “pequenas” e à margem. As críticas ao eurocentrismo, sob este prisma, passariam por uma retomada das críticas ao colonialismo, abrangendo inclusive a noção de “colonialismo interno”, que foi trabalhada pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira.

Jeremy Black, numa análise histórica, sintetiza, entretanto, as dificuldades para se superar os efeitos da eurocentricidade na produção de mapas⁴²:

“O problema do eurocentrismo no mapeamento tem sido cada vez mais reconhecido desde 1945, e tentativas importantes tem sido feitas para adotar uma perspectiva menos eurocêntrica. Isto é preeminente verdadeiramente verdadeiro em relação aos atlas do primeiro mundo, mais claramente como conseqüência de controvérsias sobre projeções. Arno Peters criticou a projeção de Mercator e em 1972 empregou uma projeção de área-igual que subsequentemente levou ao Peters Atlas of the World (Londres, 1989). Isto tornou o Terceiro Mundo mais visualmente proeminente. Assim também, embora de forma menos notável, agiu a ótima projeção configuracional do Oxford-Hammond Atlas of the World (Oxford, 1993). Esses mapas ainda mantinham o norte no topo, mas esta convenção é cada vez mais questionada na Australásia: o Universal Corrective Map de MacArthur publicado em Artarmon, Nova Gales do Sul, em 1979, tinha o sul no topo e o eixo central passando através de Camberra.” (Black, 2005: 339).

A problematização da representação espacial tende a acentuar-se uma vez que, do ponto de vista econômico, o centro de gravidade do mundo, estaria mudan-

42 Cf. Black, Jeremy - Mapas e História. Construindo imagens do passado. Bauru-SP. EDUSC. 2005 (trad. Cleide Rapucci).

do. Para Hobsbawm, com a atual depressão econômica, ele se move do Oeste (América do Norte e Europa) para o Sul e para o Leste asiático (Hobsbawm,2012). Tal movimento é de um tempo largo, já que as velhas regiões metropolitanas e hegemônicas tem um acúmulo de riquezas que lhes permite garantir ainda por décadas e décadas um padrão de vida superior ao dos emergentes⁴³. Uma das deduções poderia indicar que não teremos grandes alterações cartográficas nos mapas mundi a curto prazo, embora a tensão social nos “países centrais” mantenha uma tendência ascendente, consoante o historiador inglês.

VULGARIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA

Um outro efeito do citado deslocamento concerne à vulgarização corrente do uso do termo “cartografia”, que passa a fundamentar uma série de escolhas tanto nos processos de tomada de decisão por parte de agências multilaterais (Hoffmann, 2010) e organismos oficiais, no âmbito de planos, programas e projetos oficiais, quanto no escopo das ações de associações voluntárias da sociedade civil (ong’s), em que aparecem sob os eufemismos de “mapeamento participativo” e de “ordenamento territorial”⁴⁴ (Acselrad, 2008 e 2010).

As categorias de conhecimento relativas a espaço e tempo estão conhecendo sensíveis modificações face à implementação de políticas de “reorganização de espaços e territórios” e de medidas relativas à cidadania, à imigração, ao meio-ambiente e à soberania. A compreensão de que a categoria espaço torna-se prevalecte consiste num desafio para o pensamento crítico⁴⁵. As modificações não são um produto mecânico da expansão gradual das trocas, mas sim o efeito de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltada para a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos florestais e do subsolo⁴⁶ (Almeida, 2012:21). A intensificação

43 Vide Entrevista exclusiva à Revista Sem Terra, concedida pelo historiador Eric Hobsbawm à jornalista Verena Glaas, dada a público em 03 de outubro de 2012. Na esteira de interpretações aproximadas, muitos autores, “encurtando o tempo” já classificam o século atual como “Asia’s Century”. Assinalam que a Ásia é a região mais expressiva demograficamente, ou seja, a mais populosa do mundo e dentro de alguns poucos anos será também a maior produtora de bens e serviços e a maior consumidora destes mesmos bens e serviços. (cf. Prates, Alcides G.R. – ex-Embaixador do Brasil no Vietnã e nas Filipinas – “O século da Ásia, a cooperação”. Valor. 23 a 25 de novembro de 2012)

44 As coletâneas criteriosamente organizadas por Henri Acselrad, em 2008 e 2010, consagraram a expressão “cartografia social” ao discutir os recentes debates em torno do processo de produção de mapas e suas implicações políticas. Os comentários críticos sobre os denominados “mapeamentos participativos” devem ser compulsados detidamente.

Na coletânea de 2010 consulte-se principalmente: Hoffman, Maria B. – “Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos” pp.47-80 e também Vianna Jr., Aurélio – “Reforma Agrária e territórios: uma reflexão preliminar sobre o lugar das políticas de reconhecimento na questão agrária.” pp. 81-92

45 Consulte-se a propósito Keucheyan, Razmig – Hémisphère gauche: une cartographie des nouvelles pensées critiques. Paris. Editions La Découverte. 2010 pp.201-309

46 Cf. Almeida, A. W. B. de – “Entre a “proteção” e o “protecionismo”. Le Monde Diplomatique Brasil.

da ação político-partidária no Congresso Nacional em torno da reforma dos códigos florestal, penal, comercial, dos recursos hídricos, do processo civil e de mineração, consiste no capítulo mais recente destas medidas. Constitui uma etapa político-jurídica para assegurar a aceleração da circulação de mercadorias mediante as crises recentes do capitalismo, restringindo, por outro lado, a circulação das pessoas e seus respectivos direitos de cidadãos e de acesso aos recursos da natureza. Além disto, estes códigos tem incidido na criminalização dos atos de resistência comunitária, visando inibir quaisquer mobilizações contrárias e quaisquer direitos coletivos para todas as modalidades organizativas dos diferentes povos e comunidades tradicionais. Além disto, tais medidas parecem obsecadas por dispositivos de reestruturação formal do mercado de terras, levando invariavelmente ao desmonte dos estoques de terras públicas e à usurpação de direitos territoriais de povos indígenas e “tribais”⁴⁷, cujas categorias de autodefinição são constantemente negadas, persistindo denominações e classificações de nítida inspiração colonialista, tais como: “autóctones”, “aborígenes” e “primitivos”. Aqui, não obstante as especificidades daquelas unidades sociais e as distintas formas de suas autodefinições, seria razoável uma perspectiva universal contemplando os direitos coletivos para todas elas. As variações no significado de território, comprimindo os espaços públicos e de uso comum dos recursos naturais, derivam dos efeitos da implementação destas políticas e do tipo de reconhecimento oficial, que passam a afetar diretamente o processo de produção cartográfica apoiado na ação coletiva daqueles povos e comunidades.

COROLÁRIO DOS DESLOCAMENTOS

Em linhas gerais pode-se dizer que os múltiplos resultados destes sucessivos e sobrepostos deslocamentos de significados implicam num complexo campo de disputas teóricas em que as prerrogativas de se “falar sobre” cartografia social, obrigam aqueles que pretendem se posicionar, implícita ou explicitamente, neste campo, à enunciação primeira de seu lugar institucional ou à explicação prévia do porque da conceituação adotada. Tais ditames reflexivos evidenciam que se está diante de um determinado patamar de conhecimento cartográfico que, ao contrário das “histórias dos mapas” insiste na desnaturalização da cartografia e dos produtos de suas respectivas práticas. Verifica-se nesta abordagem uma tentativa de duplo afastamento: i) do cartografismo, relativizando a ênfase nas “relações espaciais”, e ii) da manualização, contrapondo-se a uma “construção objetiva” de mapas calcada numa rígida disposição normativa.

Maio de 2012. pp.20,21.

47 Leia-se “tribais” nos termos da Convenção 169 da OIT, abrangendo comunidades remanescentes de quilombos, comunidades de faxinais, de fundos de pasto, de quebradeiras de côco babaçu, de ribeirinhos, de castanheiros, de seringueiros, de pescadores artesanais, de piaçabeiros, de peco-nheiros e demais povos e comunidades tradicionais. Tais povos e comunidades são conceituados no Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

A persistência do termo “social”, compondo a expressão “nova cartografia social”, reforça este propósito de uma cartografia crítica, desnaturalizada, capaz de se contrapor simultaneamente ao positivismo e ao papel de direção absoluta e autoritária das forças políticas hegemônicas no processo de produção cartográfica.

A escolha da expressão “nova cartografia social” busca, portanto, efeitos contrastantes e se coloca consoante negações de significados anteriores de cartografia já glacializados na produção intelectual e científica. Seu significado intrínseco transcende assim, ao conjunto de instrumentos, que disciplinam a marcação de pontos e logram interligá-los entre si, sucessivamente, configurando extensões planisféricas ou delimitando espaços físicos e perímetros determinados através de linhas de divisão das águas, montanhas e regiões, consoante o poder político-administrativo. A “nova cartografia social” não pode ser reduzida, neste sentido, a critérios geográficos ou a um zoneamento ecológico, distinguindo biomas e ecossistemas e propiciando uma visualização das características físicas do mundo através de levantamentos planimétricos, altimétricos e quejandos⁴⁸. Está-se diante de significados vários que se conectam diretamente, ultrapassando a qualquer dicionarização e, em decorrência, aos efeitos topográficos de uma máquina calculadora de coordenadas para estabelecer delimitações. Este campo de significação relativiza também os “manuais técnicos” e os conhecimentos úteis e aplicações práticas, que restringem a “cartografia” a uma “ferramenta básica” de políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento econômico ou a um método prático de fixar convenções e medidas, ordenando limites e confrontantes. Transcende, pois, às noções práticas de “regularização fundiária”, de “cadastro gráfico” e mesmo de “ordenamento territorial⁴⁹” do estoque de terras públicas, que facultam, no momento atual, o ingresso de imóveis rurais recém-titulados no mercado de terras.

48 Esta formulação evidencia que tais mapas são produto de relações sociais e não são exatamente “temáticos”, mesmo registrando ocorrências de desertificação, de contaminação de recursos hídricos, de devastação e de desmatamento de florestas tropicais

49 Este conjunto de termos e expressões compõe o léxico operacional de órgãos fundiários oficiais e das políticas governamentais, bem como das agências multilaterais voltadas para a estruturação do mercado de terras.

OCASO DOS IMPÉRIOS E O SURGIMENTO DE “NOVOS MAPAS”

1. Os fundamentos deste esforço crítico de gênese social da cartografia se estendem às interpretações históricas usuais. O esquema interpretativo de se refletir sobre o significado histórico da “cartografia” em berço luso, onde teria sido gerado o próprio termo “cartografia”⁵⁰, privilegia as “escolas cartográficas”⁵¹. Faz parte delas o estudo de “mapas antigos” que remetem a uma sofisticada cartografia náutica, datada dos séculos XIV e XV, que implicava, como bem resumiu o poeta Fernando Pessoa⁵², em instrumentalizar tudo que pudesse estabelecer

“O limite da terra a dominar – o mar que possa haver além da terra.” (Pessoa, 2007:42).

F. Pessoa, exaltando os portugueses como pioneiros das navegações intercontinentais, caracteriza na figura do Infante Dom Henrique – que detinha o monopólio dos conhecimentos cartográficos na Escola de Sagres, orientando as rotas de navegação de expedições exploradoras - o cerne deste poder dinástico e colonial. A ele assim se refere o poeta:

“O único imperador que tem deveras o globo mundo em sua mão.” (Pessoa, *ibid.* 41).

Esta posição imperial teria tornado “universal o temperamento português” e levou a que milhares de portugueses partissem para o Brasil, a África e a Índia e Brasil para territórios que “antecipadamente consideravam seu” (Lourenço, 2004:45). Como complementar Eduardo Lourenço⁵³ em *A Nau de Icaro*:

“Quando se parte como senhor não se veste a pele dolorosa do emigrante.” (Lourenço, *ibid.*:45).

50 “Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (1791-1856), 2º Visconde de Santarém, é recordado internacionalmente entre os estudiosos de mapas antigos como o autor do termo “cartografia”. (Garcia, 2007:07). Cf. Garcia, João Carlos – “Mapas e Atlas do Visconde de Santarém. A prioridade no descobrimento da África Ocidental” in Portugal. Biblioteca Nacional – O Segundo Visconde de Santarém e a História da Cartografia. Lisboa. Biblioteca Nacional. 2006 pp. 07-16.

51 Cortesão elenca as escolas cartográficas vinculadas à expansão portuguesa e suas disputas territoriais com a Espanha, que dizem respeito aos mapas básicos para a formação social brasileira. “O problema da longitude só veio a tornar-se agudo, após o descobrimento das terras americanas e das dificuldades políticas criadas com o Tratado de Tordesilhas. Cf. Cortesão, Jaime – “As grandes escolas cartográficas do Ocidente” in História do Brasil nos Velhos Mapas. Rio de Janeiro. MRE-Instituto Rio Branco. 1957 pp 75-108.

52 Cf. Pessoa, Fernando – Mensagem. Lisboa. Assírio & Alvim. 2007 (1ª. Ed. 1934, sendo que “Mar Português”, série poética central desta publicação datada de 1922).

53 Cf. Lourenço, Eduardo – A Nau de Icaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia. Lisboa. Gradiva. 2004 (3ª edição).

Esta ideologia colonizadora, recuperada criticamente por Lourenço, não se manteve e foi erodindo, erodindo, século após século, ao compasso de diferentes processos de descolonização, seja na América do Sul, no século XIX, seja na Ásia e na África, no século XX, logo após o término da II Guerra Mundial. Em outras palavras, como acentua o próprio poeta:

O “Império se desfez” (Pessoa, *ibid.*49).

A posição senhorial colonizadora foi derrotada de vez com a “Revolução de Abril” de 1975 e com as lutas de libertação em Angola, Moçambique e Cabo Verde, redesenhando mapas do que fora o império e os próprios conhecimentos relativos a eles.

2. Inversamente aos primórdios da expansão de Portugal, no ocaso do império francês, que tem no Haiti do início do século XIX e na Argélia dos anos 1950-60 seus capítulos mais expressivos, há mapas que vão ser produzidos pelas forças anticolonialistas ou pelo contrapoder. No Haiti são os escravos rebeldes que passam a mapear, como C.L.R. James bem registra (James, 2003). Ele explica como Toussaint L’Ouverture, aprende táticas militares ortodoxas, com oficiais monárquicos que haviam desertado pós-1789, e as utiliza para formar suas tropas e travar as lutas de libertação com os mesmos princípios igualitários da revolução francesa. Na resistência aos colonizadores o conhecimento geográfico dos membros das localidades de escravos rebeldes articula táticas de luta e elabora mapas detalhados, contrapondo-se à cartografia militar napoleônica:

“No habia mapas del distrito. Convocó (Toussaint) a los habitantes del lugar: de ellos aprendió la geografía local y sus nociones de geometría le permitieron elaborar valiosos mapas. Uno de sus guías fue Dessalines, hombre incapaz de leer ni escribir, com el cuerpo marcado por los latigazos, pero um soldado formidable y al que pronto se asignaria un alto puesto de mando.” (James, 2003 ;130).

Com a prisão e morte de Toussaint coube a Dessalines, o guia que bem conhecia as particularidades geográficas e que teve participação decisiva na elaboração de mapas a partir das comunidades, comandar as tropas que derrotaram as forças colonialistas francesas e libertaram o Haiti⁵⁴. Frente ao exemplo de Dessalines esta “nova” cartografia social nada teria de recente, no que tange a um conjunto de práticas de mapear executadas pelos membros das próprias comunidades com seus conhecimentos intrínsecos. Os escravos organizados na resistência são os artífices de seus mapas, vividos como instrumentos de

54 C.L.R. James, publicou seu livro sobre a revolução haitiana em 1938, e constituiu-se numa fonte fundamental para o trabalho de Eric Williams *Capitalism and Slavery*, publicado em 1944. Vide: James, C.L.R. – Los jacobinos negros. Toussaint L’Ouverture y La Revolución de Haiti. México. Fondo de Cultura Económica – Turner Publicaciones. 2003 (trad. de Ramón García).

Consulte-se ainda: Susan Buck-Morss, autora de Hegel, Haiti and Universal History. University of Pittsburgh Press. 2009, que recoloca o mapa de formação dos países caribenhos

defesa de seus territórios livres. Mantida a distinção entre “nação” e “colônia” em luta, pode-se asseverar que os mapas como arte de resistência, nas lutas libertárias no Haiti, comporiam uma pré-história “ideal” de uma cartografia social das comunidades quilombolas.

Aos mapas, enquanto produto de relações, se deve indagar, portanto, de sua autoria ou quem seriam aqueles que participaram diretamente de sua produção. A postura de desnaturalização dos mapas implica em que eles não sejam interpretados como uma “ação sem sujeito” ou como uma produção “anônima” e espontânea, naturalizada na mesmice da autoevidência, ou dotada de uma “objetividade” inquestionável como se qualquer um que os produzisse fosse alcançar necessariamente o mesmo resultado.

CARTOGRAFIA E TERRITÓRIO

Ao recusar a representação “objetiva” e naturalizada da terra, ao contrário de qualquer saber aplicado, a “cartografia social” se desdobra na imaginação, nas linhas de pensamento e em práticas políticas complexas, dialogando criticamente com as circunscrições territoriais inspiradas nos princípios helênicos da reforma de Clístenes. Este instituiu o critério de demos, cujas circunscrições territoriais são politicamente construídas, baseadas numa igualdade ou equivalência de condições e de recursos da natureza, por oposição às desigualdades antes prevalentes, impostas como “naturais” a partir de fundamentos do poder ancorados nos laços de parentesco e na religião, constituintes do critério de ethnos (Rancière, 2005).

Consoante esta modalidade de politização e um esforço permanente de “desnaturalização” o significado de cartografia social pode ser aproximado do sistema de representações de agentes sociais nomeados juridicamente, a partir da Constituição brasileira de 1988 e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, como “povos e comunidades tradicionais”. Mediante estes dispositivos jurídicos estes povos e comunidades, que encaminharam reivindicações à Constituinte, encontram condições de possibilidades para se mobilizarem de maneira consciente e consolidada por seus direitos territoriais, confrontando os critérios de “partilha natural”, justificadores da desigualdade na apropriação dos recursos (Rancière, 2005) e esposados por seus antagonistas históricos. Povos indígenas e quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, faxinalenses e comunidades de fundos de pasto, entre outras identidades coletivas passam a se manifestar publicamente através de formas organizativas peculiares. A pauta reivindicatória de territórios torna-se adstrita à consciência de si mesmos e estes mencionados povos e comunidades, mobilizam-se sem dissociar as lutas econômicas dos fatores identitários. Tal autoconsciência é coextensiva à mobilização política em torno de uma territorialidade específica considerada fundamental para consolidar sua identidade coletiva e sua reprodução física e social.

Nas análises de Said⁵⁵ tais mobilizações concorrem para definir o que é ou não é “tradicional”, fixando fronteiras, delimitando domínios. A “nova cartografia social”, sob esta ótica, se encontra para além das narrativas de pretensão histórica, que insistem no primado da continuidade com o passado, e se coaduna com o presente das ações políticas. Produz elementos de uma descrição etnográfica que não implica automaticamente num tempo linear, que abrange componentes ecológicos e estabelece clivagens que apontam para uma diversidade cultural. Aliás, conforme Hobsbawm e Ranger⁵⁶, a particularidade das tradições inventadas é que não tem caráter cumulativo e atém-se ao fato de que sua continuidade com o passado evocado é largamente fictícia⁵⁷. O sentido de “contemporâneo” investido neste tempo não-linear, presente, tem gravitado desde os anos 1980-90 em torno da afirmação do livre acesso aos recursos naturais e do uso comum da terra, das reivindicações de titulação de territórios étnicos e em torno de maior eficiência na aplicação do preceito de “terras tradicionalmente ocupadas”. Este último conceito, que se contrapõe à imemorialidade da ocupação, emerge com vigor a partir da Constituição de 1988 e ganha força com a ratificação pelo Brasil da Convenção 169 da OIT, em 2002, e com o Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 e portarias derivadas⁵⁸.

A preocupação política em combinar estas “terras tradicionalmente ocupadas” e o repertório de recursos naturais com uma identidade coletiva, que passa a nomear agrupamentos voluntários da sociedade civil expressos por associações, movimentos, cooperativas, conselhos e comissões, tem levado os estudiosos dos movimentos sociais a destacarem novas formas político-organizativas coadunadas com o que tem sido classificado como “invenção da tradição”. Elas aparecem entrelaçadas nas pautas de reivindicações e nos programas de ação de vários povos e comunidades face ao Estado e aos interesses que são vistos como oprimindo-os ou visando usurpar seus direitos territoriais. Estas terras e estas identidades coletivas emergem num quadro enunciador de conflitos sociais, que parecem constituir a interlocução possível com as estruturas de poder político. São

55 Cf. Said, Edward W. – Cultura e Imperialismo. São Paulo. Companhia das Letras. 2011

56 Cf. Hobsbawm, E. e Ranger, Terence – A invenção das tradições. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1997

57 Há um intenso debate sobre tempo e tradição. Verifica-se pelo exposto acima uma nítida oposição entre as noções de tradição em Weber e Hobsbawm. Um terceiro enfoque seria aquele de Lyotard, que discute o caráter cumulativo das “tradições populares” na reafirmação continuada como recurso de memória: “A tradição é aquilo que diz respeito ao tempo, não ao conteúdo. Por outro lado, o que o Ocidente deseja da autonomia, da invenção, da novidade, da autoterminação, é o oposto – esquecer o tempo e preservar, acumular conteúdos; transformá-los no que chamamos história e pensar que ela progride porque acumula. Ao contrário, no caso das tradições populares... nada se acumula, ou seja, as narrativas devem ser repetidas o tempo todo porque são esquecidas todo o tempo. Mas o que não é esquecido é o ritmo temporal que não pára de enviar as narrativas para o esquecimento. (...)”

Esta é uma situação de constante encaixe, que torna impossível encontrar um primeiro enunciador.” (Lyotard, 1985 apud Bhabha, Homi K.; 2010:09).

Cf. Bhabha, Homi K. – O local da cultura. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2010 (trad. Myriam Ávila et al.)

58 Vide Portaria SPU (Secretaria do Patrimônio da União) n.89, de 15 de abril de 2010. Diário Oficial da União. 16 de abril de 2010 pp.91 e 92.

elas que possibilitam condições propícias para um mapeamento social da espacialidade ou da materialidade reivindicada. Antes de ser um conhecimento útil tal mapeamento reflete uma autoconsciência cultural, fundada nas mobilizações políticas, conforme já foi assinalado, porquanto se baseia na “arte da resistência” (Scott, 2008), e numa maneira peculiar de exercício da política por agentes sociais considerados à margem da cena política⁵⁹ (Pudal, 2009:187). O trabalho simbólico de invenção de uma tradição mostra-se, todavia, complexo em demasia. A politização não se exprime “naturalmente”. Parece comprimida numa ilusão de perspectiva, que dificulta a compreensão mais aprofundada da luta pelo território e na qual estaria implícito o risco da “negociação a todo custo”, que pode levar à aceitação arbitrária de um suposto “espaço vital”, tal como definido por critérios oficiais e não pela própria comunidade ou pelo próprio povo.

Até recentemente parte significativa da vida política dos grupos dominados foi ignorada porquanto ela se daria num plano que raramente é reconhecido como político (Scott, 2008:214). Ao falar de “arte da resistência”⁶⁰ (Scott, 2008) ou de “cultura da resistência” (Said, 2011) nós estamos sendo convidados a uma inversão do olhar: não mais partir de formas político-organizativas legítimas ou assemelhadas (com sede, sócios, estatuto, registros fiscais, reconhecimento junto a órgãos oficiais, representatividade a partir de indivíduos associados, pleitos e assembleias gerais), mas de grupos, comunidades e povos que, num processo de mobilização constante, indagam sobre novos padrões de relação política. Os “antigos” padrões tem sido dinamicamente retraduzidos pelos movimentos sociais que ora representam aquelas unidades de mobilização. A intensificação de suas práticas não-discursivas e discursivas, através das unidades de mobilização que pressionam os aparatos do Estado abre as portas para novos entendimentos da política. A politização do tradicional promove ruptura com o tempo linear e traz à tona posturas políticas singulares, com raízes locais profundas e consciência ambiental, que não dissociam a luta econômica da luta identitária, recuperando territórios e consolidando as autodefinições.

“Uma das principais tarefas da cultura de resistência foi reivindicar, nomear e reabitar a terra. E com isto veio toda uma série de outras afirmações, recuperações e identificações, todas elas literalmente enraizadas nessa base poeticamente projetada.” (Said, 2011:353).

A “nova cartografia social”, neste contexto, adquire certa relevância pelo seu potencial descritivo e sua capacidade de síntese, tanto despertando a atenção de filósofos, quanto a de cientistas políticos. Frisamos “nova cartografia social” porquanto ela emerge fora dos quadros da descolonização ou de formação histórica da nação, referida a um tempo de crise social profunda em que o imperialismo parece ter perdido fôlego (Said, 2011) e em que as políticas de inspiração neoliberal estariam sendo aparentemente sepultadas (Hobsbawm, 2012). O

59 Cf. Pudal, Bernard – Un monde défait. Les communistes français de 1956 à nos jours. Paris. Éditions Du Croquant. 2009 pp.187-210.

60 Cf. Scott, J.C – La domination et les arts de la résistance. Editions d'Amsterdam. 2008 p.214

mapa que na formulação de B. Anderson trata-se de um instrumento imperial, que se torna adstrito à emergência da nação, aqui, na primeira década do século XXI, o é com respeito a uma crise do capitalismo em que ocorre o advento de novas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. As prioridades de mapeamento são reivindicadas e estabelecidas através de mobilizações políticas, refletindo os interesses em construção ou recém-construídos por aqueles que sempre foram os “outros” mapeados seja pelo Estado, seja pelo Império. E este ato, embora aparentemente tardio, não quer dizer “retroceder na história”, ao contrário é um fato do tempo presente.

A “nova cartografia social” revela-se consoante estes meios e condições de possibilidades do presente, que facultam a identificação do território e a história social a povos e comunidades tradicionais, considerados “sem história” e “sem lugar” no mapa oficial. Estes povos só recentemente, sobretudo com as mobilizações que resultaram na Constituição de 1988, conquistaram o direito à representação política emancipados dos mediadores históricos. Construíram, assim, nas três últimas décadas do século XX, uma identidade coletiva baseada na “resistência cultural descolonizante” (Said, 2011:337), contrapondo-se ao autoritarismo classificatório das categorias censitárias. Certamente que esta emergência não é fortuita, nem consiste numa pronta ação disruptiva⁶¹.

O “COLÉGIO DOS CARTÓGRAFOS” RESSURECTO?

Um dos efeitos mais perceptíveis deste processo de transformações sociais é que múltiplas mobilizações, que não se restringem aos povos e comunidades tradicionais ou “às minorias reprimidas”, estão rompendo com o monopólio dos aparatos de Estado de deter exclusiva e absolutamente a prerrogativa e os meios de mapear. Concomitantemente com o advento de “novas identidades coletivas” tem-se manifestações de uma capacidade operativa em torno do mapeamento social, desdizendo a camisa de força das identidades homogeneizadoras. As críticas às classificações prevalecentes ganham força explicativa, fundadas no conceito de “cartografia social”. Sob este prisma nenhum agente social poderia ser reduzido a uma e a apenas uma identidade. Não há quem acredite que sua existência se esgote numa única identidade, embora não se possa ignorar que tais agentes produzam seus bens culturais, inventem suas tradições e construam sua própria identidade étnica. Certamente que há tradições duradouras, locais históricos de moradia, idiomas e sinais diacríticos que são reinterpretados no âmbito das mobilizações políticas recentes, cujos propósitos convergem para o reconhecimento

61 Caso consultemos estudos referidos à “história do pensamento social brasileiro” é possível verificar muitas das condições que informam estas designações coletivas não passaram despercebidas a bacharéis em direito e em medicina e a engenheiros militares, no último quartel do século XIX. As proposições de verificações in loco do que seria “genuinamente brasileiro” concernem a um grande debate com apoio em critérios étnico-raciais e foram inicialmente delineadas, no caso da Amazônia, principalmente por Aluisio Azevedo e Celso de Magalhães, em 1869, com seu livro de poesias intitulado Calhambolas, por Couto de Magalhães, em 1874, por José Veríssimo, em 1886, e por Euclides da Cunha no início do século XX.

de territorialidade específicas. O conceito de invenção da tradição contribui para que se possa analisar este fenômeno com acuro e discernimento. Isto não quer dizer e tampouco permite, todavia, que falemos necessariamente em uma continuidade histórica ou em divisões perenes, como aquelas instituídas pela noção primordial de etnia consagrada pela sociedade colonial e responsável pela hierarquização de pessoas e coisas e, por conseguinte, pelas formas de dominação que autorizaram controlar os que foram historicamente classificados em patamares inferiores. Não se trata também da “mescla de culturas e identidades numa escala global”, cuja hierarquização foi instituída pelos canones imperialistas (Said, 510), sobretudo na produção de categorias censitárias, fundadas em critérios cromáticos, a partir da segunda metade do século XIX, como ressalta Anderson, mencionando China e Venezuela. As identidades coletivas, no âmbito dos ditames da “cartografia social”, acham-se em movimento, do mesmo modo que são dinâmicos os territórios que lhes são correspondentes. Em verdade, estabelecem novas fronteiras e são produtos de experiências concretas de mobilização, que deixam para trás os mapas históricos, como aqueles da África, da Ásia ou da América do Sul de cinquenta anos atrás, e as expressões de essencialização, que resultaram em divisões cristalizadas pelas metrópoles coloniais e que perduram conflituosas seja no Congo, nas regiões dos curdos ou em Ruanda.

O trabalho teórico de antropólogos, em 1973 na elaboração dos Proceedings of the American Ethnological Society (EAS), buscando discutir modalidades de interpretação mais coadunadas com as transformações sociais e econômicas das sociedades coloniais levou ao conceito de “novas etnias” como instrumento analítico⁶². Foi enfatizada sua situacionalidade e o fato de serem construídas pelos próprios agentes sociais, ressaltando que não reproduziam a rigidez das divisões produzidas de fora, pela dominação, nos termos daquelas resultantes do colonialismo. O entendimento desta distinção é fundamental para se compreender com acuro a emergência das identidades coletivas e a construção política dos territórios, tal como interpretados hoje nos termos da “cartografia social” e vividos pelos próprios agentes sociais em suas práticas autônomas de mapear.

O mais inquietante é que esta quebra de monopólio parece estar sendo refutada. A dominação de feição imperial, que se imaginava tão inquestionável e naturalizada e que, em virtude desta certeza, há muito já havia abandonado o pressuposto de a todos e tudo mapear⁶³, dá sinais de querer retomar a iniciativa relegada. Ao constatar que não pode negar a perda de prerrogativas, a resposta de alguns aparatos de poder busca instituir mecanismos e criar agências para normatizar ou controlar, através de cadastros e certificações, quem estaria mapeando e como consideram legítimo fazê-lo. O ato de mapear quem mapeia

62 Cf. *The New Ethnicity – Perspectives from Ethnology – 1973*. Proceedings of the American Ethnological Society (EAS). Este conceito foi consolidado no *The Prospects for Plural Society – 1982*. Proceedings of the American Ethnological Society (EAS).

63 Haja vista que até hoje o mapeamento oficial do país não foi concluído e que há imensas lacunas que podem ser verificadas nos mapas índices das instituições responsáveis seja o IBGE ou a DSG. Em 2009 começou a ser implementado o Projeto Cartografia da Amazônia, cujos resultados ainda não são de conhecimento público.

e de delimitar competências e limites nas práticas cartográficas passaria a ter balizadores jurídico-formais, que disciplinariam e legalizariam tal ato. Para tanto tais interesses passadistas produziram uma proposta de “Código Cartográfico Nacional”. O arqueológico “Colégio de Cartógrafos”, de Borges, parece estar sendo re-instituído para recuperar sua autoridade imperial, centralizadora, ilegítimando os não-autorizados.

O mais paradoxal é que em plena quadra democrática – uma das mais longas que o Brasil já viveu, com quase três décadas - busca-se reeditar instrumentos imperiais eivados do autoritarismo próprio de épocas autoritárias e pretéritas sob uma alegação implícita e envergonhada de que isto poderia prenunciar um risco geopolítico. A voz de Borges plangente, mas penetrante, convida-nos à recusa deste Colégio ressuscitado. Em outras palavras: a estratégia de reedição de instrumentos do passado, autoritários e rígidos, deve ser analisada com cautela e de maneira aprofundada. Afinal as reivindicações de direitos territoriais, por povos indígenas ou quilombolas, são narrativas de integração e não de separação, são resultantes de processos históricos de territorialização de povos que foram excluídos da nação imperial. A despeito disto verifica-se o anúncio de uma preocupante discrepância evidenciada por aqueles instrumentos, de nítida inspiração autoritária, que orientam a mencionada resposta, que pode ser assim resumida: em 07 de agosto de 2012 reuniu-se a Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura, no Anexo II, Plenário 14 da Câmara dos Deputados, em Brasília, e foi proposta a criação de um Código Cartográfico Nacional e de uma Agência Nacional de Cartografia, pressupondo certificações e cadastramentos (Cf. Câmara dos Deputados. Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional. Ata da Reunião realizada em 07 de agosto de 2012).

Estes instrumentos, que sugerem inspirados no autoritarismo e no arcabouço imperial, mostram-se em desacordo com um momento decisivo, esta primeira década e meia o século XXI, em que está se formando e se expressando a consciência democrática de uma nova fase de civilização, que sucede à descolonização e às medidas de colonialismo interno, com pleno reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Consolida-se uma autoconsciência cultural em todas as situações socialmente definidas, que incentiva os membros destes povos e comunidades a produzirem imagens tanto daquilo que julgavam ser antes do ocaso do império, quanto do futuro a que o presente os projeta ao reivindicarem direitos territoriais, sem confundirem isto com violação de soberania. As afirmações dos direitos territoriais consagram isto ao reivindicarem homologação ou titulação das terras tradicionalmente ocupadas.

Outro paradoxo da proposição destes mecanismos de controle diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas no domínio da informática com um mercado de softwares e de imagens de satélite em expansão, estimulando o uso e a divulgação de programas de mapeamento e de uso difuso e amplo de mapas. Há empresas que banalizam as possibilidades de mapeamento, vulgarizando cientificamente seus efeitos e consolidando a “verdade” de seus mapas e imagens

em diferentes circuitos de mercado. Transmitem a sensação de que tudo já está absolutamente mapeado e que novidades não as haveria mais. Há empresas outras que criam uma sequência de softwares, que são oferecidos periodicamente a um público difuso de consumidores. A aquisição das denominadas “licenças” é acompanhada de “atualizações” periódicas, anuais, igualmente adquiridas. Estes circuitos comerciais de “licenças” e “atualizações”, evidenciam um mercado aberto e em expansão, característico do avanço do capitalismo industrial, em contradição com os condicionantes colocados pelas forças representativas do “Colégio de Cartógrafos”. Tais forças, de nítida inspiração autoritária, se posicionam por um controle estrito do ato de mapear, querendo reeditar seu panoptismo através da metáfora oitocentista das “razões estratégicas” ou “geopolíticas”. Visam reeditar com atraso princípios relativizados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Um dos nós a desatar, portanto, é que as condições objetivas que permitiram, séculos atrás, o Colégio de Cartógrafos há muito cessaram de existir, tornando algo insensata ou irrazoável a tentativa de instituir a contemporaneidade de um procedimento imperial que não é mais coletâneo.

O ato de mapear aos olhos dos que detêm o poder político parece significar que os povos e comunidades tradicionais buscam retomar ou reivindicar uma prerrogativa que o estado dinástico-imperial havia considerado como sua e que a república, ancorada no positivismo, arrebatou, empalmando a cartografia exclusivamente como ciência militar ou necessariamente conexa.

No fundo há um sentimento de usurpação às avessas e uma noção glacializada do tempo, como se estivéssemos ainda e sempre nas duas primeiras décadas do século XIX, buscando consolidar o que as potências imperiais teimavam em não reconhecer, ou na derradeira década do mesmo século imaginando fazer de uma “agência nacional de cartografia” um ressuscitado Colégio dos Cartógrafos. A evidente nostalgia de tal sentimento chama a atenção para uma iniciativa autoritária que visa frear a propagação do desenvolvimento tecnológico em torno dos softwares de mapeamento, que se tornaram mercadorias tributárias de uma serialidade que assegura vultosos recursos para inovações periódicas ao alcance de um público de consumidores cada vez mais amplo e difuso. Tal público ademais tem se mostrado potencialmente mobilizável no sentido de uma abertura total deste mercado com softwares livres e de acesso direto.

PRÁTICA ETNOGRÁFICA

Neste vasto campo de reflexões e acirrados debates é que elegemos conceituar a “cartografia social” como “nova”, buscando afastar as implicações manuais e dotando-a de uma perspectiva crítica. Com base neste pressuposto, no fim da primeira metade da primeira década do século XXI, em 2004, passamos a uma reflexão dirigida, executando um projeto de investigação científica com o propósito de fortalecer a abordagem etnográfica através de uma “nova descrição” com recurso ao que passamos a designar de “nova cartografia social”. De pronto uma ruptura: se não todas, pelo menos a maioria das discussões sobre

cartografia, seja articulada com a geografia ou com a sociologia, evitam atribuir ênfase à posição do sujeito que constrói o fundamento explicativo do território e suas fronteiras. A noção de “cartografia social” foi pensada para, além desta relevância, estabelecer relações de pesquisas intrínsecas, trazendo os agentes sociais referidos a povos e comunidades tradicionais para o próprio processo de produção deste conhecimento considerado fundamental à “nova descrição”. A expressão “nova cartografia social” emergiu nesta redefinição do objeto de análise e nos contornos de suas implicações sobre as relações de pesquisa, notadamente em situações de conflito social. As territorialidades específicas resultantes dos processos diferenciados de territorialização concernem a tais relações de pesquisa, que focalizam modalidades organizativas peculiares, cujos membros potencialmente podem executar tarefas operacionais capazes de delimitar em campo seus próprios domínios. Com estes agentes sociais é que as relações de pesquisa foram firmadas em combinação com a trajetória ascendente de cada uma das distintas unidades sociais, seja indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de quebradeiras de coco babaçu, de fundos de pasto ou de faxinais. Cada uma delas afirmando seus direitos territoriais e sendo capacitadas para a marcação de pontos que materializam seu próprio território ou sua própria territorialidade específica. A diversidade cultural refletiu na composição da equipe acadêmica, transdisciplinar, e a “cartografia social”, mesmo concebida inicialmente como recurso complementar à etnografia, mostra-se mais do que um recurso de método, requerendo disposições conceituais e maior rigor ou margem de erro menor na descrição. Os fragmentos de territorialidade na extensão do mapa são arrancados da evidencia de realidades localizadas pelos próprios agentes sociais, que definem o que é relevante para constar do mapa. Face a esta evidencia absoluta não é rigoroso dizer que seus objetos ou fragmentos são inamovíveis.

À diferença de interpretações primordialistas esta nova abordagem faz-se crítica de qualquer essencialização das comunidades tradicionais. Instaura uma contranarrativa ao oficialismo. A ela corresponde uma passagem que deve ser analisada em toda a sua extensão:

i) do mapa etnográfico como ilustração do trabalho descritivo, muitas vezes seguindo os ditames dos geômetras e pilotos náuticos de potências colonizadoras, seja no Pacífico Oriental, na África ou no Sudeste Asiático⁶⁴, ao

⁶⁴ Os antropólogos, tal como os naturalistas, não desdenharam os mapas como ilustração e desde final do século XIX com F. Boas discutiram a relação com a geografia no processo de produção cartográfica. Os croquis e as figuras de mapas sempre estiveram presentes nas etnografias ou abrindo diários de campo, quando não os próprios livros. Nos trabalhos etnográficos o processo de produção cartográfica é descrito como plural, podendo estar referido a um grupo, uma comunidade ou um povo. A modalidade de representação espacial é vária e os mapas podem ser desenhados no chão, numa casca de árvores, numa parede de pedras ou de alvenaria, num papel ou numa peça artesanal (de couro, madeira ou pedra) ou num painel ou tela constituindo uma obra-de-arte propriamente dita. As possibilidades de ilustração são inumeráveis. Com Pritchard o mapa surge como ilustração do início do livro, logo após o prefácio, e mostra a distribuição das sessões tribais dos Jinkany orientais. (cf. E.E. Evans-Pritchard – Os Nuer. São Paulo. Editora Perspectiva. 1978). O diário de Malinowski é aberto com um mapa da Nova Guiné Oriental e ilhas adjacentes. (cf. Malinowski, B. – Um diário no sentido estrito do termo. Rio de Janeiro. Ed. Record. 1997 (1ª. Ed. em inglês 1967) (trad. Celina Cavalcante Falck).

ii) mapa etnográfico como descrição produzida pelos próprios agentes sociais de povos que se emanciparam do colonialismo, foram mapeados pelos Estados nacionais e passaram a seguir a produzir seus próprios mapas, quando o monopólio dos aparatos de poder foi rompido. São os mapas resultantes deste processo que passam a integrar o corpus da pesquisa antropológica sob a designação de “nova cartografia social”. Nesta passagem estão embutidas várias outras: a primeira concerne às guerras coloniais, a segunda às mobilizações étnicas não mais aprisionadas nas essencializações e nos primordialismos, abrindo um campo de reflexão para processos diferenciados de territorialização que resultaram numa diversidade de territorialidades específicas, construídas socialmente pela experiência política peculiar de cada povo ou comunidade tradicional.

No entreato desta passagem encontra-se a experiência do antropólogo Marcel Griaule, em cujos registros do “Méthode de l’Ethnographie” consta um tópico específico⁶⁵ destinado especialmente à “Cartographie” (Griaule,1957:7).

Griaule elaborou este método a partir da experiência dos cursos que professou, desde quando começou a lecionar na Sorbonne, em 1942, e foi enriquecendo-os sucessivamente. Todos os preceitos destinados a ilustrar os seus ensinamentos foram extraídos de suas observações pessoais e de técnicas de trabalho de campo acumuladas durante vinte e oito anos, entre 1928 e 1956, na África. Estas atividades só foram interrompidas durante a segunda guerra mundial. Todos os métodos de observação que ele recomenda foram praticados por ele, notadamente aquele da fotografia aérea, no qual ele colocava em ação sua experiência de oficial aviador. Griaule percebe que os mapas são dinâmicos e que podem dotar de maior precisão as informações etnográficas. Mostra que as fotografias aéreas devem ser articuladas com os croquis e com as escalas apropriadas:

“Il faudra donc à l’ethnologue des cartes. Mais malgré les progrès de la photogrammétrie aérienne et le développement des services géographiques en tous pays, il ne pourra compter avant longtemps sur des cartes à grande échelle.

Dans l’inventaire qu’il fera des documents existants il ne découvrira presque jamais les feuilles au 1:20.000 ou au 1:50.000 ou au 1:1.000 exigés pour l’établissement du cadastre vers lequel doivent tendre ses efforts.

Le procédé le plus simple consiste à agrandir la feuille de la plus grande échelle (généralement au 1:200.000) de manière à obtenir un croquis au 1:50.000 ou au 1:20.000 selon la densité de la population, la profondeur et l’orientation de l’enquête, la densité des détails à reporter ultérieurement.(...)

⁶⁵ Não iremos aqui proceder a uma leitura crítica deste “manual”, uma vez que nos importa tão somente assinalar o uso da cartografia no método etnográfico. Para um aprofundamento consulte-se: Griaule, Marcel - Méthode de l’ethnographie. Paris. PUF. 1957. Consultar também Griaule, M. - “Application de l’aviation à la recherche ethnographique”. Congrès National de l’Aviation française. 1946 Rapport n.41 bis,225.

Dans la pratique, trois échelles seront utiles: une petite échelle pour les cartes de répartition, une échelle moyenne pour l’orientation et la toponymie, une très grande échelle pour l’établissement du cadastre.” (Griaule,ibid.78)

“Le jeu de cartes don’t dispose le chercheur doit être un instrument actif du travail et non pas seulement servir à resumer ou à synthétiser son travail une fois qu’il l’aura terminé. Le jeu de cartes doit progresser en même temps que le jeu de fiches, et refléter à chaque instant l’état de la documentation concernant les matériels, les monuments, les coutumes, les propriétés, les densités etc. La carte doit vivre l’enquête; elle est une fiche em mouvement.” (Griaule, ibid.79).

“La connaissance d’une société doit s’appuyer au premier chef sur celle du terrain (...). La photographie aérienne constitue un supplément et une l’observation terrestre porte en effet sur un champ limité. La carte souffre toujours d’un appauvrissement des détails humains qui varie avec son échelle. La photo aérienne est une carte parlante incomparable avec les documents ordinaires.” (Griaule,ibid.84).

A cartografia como recurso da etnografia sofre um deslocamento. Sem deixar de lado o rigor de cada informação ao mapa é a “cartografia social”, que criticando o geografismo e também o biologismo, relativiza a rigidez e a glaciação de procedimentos que colocaram os esforços analíticos na camisa de força dos manuais de antropologia. Aqui é que a “nova descrição” se colocaria, distante do empirismo, da repetição e da monotonia dos “explicadores”, abrindo campo para uma criatividade descritiva.

Assim, na escolha ou seleção de quem ou o que cartografar é que se avolumam-se dificuldades, sobretudo na elaboração de critérios que possam minimamente orientar os trabalhos de pesquisa. Responder positivamente à solicitação de uma associação, cooperativa, sindicato, movimento, conselho ou comissão implica em abrir um processo de discussão com os representantes destas instituições através, principalmente de pesquisadores que já desenvolviam atividades de pesquisa junto a estas respectivas formas organizativas. Respeitar ou acatar as características intrínsecas a tais expressões organizativas não significa necessariamente endossar essencializações que porventura sejam adstritas às identidades coletivas representadas. As mobilizações em defesa de direitos territoriais de povos indígenas, mesmo reafirmando a história e uma certa origem ou ressaltando sinais diacríticos e características etno-raciais não pode ser entendida como se fosse a única opção para o movimento de resistência cultural. Aceitar isto acriticamente seria acatar as conseqüências da sociedade colonial com suas divisões raciais, religiosas e identitárias impostas pelo próprio colonialismo. A etnologia ao conceituar as denominadas “novas etnias” criou condições de possibilidades para este instrumento crítico de compreensão e análise dos conflitos sociais. As mobilizações étnicas não deixam mais o mundo político “à metafísica de essências”, que frigorificam identidades coletivas, que cristalizam seus componentes e que, segundo Said, teriam o poder de instaurar uma cizânia permanente. Tem-se uma crítica à aceitação irrefletida de esteriótipos, mitos,

animosidades e “tradições” estimuladas inicialmente pelo colonialismo e depois pelo poder dos nacionalismos.

Analisar as pautas de reivindicações como procedemos à parte final de cada um dos fascículos elaborados no âmbito do PNCSA e expostos neste catálogo, constitui um recurso de método para apresentar as perspectivas dos programas de resistência étnica e política. A luta pelos direitos territoriais e as práticas de delimitação das territorialidades específicas, mostram-se fundamentais à reprodução social do povo ou da comunidade, evidenciando uma forma de autoconsciência cultural coextensiva à consolidação do território. A persistência da identidade étnica pressupõe um rompimento com a fixidez do território lhe emprestando uma dinamicidade a toda prova, que o torna uma construção do presente sem estar condicionado a “remanescencias”, “revivescencias”, “sobrevivencias” e todo o léxico urdido repetidamente pelas abordagens evolucionistas, que desde o final do século XIX buscam consolidar seus esquemas explicativos. As práticas da “nova cartografia social” aproximam-se destas leituras críticas, incorporando-as ao trabalho de campo e seus efeitos. Analisar a superação dos evolucionismos e primordialismos e não ficar preso na autocomplacência de celebrar infinitamente o “absoluto” da própria identidade consiste num procedimento caro à prática de pesquisa etnográfica que na busca de uma “nova descrição” acena para a possibilidade de chamar a atenção para um mundo que não é necessariamente construído “a partir de essências em conflito” (Said,2011:357). Romper também com o mito de que um povo ou comunidade tem apenas uma e só uma identidade e que elas são constantes, singulares, permanentes e invariáveis. Atentar para suas contingências, pluralidades, provisoriedades e variabilidades. A identidade coletiva mostra-se dinâmica e não fica aprisionada no mito da comunidade fechada, guetificada, mas passa a ser vivida e pensada como algo que não esgota a identidade cultural de um povo ou comunidade e que, portanto, não se restringe ou fica sempre circunscrita aos mesmos rituais de instituição e aos mesmos sentimentos de pertencimento. A força política construída pela mobilizações a emancipa das amarras essencialistas.



© Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2013

P879 Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social / Organizado por
Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior.:
Manaus: UEA Edições, 2013.
176p : il.; 28 x 28cm.

ISBN 978-85-7883-180-6

1. Antropologia. 2. Comunidades tradicionais. 3. Cartografia. 4. Nova Cartografia Social.
I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Farias Júnior, Emmanuel de Almeida.

CDU 528.9:316.4

ORGANIZADORES

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Emmanuel de Almeida Farias Júnior

EDIÇÃO

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Erika Matsuno Nakazono
Cynthia Carvalho Martins
Emmanuel de Almeida Farias Júnior

DIGITAÇÃO DOS ORIGINAIS

FASCÍCULOS, MAPAS, BOLETINS, EXPOSIÇÕES E EVENTOS

Clayton de Souza Rodrigues
Gabriel Locke Suchodolski
Rosenira Izabel de Oliveira
Andresa Lima Pinheiro

CATALOGAÇÃO JUNTO À BIBLIOTECA NACIONAL

Rosenira Izabel de Oliveira ATÉ DEZEMBRO 2011
Leina Medeiros
Maricelia Ferreira dos Santos
Risângela Pinheiro de Andrade

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Design CASA 8
Ernandes Fernandes
Saulo Macedo

UEA

Rua Leonardo Malcher, 1728 – 6º andar
Centro - Edifício Professor Samuel
Benchimol Manaus – Amazonas
CEP 69010-170 - Manaus/AM
FONE: 55 92 3232-842
pncaa.uea@gmail.com

UFAM

Rua José Paranaguá, 200 – Centro
Cep: 69005-120 – Manaus/AM
pncaa.ufam@yahoo.com.br

www.novacartografiasocial.com